

Revista de Ciências
HUMANAS

AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE

Revista filiada à:

Associação Brasileira de Editores Científicos



Editora da UFSC

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz
Vice-Reitor Lúcio José Botelho

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor João Eduardo Pinto Basto Lupi
Vice-diretor José Gonçalves Medeiros

EDITORA DA UFSC

Diretor Executivo Alcides Buss
Conselho Editorial Denise Guerreiro Vieira da Silva (Presidente); José Isaac Pilati; Luiz Teixeira do Vale Pereira; Luiz Henrique de Araújo Dutra; Sérgio Fernando Torres de Freitas; Tânia Regina Oliveira Ramos e Vera Lúcia Bazzo.

REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Editor: José Gonçalves Medeiros
Organizadores: Maria Ignez Silveira Paulilo e Walquíria Krüger Corrêa

Conselho Consultor “ad-hoc”: Ademir Antônio Cazella (UFSC); Alfio Brandenburg (UFPr); Alice Y. Assari (UEL) Cécile Mattedi (UFSC); Clécio Azevedo Silva (UFSC); Dalton Áureo Moro (UEM); Darlene Aparecida de O. Ferreira (UNESP); Erni Seibel (UFSC); Gláucio José Marafon (UERJ); Lúcia Helena de Oliveira Gerardi (UNESP); Maria José Reis (UFSC); Neusa Bloemer (UFSC); Ruth Y. Fsukomoto (UEL); Sérgio L.G. Pinheiro (EPAGRI); Vera Lúcia Salazar Pessoa (UFUB); Vera Maria Favila Miorim (UFSC) e Wilson Schmidt (UFSC);

Comissão Editorial Artur César Isaia; Carmem Sílvia Moraes Rial; Hector Leis; Ilse Scherer-Warren; Luiz Henrique de Araújo Dutra; José Gonçalves Medeiros (Presidente); Maria Juracy Toneli Siqueira e Walquíria Krüger Correa.

Organização Geral: Séfora Bonetti e Allysson S. Vieira

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE

Revista de Ciências
HUMANAS

ISSN 0101-9589

Revista de Ciências Humanas	Florianópolis	EDUFSC	n. 31	p.01-257	Abr. 2002
-----------------------------	---------------	--------	-------	----------	-----------

A Revista de Ciências Humanas é uma publicação semestral do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Lançou, em 1982, o seu primeiro número e tem sido um importante veículo na disseminação do conhecimento interdisciplinar nas diferentes áreas das humanidades. Publica com regularidade dois números por ano com uma tiragem de 500 exemplares por volume, além de números temáticos anuais. Os artigos são revisados por dois relatores ad hoc, preferencialmente vinculados a instituições nacionais.

Editoração eletrônica

Allysson Sérgio Vieira
allysson@cfh.ufsc.br

Revisão geral

José Gonçalves Medeiros
Séfora Bonetti

Capa

Sítio Canto das Águas, localizado no município de Rancho Queimado (SC),
Vieira, 2003.

Revista indexada por:

- **Sociological Abstracts** - SA;
- **Linguistics & Language Behavior Abstracts** - LLBA;
- **Social Planning / Policy & Development Abstracts** - PODA;
- **Public Affairs Information Service, Inc.** - PAIS;
- **Nisc Pennsylvania Abstracts, inc.** - NISC.

(Catalogação na fonte pela Biblioteca Universitária da
Universidade Federal de Santa Catarina)

Revista de Ciências Humanas (Temas de Nosso Século) /
Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e
Ciências Humanas.- v.1, n.1 (jan. 1982) - Florianópolis :
Editora da UFSC, 1982-
v.; 21cm

Semestral
ISSN 0101-9589

I. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de
Filosofia e Ciências Humanas.

Endereço para assinatura
Mailing address subscriptions

Universidade Federal de Santa Catarina
Editora da UFSC
Campus Universitário - Trindade
Caixa Postal 476
88040-900 - Florianópolis - SC / Brasil

Endereço para correspondência
Mailing address

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Revista de Ciências Humanas
88040-900 - Florianópolis - SC / Brasil
E-mail: revista@cfh.ufsc.br

Edição Temática
AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE

S u m á r i o

Apresentação	07
Rural, ruralidad, nueva ruralidad y contraurbanización. Un estado de la cuestión <i>Hugo E. Ratier</i>	09
Leite: produção familiar, mercado e saúde pública <i>Maria Ignez Silveira Paulilo</i>	31
A agroecologia e o desenvolvimento sustentável: uma construção teórica para a análise da agricultura familiar <i>Maria Jaqueline Elicher</i>	67
Agricultura familiar e agroecologia no município de Praia Grande (SC) <i>Josane Moreira de Costa</i>	93
A produção familiar e os desafios do mercado <i>Walquíria Krüger Corrêa</i> <i>Lúcia H. de O. Gerardi</i>	109

Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte <i>Leomar Luiz Prezotto</i>	133
Agroecologia: um processo que favorece ou desfavorece a legitimação do saber tradicional? <i>Janine Moreira</i>	155
A pluriatividade como fator de desenvolvimento do espaço rural do Médio Vale do Itajaí <i>Sérgio Roberto Maestrelli</i>	183
A modernização da agricultura familiar e as transformações no espaço agrário em Turvo (SC) <i>João Marcos Minatto</i>	203
Agricultura familiar: desequilíbrio ambiental e riscos sociais no município de São Ludgero/SC <i>Maurício Alves</i>	225
Normas para publicação	245

Apresentação

Com a crise do modelo urbano-industrial de desenvolvimento que está gerando cada vez mais desemprego e degradação do meio ambiente, sem falarmos nos problemas com a qualidade dos alimentos e da saúde da população, a discussão sobre a agricultura familiar sai das margens das teorizações, passando a ocupar um lugar central no pensamento social contemporâneo.

A Agricultura Familiar está presente no mundo todo de forma expressiva. Mesmo no Brasil, onde a concentração de terras é uma das maiores do mundo, temos que 85,2 % dos estabelecimentos agrícolas são familiares, segundo a FAO. Em Santa Catarina, aproximadamente 90 % das propriedades agrícolas possuem menos de 50 hectares.

Os trabalhos publicados nesta revista resultaram de um *workshop* interdisciplinar sobre, "Agricultura Familiar e Sustentabilidade", realizado em agosto de 2001 na Universidade Federal de Santa Catarina. Participaram geógrafos, antropólogos, sociólogos, psicólogos, biólogos e agrônomos. Ressaltamos a importância do trabalho dos bolsistas ligados ao Plano Sul de Pesquisa/CNPq/FUNCITEC, ressaltando especialmente o trabalho de Valdete Boni, na organização desta coletânea.

Maria Ignez Silveira Paulilo e Walquíria Krüger Corrêa

Rural, ruralidad, nueva ruralidad y contraurbanización. Un estado de la cuestión*

Hugo E. Ratier¹

Universidad de Buenos Aires

Resumem

Este artículo procura analizar la vigencia del concepto de ruralidad cuestionada por algunas interpretaciones que proponen su abandono o lo reducen a una representación construida. Autores ingleses y franceses, ante los cambios provocados por la globalización, utilizan nuevas categorías como contra-urbanización y nueva ruralidad. Tanto en nuestro continente como en Europa y Norteamérica pueden diferenciarse aquellos que pronostican el fin de lo rural y los que optan por actualizar el concepto pensando un campo donde lo agrícola no es ya dominante. Se muestra el peculiar significado de los conceptos aludidos en América Latina y se in-

Abstract

This article seeks to analyse the validity of the concept of rurality, questioned by some interpretations that propose its abandonment or reduce it to a constructed representation. English and French authors, facing the changes caused by globalization, use new categories like Counterurbanization and New Rurality. Both in our continent and in Europe and North America, we can distinguish between those that predict the end of the rural and those that actualize the concept, thinking in a countryside where agriculture is no longer dominant. The particular meaning of these concepts in Latin America is

* Rural, rurality, new rurality and counterurbanization. A revision

tenta sistematizar el panorama analised and systematized, presentado y sus implicancias para together with its consequences on los estudios rurales. the rural studies field.

Palavras-Chaves: Nueva ruralidad, agricultura familiar, pluriactividad. **Keywords:** New rurality, family farm, pluriactivity.

Introducción y alcances

Los conceptos que se discuten en el presente artículo no son demasiado populares entre los científicos sociales de estas latitudes. Parecen haber nacido en las particulares condiciones del viejo continente como producto de una aproximación física cada vez mayor de campos y ciudades. ¿De qué manera trasladaríamos esa problemática a los enormes espacios vacíos de nuestra América, donde productores aislados, privados a veces de servicios elementales luchan por llevar adelante su actividad económica y, en muchos casos, por mantener su forma de vida? ¿No es obvia y evidente entre nosotros la diferencia entre rural y urbano? He encontrado colegas que rechazan casi indignados la sola mención de ese material conceptual cuya utilidad niegan. Recordemos, sin embargo, la explicación de Marx acerca de la utilidad de su análisis del modo de producción capitalista para entender todo el desarrollo de la historia humana. “Es la mano del hombre la que explica la del mono”, afirmaba, palabras más o menos. Pensamos que ese criterio se aplica a nuestro caso.

Al contacto con ese marco conceptual, por ejemplo, fueron variando nuestras apreciaciones sobre ciertos datos de campo obtenidos en nuestras investigaciones recientes. En alguna medida aparecerían prefigurando movimientos semejantes a los acontecidos en Europa, con expresiones similares en Canadá o Brasil, países también con grandes espacios abiertos (o rus en su expresión latina, de donde rural). En otros países del continente, como veremos, a categorías como nueva ruralidad se le adjudican significados diferentes.

Trato en este artículo de reseñar, analizar, y comparar los alcances de los conceptos arriba enunciados en diferentes realidades tanto agrarias como académicas. Comienzo con la crisis de lo rural como categoría, incluyendo algunas propuestas de abandono o, según autores británicos,

su reducción a mera representación construida.. Tanto éstos como los franceses acusan el impacto que la globalización produce en sus países y procuran repensar sus campañas a través de caracterizaciones como la de contraurbanización o de neo-ruralidad.

Tanto en ámbito europeo-norteamericano como en nuestro continente señalo las diferencias entre quienes pronostican el fin de lo rural, y los que le adjudican nueva especificidad, en un campo no exclusivamente agrícola. Muestro la nueva valoración de dicho campo como lugar de residencia deseable para pobladores urbanos que lo reivindicaron y pugnan por conservar sus “virtudes”. Señalo, asimismo, el particular uso de los conceptos en discusión en América Latina, y concluyo con un intento de sistematización del itinerario recorrido y sus implicancias en cuanto a su uso en estas latitudes.

Soy consciente de que ésta es solo una primera aproximación, que son muchas las lagunas que habrá que llenar en el futuro y de ninguna manera pretendo alcanzar la exhaustividad. Sin embargo entiendo que los textos analizados marcan sin duda tendencias significativas en un terreno conceptual, por ahora, contradictorio y abierto a la discrepancia.

Ruralidad y globalización: perspectivas

Las previsiones en ciencias sociales, desde las clásicas de Durkheim, Marx o Weber hasta las de teóricos más recientes habían augurado una paulatina desaparición del espacio rural en pro de una urbanización progresiva, la transformación de la agricultura en una rama más de la industria y la conversión de los establecimientos agroganaderos en “fábricas verdes”.

Pero el boom de la segunda posguerra mundial acabó hacia los años 70, cuando, al decir de Marsden et alii (1992), sobrevino un período de cataclismos que aún estamos viviendo. Se desataron consecuencias económicas y sociales, y el problema se agravó con las sucesivas crisis de combustibles de los 70-80.

Teubal apunta el cambio de política estadounidense en los 70, cuando cesa la ayuda al exterior y se promueve la exportación de alimentos hacia el Tercer Mundo, procurándose remover el proteccionismo y los subsidios, con apoyo de organismos internacionales como el FMI y el Banco Mundial. Las economías se vuelven hacia la exportación

impulsándose cultivos no tradicionales verificándose, incluso, en algunos países, desabastecimiento de alimentos básicos en el mercado interno (TEUBAL 2001: p. 47-48).

Es el momento en que se gesta la llamada globalización, sobreviene la incertidumbre para los estados-naciones y las comunidades, el capital adquiere creciente movilidad, se imponen métodos de producción más flexibles, se desregulan y re-regulan estructuras políticas y sociales y, en el campo de las ciencias sociales, caen las viejas certezas que organizaban el panorama científico, erosionando las tradicionales divisiones entre disciplinas. La globalización enfatiza la interacción entre lo político, lo social y lo económico, sin que ninguna dimensión se revele dominante (MARSDEN et alii 1992:1).

Diversas tesis procuran interpretar estos cambios acelerados en el agro. Jean (1989:287-88) las sintetiza en dos tendencias: la que predica el fin de lo rural, y la que afirma que la categoría conserva todavía su especificidad. Hacia esa última se inclina el autor. Puede ser el fin de las sociedades rurales o de la hegemonía agrícola en los campos, admite, pero no el fin de lo rural. Hay intrusiones mutuas entre lo urbano y lo rural, y así como el campo se urbaniza, la ciudad también se ruraliza.

Bryan Mills (2000) por su parte, niega hasta la posibilidad de definir lo rural. Señala que como adjetivo está bien establecido en términos paisajísticos, designando espacios abiertos idílicos, o bien refiere a las economías en colapso de pueblos y aldeas, que luchan por sobrevivir en medio del desempleo y la decadencia de las industrias tradicionales. Dado que toda alusión científico-social al tema debe referirse por fuerza a la economía rural, la analiza y descalifica sus caracterizaciones más frecuentes. Unas, identifican como rural a las actividades ligadas a la tierra, y otras consideran como tal a cualquier emprendimiento económico situado en un área rural. Obviamente, esta última postura elude la definición de dicha área.

Mills (2000) muestra la arbitrariedad de algunas caracterizaciones pretendidamente rigurosas y con base estadística, como las que ligan lo rural a la distancia entre un sitio dado y ciudades de cierto tamaño. La elección de dicho tamaño es caprichosa. Otras suponen mayor presencia de ancianos en los campos, o una particular relación estadística entre sexos, lo que no se puede demostrar. Tampoco le convencen las diferencias de estructura industrial, en tiempos en que importantes industrias

eligen el campo como sede, o que en las ciudades se abren espacios agrícolas. Habla de un fetichismo de las cifras, que consiste en manipularlas para legitimar el preconcepto de los investigadores.

Finalmente observa que el progreso en las comunicaciones determina la existencia de entidades formadas por haces de actividades dispersas, que funcionan como unidades, a modo de ciudades: lo urbano es un rural contraído, sintetiza. Por otra parte la dispersión de pobladores con trabajo urbano viviendo en los campos, constituiría un urbano disperso. Todo se limitaría a una diferenciación estética, a una percepción de ruralidad que es la que definiría estos lugares, cuya condición (o “pureza”) se procura preservar. Es la deliberada conservación de esos paisajes la que conforma lo rural, y ambos supuestos polos (rural vs. urbano) se integran cada vez más. “El campo es en muchas instancias meramente una ciudad con un montón de pasto” (MILLS, 2000: p.4) afirma el autor para quien, sin embargo, la dificultad en definirla no autoriza a abandonar la noción. La percepción de ruralidad, de orden estético, inclusive con su precio de mercado, es una variable difícil de medir. Ruralidad sería un buen ejemplo de lo que los posmodernos llaman hiper-realidad, algo que solo tiene existencia virtual y cuyo poder discriminatorio o explicativo es dudoso.

Es decir, éste como otros autores sostienen que rural o ruralidad son representaciones deliberadamente construidas (V. MARSDEN et alii 1992; MURDOCH y MARSDEN 1994), como si la disminución real de los espacios campestres –cuya preservación en Inglaterra, por ejemplo, está protegida por ley- exigiera ese tipo de construcción.

Marsden et alii por su parte procuran desvendar el rol del espacio rural en la reestructuración de las economías capitalistas avanzadas. Al efecto, analizan las relaciones sociales emergentes en esos espacios, y postulan la necesidad de abandonar el lugar marginal que se otorgaba tradicionalmente a los estudios rurales, para integrarlos plenamente a las problemáticas centrales de la ciencia social contemporánea. Enfocan los desplazamientos de población hacia el campo, glosando lo que Newby observara: “por primera vez desde la Revolución Industrial el cambio tecnológico está permitiendo a las áreas rurales competir en un plano de igualdad con los pueblos y ciudades por el empleo”. Esto se liga a una valorización de los espacios abiertos y su consumo, lo que muestra la persistencia de una concepción arcádica de los campos, muy británica,

que siglos de industrialización no consiguieron opacar. En el siglo XX hay en Inglaterra casi una proporción inversa entre la importancia declinante de la economía rural y el creciente peso cultural de las ideas rurales.

Murdoch y Marsden (1994) abordan asimismo el tema de la ruralidad reconstituida a través de sendos trabajos en localidades inglesas, a las que consideran como lugares de encuentro de redes de relaciones sociales no necesariamente encerradas en fronteras geográficas. Glosan el progresivo traslado hacia las áreas rurales de una clase media que se torna allí dominante y analizan cómo ésta va modificando y conformando ese espacio, en interacción con poderes públicos, firmas privadas y órganos de planificación. Utilizan para ello el concepto de formación de clase. Los actores sociales plasman sus concepciones en el espacio, apoyan o combaten planes de desarrollo (esto último en marcos preservacionistas) y excluyen de esos constructos a otros actores, ejerciendo una discriminación social en nombre de los viejos valores campesinos. Una clase dominante creciente procura apropiarse y reconstituir en su beneficio el espacio rural ¹.

Este nuevo campo que reflejan los autores ingleses se muestra como ejemplo de un proceso que han bautizado como contraurbanización. Evidentemente solo puede darse en un paisaje europeo donde los espacios abiertos son escasos y el progreso en las comunicaciones acerca localidades. Si bien no usan el concepto de nueva ruralidad, o de neo-rurales, de hecho están mostrando una población rural de tipo inédito que crece constantemente en poder.

En trabajo pionero Mario Giuliani (1990), consigna que los franceses llaman neo-ruralismo al movimiento ocurrido en su país hacia los años 70 del siglo pasado, que revierte el proceso que otorgara a la ciudad

¹ Para la Argentina, el diario La Nación consigna el 26 de mayo de 2001, en su página 18, que en *Estancias del Pilar*, barrio cerrado o *country*, como se los denomina, se ha fundado *El Pueblo*. Éste estará abierto a toda la comunidad e intentará ser un punto de reunión e integración entre la gente de los barrios cerrados, *countries* y pueblos aledaños, en la localidad bonaerense de Pilar, con la filosofía de “volver a las fuentes” (sic). Se usó la fecha patria del 25 de Mayo y asistieron 1200 personas, entre ellas el Intendente Municipal y el Concejo Deliberante. Hubo desfiles gauchescos, empanadas y vino, músicas marciales y entretenimientos. “Es un lugar a puertas abiertas, pero con seguridad poco visible y efectiva gracias a la alta tecnología”, define el director del proyecto. “Es un emprendimiento humano más que comercial”, agrega. El Intendente lo considera la verdadera fundación de un nuevo pueblo. Por el momento cuenta con club, restaurante, centro cultural y sector residencial. Próximamente se agregará una clínica y una hostería. Al parecer se procuran revitalizar tradiciones nacionales, pero bajo estrictas normas de seguridad.

el papel de modelo de relaciones sociales. Ese concepto genérico, no muy preciso, expresa la idea de que “...una serie de valores típicos del viejo mundo rural, y que se pensaba estuvieran en vías de extinción, pasan por cierta revigorización y comienzan a ganar para sí la adhesión de personas de la ciudad” (GIULIANI, 1990: p.59; mi traducción). Distingue esa corriente de la originada en urgencias laborales que forzara a mucha gente a emigrar. El neo-ruralismo es producido por personas que deciden no trabajar más en profesiones urbanas ni vivir en la ciudad, resolviendo mudarse al campo y practicar la agricultura o la cría de animales.

En Francia se adjudica al neo-ruralismo una dimensión crítica y de ruptura con la mentalidad moderno-desarrollista, reevaluando al campo más allá de la conocida oposición tradicional-moderno. Es una nostalgia de lo rústico, pero no como concepción reaccionaria sino superadora de los estereotipos vigentes sobre el campesino, ora considerado primitivo y reacio al cambio, ora ensalzado como repositorio de la más pura esencia nacional. La preocupación sanitaria y ecológica frente a los alimentos producidos con aporte químico u hormonal y la consiguiente valorización de la agricultura orgánica o la cría natural de animales, aumentan el predicamento de esta particular “vuelta al campo”, que modifica las condiciones demográficas y culturales de la campaña.

Ya hay neo-rurales veteranos con sus propias organizaciones, destinadas “a las personas que hacen la elección de continuar a vivir o de ir a vivir al medio rural” (Ma petite 2002). Y se dibujan nuevas categorías, como los “neo-rurales separados de la tierra (hablamos de “pluriactivos sin base agrícola”, más que de neo-neo-rurales)” (Ma petite 2000; mi traducción). Es la llegada de esos nuevos rurales al campo la que entraña profundos cambios en la representación de lo rural y en el oficio de agricultor (Institut 2002).

Del lado campesino, en Francia, los productores, haciendo suyas reivindicaciones antes limitadas a las ciudades, comienzan a exigir mejoras en sus relaciones laborales y en el tiempo libre. Los urbícolas, por su parte, reclaman también condiciones de vida diferentes con base en una cultura del campo. Se produce, entonces, una convergencia.

El neo-ruralismo valoriza el espacio cotidiano volviéndolo soportable, deseable, consumible. Hay ciertas dimensiones paradójales, como la desterritorización y reterritorización que subvierte el antiguo modo de habitar y producir de la sociedad rural tradicional, pero por otro lado

instituye nuevas relaciones sociales, lo que es tomado como una ideología nueva de la tierra, que abreva en parte en esa forma antigua.

Es decir, se genera un movimiento ideológico que al valorizar la naturaleza y la vida cotidiana, busca la autodeterminación y el trabajo como placer, procurando la integralización del tiempo y de las relaciones sociales. Al mismo tiempo rechaza el espacio y el tiempo de la industria, la dictadura de los papeles productivos urbanos y el laberinto de relaciones secundarias que lo caracterizarían (GIULIANI, 1990: p. 63).

Maria José Carneiro, en su trabajo sobre una aldea francesa, prefiere hablar de rurbanización, lo que implica interrelación entre una cultura urbana y una de aldea, más que su sustitución. Se estaría procesando la creación de un nuevo orden social o de una nueva identidad de aldea, a la cual contribuyen los migrantes recientes de cepa urbana.

En la misma dirección Kayser, citado por Jean (1989: p.298), también analizando la sociedad francesa habla de la constitución de sociedades aldeanas en el marco de una nueva ruralidad, que podrían constituirse en verdaderas alternativas sociales y culturales accesibles a gran número de personas.

Mendras, con la misma base empírica, afirma que no son los campos los que funcionan como ciudades, sino que son las pequeñas ciudades las que funcionan como campos, y comparten con estos una misma trama social. También, para Canadá, se muestra la existencia de núcleos, por ejemplo en la misma Quebec, de migrantes rurales en las ciudades que, sin perjuicio de su integración al nuevo medio, procuran conservar sus costumbres y cultura (JEAN 1989: p.295-96).

Hasta ahora, entonces, aparecerían procesos y actores sociales diferentes en los escenarios europeos o canadienses:

1. Poblaciones de origen u ocupación urbana, que resuelven vivir en el campo e influyen en la construcción de otra ruralidad. Viven y gozan del campo, pero no trabajan en él. Son residentes rurales con trabajo urbano no agrícola.
2. Poblaciones que viven y trabajan en el campo en ocupaciones no agrícolas (ejecutivos de empresas de informática u otras de alta tecnología instaladas fuera de las ciudades), Son residentes rurales con trabajo no agrícola en sede rural.
3. Poblaciones integradas por individuos de anterior residencia y ocupación urbana que deciden mudarse al campo y trabajar en él en

ocupaciones ligadas a la tierra, basándose en una filosofía revitalizadora de la Naturaleza.. Son los neo-rurales propiamente dichos, o residentes rurales voluntarios con trabajo rural.

Esta caracterización es provisoria, pero en todos los casos señala un movimiento desde las urbes a los campos, y la instalación en ellos de poblaciones nuevas.

La nueva ruralidad en América Latina

¿Qué sucede en nuestro continente? Giuliani, con su caracterización precisa de los neo-rurales como migrantes voluntarios, muestra a estos últimos en Brasil, en la región serrana de Rio de Janeiro, dedicados a tareas productivas no tradicionales, con empleo de mano de obra, tecnología sofisticada y un fuerte apoyo de marketing. Son ricos. Si no lo fueran no podrían aventurarse en negocios de mucho riesgo. A su capital monetario se suma el cultural, ya que es entre su propio círculo social donde encuentran su clientela. Marca el autor la diferencia con los neo-rurales franceses cuya forma de producción es familiar, como la mayoría de los agricultores de aquel país. En Brasil se sigue la costumbre local y se apela al trabajo asalariado.

José Graziano da Silva bautiza como el nuevo rural brasileño a un complejo compuesto por cuatro subconjuntos:

- a) Una agropecuaria moderna basada en commodities y ligada a la agroindustria.
- b) Una serie de actividades de subsistencia consistente en agricultura rudimentaria y cría de pequeños animales que permite mantener una superpoblación relativa en el campo, junto con un ejército de trabajadores rurales sin tierra, empleo fijo ni calificación, excluidos por el proceso que generó el llamado agribusiness.
- c) Un conjunto de actividades no agrícolas vinculadas a la vivienda, al tiempo libre, a actividades industriales y a servicios, y
- d) Un conjunto de “nuevas” actividades agropecuarias localizadas en nichos específicos de mercado (GRAZIANO, 1999: p.ix).

El nuevo rural entonces se complejiza y solo el último subconjunto comprendería a aquellos que Giuliani –siguiendo a los franceses- denomina neo-rurales.

Graziano engloba en su concepto todo el panorama de transformaciones acaecidas en las dos últimas décadas del siglo pasado en el mundo y en su

país. Afirma que ya las ciudades no son más la industria y el campo no es ya lo agrícola, que la crisis del campo acompañó a la de la industria y sobrevinieron fenómenos como la flexibilización y la pluriactividad². En alguna medida ese nuevo rural representa la etapa que se ha dado en llamar pos-industrial y pos-fordista, pero también, para Mills, pos-rural. Estaríamos ante un nuevo paradigma, superador de aquello que los clásicos veían más como enfrentamiento de clases (rural = feudalismo terrateniente; urbano = capitalismo burgués) que de espacios geográficos³.

Sobre esa base Graziano analiza la situación europea y norteamericana, con la aparición de pobladores nuevos en ámbitos rurales, y señala la existencia de situaciones similares en Brasil, en particular en la región sudeste y en el estado de Sao Paulo. El empleo rural tiende a cambiar en perjuicio del agrícola y aparecen actividades ligadas a una población nueva. Por ejemplo los caseros de quintas (8% de la PEA paulista), el progreso en los transportes para trasladar a habitantes de espacios rurales a sus trabajos urbanos, el uso menos intensivo del suelo y del agua, en moldes ecológico-conservacionistas, y la aparición de emprendimientos nuevos en manos de lo que llamamos neo-rurales propiamente dichos.

Entre nosotros, en la Argentina, ya se aprecian ciertos desplazamientos de población hacia áreas suburbanas, como los llamados *countries* o barrios cerrados de la periferia de Buenos Aires. Los agen-

² Respecto a la pluriactividad, autores como Villafañe, Adad y Aguilar dudan de su novedad como práctica, señalando numerosos casos en los cuales se aplica y afirmando: "...no es una conducta que la actual crisis del agro ha generado, sino más bien ... la intensificación o... transparencia de una práctica que se venía desarrollando formando parte de la lógica familiar" (2000:13). Extraen sus conclusiones de trabajos empíricos realizados en el centro de la provincia de Buenos Aires, Argentina. En la misma línea Wanderley, que analiza la situación del Nordeste brasileño, considera a la pluriactividad propia de las familias agricultoras. "Frecuentemente —y afirmaría que cada vez más— la pluriactividad expresa una estrategia familiar adoptada, cuando las condiciones lo permiten, para garantizar la permanencia en el medio rural y los vínculos más estrechos con el patrimonio familiar" (2001:37; mi traducción). Jollivet y Eizner amplían la diferencia para Europa. Sobre la noción de pluriactividad, dicen que no es un tema nuevo "El avance de las investigaciones impone esa constatación: en el siglo XIX tanto como en el XVIII la excepción no es el pluriactivo, sino el monoactivo" (Jollivet y Eizner 1996:63).

³ El avance del capitalismo en el campo no supuso, como se postulaba, la generalización allí de la *forma salario* y otras características del sistema en la producción agroganadera. Miguel Murmis observa que, por el contrario, en la diversificación de formas productivas del capitalismo pos-fordista, "no solo aparece la existencia de una gama de formas de inserción en el proceso productivo ligada a nuevas formas de capital, sino también la generalización de las situaciones de inserción precaria, siempre vistas como tan típicas de la situación agraria" (Murmis 1998:209). El trabajo rural opera como modelo (no deseado) para el trabajo urbano.

tes inmobiliarios venden supuestas “virtudes rurales” a quienes resuelven escapar de los problemas urbanos: “estos espacios son ‘vendidos’ como mundos armoniosos, más cercanos a lo rural que a lo urbano, ‘naturales’, sin sorpresa, es decir previsible, en el opuesto de cierta visualización de la ciudad, como caótica, violenta, contaminada” (LACARRIEU , THUILLIER, 2001: p.3). Además de la designación inglesa *country* esos barrios suelen llamarse estancias o chacras, a veces individualizados: Estancias del Pilar, Estancia San Miguel. Lo suburbano se valoriza por su carácter semi-rural asociado a lo bucólico. Se supone que, al evitarse la muchedumbre citadina, “las distancias sociales entre los individuos bajan considerablemente: se recomponen en estos microcosmos cerrados comunidades estrechamente integradas, más características del ámbito rural que del ámbito urbano” (op.cit. p.12). Esa ruralidad sui-generis es rechazada por los auténticos habitantes del campo, de clase alta: “... una fuerte proporción de familias ‘tradicionales de campo’, aborrecen explícitamente este tipo de emprendimientos –considerando a los mismos una ‘mala copia’ de sus ‘campos’, ubicados incluso en zonas más distantes” (op.cit. p. 14)

En las urbanizaciones privadas argentinas ese trastrueque de valores entre campo y ciudad rompe con la concepción tradicional europea de lo urbano como civilización y progreso frente al atraso del campo, agudizada entre nosotros por la oposición sarmientina civilización-barbarie⁵. En nombre de la “calidad de vida” lo urbano se identifica con lo malo, y el campo con lo bueno. Claro que lo campestre es apenas un ingrediente en la constitución urbanística de los barrios cerrados (LACARRIEU , THUILLIER, 2001: p.16).

Nueva ruralidad ¿Descripción o proyecto?

En diversos foros de Hispanoamérica el uso del concepto de nueva ruralidad adquiere dimensiones diferentes. Ávila Sánchez, mejicano, reseña los efectos de la economía neoliberal sobre los espacios rurales, donde conviven una agricultura “moderna” que produce para exportar, con los viejos estratos campesinos. Menciona las estrategias de supervivencia de estos últimos en tan complicada situación. Califica a la nueva ruralidad como proceso, que identifica “...como el conjunto de políticas económicas y sociales mediante las cuáles tienen lugar una serie

de transformaciones en la existencia y dinámica de los territorios rurales” (1999: p.3, énfasis mío). El neoliberalismo procuraría impulsar esa nueva ruralidad hacia el afianzamiento de estructuras mercantiles y empresariales.

La neo-ruralidad latinoamericana concebida por ese neoliberalismo, advierte el autor, es muy distinta a la existente en Europa, donde se readecuan los espacios rurales, se siguen vinculando con la agroindustria y aparecen nuevas actividades (segunda residencia, turismo) ligadas a la contraurbanización. O sea que la neo-ruralidad en nuestro continente consistiría en la imposición de determinadas políticas, a la que el articulista propone oponerle criterios de análisis y de acción diferentes. Se niega específicamente todo parentesco con la situación de los países centrales. En este contexto, pues, nueva ruralidad es simplemente la ruralidad afectada por la política globalizante neoliberal, y de ningún modo genera movimientos poblacionales novedosos o cambios sociales notables.

Sería ésta también la conceptualización vehiculada, para la Argentina, por Norma Giarracca. La nueva ruralidad se piensa en función de los intensos cambios acaecidos en nuestros países “donde coexisten empresas de alta complejidad tecnológica, empresas que forman parte de ‘grupos económicos’ extra-agrarios transnacionalizados, empresas del agroturismo, con mundos rurales heterogéneos con campesinos, productores medios y trabajadores rurales segmentados por los procesos de mecanización, grupos étnicos y nuevos desocupados. Todos ellos están presentes en las nuevas arenas tratando de imponer o adaptarse a las nuevas reglas del juego...” (GIARRACCA, 2001: p.11). La producción agraria se descentra, y convive con lo no agrario, y ello trae modificaciones en el desarrollo rural, que se vuelve concepto polisémico (id.: 12). Nueva ruralidad aparece como categoría descriptiva de la situación del campo contemporáneo, categoría que se imagina también como plural: en los artículos agrupados por la compiladora. En ellos, dice, “se registra una visión amplia que permite vislumbrar tendencias de cambios y aspectos que hacen a las ‘nuevas ruralidades’ “ (op.cit. p.13)

Miguel Teubal, para América Latina en general, ve asimismo la consolidación del sistema agroalimentario, las políticas liberales y de ajuste en el medio rural, como los “...factores que influyen significativamente sobre la ‘nueva ruralidad’ en ciernes en América Latina” (TEUBAL, 2001: p. 61).

Para el Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA) la Nueva Ruralidad es “una lectura renovada de lo rural”. Se fundamenta en la realidad actual y en una propuesta para orientar el carácter de los ajustes en las políticas de desarrollo sustentable, basada en documentos internacionales como los producidos en la Cumbre de la Tierra y en la de las Américas (1992-1994). La visión de una Nueva Ruralidad plantea modificar los enfoques dominantes y marchar hacia un proceso articulado entre lo económico, el medio ambiente, la estructura social, la conformación sociocultural, las estructuras político-institucionales, los nuevos movimientos y actores sociales que pueblan el medio rural. “El desarrollo de nuevos conceptos sobre la ruralidad y acciones oportunas y pertinentes, en la visión, propósitos y medidas para un desarrollo sostenible configuran el espíritu de la “Nueva Ruralidad”” (NUEVA, 2000: p.8).

La nueva ruralidad aparece aquí como una política nueva, a construir, o sea un desideratum (IICA 2000:1).

Los colombianos, en reciente foro que tuviera como tema: “Nueva Ruralidad: Una visión moderna del Sector Rural” parecen marchar en el mismo sentido. Rafael Echeverry Perico inscribe sus reflexiones al respecto en el desafío de definir un proyecto nacional para su patria. Critica las formas de analizar la situación del conturbado campo colombiano, propone otros criterios para medir el peso de lo rural en el país, se opone a los prejuicios que ven a lo rural como atrasado y a lo urbano como progresista, y afirma:

“La realidad es radicalmente diferente. Los últimos análisis realizados sobre el comportamiento del sector rural, en Colombia y América Latina, han demostrado la estrechez de estas interpretaciones y un concepto de nueva ruralidad ha comenzado a abrirse paso, como una forma de reconocimiento de la realidad rural. Esta nueva forma de leer la ruralidad trae como consecuencia el cambio de los indicadores simples de peso relativo del sector rural...”(demostrando que su peso es mucho mayor en el contexto nacional) (ECHEVERRY, 2000: p.2; énfasis mío)

La nueva ruralidad, en este caso, aparece como un instrumento analítico utilizable para plantear políticas nuevas respecto al medio rural. Poco que ver, nuevamente, con lo que conceptualizan los autores europeos, y aún los brasileños.

Balance y conclusiones

Evidentemente los acontecimientos ocurridos en el mundo agrícola a partir de la década de 1970, tanto en Europa como en nuestro continente, cambiaron sensiblemente el escenario rural. La propia categoría ruralidad resultó cuestionada, al punto de que cierta bibliografía (Miller, Marsden) la considera solo una representación deliberadamente construida, y con escaso valor descriptivo o explicativo. Cae también la otrora dominante dicotomía rural-urbano, hablándose hoy de un acercamiento entre esos supuestos polos, al punto de hacerse dificultosa su individualización. Se propone para superarlos su consideración como un continuo (SIQUEIRA, OSORIO, 2001: p.75), en un asombroso revival de añejas categorías redfieldianas no siempre reconocidas como inspiración por muchos sociólogos (Cfr. Redfield 1947, 1962). Tanto en Estados Unidos como en Francia se complejizan las caracterizaciones que buscan aprehender la relación rural-urbana, ya no pensada en términos polares sino como contacto entre entidades complejas (ciudades metropolitanas y no; polos rurales; pueblos) (ABRAMOVAY, 2000: p.15-20).

Como fenómenos nuevos se producen desplazamientos de pobladores citadinos hacia zonas rurales, fenómeno que los ingleses denominan contraurbanización. En Gran Bretaña tales pobladores serían de clase media y valorizarían las condiciones de habitabilidad de su nuevo entorno, intentando protegerlo de alteraciones en su ecología, desde posturas francamente proteccionistas. A ello se une un afán participativo de esa población a nivel de gobierno, asumiendo posiciones institucionales en las aldeas, complejos habitacionales u organismos de planificación. Ese avance en el poder local justificaría medidas de exclusión social que permitirían mantener en los campos formas de convivencia consideradas típicamente británicas, en comunidades que se quieren étnica y socialmente homogéneas.

En Francia, si bien se registra un fenómeno similar de residencia campestre para gente de ocupación urbana, se consigna también la aparición del neo-ruralismo, mudanza voluntaria de la ciudad al campo,

pero para asumir en él actividades productivas vinculadas a la tierra o al paisaje. A ello se une la constitución de sociedades aldeanas (Kayser) o culturas de aldea (Carneiro). Esa re-construcción cultural, que algunos llaman rurbanización vuelve a poner en vigencia elementos culturales campesinos, como la valorización del tiempo, el placer de trabajar, la tranquilidad de una vida con menos apremios y la libertad que todo esto representaría. Al mismo tiempo el campesinado hace suyas reivindicaciones urbanas como la limitación del horario de trabajo, el derecho a vacaciones y al tiempo libre.

A nuestro entender esos movimientos socioculturales son los que marcarían la impronta europea de esta nueva ruralidad, replicada en algunos casos en el norte del continente, como en Canadá, donde se rediscute la supuesta desaparición de la ruralidad y la generalización de la condición urbana.

Para América Latina, en el caso de Brasil (V.GIULIANI, 1990; GRAZIANO, 1999) se analizan fenómenos semejantes. Es decir, se trata de dar cuenta de cambios de tipo sociocultural que se suceden en regiones campesinas cuyos habitantes, antiguos o recientes, construyen una cultura donde lo rural y lo urbano se entrelazan en formas nuevas.

En otros países del continente, en cambio, la nueva ruralidad es vista como resultado de imposiciones estructurales, tales como las que supone la globalización y el neoliberalismo, sin destacarse el papel activo de los agentes sociales involucrados. A esto se le opone el concepto de nueva ruralidad como proyecto, una propuesta de políticas que saquen a los campos de su estancamiento y valoricen, por ejemplo, el aporte de los campesinos chicos y medianos. Esta misma postura asumieron, en Canadá, los Estados Generales del Mundo Rural, reunidos en Quebec en febrero de 1991 quienes, en busca de un modelo de desarrollo sustentable, se proponen la edificación de una nueva ruralidad. Al efecto proclaman:

“Para este compromiso nosotros nos ubicamos resueltamente junto a aquellas y aquellos que trabajan para inventar y hacer crecer una nueva sociedad rural y nunca junto a aquellos que consideran a la desertificación del espacio rural como una fatalidad” (Solidarité 1997: p.2; mi traducción).

Sintéticamente, entonces, tendríamos:

I. Acerca de lo rural y la ruralidad.

Posiciones que mantienen la categoría. Hay sucesivos intentos de aproximación estadística y complejización tanto de lo rural como de lo urbano y sus relaciones, apartándose de las concepciones polares simplistas.

Pese a la confusión en cuanto a definiciones, se registra, asimismo, cierto acuerdo en torno a tres características recurrentes de lo rural, que justificarían mantener su especificidad:

- a) La estrecha relación con la Naturaleza.
- b) La relativa dispersión poblacional.
- c) La peculiar relación con las ciudades teniendo en cuenta su complejidad (Abramovay 2000).

Posiciones que niegan la vigencia de la categoría: Reducción del concepto a lo paisajístico (el espacio abierto, idílico, casi único equivalente de La Naturaleza) y construcción deliberada –con gran apoyo en lo ecológico- de lo rural. Más extremo es un escepticismo total en cuanto a la posibilidad de definirlo, enfatizándose el carácter de mero constructo del concepto, cuya utilidad explicativa se juzga nula.

II. Acerca de los nuevos pobladores rurales:

Habría tres tipos de situaciones, siempre con bases más fuertes en Europa y el norte de nuestro continente, pero con expresiones en América Latina:

1. Contraurbanización, vigente en Inglaterra Es la migración al campo de clases medias que valorizan lo rural como entorno residencial. Pueden vivir en el campo y trabajar en la ciudad, o efectuar en el primero toda su actividad no agrícola (fábricas o empresas en el campo).

2. Neo-ruralidad propiamente dicha. Es la mudanza de habitantes urbanos al campo donde emprenden actividades agrícolas innovadoras, de nuevo tipo. Supone un movimiento social que revigora elementos de la cultura campesina y predica las ventajas de vivir en el campo. Se integra con la llamada rurbanización y con las nuevas culturas aldeanas, actualización de elementos campesinos en un contexto contemporáneo.

Estas últimas suponen la confluencia de nuevos y viejos rurales en la construcción de principios comunes.

3. Ruralización urbana: Evidenciada por la presencia de elementos culturales rurales en el medio urbano, llevados por migrantes o bien presentes en pueblos donde la red de relaciones campesinas tiene continuidad. Bruno Jean la señala para los quebequenses de origen rural, y también para ciudades del Tercer Mundo, donde las ruralidades presentes en la vida urbana parecen estar para quedarse. Tal el caso de Abidjan, en Africa (Jean 1989:299-300). Villafañe también lo muestra para la Argentina y lo mismo se sostiene en Brasil. En algunos casos, y en función de esta convergencia, se prefiere sustituir sociedad rural por sociedad local (Villafañe 1998-99:89) o espacio local (Wanderley 2001:33) como categorías abarcadoras, sin desconocer la especificidad rural.

III. La nueva ruralidad como proceso en América Latina:

De la bibliografía examinada emergen dos posturas contrastantes.

1. Los restos del naufragio. Concebida como imposición de políticas globalizantes neoliberales, y por tanto con signo negativo, remarcando la precariedad laboral, la flexibilización que incluye el abandono de la agricultura exclusiva (pluriactividad o agricultura part-time), el éxodo hacia las ciudades, la concentración de la propiedad, etc. La nueva ruralidad se muestra como lo que quedó del campo luego de la ofensiva de esas nuevas fuerzas socioeconómicas (Ávila Sánchez 1999; Giarracca 2001; Teubal 2001). Designa ese agro expoliado y empobrecido cuyos habitantes tratan de sobrevivir. Es de suponer que tal nueva ruralidad debe ser superada y eliminada, no es algo deseable. En alguna medida, Graziano da Silva (1999) se ubica en esta postura.

2. El agro solidario del futuro. Imaginada como oposición activa a la política globalizadora, valorizando lo campesino y proponiendo alternativas a lo anterior. La nueva ruralidad sería algo por existir, una propuesta superadora del desastre neoliberal. Para poner en marcha ese programa se convoca a los campesinos, los pequeños productores, los patriotas en general. Es la misma postura vigente en Canadá (IICA. Etcheverry 2000, Solidarité 1997)

Resulta interesante en esta discusión el afinamiento conceptual respecto a las categorías rural y ruralidad, la superación de antiguas dicotomías y una relativización que enriquece su potencial analítico. Es significativo que no se registren entre nosotros negativas radicales a la vigencia de tales categorías. Nuestro constructivismo no es tan extremo como para reducir lo rural a una realidad virtual. Mas bien se señalan las posibilidades del campo como sede de movimientos solidarios que algo pueden enseñar al ciudadano. Si nos miramos en el espejo de los zapatistas chiapanecos, del MST brasileño, o de los múltiples movimientos campesinos que aparecen en el continente y en nuestro país, se evidencian las posibilidades renovadoras incubadas en nuestros campos, extensibles a toda la sociedad.

Las dos posturas que señalamos sobre la nueva ruralidad como proceso en el continente cumplen (mal) una mera función descriptiva. Designar como “nueva” a la ruralidad resultante del proceso de globalización nos parece demasiado coyuntural. ¿Cuánto tiempo continuará siendo “nueva”? Si adjudicamos novedad a todo cambio socioeconómico ocurrido en el área rural, debimos haber hablado de nueva ruralidad en el tiempo de la revolución verde, o de la agriculturización de la región pampeana o, yéndonos más atrás, cuando la llegada de los frigoríficos alteró nuestra pecuaria.

La nueva ruralidad como propuesta ideológica a implantar, restituyendo la solidaridad y orientando políticas hacia la ruptura con la situación actual (o sea, paradójicamente, una nueva ruralidad para superar otra nueva ruralidad descripta por la conceptualización anterior) tampoco tiene demasiada utilidad científica o práctica. Si matematizáramos la controversia otorgando signo positivo y negativo a ambas aproximaciones, éstas se anularían.

Ubicándonos en un punto de vista más sociológico y cercano a los actores, me parece que el uso de nueva ruralidad para calificar novedades de otro tipo, como el traslado de pobladores urbanos a las áreas rurales, con su correlato ideológico de la reivindicación de valores campesinos, es más promisorio. Ese movimiento de actores sociales, como el de las clases medias inglesas invadiendo la campiña, el de los franceses mudándose a granjas y aldeas o los atisbos de esos procesos en nuestro continente, es decir, las actividades de los que llamé neo-rurales propiamente dichos, si merecerían, a mi criterio, integrarse categorialmente en algo llamado nueva ruralidad.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. *Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. Campinas, IPEA, 2000.

SÁNCHEZ, H. Á. La dinámica actual de los territorios rurales en América Latina. *Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, n. 45 (40), 1 de agosto 1999. <http://www.ub.es/geocrit/sn-45-40.htm>

CARNEIRO, M. J. *Camponeses, agricultores e pluriatividade*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.

ETCHEVERRY, R. *La nueva ruralidad y el desarrollo*. Documento Base. Bogotá: 2000. http://agro.colombia_siglo_21.net/foro/ruralidad/index.html.

GIARRACCA, N. (Comp.). *¿Una nueva ruralidad en América Latina?*. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

GIULIANI, G. M. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n. 14, año 5, oct. 1990. p. 59-67.

GRAZIANO da SILVA, J. *O Novo Rural Brasileiro*. Campinas: Unicamp, 1999.

IICA. *Nueva ruralidad*. Area 4. Desarrollo rural. <http://www.iicanet.org/rural/nueva.asp>.

INSTITUT NATIONAL POLYTECHNIQUE DE TOULOUSE – Laboratoire de dynamiques rurales. *Themes de Recherche*. Disponible en: <http://www.inp-toulouse.fr/recherche/laboratoires/dynam_rurale/dynam_rurale.shtmlf>. Acceso 30-04-02

JEAN, B. La question rurale: la ruralité et sa sociologie. En: *Recherches sociologiques*. v. 20, n. 3, Louvain 1989. p. 287-309.

LACARRIEU, M. B. y THUILLIER, G. *Las urbanizaciones privadas (countries y barrios cerrados) en Buenos Aires: ¿Qué significa el ‘cierre’ para la ciudad y sus habitantes?*. Buenos Aires, 2001, mimeo.

Ma petite entreprise... néo-rurale. En: *La Gazette des Villages Dossier*. Disponible en <http://www.netvox.org/ardeche/asfodel.htm>. Acceso: 30-04-02

MARSDEN, T, MURDOCH, J, LOWE, P, MUNTON, R y FLYNN, A. *Constructing the countryside*. London: UCL Press, 1992.

MILLS, B. *Why the Search for a Definition of Rurality may be a Fool's Errand*. Londres 2000. <http://www.users.globalnet.co.uk>.

MURDOCH, J. y MARSDEN, T. *Reconstituting rurality: class, community and power in the development process*. Londres: UCL, 1994.

MURMIS, M. El Agro argentino: algunos problemas para su análisis. En: GIARRACCA, N. y CLOQUELL, S. (comp). *Las agriculturas del Mercosur: el papel de los actores sociales*. Buenos Aires: La Colmena-Clacso, 1998; p. 205-248.

NUEVA RURALIDAD/Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura. *Dirección de Desarrollo Rural Sostenible*. San José C:R: IICA, 2000.

REDFIELD, R. The folk society. *American Journal of Sociology*. LII, enero 1947; p. 293-308.

REDFIELD, R. *The little community*. Chicago: Chicago University Press, 1962.

SIQUEIRA, D. y OSÓRIO, R. O conceito de rural. En: GIARRACCA, N. (Comp.). *¿Una nueva ruralidad en América Latina?*. Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 67-80.

TEUBAL, M. Globalización y nueva ruralidad en América Latina. En: GIARRACCA, N. (Org.). *¿Una nueva ruralidad en América Latina?*. Buenos Aires: CLACSO, 2001, p. 45-65.

VILLAFañE, A. G. Procesos globales y consecuencias locales. El caso de comunidades de la pampa bonaerense argentina. *Etnia*. Olavarría 1998/99. n. 42-43, p. 85-103.

WANDERLEY, M. de N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. En: GIARRACCA, N. (Comp.). *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO, 2001, p. 31-44.

Leite: produção familiar, mercado e saúde pública*

Maria Ignez Silveira Paulilo¹

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

Verificando a compatibilidade entre a produção leiteira catarinense e políticas de especialização dos produtores, percebemos uma “relação amigável” entre produtores tradicionais e indústria. Encontramos que: a) embora o produtor tenha uma cota de leite fixa a ser entregue no verão (quando se produz mais) e no inverno, o leite “de excesso” é comprado a preço mais baixo e não rejeitado; b) os produtores tradicionais se responsabilizam por pequena parte da quantidade beneficiada, porém as empresas estão frente a uma demanda crescente e buscam novos

Abstract

Verifying the compatibility between dairy production and the policies that try to improve the specialization of producers, we found a “friendly relationship” between traditional producers and the milk purchasers because: a) although the producer has a quota of milk that must be delivered, “excess” milk is bought at a lower price so it is not rejected by the companies; b) small producers are responsible for a small part of the amount received by the companies, however dairy industry is facing an increasing demand and disputing new markets; c) producers are

* Milk: family farm, market and public health

¹ Doutora em Antropologia Social/UFRJ. Professora Titular do Depto de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisadora do CNPq.

mercados; c) o produtor teme investir na atividade devido à insegurança da política agrícola e o baixo preço do produto; d) a produção especializada, nos países ricos, tem provocado surtos alarmantes de doenças enquanto aumenta a preocupação com qualidade de vida e meio ambiente; e e) há experiências bem sucedidas com sistemas de produção menos agressivos à saúde e à natureza viáveis entre pequenos produtores.

loath to invest in this activity due to uncertainty about agricultural policy and low milk prices; d) because of new technologies and the confined system in developed countries, the herds are suffering from serious diseases while the population is increasingly concerned with leading a healthy life style; and f) successful experiences combining family farm and organic production are possible nowadays.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Produção Orgânica; Industrias de Leite.

Keywords: Dairy industry; family farm; organic production.

Esta pesquisa foi realizada em janeiro de 1996² e uma versão preliminar foi apresentada, neste mesmo ano, durante o XXXVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural - SOBER e publicada nos anais sob o título “*Leite: o discurso da especialização e seus mistérios*”. O ritmo da vida acadêmica nos impediu de retomar o artigo até agora (julho de 2001), porém consideramos importante fazê-lo dada a intensificação de processos que identificamos há cinco anos, o que torna nossas conclusões atuais. Conservamos a mesma estrutura do texto original, atualizando os dados sempre que possível. Como todas as informações estão datadas,

² A realização desta pesquisa não teria sido possível sem o apoio financeiro do CNPq e o trabalho dedicado de três bolsistas: Alessandra Bueno De Grandi e Marineide Maria Silva, no primeiro momento, e Valdete Boni atualmente. Agradecemos também a leitura cuidadosa deste texto, acompanhada de valiosas críticas e sugestões, de Rodrigo Nogueira Giovanni, engenheiro agrônomo, mestre em Ciência dos Alimentos, e dos professores doutores Luiz Fernando Scheibe, geógrafo, e Maria Terezinha Silveira Paulilo, bióloga. E mais um agradecimento pelas informações generosas de um dos especialista em produção leiteira do Instituto CEPA/SC, engenheiro agrônomo Tabajara Marcondes. Os erros, como é de praxe, são meus.

cremos que não haverá perigo de confusão entre o que se refere ao momento da pesquisa e o que foi levantado posteriormente. Algumas informações da primeira versão poderiam até ser substituídas por outras mais recentes, mas preferimos conservá-las para mostrar como, nos últimos anos, houve mudanças significativas.

O objetivo da investigação foi verificar a compatibilidade entre as tendências atuais da produção leiteira em Santa Catarina e o discurso bastante linear da importância da especialização dos produtores, elaborado e defendido tanto pelas indústrias de beneficiamento/industrialização como pelas cooperativas e órgãos públicos voltados para o meio rural.

Como especialização, entende-se que o leite deva deixar de ser um produto secundário na propriedade, como é em quase todas, e que o produtor deva fazer investimentos para vencer a sazonalidade desse produto, o qual, se depender só das condições naturais, é mais abundante no verão, quando há mais pastagens, que no inverno. Não significa necessariamente profissionalização. Como a maior produtividade se dá no verão, há produtores não-especializados que só vendem nesta época e são chamados de “safristas”.

a) Produção leiteira nos anos 90.

A década de 90 inicia-se com duas mudanças relevantes: o fim do tabelamento, ou seja, a liberação do preço do leite em julho de 1990 e o Mercosul. O tabelamento foi decretado em 1945 e, na verdade, a liberação efetiva do preço só ocorreu em 1991. O decreto fixava os valores a serem pagos ao produtor e pelo consumidor. A justificativa para tal procedimento foi a de que tanto os produtores quanto os consumidores, por estarem desarticulados, sofriam a imposição de preços efetuada por industriais e comerciantes. Esse tabelamento, porém, serviu mais como um mecanismo de política de abastecimento, usado para incentivar a produção em momentos críticos, que como um elemento de defesa dos interesses dos dois grupos (COLI, 1992).

Durante o longo período do tabelamento, 45 anos, o leite produzido no país foi classificado em “A”, “B” e “C”. Segundo Escoteguy (1993, p.38), esta nomenclatura surgiu em 1953, por intermédio de uma regulamentação da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos

de Origem Animal. Até hoje tal classificação persiste. O leite tipo “C” é o mais barato e parte de sua gordura é retirada, permanecendo 3%. A quantidade subtraída é usada na fabricação de derivados, especialmente manteiga e creme de leite. Ele provém de rebanhos cujos animais não recebem regularmente controle veterinário. A ordenha é manual, feita em estábulos rústicos. O leite “B” vem de vacas com maior controle veterinário e a ordenha, tanto manual quanto mecânica, é feita em estábulos com piso de concreto e paredes de azulejos. O produto mantém o teor integral de gordura (3,5% a 4,05%) e é pasteurizado e resfriado imediatamente após a coleta, seguindo para os laticínios. O leite “A” é ordenhado em circuito fechado, isto é, não sofre contato manual pois a retirada do produto é sempre feita mecanicamente. O estábulo tem alto padrão de higiene e o leite segue através de tubos para o resfriamento e a pasteurização, sendo ensacado no próprio estabelecimento (GUIRRO, 1995).

Os três tipos de leite variam também quanto ao grau de pureza, que é crescente do “C” ao “A”. O tipo “C” pode ter até um máximo de 150 mil unidade formadora de colônias de bactérias - UFC e cinco coliformes por mililitro. O “B” tem um máximo de 40 mil Unidade Formadora de Colônia - UFC e dois coliformes por mililitro. Para o “A”, os padrões são 10 mil UFC e nenhum coliforme por mililitro. Os três tipos devem ser isentos de coliformes fecais, porque estes são nocivos. Embora o “C” seja o mais impuro, ele está de acordo com as normas do Ministério da Saúde (Id. Ibid.), por isso seus produtores se indignam com sua associação com falta de higiene e nocividade. Quanto há leite fora das normas no mercado, o problema é de fiscalização, pois os testes são feitos nos postos de recebimento.

A diferença entre o leite vendido em sacos plásticos e o vendido em caixa, conhecidos popularmente como “leite de saquinho” e “leite de caixinha”, está no processamento e não na origem. Enquanto o primeiro é pasteurizado, o segundo é esterilizado a 140 graus centígrados durante 4 segundos, o que reduz a possibilidade de contaminação. A embalagem hermeticamente fechada impede a proliferação de microorganismos, por isso o leite pode ficar fora da geladeira até ser consumido, daí o nome Longa Vida ou Ultra High Temperature - UHT. Ele pode ser adquirido na forma integral, desnatado ou semi-desnatado (Id. Ibid.).

A segunda mudança relevante foi a criação, em 26 de março de 1991, do Tratado de Assunção que dava início à formação de um bloco econômico entre os quatro países do Cone Sul - Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, à semelhança do que aconteceu em outras partes do mundo. Podemos dar como exemplo a Comunidade Econômica Européia - CEE, depois União Européia - EU e o Acordo de Livre Comércio da América do Norte - NAFTA. O acordo estabeleceu uma série de medidas visando a integração dos mercados dos países membros. São elas, a livre circulação de bens, serviços e fatores de produção; harmonização das políticas aduaneiras; posicionamento comum frente a países não membros; e ajustamento das políticas econômicas. As tarifas alfandegárias foram sofrendo redução progressiva até atingir a alíquota zero, em janeiro de 1995. A previsão era de que o Mercosul influenciasse significativamente a produção de leite no Brasil, tendo-se em vista que na Argentina e no Uruguai esta atividade estava mais bem consolidada, apresentando melhores índices de produtividade e qualidade superior do produto e seus derivados. Segundo a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI - no início da década de noventa, os custos médios em dólares da produção de leite nos três Estados do Sul, Brasil e Argentina eram: Rio Grande do Sul - 0,220; Paraná - 0,246; Santa Catarina - 0,265; Brasil - 0,232; e Argentina - 0,117. O alto custo brasileiro comparado com o do país vizinho devia-se ao fato de que a Argentina possuía clima, solo e nível técnico dos produtores mais favoráveis e o preço dos insumos era mais barato lá que aqui.

Apesar do muito que se falou das alterações no mercado que o Mercosul provocaria de imediato, discurso dirigido especialmente aos pequenos produtores, exortando-os a se especializarem ou se prepararem para sair do mercado, dados do Departamento Sindical de Estudos Rurais - DESER (1995, p. 11-12) mostram que, até o final de 1993, o novo bloco comercial não havia provocado nem redução de preços, nem aumento das importações dos produtos lácteos e, mais que isso, não tinha havido mudanças na falta de regularidade nas importações brasileiras de produtos lácteos procedentes dos países do Mercosul, fato observado desde 1985. Essas importações haviam sido de cerca de 6% da produção nacional em 1990, passaram para 8% em 1991, caíram para 2,5% em 1992 e subiram a 4,5% em 1993.

Isto acontece porque o que explica a variação é menos a oferta do produto que o poder de compra da população que oscila muito no Brasil. Devido à natureza da produção leiteira, ela só consegue responder a um grande aumento de consumo a médio prazo, o que faz com que, não havendo estoques reguladores, a importação seja a única saída.

Do que acabamos de dizer não deve ser deduzido que a criação do Mercosul não tenha importância enquanto aumento da concorrência. Tem sim, porém, a excessiva ênfase na sua influência, segundo percebemos durante a pesquisa, é uma maneira de não se falar de sérios problemas internos, existentes antes e depois do novo acordo, para os quais pouca solução está sendo dada.

Segundo dados do DESER para 1995 e 1996, os mais de quarenta anos da política de tabelamento do preço do leite, onde o objetivo maior era o consumidor urbano e não o produtor, trouxe desestímulo ao setor. Se desprezarmos as variações anuais, os especialistas são unânimes em dizer que o Brasil possui o segundo maior rebanho leiteiro do mundo, mas é o sexto país em termos de produção e em produtividade está bem abaixo dos 15 principais países produtores, apresentando uma média de 852 litros/vaca/ano, vindo logo abaixo da Índia cujo índice é de 1.000 litros/vaca/ano. Os Estados Unidos atingem cerca de 7.500 litros/vaca/ano e a Holanda e o Reino Unido, em torno de 6.250 litros/vaca/ano cada. No Brasil, em 1996, os maiores estados produtores de leite eram, em ordem decrescente, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Bahia. Porém, dados do Instituto de Planejamento e Economia de Santa Catarina - CEPA, publicados em 2000, informam que Goiás já está se tornando o segundo produtor nacional, superado apenas por Minas Gerais, e que a produção de São Paulo e Rio Grande do Sul são tão próximas que fica difícil hierarquizá-las. Segundo a mesma fonte, esta ordem se modifica quando se fala em produtividade, pois nos anos de 1995/1996, os três estados do sul estão na liderança, com uma produtividade média de 1719 litros/vaca/ano, contra 1.605 litros/vaca/ano em Minas Gerais e 1662 litros/vaca/ano em São Paulo. Santa Catarina continua sendo o sexto produtor nacional, participando com 5% do montante total.

O tabelamento, além de reforçar os termos de troca desfavoráveis aos produtores, provocou grande importação de leite em pó para forçar a baixa do preço (EPAGRI, 1995, p. 66-67). A mudança na política do

Governo Federal tem provocado significativos rearranjos e intensa polêmica a respeito da importação de produtos lácteos, principalmente quando há subsídios para os produtores no país de origem.

Em 1995, temos, no Brasil, uma disponibilidade *per capita* de leite e derivados em torno de 100 litros/ano, ou apenas 273 ml/dia. Como esta cifra deriva de uma média, sabemos que entre a população pobre o consumo é bem menor. Enquanto isso, a FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - recomenda o consumo de 700 ml/dia para gestantes, crianças, adolescentes e idosos, e 500 ml/dia para adultos (DESER, 1995, p.11). Mesmo importando, o país não resolve o problema. Nesse mesmo ano, 1995, foi importado o equivalente a 3,9 bilhões de litros na forma de leite em pó e derivados. Como o Brasil destinou 10,6 bilhões de litros, do total de 18 bilhões produzidos, aos laticínios sob inspeção federal, temos que o montante importado representou 36,7% desta produção. Em 1998, foram importadas cerca de 260 mil toneladas de leite em pó. Embora a produção leiteira do Brasil tenha aumentado, passando de 12.846.418 mil litros em 1985 para 17.931.249 mil litros em 1995/1996, dados relativos a 1999/2000 ainda o fazem ser considerado como um grande importador de leite em pó (DESER, 1999, 2001 e Instituto CEPA, 2000).

b) Produção e produtividade.

As características da atividade leiteira nos três Estados do Sul são muito semelhantes. Ela é praticada geralmente em pequenas propriedades (até 50 ha), com área média de 30 ha. A produtividade é mais alta que a média nacional, em virtude do maior número de vacas de raças européias. Nos outros estados produtores, é o número maior de animais ordenhados que torna sua produção mais volumosa (EPAGRI, 1995, p. 1).

A produção de leite em Santa Catarina em 1993 foi de aproximadamente 736 milhões de litros. Destes, cerca de 37% foram destinados às indústrias sob inspeção federal, de acordo com informações do Instituto CEPA/SC³. Além delas, existem outros canais de consumo.

³ É preciso tomar a grande defasagem entre produção total de leite e volume de produção entregue à indústria com desconfiança, pois pode haver influência da metodologia usada pelo IBGE. Segundo ESCOSTEGUY et al. (1993: 16): “os dados são coletados em determinado dia do ano e são projetados para o resto do ano. Esse procedimento, além de desconsiderar a sazonalidade, também não leva em conta o expressivo número de produtores que ingressa ou abandona a atividade ao longo do ano. Isto provocaria um superestimação no volume total da produção”.

Oliveira (1994, p. 66) estima que, no ano 1992, a indústria recebeu 38,5%; a venda direta ao consumidor abrangeu 19,8%; a indústria rural ficou com 22,2 % e o consumo na propriedade foi de 19,5%. Por informações do Instituto CEPA/SC, sabemos que o Estado possui 6 bacias leiteiras assim denominadas: Oeste, Vale do Itajaí, Norte Catarinense, Serrana, Sul Catarinense e Grande Florianópolis. Destas, a mais produtiva é a bacia Oeste, responsável no ano de 1993 por 48,3% do total. Em segundo lugar, temos a bacia Vale do Itajaí, com 19,8 %. Em terceiro, a bacia Norte Catarinense onde esse percentual cai para 9,1 %. É preciso ressaltar que em grande parte das publicações, os dados sobre a bacia Vale do Itajaí aparecem contidos dentro dos da região mais ampla denominada Litoral. Também deve-se levar em conta que a bacia Oeste é maior em extensão territorial que a Vale do Itajaí, portanto maior produção não significa maior produtividade. Segundo informações da EPAGRI, se for usado o indicador relativo ao custo do transporte - leite/Km, esta proporção é menor na primeira que na segunda.

Outra fonte confirma a maior produtividade da região do Vale do Itajaí. Segundo Zoccal (1994), esta região contribui com 22,3% do leite produzido em Santa Catarina, enquanto a do Oeste o faz com 42,3%. Porém a primeira produz 1.263 litros/vaca/ano e a segunda, 1.238 litros/vaca/ano. Quanto às outras regiões, temos a Grande Florianópolis com 1.309 litros/vaca/ano, o Norte Catarinense com 1.212, o Sul Catarinense com 926 e a Serrana com 772. A baixa produtividade desta última região faz com que o leite lá obtido seja considerado sinônimo de produto de má qualidade. Como é uma área de gado de corte, diz-se “leite tirado no pasto” ou “leite da região de Lages”. Também é lá que está o maior número de produtores “safristas”, isto é, que só produzem no verão. Porém, é preciso não esquecer que no Planalto estão situadas também propriedades leiteiras bastante especializadas, que entregam regularmente produto de boa qualidade às indústrias. Por isso, essa região tem dupla imagem nas estatísticas oficiais. Quando se trata da produção total aparece leite de má qualidade. Quando a referência é o leite industrializado, a qualidade é considerada boa.

Dados do Instituto CEPA para 1999 mostram a expansão da bacia Oeste, que participou com 68% da quantidade de leite recebida pelas indústrias inspecionadas, vindo em segundo lugar a Norte Catarinense com 10%, em seguida a Vale do Itajaí com 7% e ficando as outras três

com 5% cada uma. O que faz a região Oeste se expandir é a existência de capitais que abandonaram atividades menos lucrativas ou que estão em crise, como a suinocultura. O fim do tabelamento fez a produção de leite crescer em todo o estado de Santa Catarina, cuja produção passou de 603.704 mil litros em 1985 para 869.419 em 1995/1996, tendo tido um aumento de cerca de 44% (Instituto CEPA, 2000).

c) A indústria

Embora a produção de leite esteja espalhada por pequenas propriedades, a industrialização é bastante concentrada no Estado. No início da década de 90, mais de 50% do leite vendido para as indústrias é recebido pelas cooperativas. Segundo informações da EPAGRI, mais de 20.000 produtores entregam leite às cooperativas. Também são elas as principais fornecedoras dos insumos necessários à produção leiteira. Oliveira (1994, p.103) alerta-nos para a concentração existente no setor: em 1992, quatro das empresas responsáveis pelo beneficiamento/industrialização do leite responderam por 84% da produção recebida. As três maiores abrangeram 79%. Restaram 16 % da produção para as outras nove empresas da indústria catarinense de laticínios. Desta situação deriva um fraco poder de barganha por parte dos produtores frente às empresas.

A indústria de laticínios catarinense, bem como a nacional, está inteiramente voltada para o mercado interno (EPAGRI, 1995, p.65). As 4 maiores empresas do setor, em 1992, eram a Cooperativa Central Catarinense de Laticínios Ltda – CCCL, que neste ano recebia 47,2% da produção de leite do Estado; a Laticínios Tirol Ltda que recebia 19,4%; a Gumz Irmãos S/A (agora comprada pela Fleishmann Royal) com 12,7% e a Lactoplasa com 4,4%. A CCCL cobre todo o território catarinense e é formada por um conjunto de cooperativas singulares, entre elas a Cooperativa Regional do Alto Vale do Itajaí - CRAVIL, cuja área de atuação estudamos (OLIVEIRA, 1994 e PAULILO et al., 2000). A produção de leite recebida pela indústria catarinense cresceu cerca de 10% ao ano dos primeiros anos da década de 80 aos primeiros anos da década de 90. Dados da EPAGRI (1995, p.62) confirmam esse crescimento afirmando que, no período 1983/1993, a produção total de leite no Estado cresceu 38%, enquanto a quantidade recebida pela indústria teve

um incremento da ordem de 162%. Vê-se pois que, o volume de leite industrializado está aumentando a taxas muito superiores ao do leite produzido, o que aumenta a importância dos produtores safristas.

Embora a grande concentração industrial continue forte, houve mudanças muito significativas. Segundo o DESER (2000, p.25),

“Durante toda década de 90, o movimento mais impressionante no mercado de leite e derivados foi, sem dúvida, as aquisições e fusões apresentadas tanto entre as indústrias particulares quanto em relação às cooperativas. No final da década, pode-se dizer que o setor, que era amplamente dominado por essas últimas, encontra-se atualmente nas mãos de empresas particulares e, em especial, de multinacionais”.

Não deve nos surpreender, então, que De Grandi (1999, p.33) mostre, através de dados relativos a 1999, obtidos junto ao Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal da Delegacia Federal de Agricultura em Santa Catarina, que a classificação das empresas por ordem decrescente de volume de leite recebido seja: Laticínios Tirol Ltda, Batavia S/A, Fleishmann Royal, CCCL e Lactoplasa, sendo que a Cooperativa, que era a maior receptora no início da década de 90, no final da mesma década, recebe cerca de um sexto do volume mensal de leite fluido recebido pela primeira empresa colocada.

A perda de posição das cooperativas ocorreu no Brasil todo e não só em Santa Catarina. Segundo informações do DESER (1999, p. 49-50), das quatro cooperativas brasileiras que tinham se mantido na liderança do mercado de leite no início da década de 90, no final desses anos apenas a Cooperativa Central dos Produtores Rurais (CCPR), de Minas Gerais, dona da marca Itambé, estava resistindo a ter seu controle acionário adquirido pelas grandes indústrias de laticínios. Segundo a mesma fonte, a venda ou reestruturação das cooperativas não resultou da diminuição da quantidade de leite recebida nem da redução na oferta de derivados. O que aconteceu é que elas não tiveram recursos para competir com a Parmalat e a Nestlé, na aquisição de equipamentos para gerar novos produtos e divulgá-los amplamente.

Em 1995, em entrevista com um técnico da EPAGRI, ficamos sabendo que a Nestlé e a Parmalat estavam quebrando mercados locais, comprando leite de má qualidade e transformando-o em leite em pó, fazendo no produto algum melhoramento através de aditivos como vitaminas, ferro etc. Como quem consome leite em pó é a população de baixa renda, através de programas assistenciais ou mesmo compra, o que importava era o preço menor.

O crescimento da empresa italiana Parmalat foi tão impressionante que chamou a atenção da imprensa. Segundo informações publicadas pela revista *Isto É* em 1996, em artigo escrito por Karina Pastore, a Parmalat entrou no Brasil com o leite Longa Vida mas, a partir de 1989, começou a diversificar seus produtos sendo que, naquele ano, o número deles era de 470. O Brasil tinha se transformado no segundo mercado desta empresa, depois da Itália, responsabilizando-se por um terço de seus consumidores mundiais. Segundo informações do DESER (1996: 11), a Parmalat desafiou a hegemonia da Nestlé e gastou cerca de 200 milhões de dólares para absorver empresas brasileiras, algumas bastante tradicionais. Em 1995, enquanto a Parmalat investia cerca de US\$ 65 milhões, 29,5% a mais que em 1994, a Nestlé investiu aproximadamente US\$ 50 milhões (DESER, 1996, p.11).

Apesar desta grande concentração, têm surgido no estado micro e miniusinas de pasteurização. Segundo informações do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo – CEPAGRO - havia cerca de 40 delas em 1995, sob sua assessoria, já trabalhando com o sistema de processamento com placas, ou sistema rápido como é conhecido. Sua existência foi estimulada pelo barateamento da tecnologia necessária ao processamento do leite *in natura*. Há no mercado equipamentos de baixo custo que podem dar conta de 500 a 8.000 litros por dia. Além disso, foi criada a Lei Federal n. 7.889/89 (novembro de 1989), que dá aos Estados competência para inspeção e fiscalização sanitária e industrial dos produtos de origem animal (OLIVEIRA, 1994).

Porém, apesar da Lei n. 7889/89, a situação para as micro e as miniusinas não é tranquila. As regulamentações existentes no estado quanto aos requisitos mínimos para o funcionamento de um laticínio não estavam adaptadas a empresas de pequeno porte. Os técnicos do CEPAGRO dão como exemplo a exigência de 4 metros de pé direito para as instalações, o que só faria sentido para salas maiores que as

existentes nos pequenos estabelecimentos. Também o número de salas exigido seria excessivo. Por isso, das cerca de quarenta existentes, apenas uma ou duas funcionavam com registro. Em 1997 saiu uma lei estadual, a Lei n. 10610/97, que flexibilizou as exigências, porém, segundo PRESOTTO (1999), a concepção dos técnicos que trabalham na inspeção conservou a rigidez de antes e contestam a nova lei alegando sua inconstitucionalidade, por isso sua aplicação está bastante cerceada.

Dada a falta de registro, não foi possível atualizar o dado referente a miniusinas de sistema rápido, porém informações contidas em documento oficial dos órgãos de extensão do Estado (OLIVEIRA et al.; 1999, p.14), falam de 363 agroindústrias de pequeno porte ligadas à produção de leite, estando aí incluídas qualquer forma de pasteurização, sistema rápido ou lento, e todas as formas de beneficiamento: queijos, iogurtes etc.

Em Santa Catarina, as agroindústrias de pequeno porte não se reduzem à transformação do leite, mas incluem uma ampla variação de produtos e estão tomando cada vez mais vulto. Esta forma de produzir recebeu novo incentivo em 1998, quando foi lançado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento. Este programa tem o objetivo de oferecer “*recursos adicionais aos agricultores familiares para melhorar a sua situação e inseri-los integralmente na cadeia produtiva, melhorando a sua produção agropecuária, agroindustrializando e comercializando a sua produção*” (PRONAF- Agroindústria; 1998, p. 9 *apud* DE GRANDI, 1999, p. 29). Embora existam muitas queixas por parte de produtores e técnicos quanto às dificuldades para se ter acesso a este crédito, considerado bom por eles, sua criação estimulou as agroindústrias de pequeno porte e, principalmente, capacitou os técnicos da extensão para assessorarem empreendimentos que enfatizam a importância da agricultura familiar e o agricultor enquanto sujeito e não só objeto das políticas públicas.

Como o leite fluido é um bem de primeira necessidade, a concorrência se dá pelo preço. As micro e miniusinas estão conseguindo vender o leite a um preço menor. Porém, as grandes empresas se prepararam bastante para a concorrência. Parece ter havido uma aposta num maior consumo de leite por parte dos habitantes nos próximos anos. Independente de uma crença na melhoria no poder aquisitivo da população, há um outro fator favorável ao incremento do volume de vendas

que é a urbanização. A população citadina do Estado passou de 1.538 mil habitantes em 1975 para 3.205 mil em 1991 e, em 2000, segundo o IBGE, estava em 4.211.979, sendo o número dos que moravam nas sedes dos municípios de 3.753.793. Além disso, os investimentos em turismo têm aumentado nos últimos anos em Santa Catarina fazendo com que, de dezembro a março, a região do litoral receba expressivo número de visitantes. As grandes indústrias de laticínios investiram, nas duas últimas décadas, significativamente no aumento de sua capacidade instalada de produção. Segundo Oliveira (199, p.105), de 1976 a 1992, a CCCL aumentou a quantidade de leite possível de ser processada por dia em 39,3%; a Gumz e Irmãos S.A. (Fleischmann Royal) e a Laticínios Tirol em 16,9 %; e a Lactoplasa em 5,6%. Em 1992, a indústria apresentava uma capacidade instalada de produção com potencial para receber, processar e comercializar 1,78 milhão de litros de leite/dia, enquanto o consumo estimado com base em dados de 1991 era de 986,2 mil litros/dia (55,6%). No ano de 1992, foram utilizados apenas 43% da capacidade potencial da indústria, que trabalhou com capacidade ociosa. Este fato acirrou a concorrência entre as empresas, sendo que a competição se deu, principalmente, na obtenção da matéria-prima (OLIVEIRA, 1994). Esta competição ainda estava presente no momento da pesquisa pois, apesar do discurso altamente elitista, as empresas não só não desprezavam como disputavam o leite de propriedades que produziam pouco, o que nos surpreendeu em campo. Dados atualizados mostram que a disputa continua.

Se verificarmos os dados de consumo no estado veremos que as indústrias tiveram razão em apostar no aumento do consumo. Em 1976, consumia-se 93,37 l per capita/ano. Em 1992, esta quantidade passou para 112,3 (OLIVEIRA, 1994, p.108). E levando-se em conta que este índice está abaixo do recomendado por qualquer órgão preocupado com saúde e nutrição, não causa estranhamento a concorrência e nem o esforço das empresas em criar barreiras de acesso para novos entrantes. O leite Longa Vida, de bem maior durabilidade (180 dias) que os “de saquinho”, pode viajar muitos quilômetros. Basta frequentarmos qualquer supermercado de Santa Catarina para vermos a concorrência entre as empresas. Algumas indústrias, no período da pesquisa, ofereceram o leite Longa Vida a preços iguais ou inferiores ao leite comum para quebrar mercados locais e estimular seu consumo.

Há técnicos que discordam de que a esterilização, processo utilizado para o Longa Vida, seja sinônimo de qualidade, já que elimina microorganismos benéficos e até algumas vitaminas que o leite possui. A pasteurização seria suficiente. Jank (1995, p.36) diz que nos EUA há leite pasteurizado de alta qualidade, que dura 12 dias. Segundo informações do CEPAGRO, no Brasil, a duração é de 2 a 3 dias. Apesar do alerta dos nutricionistas, no Brasil as empresas incentivam o consumo do leite Longa Vida e esse incentivo encontra eco, tanto por parte dos vendedores, como dos consumidores. Para a empresa, o custo diminui principalmente por causa da redução dos recursos necessários para transporte e armazenamento. Para padarias e supermercados, há economia nos custos de armazenamento e mesmo na contratação de pessoal. Para o consumidor, a vantagem é não ter que comprar leite todo dia e armazená-lo na geladeira. Em 1998, foram consumidos no Brasil 3,1 bilhões de litros do “leite de caixinha”, 26% acima do volume consumido em 1997 e 1.580% acima do consumido no início da década de 90 (DESER; 1999, p. 47-48). Entre 1990 e 2000, a produção de leite pasteurizado caiu de 4,03 bilhões de litros por ano para 2,5 bilhões. No mesmo período a produção de Longa Vida cresceu quase 2.000 %, saltando de 184 milhões em 1990 para 3,7 bilhões em 2000 (DESER, 2001, p.7).

Está havendo cada vez mais investimentos na “diferenciação” dos produtos lácteos: Longa Vida, aromatizados, achocolatados e com outros sabores. Com relação aos derivados, temos queijos finos, iogurtes e sorvetes. A fabricação de produtos lácteos diferenciados permite às empresas abrangerem o mercado nacional. Por isso, a concorrência se dá com presença marcante de grupos multinacionais: Nestlé, Danone, Kibon, Parmalat, UniLever, entre outros (OLIVEIRA, 1994).

d) Os produtores de leite

Segundo dados do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul - CODESUL (1993), em Santa Catarina, as propriedades produtoras de leite são pequenas: 61% delas possuem até 20 ha e 29 % estão na faixa de 20 a 50 ha. Os dados do censo agropecuário de 1985 mostram que 79,0 % das vacas ordenhadas e 82,6 % da produção estão em propriedades menores que 50 ha. Esse fato não deve surpreender num Estado onde, de acordo com dados do Censo Agropecuário de 1995/96, a proporção de estabelecimentos rurais com até 50 ha é de

89,7%, tendo mudado pouco desde 1985, quando esta proporção era de 90,3%. A grande maioria dos produtores, mais de 80%, são proprietários. O rebanho é composto predominantemente de raças mistas. Quando o gado é de raça definida, as principais são Holandesa e Jersey.

Quando se analisa o rebanho catarinense, deve-se ter sempre claro que embora apenas 25% das propriedades se dediquem a gado para corte, nelas estão 51 % do rebanho. Portanto, apesar do número de produtores de leite ser significativamente maior que os que se dedicam a bovinocultura de corte, o grosso do rebanho não é de raças leiteiras. A tabela a seguir ilustra o que dizemos. Embora os dados sejam de 1985, os especialistas consideram que o rebanho misto ainda predomine. A raça mais adequada à produção de leite é a Holandesa, que pode produzir cerca de 20 litros por ordenha, mas é considerado um animal caro e frágil pelos produtores, pois como é muito pesado, adequa-se pouco ao relevo acidentado do estado, onde muitos produtores deixam para pastos os morros, que são áreas difíceis de cultivar. Também exige uma alimentação mais elaborada e dispendiosa.

Tabela 1. Finalidade do rebanho bovino catarinense - 1985

Discriminação	Propriedades		Rebanho	
	Número	%	Cabeças	part. %
Corte	49.725	25,0	1.401.182	51,1
Leite	111.726	56,0	1.045.755	38,1
Misto	19.620	9,8	244.174	8,9
de Trabalho	18.401	9,2	51.785	1,9
Total	199.472	100,0	2.472.896	100,0

Fonte: IBGE/Censo Agropecuário de 1985

Ainda com base em dados do IBGE (1985), Oliveira (1994, p.50) informa que em Santa Catarina, o número médio de cabeças por estabelecimento é de 9,3. De Grandi (1999, p. 36-37), com base nos dados do Censo Agropecuário de 1995/96, diz que 60% dos estabelecimentos rurais catarinenses produzem leite e, destes, 48% o vendem. A maioria dos produtores (51,61%), embora não tenham mais que duas vacas, são responsáveis

por 20% da quantidade total do leite produzido e 6% do vendido. Um segundo grupo, composto por 44,15% dos produtores, têm de três a dez vacas, respondem por 60,2% do leite produzido e 65,4% do vendido.

Tecnicamente, os produtores de leite são classificados em 3 níveis. No nível “A” estão agrupados aqueles que têm como objetivo principal a produção e a venda de reprodutores. Possuem boa capacidade de investimento e mantêm o nível genético do rebanho elevado. Embora a Associação Catarinense de Criadores de Bovinos tivesse, no início da década de 90, 2.000 criadores registrados, somente 600 estavam em atividade. No nível “B”, estão aqueles que têm como objetivo principal a venda do produto e retiram mais de 10 litros por dia. Aí estão produtores que têm na atividade leiteira sua principal renda, cujo número girava em torno de 5.000, e os que se dedicavam a outras atividades com importância igual ou superior à leiteira. O número destes ficava em torno de 30.000. Os classificados no nível “C” produzem para o consumo e vendem o excedente que, em geral, não ultrapassa 10 litros/dia. Investem pouco na atividade e apresentam baixo índice de produtividade. Aí estava enquadrada a maioria dos produtores catarinenses - cerca de 125 mil (CODESUL, 1993). Entre estes últimos a atividade leiteira é atribuição das mulheres, que usam essa renda para gastos da casa e material escolar dos filhos (PAULILO et al., 2000).

Dados junto à EPAGRI confirmaram o quadro geral apresentado pelo CODESUL (1993). Em 1993, Santa Catarina tinha 166.000 famílias rurais produzindo leite o que, considerando-se duas pessoas por propriedade, dá um total de 300.000 envolvidas nesta atividade. Do total, calculava-se que 76.000 comercializassem o produto, sendo que 40.000 eram fornecedores das indústrias. Apenas 5.000 produtores (3% do total) tinham no leite sua principal fonte de renda. O número de vacas era de 650.000 e a produtividade média, 1149 litros/vaca/ano. Estimava-se em 40.000 o número de pessoas envolvidas em atividades à montante da propriedade (assistência técnica, indústria de insumos, comércio e outros). Embora o número de fornecedores classificados no nível “C” fosse maior que os dos outros dois níveis, sua participação no total da produção vendida era bem menor. Eles entregavam menos de 300 l/mês. Segundo dados obtidos junto ao Instituto CEPAS/SC, os produtores que entregavam até essa quantidade perfaziam 39% dos fornecedores, mas se responsabilizavam por apenas 10,5% da produção, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 2. Leite: faixa de entrega mensal, participação dos fornecedores e participação na produção (fev.1993).

Litros/mês	Participação Fornecedores (%)	Participação na Produção (%)
0-150	12,24	1,8
151-300	26,75	8,71
301-450	21,72	13,88
451-600	13,52	12,95
601-900	12,60	16,86
901-1.5000	10,51	28,74
1.501-3.000	1,98	9,64
3.001 - 6.000	0,56	3,30
Acima de 6.000	0,08	4,10

Fonte: Cooperativa Central de Laticínios Ltda-SC

Para um leitor desavisado, a informação de que Santa Catarina possuía cerca de 160.000 produtores pode surpreender, pois as publicações sobre o setor leiteiro afirmavam que os três Estados do Sul possuíam juntos em torno de 140.000 e Santa Catarina, 35.000 ou 40.0000. O que acontece é que, quando se fala em produtores de leite, em geral não se está levando em conta os eventuais, ou “safristas” que, no Estado, eram 125.000 neste período.

O safrista é uma figura interessante. Execrado nos discursos dos técnicos da indústria de laticínios e dos que trabalham nos órgãos de extensão rural, ele permanece firme no mercado, pelo que pudemos observar. Dele se diz que provoca a sazonalidade da produção vendendo leite só na safra, que prejudica os produtores especializados aceitando preços baixos, que seu produto é de baixa qualidade e que seu desaparecimento já está decretado pelo mercado. Quando falamos do safrista, vamos incluir aqui aquele que vende leite também no inverno, mas em quantidades bem inferiores, uma espécie de “semi-safrista”. Isto porque a CCCL não compra leite de produtores que nada entregam no inverno, fazendo disto quase que um ponto de honra.

Durante a pesquisa de campo nos impressionamos com o que parecia uma contradição. Ao mesmo tempo que a direção da CRAVIL falava dos safristas e “semi-safristas” como um grupo em extinção, defendia a especialização e dizia não valer a pena gastar frete para buscar pouco leite, esta e outras empresas recolhiam quantidades muito pequenas nas propriedades e competiam por pequenos fornecedores. No esforço de compreender, construímos alguns raciocínios expostos a seguir.

e) Especialização: as fendas do discurso

Em primeiro lugar, o produtor que entrega mais leite no verão que no inverno recebe pelo produto entregue a mais um preço menor. A CRAVIL, bem como outros laticínios, comporta-se da seguinte maneira: nos meses de entressafra (especialmente março e abril) o fornecedor forma sua “cota” para o ano todo. Na safra, o montante que ultrapassar essa cota é comprado a preços inferiores, cerca de 60% do valor. Também o produtor que entrega mais leite e de melhor qualidade recebe mais por litro. Os entrevistados revoltam-se contra estas medidas porque dizem que o leite avaramente pago é vendido a preços normais no mercado. A indústria dá a si mesma uma compensação pelos prejuízos da sazonalidade, compensação que talvez não seja tão pequena. Uma produtora nos mostrou nota fiscal onde o preço pago pelo litro era de US\$ 0,08, sendo que o montante pago pela cooperativa para o leite-cota variava de US\$ 0,13 a US\$ 0,26 e o preço do leite mais barato para o consumidor estava entre US\$ 0,50 e US\$ 0,60. Deve-se levar em conta também, que segundo dados do Instituto CEPA/SC, citados por EPAGRI (1995, p.85), o preço médio recebido pelos produtores catarinenses no período de fevereiro/91 a outubro/94 estava na faixa de US\$ 0,23 a US\$ 0,25. Os incentivos dados pela indústria têm feito surgir a figura do produtor que produz mais leite no inverno que no verão, compensando a menor quantidade de alimentos obtidos na propriedade por silagem e pastagens plantadas.

Em segundo lugar, é dito com freqüência que os 39% de pequenos fornecedores (menos de 300 litros/mês) se responsabilizam por apenas 10,5% da quantidade recebida pela indústria. Mas precisamos nos perguntar o que significam 10,5% em relação a outros fatores que não só o montante total. Se levarmos em conta que o Brasil é um país importador, que as indústrias que atuam no estado têm feito grandes investimentos e que parece haver uma aposta no crescimento da demanda, o que acirra a concorrência, essa quantidade pode ser pequena mas estratégica. A aposta no crescimento da demanda não é infundada, pois o Brasil importou aproximadamente 195 mil toneladas de leite em pó em 1997 e 260 mil toneladas em 1998 (DESER, 1999, p.46). Em 1999, importou cerca de 384 mil toneladas (Instituto CEPA/SC, 2000, p.88).

Em terceiro lugar, muito se fala da necessidade de especialização do produtor, dizendo-se que o fornecedor do futuro será aquele que vencer um certo patamar tecnológico. Mas entre o presente e o futuro há “algumas pedras no caminho”. Especializar significa investir na produção. Para isso são precisos recursos e, mais que isso, ter alguma segurança de retorno do dinheiro empregado. O que se vê, no momento, é que o baixo preço dos produtos alimentares, provocado pela necessidade de conter a inflação após o estabelecimento do Plano Real, tem penalizado os agricultores.

Em 2 de julho de 1995, a imprensa divulgou um manifesto intitulado “Alerta da Agricultura à Nação”, assinado pelas Federações da Agricultura de cinco Estados, entre eles Santa Catarina, por Sindicatos Rurais e Associações de Produtores de sessenta municípios e por mais duas entidades do Rio Grande do Sul (Fecotrigo e Fedearroz). Nesse documento é dito que “*o setor agrícola não suporta mais manter baixa a inflação praticamente sozinho*” e que os preços agrícolas haviam caído 30% desde o início do Plano Real (julho/94).

O Defesa do Consumidor Organizado – DECONOR - divulgou dados sobre vários produtos, inclusive o leite.

Tabela 3. Relação entre preço recebido pelo produtor, custo de produção e preço pago pelo consumidor.

Produtos	Evolução custo de produção		Evolução preço recebido pelo agricultor		Evolução preço pago pelo consumidor	
	Ago. 94	Jul./ Ago. 95	Set. 94	Set. 95	Set. 94	Set. 95
Carne suína (R\$/kg)	0,73	0,81	0,80	0,75	3,19	3,20
Carne bovina (R\$/kg)	0,40	0,48	1,53	1,44	3,70	3,60
Leite (R\$/lt)	0,23	0,29	0,17	0,21	0,52	0,63
Banana caturra (R\$/kg)	0,03	0,05	0,13	0,08	0,51	0,41
Tomate (R\$/kg)	0,12	0,20	0,59	0,16	1,78	0,55
Arroz (R\$/kg-casca)	0,18	0,28	0,20	0,19	0,56	0,60 (s/casca)

Fonte: EPAGRI/ ICEPA/CEASA/PROCON

Segundo dados Instituto CEPA/SC, citados por EPAGRI (1995, p.67), o acompanhamento dos custos de produção do leite mostra que a razão entre o preço ao consumidor do leite “C” e o preço ao produtor elevou-se para taxas entre 1,69:1 até 2,21:1 no período 1990/94, quando antes (1985/89) tínhamos de 1,46:1 até 1,59:1. No mesmo documento vimos que os termos de troca foram desfavoráveis ao produtor com relação a alguns insumos e equipamentos. No período 1990/94, os preços dos fertilizantes (uréia, superfosfato triplo e cloreto de potássio) subiram 16%, ração para vacas em lactação 10%, vermífugos 110%, carrapaticidas 169% e trator de 4 rodas (65 HP) 93% com relação ao período 1985/89 (EPAGRI). Em 1999, a situação dos pequenos produtores não havia melhorado. Segundo o DESER (1999, p. 48), os preços do leite tipo C na região sul elevaram-se apenas de 1994 para

1995, no primeiro ano do Plano Real, depois estagnaram entre R\$0,21/l e R\$0,23/l desde 1996. Levando-se em conta o aumento dos custos de produção no período, “*pode-se concluir que a renda dos produtores desse tipo de leite recuou*”. Mello (1998, p.67) encontra em sua pesquisa realizada no Oeste do estado em 1997, produtores que chegaram a receber, no final desse ano, R\$ 0, 09 por litro⁴.

Por essas informações, pode-se inferir que colocar recursos na produção leiteira no momento é um risco, como afirmaram e reafirmaram os entrevistados. Mas isso não é uma peculiaridade do Plano Real. Oliveira (1994, p.135) mostra que, para o período de 1983 - 1992, o valor médio recebido pelos fornecedores de leite para a indústria não foi suficiente para cobrir os custos de produção, tendo o primeiro valor ficado 17% abaixo do segundo⁵. E não só os pequenos produtores estão preocupados. Jank (1995, p.34-35) diz que os produtores de leite B pressionaram com algum sucesso o Governo Federal para que pusesse em prática direitos compensatórios previstos em nossa legislação. Só assim, esses produtores não seriam prejudicados pela ênfase na queda da inflação, que abre as importações para produtos subsidiados no exterior.

Por fim, para dar mais suporte às nossas “desconfianças” a respeito do discurso oficial, temos novamente Jank (1995) afirmando que, na verdade, o mercado utiliza o safrista como uma forma de obter matéria-prima mais barata. Segundo informações de técnicos da EPAGRI, o leite de má qualidade pode ser transformado em leite em pó, melhorado com outras substâncias e vendido à população mais pobre, que é quem consome mais este tipo de leite. Segundo Jank (1995), a permanência do safrista no mercado está assegurada pela possibilidade de reidratação do leite e/ou importação de produtos subsidiados na entressafra. O autor cita, inclusive, a fala irônica de um líder no setor que disse ser a relação entre indústria e safristas uma espécie de “caso extraconjugal”, levado adiante apesar da consciência de um comportamento pouco lícito.

⁴ Há momentos em que os valores aparecem em dólares e outras, em reais. Respeitei a unidade usada pelos autores porque, nos primeiros tempos do Plano Real, as duas moedas se equivaliam.

⁵ Sabemos que esta defasagem não significa renda negativa porque o produtor não remunera a mão-de-obra familiar a preço de mercado, item que está incluído no cálculo do custo de produção.

Mello (1998) acirra nossa desconfiança sobre o discurso oficial e aumenta nossa crença no “caso extraconjugal”, quando sugere que o que é pago a mais para os maiores produtores é proporcionado pelo preço irrisório pago aos safristas, pois se todos fossem especializados, as vantagens comparativas entre os produtores diminuiria. Não podemos esquecer que o leite mal pago não é vendido separadamente. Quando se fala em aumento de qualidade do produto, fala-se de um aumento médio.

A importação de leite de países que subsidiam seus produtores têm criado sérios atritos entre produtores e governo, porque cria um excedente que é posto no mercado a preços de *dumping* (vendendo leite em pó mais barato no Brasil que no país de origem do produto). Segundo informações do DESER (2001, p. 7), foi divulgado um documento pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, afirmando ter sido comprovado que as empresas da União Européia, Nova Zelândia, Uruguai e Argentina praticam *dumping* quando vendem leite em pó no mercado brasileiro. Tendo como base os meses de julho de 1998 a julho de 1999, temos que o Brasil importou 1,31 bilhão de litros de empresas dos quatro exportadores citados. As mais altas margens de *dumping* foram praticadas por duas empresas da EU, chegando a 147,8%. A porcentagem para a Nova Zelândia foi de 24,8%; na Argentina temos 32,1% e 26,2 % para o Uruguai. O Instituto CEPA (2000, p.87-88) confirma a informação sobre *dumping*, dizendo que sua existência atinge os países responsáveis pela quase totalidade das importações brasileiras. Diz também que seus percentuais variaram de um máximo de 190,6% na União Européia e um mínimo de 2,1% no Uruguai. A diferença que aparece entre os dois cálculos referentes a EU não altera o fato de que, de todo jeito, as porcentagens são muito altas. A diferença se deve provavelmente a cálculos feitos em anos diferentes ou usando outros indicadores. O fato de países que não subsidiam o leite serem acusados de *dumping* se explica pelo comércio em triangulação, isto é, eles compram leite barato de países que subsidiam e o vendem ao Brasil. Essa acusação é feita aos países do Cone Sul.

A questão nevrálgica colocada pela comprovação da existência de *dumping* é que ela faz cair por terra todo o discurso da ineficiência do produtor brasileiro não especializado, já que o cálculo desta

incapacidade é feito em bases comparativas com eficiências artificialmente construídas através de subsídios nos países exportadores. Trocando em miúdos, o governo brasileiro se recusa a se preocupar com os pequenos produtores de leite, deixando-os ao sabor de um mercado sobre o qual ele finge não ter poder (quando são os grandes produtores de cana que estão endividados, seu poder aparece com força total) e, ao mesmo tempo, importa leite de países que não deixam seus produtores sofrerem as consequências da competição com os mais fortes. Os Estados Unidos, país considerado modelo de liberalismo de mercado para os adeptos deste modelo econômico, possuem estados, como Wisconsin, que protegem a pequena produção leiteira de pequena escala (DAVIDSON e SCHWARZWELLER, 1995). Os resultados provocados por esta contradição gritante são socialmente e ambientalmente bastante nocivos.

f) Consequências sociais e ambientais das políticas públicas

Um dos autores que analisou magistralmente, em nossa opinião, as consequências sociais do mercado auto-regulável foi Karl Polanyi em seu livro *“A grande transformação”* (1980). Para o autor, embora os mercados sempre tenham existido, foi só no século XIX que se transformaram no princípio organizador da sociedade, emergindo das relações sociais onde, anteriormente, estavam submersos. Para que isso acontecesse, foi necessária uma ruptura com a ordem social tradicional, ruptura que se deu em dois momentos, sendo o primeiro deles a imposição da política mercantil e o segundo, o surgimento do mercado auto-regulável. Até o período feudal, a ordem na produção e distribuição era garantida por um ou mais de três princípios: reciprocidade, redistribuição e domesticidade. Para compreender como esta ordem tradicional foi rompida, ele divide o mercado em três tipos: local, interno (nacional) e externo (internacional). O primeiro limitava-se às mercadorias da região e o terceiro, o externo, baseava-se na ausência de alguns tipos de bens em determinadas regiões. Esses dois mercados não eram competitivos, mas complementares, pois tinham origens e funções diversas. O mercado local era uma instituição cercada de salvaguardas para proteger seus limites. Seus laços protetores só foram desatados pela

ação direta e deliberada do Estado que, nos séculos XV e XVI, impôs às cidades o sistema mercantil, eliminando a separação entre os dois tipos de comércio que perderam seu aspecto complementar e se tornaram competitivos dentro de um mercado agora nacional. Porém, apesar do rompimento com as tendências anteriores que significou o desenvolvimento do mercado nacional, ainda permaneceu, no mercantilismo, o aspecto tradicional da regulamentação contra o novo elemento que era a competição, sendo que os princípios da domesticidade e da auto-suficiência continuaram sendo a base do sistema econômico.

A grande inversão na ordem tradicional só veio, para o autor, com o surgimento da idéia de mercado auto-regulável. Só então os princípios anteriores foram substituídos pelo princípio da permuta ou troca, cujo padrão subjacente era o padrão de mercado. Enquanto o mercantilismo unificou condições já existentes, a economia de mercado exigiu condições ainda não existentes. A principal delas foi a transformação do trabalho, da terra e do dinheiro em mercadoria. Como “ *o trabalho e a terra nada mais são do que os próprios seres humanos dos quais se constituem todas as sociedades, e o ambiente natural no qual elas existem*”, a tentativa de subordiná-los a uma lógica de mercado significa subordinar a própria sociedade às leis de mercado. Porém, se isso acontecesse, a sociedade se aniquilaria. Por isso, quando Polanyi fala de um mercado auto-regulável, por ele definido como “ *uma economia dirigida pelos preços de mercado e nada além dos preços de mercado*”, está falando de um projeto que não se concretizou e que teve sua falência provocada por sua própria inexecutabilidade. Porém, a tentativa de implantá-lo fez ruir a civilização do século XIX, pois a sociedade, na tentativa de proteger-se contra a aniquilação, provocou choques constantes entre liberalismo e protecionismo. As causas principais de tais choques não foram compreendidas porque a economia monetária separava política e economia. A partir de 1870, “ *o mundo continuava a acreditar no internacionalismo e na interdependência, enquanto agia sob os impulsos do nacionalismo e da auto-suficiência*”. Temos, então, duas grandes guerras mundiais e o advento do nazismo e do fascismo. Depois da Segunda Guerra, deu-se a implantação, nos países mais ricos, do estado de bem-estar social que começa,

agora, a ser sacudido pela globalização dos mercados, que desafia o poder das democracias ocidentais.(POLANYI, 1980)

A análise feita por Polanyi é espantosamente atual. Assim como, para ele, trabalho, terra e capital só podem ser mercadorias fictícias, está sendo criado um padrão fictício de competência que leva à desorganização dos padrões de suficiência alimentar, e esse fenômeno está atingindo países ricos e pobres, onde os últimos são os mais penalizados. Se hoje nos parece estranho que a destruição provocada por duas grandes guerras não pôde ser evitada, ainda pode soar estranho que um padrão de desenvolvimento que causou fortes crises venha a ser repetido. No caso de Santa Catarina, esta repetição pode ser vista nos casos da suinocultura e da bovinocultura de leite.

Segundo Mello (1998), o expressivo aumento da produção de leite no Oeste de Santa Catarina é decorrência mais do aumento horizontal da produção do que de elevação da produtividade. O leite vem substituindo a lacuna deixada pela suinocultura, lacuna que cresce desde que as agroindústrias optaram pela especialização do produtor. Entre os anos de 1980 e 1995, houve um decréscimo significativo no número de produtores de suínos integrados às agroindústrias, que passou de 67 mil para 20 mil. Entre outras consequências da concentração da produção, deu-se a concentração dos dejetos em número menor de propriedades, o que aumentou a poluição dos mananciais de água e causou a proliferação de moscas e mosquitos (borrachudos) que estão agravando os problemas de saúde pública.

A interiorização do modelo de concentração e especialização é tão forte por parte do governo, agroindústrias, cooperativas e produtores que temem sair do mercado, que, na busca de recursos financeiros não tão fáceis de conseguir para haver aumento de escala e produtividade no nível desejado por esses agentes, cujo custo é alto, verbas originalmente destinadas ao tratamento dos dejetos suínos, com a finalidade de lhes diminuir a nocividade, foram utilizadas para financiar a especialização e a concentração da produção, causando, paradoxalmente, ainda mais danos ao ambiente e à saúde da população (MELLO, 1998, p.50). Em uma reunião em que participamos junto com técnicos da extensão rural do estado, um deles, secundado por outros, nos expôs a angústia que sentia por não haver, nos mode-

los de relatório que são exigidos pelos bancos internacionais financiadores, lugar para explicitar certos danos, em especial, o aumento do número de moscas e mosquitos em regiões onde os indicadores de produtividade e renda eram bastante satisfatórios. Ele dizia que se sentia incapaz de transmitir, através de um relatório onde só cabiam números, o mal estar causado por esses insetos a ele e ao produtor que com quem conversava em certa ocasião. Esse mesmo mal estar observamos na região suinocultora do sul de Santa Catarina (PAULILO, 1990) onde, em algumas casas, era impossível sentar-se à mesa para comer sem ter sobre a toalha, geralmente florida, uma segunda “toalha” de moscas. A primeira toalha era sempre plástica, para se tentar facilitar a vã limpeza da sujeira deixada pelos insetos.

Outro exemplo das consequências da especialização e da concentração pode ser encontrado no próprio setor leiteiro, quando examinamos a história do Vale do Itajaí que, até meados dos anos 70, foi a principal região produtora de leite do estado. Em pesquisa já citada que realizamos em 1996, vimos que a tradição de produzir leite veio junto com a colonização européia não-ibérica que ocorreu em todo o estado no século XIX e, desde o início do século XX, havia indústrias beneficiadoras no Vale. Segundo Mello (1998), em 1970, havia 28 destas indústrias na região. A partir daí começa o declínio que, segundo o mesmo autor, tem como causa principal a política concentradora vigente em Santa Catarina, cujo modelo de industrialização para o meio rural eram as grandes agroindústrias. A definição deste modelo teve por base a *“idéia-feita de que a superioridade técnica e a produção de melhor qualidade estavam relacionadas aos grandes empreendimentos”* que, assim, tiveram acesso privilegiado ao crédito. O crescimento da Sadia e da Perdigão, conhecidas no Brasil todo, são provas a favor do argumento de Mello. Giese (1991) mostra a importância que o dinheiro público teve no período 1970 – 1985 para o fortalecimento das agroindústrias.

Para Coli (1992), teve influência no declínio da atividade leiteira no Vale do Itajaí um decreto-lei de 1976 do governo federal que criava, de maneira intempestiva, a obrigatoriedade da inspeção federal para as empresas que atuavam com produtos de origem animal. Como as novas normas para a aprovação do produto exigiam investimentos altos, vários laticínios encerraram suas atividades ou

passaram a atuar fora do sistema legal. Voltando novamente a Mello (1998), o privilegiamento das grandes indústrias não foi uma opção só brasileira. As próprias inovações tecnológicas do momento não se aplicavam a pequenos empreendimentos. O que foi opção brasileira foi deixar os produtores entregues ao mercado e propor, como solução, a aglutinação de 28 empresas de laticínios em apenas três para elevar a qualidade dos produtos. Solução difícilíssima de se pôr em prática como qualquer um pode ver. Diante da impossibilidade de aglutinação, o próprio decreto-lei que regulava a inspeção federal elegeu os laticínios que teriam condições de se adaptar às novas normas e legitimou, com isso, a crença na superioridade dos grandes estabelecimentos. As “leis de ferro” do mercado são, na verdade, criações humanas, fruto dos valores, preconceitos e interesses dos mais poderosos.

Enquanto nossos dirigentes se limitam a olhar com desprezo nossas vacas impuras, que pastam no capim ralo dos morros, as imagens trazidas pelo mundo desenvolvido nos mostram doenças como a da “vaca-louca”, a febre aftosa e outras. A preocupação que essas doenças estão causando fez o *Centre for Applied Bioethics* da Universidade de Nottingham-UK pedir a colaboração de pesquisadores para uma publicação especial sobre *Agricultural crises: epizootics and zoonoses in farmed animals* (Crises na agricultura: epizootia e zoonose em criações animais). Epizootia significa doença, contagiosa ou não, que ataca numerosos animais ao mesmo tempo e no mesmo lugar. Zoonose diz respeito a doenças que se transmitem de outros animais ao homem. Os pesquisadores que estão articulando esta edição dizem que a regularidade desses fenômenos está se tornando uma lamentável característica da agricultura moderna, o que parece indicar que há sérios problemas nas cadeias alimentares. A ração que produziu a doença da “vaca-louca” (BSE – Bovine Spongiform Encephalopathy), sem dúvida foi um problema sério, bem como os prejuízos sociais e econômicos causados pela aftosa. Segundo informações divulgadas por *The European Commission/ Food Safety (2001)*, a BSE atingiu um total de 179.441 animais no período de 1987 a 2000 no Reino Unido e 180.832 nos Estados Unidos. Como se vê, a tecnologia transformou um animal herbívoro em carnívoro, alimentado por rações feitas com restos de outros animais, e a ciência acreditou que nenhum elemento nocivo resistiria a uma drástica esterilização, mas não foi o que aconteceu.

Graziano Neto (1996) descreve bem a gravidade do surgimento desta doença porque sua origem está:

“na tecnologia de produção do gado europeu. Métodos antinaturais, visando unicamente a rentabilidade imediata, foram sendo introduzidos na criação animal, transformando a pecuária numa espécie de fábrica. Numa triste indústria. Nesse processo tecnológico, alcunhado de moderno, leis da natureza foram desprezadas. Os animais foram confinados, não pastam mais, poucos vêem o sol. Enjaulados, passaram a comer restos de aves, vísceras de carneiro, cérebros de boi. De herbívoros foram transformados em saprófitos e canibais. O estresse aumentou e as doenças atacaram. Os antibióticos e uma parafernália de drogas entram em ação. Tudo se foi artificializando. Deu na vaca louca”.

Quanto à aftosa, como a doença ainda não está controlada, fica difícil saber o total de casos, mas dados do DEFRA, UK, divulgados pela *Internet*, calculam que na semana de 25 de junho a primeiro de julho de 2001, no Reino Unido, houve uma média de três novos casos confirmados a cada dia, o mesmo tendo acontecido na semana anterior. Até o dia 04 de julho de 2001, tinham sido registrados como abatidos 3.472.000 animais (547.000 bovinos; 2.794.000 ovelhas; 129.000 porcos e 2.000 cabras). Quanto mais proximamente confinado o gado, mais o vírus da aftosa se alastra. O número mais elevado de abates por causa da aftosa que é uma doença que não infecta os homens, em relação a BSE, que infecta, causou-nos estranheza. Entramos em contato com o Departamento de Zootecnia da Universidade Federal de Santa Catarina e seus pesquisadores nos esclareceram que os animais abatidos seriam vítimas de uma guerra muito mais comercial que sanitária. No Reino Unido abate-se não só o animal doente de aftosa, como também os que estiveram em contato com ele para que as exportações não sejam prejudicadas, porque o mau é causado por vírus e é contagioso. A “vaca louca” contamina

os que comem sua carne, o que os outros animais não fazem. Pelo menos um estado do Brasil, o Rio Grande do Sul, está adotando uma postura divergente quanto à aftosa e sofrendo críticas pela opção que escolheu. Lá se está abatendo só os animais doentes e vacinando os que estiveram em contato com ele. Esta não é uma decisão fácil porque o comércio de carnes é muito competitivo. Qualquer alerta é motivo para boicote nas importações.

Enquanto os sanitaristas procuram sujeiras já de há muito nossas conhecidas, a sujeira limpa dos hormônios se esgueira camuflada de modernidade. Para o DESER (2000, p.26), poderia ser um papel dos produtores familiares questionar o modelo de “qualidade” que as resoluções do ministério impõem, que não leva em conta questões ambientais e de saúde humana, só sanitárias, sem que ninguém se pergunte “*como fica a questão dos resíduos de hormônios oriundos das vacinas que são aplicadas nos animais, utilizadas em larga escala nos sistemas especializados?*” e “*como fica a questão do alumínio que é jogado no ambiente junto com as embalagens do leite UHT?*”. E muito mais pode ser perguntado....

g) E agora?

Diante de tudo que foi exposto, parece-nos haver três possibilidades futuras que exporemos sem hierarquizá-las. A primeira delas é que o discurso da especialização tenha eficácia suficiente para tirar os safristas do mercado, acentuando a exclusão e o êxodo rural. Os membros das famílias excluídas que migrarem enfrentarão forte concorrência nas cidades pois, segundo afirmaram técnicos do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, em palestras proferidas em junho de 2001 na Universidade Estadual de Santa Catarina, dois milhões de novos jovens entram no mercado de trabalho no Brasil anualmente e 40 milhões de brasileiros estão na linha de pobreza, ou seja, têm menos de um dólar por dia para sobreviver. Segundo a Revista *Isto É* (2001, p.22), o número de indigentes é maior. Com base em dados da Fundação Getúlio Vargas, afirma que cerca de 50 milhões de brasileiros têm renda mensal inferior a R\$ 79,00 (cada dólar valendo em torno de 2,50 reais). Teríamos, então, aumento de desemprego, pobreza e violência nas cidades.

Enquanto isso, a concentração no número de produtores certamente elevaria seu poder de barganha junto às empresas, no sentido de pressionar por melhores remunerações, o que acabaria por elevar o preço do leite para o consumidor.

Uma segunda possibilidade é que os safristas continuem no mercado, servindo para financiar os incentivos pagos aos grandes produtores e, ao mesmo tempo, evitando que o preço do leite suba, o que provocaria reação entre os consumidores. Para os safristas, restaria a escolha de ser pobre no campo ou ser pobre na cidade.

Acontecendo uma destas duas situações expostas, teremos, provavelmente, o abandono por parte significativa da população de diferentes áreas do estado, porque a economia de um expressivo número de municípios tem seu comércio dinamizado pelo dinheiro recebido através da venda do leite. Segundo o DESER (2001, p.12) *“é justamente o caráter distributivo da renda proporcionada pela atividade leiteira, produzida de forma desconcentrada, que proporciona um efeito dinamizador da economia local”*. Além disso, como são as mulheres que produzem o leite nas propriedades não especializadas, a masculinização do campo, já presente em várias regiões do país, tenderia, sem dúvida, a se acentuar.

A masculinização do campo vem acontecendo em outros países também, entre eles, a França. No Brasil, muitas mulheres rurais optaram por lutar para conseguir melhores condições de permanência nas propriedades e juntaram-se num movimento conhecido nacionalmente como Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR, o qual, em Santa Catarina, é mais conhecido como Movimento de Mulheres Agricultoras - MMA. Essas mulheres conquistaram direitos trabalhistas tais como aposentadoria para as idosas, salário maternidade e auxílio financeiro nas doenças causadas pelo trabalho. Enquanto muitas agricultoras lutam, outras optam por aquilo que Whatmore (1990) chama de “votar com os pés”, ou seja, ir-se embora quieta e continuamente para as cidades.

A terceira possibilidade surge como resultado dos movimentos ambientalistas e sociais. A preocupação com o meio ambiente e com a saúde humana tem produzido críticas constantes ao modelo produtivista implantado na agricultura pela revolução verde. Esse próprio modelo contribui para sua crítica pelos muitos danos visíveis que vem causando e pelo fato de não ter cumprido sua principal meta legitimadora que

seria acabar com a fome no mundo. Hoje está claro que a fome não é um problema da produção, mas sim da distribuição dos alimentos. Das fomes todas, a que mais bem está sendo resolvida é a fome de lucros das empresas multinacionais que estão atropelando sérias questões de ética, como no caso dos transgênicos, os quais são postos no mercado sem que esteja suficientemente provada sua não-nocividade e sem que haja indicação de sua presença nos rótulos dos produtos.. O Greenpeace vem denunciando sua presença não explicitada inclusive em produtos destinados a recém-nascidos.

A pressão dos consumidores por bens derivados de processos menos agressivos ao meio ambiente e à saúde humana vem crescendo no mundo todo e essa pressão pode representar um estímulo à produção em menor escala, própria da agricultura familiar. Como bem diz Brandenburg (1999), a agricultura familiar é um espaço privilegiado para se discutir os danos provocados pela alta produtividade baseada em insumos químicos, na medida que os que decidem como plantar são os mesmos que sofrem os efeitos danosos da decisão tomada, haja vista os casos de intoxicação por agrotóxicos que vêm ocorrendo entre pequenos produtores. Nas palavras do autor, “*na agricultura familiar o interesse econômico e os interesses pessoais e subjetivos podem se realizar ao mesmo tempo, enquanto na organização empresarial capitalista não há lugar para subjetividades*”.

Finalizando, gostaríamos de reforçar as idéias de Polanyi (1980), principalmente quando ele diz que o erro do liberalismo foi separar economia e política. O caminho a ser trilhado pela produção leiteira de Santa Catarina vai depender da vontade política de se dar mais valor ao desenvolvimento local, à agricultura familiar e à saúde de seus habitantes.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. *Caminhos alternativos para a construção da sustentabilidade na agricultura da União Européia*. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, XIX, 1995, Caxambu. Resumos. Caxambu: [s.n.], 1995. mimeografado. 1995.

BRANDENBURG, A. *Agricultura familiar: ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Ed. da UFPR. 1999. 325 p.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL – CODESUL. *Complexo lácteo na região Sul do Brasil*. Curitiba: [s.n.], 1993. mimeografado.

COLI, L. E. J. *Análise da dinâmica do sistema produtivo de leite do Estado de Santa Catarina*. 1992. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Curso de Pós-Graduação em engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

DEFRA/UK. *Statistics on foot and mouth disease*. Disponível em : <http://www.maff.gov.uk/animalh/diseases/fmd/cases/statistics/generalstats.asp> em : 06 de julho de 2001. .

DE GRANDI, A. B. *Relações de gênero nas famílias agricultoras associadas a mini-usinas de leite no estado de Santa Catarina*. 1999. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

DAVIDSON & SCHWARZWELLER. Marginality and uneven development: the decline of dairying in Michigan's north country. *Sociologia Ruralis*, vol. XXXV, n. 1, p. 40-66, 1995.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI. *Cadeia produtiva do leite*. Florianópolis: [s.n.] 1995. mimeografado.

ESCOSTEGUY, c. Et al.. *A cadeia agroalimentar do leite: desafios aos pequenos produtores rurais*. Textos para discussão. UNIJUI. Ijuí: n. 7. 1993

GASQUES, J. G. e VILLA VERDE, C. M. V. *Prioridades e orientações dos gastos públicos em agricultura no Brasil*. Texto para discussão. IPEA. Brasília: n.365. 1995.

GIESE, B. *A atuação política do empresariado catarinense dos ramos têxtil e agroindustrial: demandas e canais de influência (1970 – 1985)*. 1991. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

GRAZIANO NETO, F. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 de abril. 1996, p. 1 – 3.

GREENPEACE . *Genetically engineered food*. Disponível em: <http://greenpeace.org>, em 04 de julho de 2001.

GUIRRO, R. Leite: escolha seu tipo!. *Revista Saúde*, n.142, p. 14/22, julho de 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censos demográficos e agropecuários*. Rio de Janeiro: IBGE. Vários anos.

INSTITUTO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - INSTITUTO CEPA/SC. *Estrutura agrária: evolução em Santa Catarina 1960-1980*. Florianópolis: 1984. mimeografado.

INSTITUTO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - INSTITUTO CEPA/SC 1987. *Plano de desenvolvimento rural da Baixada Norte Catarinense*. Florianópolis: vol. IV. 1988.

INSTITUTO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - INSTITUTO CEPA/SC. *Síntese anual da agricultura catarinense*. Florianópolis: [s.n.] 1990, 1993 e 1994. mimeografado.

JANK, M.S. e MOUTRIGAUD, M.E.B. Entendo a política leiteira da CEE. *Rev. Leite B*. São Paulo, v. 5, n.55, maio. 1991.

JANK, M.S. e MOUTRIGAUD e LIMA. *Comunidade econômica européia: política agrícola, protecionismo e posição estratégica para o Brasil*. Rio de Janeiro: [s.n.] 1993. mimeografado.

JANK, M. S. Agrobusiness do leite no Brasil: o atual momento e o futuro. *Rev. Balde Branco*. São Paulo: Ano XXXI, n. 366, abril. 1995.

LARANJEIRA, R. Visão agro-social do Mercosul. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, v. 25, jan. abril. 1995.

MELLO, M. A. *A trajetória da produção e transformação do leite no oeste catarinense e a busca de vias alternativas*. 1998. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

OLIVEIRA, J. V. *Análise da estrutura e da concorrência da indústria catarinense de laticínios*. 1994. . Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Curso de Pós-Graduação em engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

OLIVEIRA, J.A. V. et al.. *Avaliação do potencial da indústria rural de pequeno porte (IRPP) em Santa Catarina*. Florianópolis: CEPAGRO. 1999.

PASTORE, K. Mamífero voraz. *Revista Isto É*. São Paulo: ano 29, n. 46, p. 83/84. 1996.

PAULILO, M. I. *Produtor e agroindústria: consensos e dissensos*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1990. 182p.

PAULILO; DE GRANDI e SILVA. Mulher e atividade leiteira: a dupla face da exclusão. *Cadernos de Pesquisa PPGSP/UFSC*, Florianópolis: n. 21. 2000.

PRESOTTO, L.L. *Agroindústria rural de pequeno porte e o seu ambiente institucional relativo à legislação sanitária*. 1999. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

POLANYI, K. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus. 1980. 306 p.

REVISTA ISTO É. Números. São Paulo, n. 1659, p. 22, 18 de julho de 2001.

ROSA, S. L. C. A questão agrária brasileira na década perdida. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA RURAL, 32. Anais do XXXII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Rural, 1994, p.1135-1158.

SEYFERTH, G. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre: Movimento. 1974. 159 p.

SILVA, J. G. da. Condicionantes para um novo modelo agrário e agrícola. In. *Crise Brasileira: anos 80 e Governo Collor*. São Paulo: DESEP/INCA, 1993, p.177-217.

WHATMORE, S. Theories and practices for rural sociology in a 'new' Europe. *Sociologia Ruralis*, Vol. XXX, n. 3-4, p. 251-259. 1990.

WERNER, D. *Controle de cheias no Vale do Itajaí: interrelação entre problemas ecológicos e sociais*. Florianópolis: mimeografado.

ZOOCAL R. *Leite em números*. Coronel Pacheco, MG: EMBRAPA - CNPGL; Belo Horizonte, MG: FAEMG, 1994.

A agroecologia e o desenvolvimento sustentável: uma construção teórica para a análise da agricultura familiar*

Maria Jaqueline Elicher
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

Este trabalho pretende analisar o desenvolvimento rural sustentável, através das práticas agrícolas alternativas, com ênfase na agroecologia. O município de Antônio Carlos, parte do cinturão verde da Grande Florianópolis, é muito importante no abastecimento do mercado regional e conseqüentemente foi escolhido como espaço de investigação empírica. Os resultados mostram que alguns produtores familiares adotaram práticas agroecológicas como uma alternativa para o modelo da revolução verde, que pode também reduzir os desequilíbrios ambientais e aumentar a renda familiar. A agroecologia, como modelo de desenvolvimento

Abstract

This work intends to analyze rural sustainable development, through household farms alternative agricultural practices, with emphasis in agroecology. The municipal district of Antônio Carlos, part of the Florianópolis green belt, is very important in regional market supply and consequently has been chosen as an empirical space of investigation. The results shows that some householders have adopted agroecological practices as an alternative to the green revolution model, which can reduce environmental instabilities and increase family income. Agroecology as a model of sustainable development is involving

* The agricultural ecology and sustainable development

sustentável, encontra-se em construção no plano teórico e prático. Esta alternativa requer maior envolvimento da sociedade e suporte do Estado.

both theoretically and in practice. This alternative requires more engagement of the society and support of the state.

Palavras-chave: Agricultura familiar, agroecologia, desenvolvimento sustentável.

Keywords: household farms, agroecology, sustainable development.

1 - Introdução

Antônio Carlos insere-se na microrregião da Grande Florianópolis e localiza-se ao norte da Capital do Estado de Santa Catarina. Na área em questão, predomina propriedades agrícolas familiares que são responsáveis por uma parcela considerável do fornecimento de produtos *in natura* aos mercados consumidores locais e regionais. Segundo dados fornecidos pela Central de Abastecimento de São José (Ceasa/SC), 32% das frutas, legumes e verduras comercializadas são provenientes do *cinturão verde*, formado por 21 municípios¹.

Cerca de 700 famílias produzem nos 2,5 mil hectares do município todas as variedades de verduras e legumes e algumas variedades de frutas, o que representa mais de 80% de sua economia (dados fornecidos pela Empresa de Pesquisa e Assistência Agropecuária de Santa Catarina - Epagri). Antônio Carlos é um dos principais produtores de hortaliças e responsável por abastecer a CEASA e supermercados da região fornecendo, em média, 50 mil toneladas/ano.

Entretanto, as dificuldades enfrentadas com o baixo preço de comercialização dos produtos e o alto custo dos insumos, aliados à ausência de incentivos públicos para a agricultura no país e a instabilidade do setor, têm levado muitos produtores a procurar alternativas para vencer as adversidades e, entre elas, destaca-se a produção agroecológica.

¹ Fazem parte do chamado *cinturão verde* os municípios que compõe a mesorregião da Grande Florianópolis: Tijucas, Canelinha, São João Batista, Nova Trento, Major Gercino, Angelina, Leoberto Leal, Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu, Antônio Carlos, Governador Celso Ramos, Santo Amaro da Imperatriz, São Pedro de Alcântara, Paulo Lopes, Alfredo Wagner, Rancho Queimado, Anitápolis, São Bonifácio e Águas Mornas. (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul, 2000).

O tipo de colonização², a posse da terra e a presença das agroindústrias (concentradas mais ao Sul e a Oeste), fizeram de Santa Catarina um dos estados “beneficiados” pelas políticas governamentais que visavam a modernização da agricultura e dos sistemas de abastecimento de gêneros alimentícios a fim de atender o consumo gerado pelo crescimento acelerado dos centros urbanos do país, no final dos anos 60.

A partir daí, a produção especializada de hortaliças para suprimento do mercado passou a ganhar espaço em vários municípios de Santa Catarina, aí incluído Antônio Carlos. Além dos incentivos creditícios oferecidos pelo Estado para financiar a produção, foram desenvolvidas ações para modernizar o sistema de transporte e de comercialização dos produtos nos maiores centros urbanos do país.

No caso de Antônio Carlos, outro fator que contribuiu para a rápida expansão espacial da atividade hortícola foi a localização geográfica, ou seja, a proximidade de centros urbanos com grande potencial de consumo, no caso São José e Florianópolis, que vinham se constituindo pólos atrativos para populações externas, principalmente a Capital que exercia posição importante enquanto centro político-administrativo estadual e também de ensino, com a expansão da Universidade Federal.

Além dos fatores citados, os aspectos naturais da área, conjugados ao tamanho das propriedades foram fundamentais no processo de expansão da atividade hortícola e ela se constituiu como mola propulsora do desenvolvimento econômico local. Segundo dados Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Censo Agropecuário, para o ano de 1970, dos 599 estabelecimentos rurais, 180 possuíam menos de 10 hectares, cuja exploração é feita à base de mão-de-obra familiar.

No entanto, assim como outras especializações agrícolas, a horticultura sofreu efeitos da falta de apoio público e isto resultou em dificuldades, ameaçando a sobrevivência e a permanência do agricultor familiar no mercado e no meio rural. Isso pode ser demonstrado com o processo de parcelamento da terra no município. No ano de 1995, dos 715 estabelecimentos rurais, 374 possuíam menos de 10 hectares. Essa configuração fundiária, cada vez mais parcelada, demonstra as dificul-

² O município foi povoado por imigrantes alemães a partir do ano de 1839, e açorianos que se instalaram no município após 1929, quando já haviam fundado várias cidades do litoral de Santa Catarina. Os imigrantes, produtores familiares, trouxeram de seus países as técnicas agrícolas e os costumes da vida no campo, o que foi importante no desenvolvimento econômico da região.

dades do produtor em se manter proprietário dos meios de produção. As características mais particulares do município- referência do estudo e as políticas públicas de apoio serão melhor analisadas em outro item.

A partir dessas considerações, objetivou-se analisar as questões relativas ao desenvolvimento sustentável, via práticas agrícolas alternativas da produção familiar, com destaque para a agroecologia. As reflexões teóricas foram associadas com as transformações em curso no município de Antônio Carlos/SC e no país de maneira geral.

O trabalho também aborda o discurso da busca por um novo modelo de desenvolvimento da sociedade, muito em voga na atualidade, a sustentabilidade. Essa noção foi concebida numa visão global, através do discurso de que incorpora em si o ‘desejo’ das nações em proporcionar uma melhor distribuição das riquezas do planeta. Teoricamente, esse modelo (considerado ainda em construção) objetiva conciliar o crescimento econômico com as questões sociais e a utilização dos recursos naturais, para que possam ser reduzidas as desigualdades entre os povos.

2 - As transformações na agricultura brasileira

2.1 - O processo de modernização

As tentativas de desenvolvimento da agricultura brasileira se refletem na atualidade, seja na esfera econômica, social ou ambiental, estando suas conseqüências expressas pelas desigualdades sociais tanto no meio rural como nos centros urbanos.

A evolução do tão esperado crescimento econômico fundamentou-se na modernização tecnológica da agricultura, principalmente a partir dos anos 60. A meta do projeto modernizante era aumentar a produtividade do setor agropecuário para que o país pudesse competir no mercado externo, integrando-o ao setor industrial.

Para tanto, coube ao Estado brasileiro, a exemplo de outras economias subdesenvolvidas, a intervenção nos processos produtivos a fim de proporcionar a adaptação da economia nacional aos interesses gerais do capital internacional. O processo intervencionista privilegiou determinadas categorias de produtores, regiões e produtos e teve como principal ação a importação de um pacote tecnológico, assentado em elementos químicos e mecânicos, originário da Segun-

da Guerra. Tal pacote visava promover a produção em grande escala e, conseqüentemente, aumentar a produtividade agrícola. O que se assistiu, no entanto, foi a implantação de um pacote homogêneo, totalmente inadequado às condições físicas e sociais do país, mas obviamente bastante apropriado para a instalação definitiva das indústrias das grandes potências mundiais em território nacional.

A proposta de milagre da “revolução verde” não levou em conta as diferenciações regionais e interpessoais dos produtores. Tendo uma abrangência desigual, a modernização provocou muitos impactos negativos e aumentou ainda mais os custos da busca pelo desenvolvimento. A produção intensiva e extremamente dependente, tanto com relação aos pesticidas e fertilizantes, como maquinários e meios de transporte, mostra o caráter excludente das políticas públicas de incentivo à modernização que manteve à margem do processo significativa parcela dos agricultores brasileiros.

A homogeneização das técnicas produtivas levou a um rápido esgotamento do modelo de produção industrial, provocando um aumento ainda maior das desigualdades sociais no campo brasileiro, além da degradação ambiental que se coloca entre os maiores custos deste processo. O custo ambiental aconteceu em função da degradação excessiva dos solos e dos cursos d’água, provocados principalmente pela prática inadequada de culturas e utilização intensiva de fertilizantes e pesticidas, que visavam a busca de máximo rendimento em prazo mínimo. Atualmente, o gasto com recuperação de áreas antes agricultáveis vem onerando os custos do pequeno produtor familiar, não só no Brasil como também em outros países periféricos, incluídos nas estratégias de expansão do capital industrial.

Nas últimas décadas, o modelo de desenvolvimento econômico, também chamado de científico-tecnológico, provocou significativas mudanças na organização das sociedades, inclusive nos países líderes que também passaram a se preocupar com o esgotamento de seus recursos naturais e com os constantes desequilíbrios ambientais em nível global. Surge então a necessidade de se articular um espaço menos susceptível ambientalmente, que associe práticas agrícolas tradicionais aos recursos da ciência moderna, através da biotecnologia, e que proporcione um maior equilíbrio sócio-econômico entre as sociedades numa esfera planetária. Essa tentativa, que

passa a ser designada de “segunda revolução verde”, visa a busca do equilíbrio ecológico, ou seja, da sustentabilidade ecológica dos novos sistemas produtivos (SACHS, 1994).

2.2 - *A busca por um “novo” desenvolvimento sócio-econômico: sustentabilidade*

Através da eclosão das discussões a respeito dos problemas sócio-ambientais que afetam o mundo atual de maneira geral, mais do que nunca se torna necessário pensar outras formas de se desenvolver, sem que, para isso, a “saúde” do planeta Terra seja comprometida.

As noções de desenvolvimento econômico recobrem múltiplas facetas e permite apropriações e leituras divergentes, as quais podem ser encontradas na literatura especializada. De qualquer forma, existe consenso sobre a importância do desenvolvimento econômico na organização das relações sociais e políticas. Mas, delimitar esta questão tem sido uma tarefa complexa. Segundo Ribeiro (1991) há uma crise nos modos de pensar desenvolvimento e é preciso ter cuidado.

A abrangência desta noção recobre desde direitos individuais, de cidadania, até esquemas de classificação dos Estados-Nações internamente ao sistema mundial, passando por atribuições de valor à mudança, tradição, justiça social, bem estar, destino da humanidade, acumulação de poder econômico, político e militar... (p.60).

Para Ribeiro (1991), as constantes mudanças nas formas de reprodução da vida humana têm levado a uma reformulação da noção de desenvolvimento criada no pós-guerra, a partir dos rearranjos sócio-políticos ocorridos no sistema econômico mundial. Pois, naquele momento estavam configuradas duas concepções ideológicas antagônicas sobre a noção de desenvolvimento: a do capitalismo e a do socialismo.

No ideário capitalista o desenvolvimento devia centrar-se nas forças de mercado e este ser regulado pela ação dos agentes econômicos, com o menor grau possível de intervenção do Estado, não considerando o acesso diferenciado das sociedades aos recursos naturais, tecnológicos e econômicos. Contrariando este discurso, a ideologia socialista defen-

dia o acesso igualitário aos recursos disponíveis no meio, cuja regulação e gestão é responsabilidade do Estado. Nos termos de Ribeiro (1991, p.69) “*O desenvolvimento só pode existir através de um arranjo orquestrado de poder político e econômico que leve em consideração um objetivo redistributivo*”.

Ao comentar sobre a questão, Sachs (1986) chama a atenção também para as discussões sobre a utilização dos recursos naturais pelas sociedades modernas, fator que tem provocado profundos desequilíbrios. Entretanto, as discussões no plano teórico não bastam, em face da gravidade dos problemas. A situação requer a instauração de práticas políticas, nas quais a explicação dos futuros possíveis e a escolha dos futuros desejados possam adquirir direitos de cidadania:

A aposta em um desenvolvimento econômico e social contínuo, harmonizado com a gestão racional do ambiente, passa pela redefinição de todos os objetivos e de todas as modalidades de ação. O ambiente é, na realidade uma dimensão do desenvolvimento; deve, pois, ser internalizado em todos os níveis de decisão...(SACHS, 1986, p. 10).

O autor ressalta, ainda, que aos países subdesenvolvidos cabe o papel de evitar o caminho percorrido pelos países industrializados e a estes é necessário limitar o desperdício de recursos naturais em vias de esgotamento. Além disso, eles devem proporcionar aos “mais pobres” a possibilidade de acessar os recursos, para se promover um crescimento socialmente mais equilibrado³.

A tentativa inicial de instaurar essa prática deu-se em 1972, com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em Estocolmo, quando surgiram as primeiras preocupações de se encontrar alternativas de desenvolvimento que buscassem uma maior racionalidade e equilíbrio entre a utilização do meio ambiente e a existência humana num âmbito global.

Entretanto, foi o Relatório Brundtland, elaborado em 1987, o grande responsável pela propagação do conceito de desenvolvimento sustentável na esfera mundial. Este conceito tal qual proposto no

³ A esse respeito ver Rodrigues (1996).

Relatório teve grande impacto porque combinava duas questões fundamentais quanto à ordem social: a primeira diz respeito à idéia de que o crescimento material é a base do desenvolvimento da sociedade; a segunda é a de que existem procedimentos aceitáveis na relação homem e natureza, ou seja, existem evidências de que essa relação possa ser “reconstruída”.

Nesse sentido, a sustentabilidade como estratégia de desenvolvimento é amplamente defendida pelo relatório da ONU, o qual propõe a interligação entre economia, tecnologia, sociedade e política, chamando a atenção para a necessidade de se adotar uma nova postura ética, caracterizada pela responsabilidade das gerações futuras, assim como da sociedade atual, conforme referido por Brüseke (1995). Através das considerações feitas pela referida comissão, a definição de desenvolvimento sustentável seria “... o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades” (p. 27). O conceito foi aceito na comunidade científica mundial em função de seu caráter abrangente, pois não faz referências diretas aos interesses nacionais.

É justamente o fato de possuir esse *caráter abrangente e democrático* que faz com que as resoluções do Relatório “pequem” no que se refere às críticas à sociedade industrial e aos níveis máximos de consumo e uso das fontes de energia a que esses países deverão ter direito. Além disso, não se posiciona sobre os benefícios a que as nações não-industrializadas terão acesso, apenas faz referência, de modo genérico, ao fato do crescimento sócio-econômico dever atingir todos os países (BRÜSEKE, 1995, p.29).

Foi só, a partir de 1992, no Rio de Janeiro, com a conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), que a integração entre o desenvolvimento sócio-econômico e as transformações no meio ambiente passou a fazer parte dos discursos oficiais da maioria dos governos. No processo, instalou-se uma nova filosofia de desenvolvimento, ou seja, a combinação de eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica. Nesta perspectiva, “... o conceito de desenvolvimento sustentável sinaliza uma alternativa às teorias e aos modelos tradicionais de desenvolvimento, desgastadas numa série infinita de frustrações.” (BRÜSEKE, 1995, p. 35).

Portanto, define-se como desenvolvimento sustentável àquele que procura satisfazer as necessidades e aspirações humanas, seja nos países desenvolvidos ou em desenvolvimento, de maneira homogênea, proporcionando à população oportunidades de concretizar as aspirações de uma vida melhor. Ao definir desenvolvimento sustentável, o Relatório Brundtland, faz referência ainda a outros aspectos, os quais merecem ser destacados:

É um processo de mudanças no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras;
É um desenvolvimento que mantém possíveis as opções futuras;
É uma correção, uma retomada do crescimento alterando a qualidade do desenvolvimento;
É uma mudança no teor do crescimento, a fim de torná-lo menos intensivo de matéria-prima e mais eqüitativo em seu impacto (p.38).

Nos termos de Ribeiro (1991, p.79) este documento “... longe de contestar o crescimento econômico, o coloca como uma solução ao mesmo tempo em que acena a bandeira de um melhor ‘futuro comum’, caso este caminho seja trilhado”.

Considera-se, entretanto, que o conceito de desenvolvimento sustentável está ainda em construção, por requerer uma complexa interligação de fatores. E, é justamente essa “interligação de fatores” que o torna inconsistente, desigual e até mesmo utópico. As boas intenções de seus objetivos, que visam conciliar o crescimento econômico com as questões sociais e a utilização racional dos recursos naturais para que possam ser reduzidas as desigualdades sócio-econômicas, está longe de efetivamente atingir a todas as populações de forma homogênea.

A questão principal é saber quem irá “comandar” esse processo de desenvolvimento? O debate se dará na escala neoliberal, que atribui ao mercado a possibilidade de resolver todos os males da humanidade, inclusive a problemática ambiental? Pois, parece, no mínimo, contraditório que se estabeleça um estilo de desenvolvimento no qual

as sociedades devam ser tratadas igualmente e o condutor desse modelo seja exatamente o “dono” das forças que regem essa sociedade, ou seja, o mercado capitalista. Desta maneira, pressupõe-se que o discurso do desenvolvimento sustentável venha a ficar apenas no campo ideológico. A retórica do desenvolvimento sustentável nada mais é do que a contínua produção de novas mercadorias porque, segundo Rodrigues (1996, p. 85) “... *As contradições estão impressas no espaço deste modo de produção, que produz ao mesmo tempo mercadorias e territórios desejáveis e vendáveis e territórios indesejáveis*”.

2.3 - A agricultura familiar brasileira no contexto da sustentabilidade

Na primeira metade da década de 80, o interesse de instituições públicas de pesquisa, algumas ONGs e Universidades brasileiras, voltou-se para a busca de métodos e técnicas agrícolas alternativas ao padrão da modernização tecnológica, direcionada à produção familiar, objetivando desenvolver sistemas que se adequassem a essa realidade. Um novo enfoque foi dado à produção agrícola. “*Se convino llamar este enfoque también de “visión holística” de la propiedad, como contrapunto a la visión fragmentada del enfoque por producto, originario de la revolución verde*” (SILVA, 1996, p.769). O ambiente interno e externo da propriedade rural passa a ser abordado também do ponto de vista de outros elementos que a compõem, como o econômico, o social, o político, o cultural e o ecológico.

No Brasil, o desenvolvimento de políticas novas para o meio rural que atendessem aos problemas de cunho sócio-ambiental enfrentou resistência dos setores conservadores da sociedade. A questão só passou a tomar forma quando a temática incorporou as discussões internacionais, tornando-se então referência para o desenvolvimento de programas de pesquisa voltados ao atendimento dos problemas relacionados à produção alimentícia e ao equilíbrio do meio ambiente.

No entanto, as ações são insignificantes para garantir um equilíbrio maior na distribuição dos recursos políticos e econômicos que diminua as desigualdades sociais e que venha a se concretizar nas bases de um efetivo desenvolvimento sustentável, principalmente no que diz respeito à forma como será garantida a conciliação das necessidades de crescimento da produção agropecuária com a preservação do meio ambiente (SILVA, 1996).

As questões relacionadas à busca de um novo padrão de desenvolvimento rural, ou seja, o desenvolvimento sustentável vem se firmando teoricamente, principalmente na dimensão local. As preocupações com o meio ambiente são registradas nos programas de desenvolvimento rural em muitos municípios brasileiros, mas na prática pouca ação tem se concretizado. Por isso, deve-se considerar que esta problemática é eminentemente política. Assim, para que o desenvolvimento sustentável na agricultura familiar deixe de ser apenas um “desejo” e se transforme em algo efetivo, é necessário não só alterar a base técnica agrônômica, mas principalmente a vontade política, ou seja, permitir o acesso democrático à terra e aos meios de produção. Nas palavras de Campos (1999):

(...) a questão ambiental deve assumir um papel estratégico na configuração das novas metodologias de extensão rural, adequadas ao modelo de desenvolvimento rural auto-sustentável. Nesse sentido, a criação de um novo paradigma para o desenvolvimento rural dos municípios (...) deve levar em consideração a importância da preservação dos recursos naturais, por meio de uma política de gerenciamento ambiental que priorize a criação de novas formas de produção e assegure à agricultura familiar um nível de renda mais justo, ao mesmo tempo em que consolide a preservação e a renovação dos recursos naturais” (p.322).

O padrão de agricultura sustentável tem por objetivo principal “explorar” a natureza e seus recursos, garantindo máxima durabilidade à base desta exploração. A produção agrícola deve minimizar os danos ao meio ambiente, produzindo rendimentos econômicos suficientes para o atendimento das necessidades sociais das famílias envolvidas. Mas isto só poderá ser viabilizado através de políticas públicas.

A exemplo de outros municípios do país que vem, no âmbito local, incorporando a agroecologia como via alternativa econômica e, consequentemente sustentável, Antônio Carlos, também, iniciou-se na produção sem um planejamento prévio, ficando, a cargo dos produtores e de ações restritas de alguns técnicos da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. (Epagri), a propagação das

práticas que priorizam esta questão. Por isso, a capacidade de capital e de gestão da produção certamente fará a diferença para o sucesso ou não desses produtores. Para entendermos um pouco mais essas questões é necessário resgatar a forma como os modelos alternativos de produção, dentre eles a agroecologia, voltam a fazer parte de uma nova realidade do campo brasileiro.

2.4 - O (re) surgimento dos modelos alternativos: a agroecologia

O movimento ambientalista contrário à produção agrícola baseada na utilização de insumos químicos surge no início da década de 20, na Europa e nos Estados Unidos. A partir daí se desenvolveram algumas vertentes consideradas precursoras quanto à utilização da matéria orgânica e de outras práticas favoráveis aos processos biológicos (EHLERS, 1996). Assim, difundiu-se a agricultura orgânica, a biológica, a natural e a agroecologia. Esta última, após 1980, passou a ser utilizada nos EUA e em algumas partes da América Latina, como um conjunto de práticas e técnicas empregadas para desenvolver os agroecossistemas.

A agroecologia, além da regeneração dos sistemas, tem “... o firme propósito de valorizar os aspectos socioculturais da produção agrícola” (EHLERS, 1996, p.74). Por isso, quando se faz referência à agricultura alternativa, todas as vertentes consideradas “rebeldes” ao processo de modernização tecnológica podem ser aí incluídas, porém o caráter da agroecologia é mais abrangente. Apesar disto, os agricultores familiares que adotaram as novas práticas não têm noção ou não sabem que essas práticas fazem parte dos princípios da produção agroecológica, que procura adaptar a atividade agrícola ao meio ambiente. Nas palavras de Altieri (1989) a agroecologia,

...incorpora idéias mais ambientais e de sentimento social acerca da agricultura, focando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção (...) implica um número de fatores sobre sociedade e produção que estão além dos limites do campo da agricultura (p.28).

Para o autor, a agroecologia é uma ciência que apresenta uma série de princípios e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agrossistemas e desenvolver sistemas agrícolas complexos e diversificados, portanto, não é apenas uma prática ou um sistema de produção. A agricultura, baseada nos princípios agroecológicos, fundamenta-se em técnicas naturais complexas. O principal objetivo prático é tornar os agricultores mais independentes dos insumos químicos e reduzir os custos sócio-econômicos e ambientais.

As metas propostas pela agroecologia visam apontar as resoluções para os problemas da sustentabilidade. Em outras palavras, procuram considerar não só as questões tecnológicas, mas também as econômicas e sociais. Mas, na opinião de alguns cientistas, a agroecologia, por si só, talvez não seja suficiente para atingir os objetivos do desenvolvimento sustentável. Conforme a proposta de Ehlers (1996) ...

...mais do que um conjunto definido de práticas, a agricultura sustentável é hoje um anseio, um objetivo. É bem provável que o novo padrão combine práticas e princípios tanto das chamadas vertentes alternativas, como da agricultura convencional, além de novos conhecimentos provenientes da pesquisa agroecológica e da experiência dos agricultores (p.75).

A agroecologia surgiu no Brasil de maneira muito tímida, após os movimentos ambientalistas das décadas de 70 e 80, com a proposta de oferecer saídas para a reparação dos impactos, tanto econômicos como ambientais, causados pelos avanços tecnológicos aplicados na agricultura de padrão industrial. Esta tinha por objetivo “redesenhar” os sistemas de produção que valorizavam a utilização intensiva dos insumos e a ausência da biodiversidade funcional. Alguns autores tratam esta questão como uma ressurgência dos costumes antigos, ou seja, o produtor resgata os conhecimentos ainda disponíveis na memória e restabelece uma relação mais equilibrada entre os recursos naturais e a exploração da produção agrícola. Além disso, a agroecologia passou a representar também, uma opção para os agricultores familiares assolados pelos efeitos da “revolução verde” - dependência tecnológica e endividamento - resultante de financiamentos bancários para desenvolver o processo de produção agrícola.

Antes de analisarmos mais a fundo o desenvolvimento desse processo na área de estudo em questão, faremos uma breve consideração a respeito da importância de tomarmos a unidade de produção familiar como categoria de análise, já que é essa fatia da sociedade brasileira a mais diretamente interessada nos processos de mudança das estruturas de produção e no redirecionamento dos interesses públicos a respeito dos resultados dessas mudanças no cenário social, econômico e ambiental.

3 - A unidade de produção familiar como categoria de análise

No espaço rural brasileiro coexistem muitas categorias de produtores e o segmento familiar é representativo, mas referir-se apenas à produção familiar para tentar explicá-la é generalizar, pois os agricultores não são homogêneos, eles apresentam uma diversidade de características. Neste sentido, torna-se importante trazer à tona questões metodológicas levantadas por alguns autores que chamam a atenção para a dicotomia criada ao se tentar caracterizar as unidades de produção agrícola. Neves (1995, p.21) aponta para o risco de se reduzir a agricultura à apenas dois modelos de produção: a *unidade familiar* e a *unidade capitalista ou empresa capitalista*. Segundo a autora, a visão de empresa capitalista atribui às unidades produtivas características como: trabalho assalariado, apropriação da mais-valia, reprodução ampliada, ações orientadas para aumentar produtividade e rentabilidade. Na unidade familiar, a situação é diferente, predominando o trabalho familiar, com ações orientadas para o atendimento da reprodução familiar. Além disso, por ser proprietário dos meios de produção, o produtor busca autonomia e, para isto, procura minimizar a dependência do mercado.

Esta concepção é reducionista por desconsiderar a heterogeneidade de categorias que se envolvem na atividade agropecuária, ou seja, não leva em conta as especificidades de cada unidade de produção, e elas são visualizadas apenas de maneira contraposta. Neste sentido, à empresa capitalista é atribuída racionalidade econômica e à produção familiar, uma racionalidade social. Para a autora, os dois modelos de produção são aceitos apenas pelo viés da racionalidade econômica, assim “... a *racionalidade social, por isso mesma qualificada como camponesa, viceja num mundo supostamente apartado dos valores e das representações que orientam as práticas nas sociedades capitalistas*” (NEVES, 1995, p. 22).

É oportuno salientar que a racionalidade social qualificada como “camponesa” talvez possa ser entendida no contexto tradicional da produção para o autoconsumo familiar, sem as influências capitalistas, numa época em que o mercado ainda não estava constituído. Portanto, a agricultura familiar contemporânea apresenta outras características e coexiste com novas relações de produção e trabalho, construídas a partir das mudanças no modo de produção capitalista.

A polarização das concepções e a classificação da unidade familiar, tendo como base as formas de organização de produção, a coloca num patamar de oposição e resistência às leis de mercado e às regras do sistema capitalista, o que não é correto. A unidade de produção familiar sempre privilegiou a coesão da família e sua manutenção, visando primeiramente a reprodução social, mas seria ingenuidade concebê-la como uma categoria isenta das influências do mercado concorrencial, haja vista a inegável interdependência dessas relações.

Também não se pode deixar de admitir que a agricultura familiar passou a utilizar as relações de mercado (ou foi forçada por elas) como estratégia para sua reprodução social. A unidade familiar está subordinada ao mercado e na relação de troca ela se “beneficia” tendo, de um lado, acesso a determinados recursos e serviços, de outro, procurando manter a individualidade e a racionalidade interna, mesmo que nem sempre seja possível alcançar estes objetivos. É pertinente lembrar que existe no meio rural brasileiro uma diversidade de categorias de explorações familiares e suas especificidades devem ser consideradas. Mas é Lamarche (1997) quem simplifica a questão nos devidos termos e ele assim se manifesta:

...independente de quais sejam os sistemas sócio-políticos, as formações sociais ou as evoluções históricas, em todos os países onde um mercado organiza as trocas, a produção agrícola é sempre, em maior ou menor grau, assegurada por explorações familiares, ou seja, por explorações nas quais a família participa na produção (p.13).

Apesar dessa diversidade de características, torna-se importante explicitar que, para a realidade em questão, o que está sendo

considerado como agricultura familiar⁴ e que servirá de parâmetro para analisar o objeto da pesquisa diz respeito a concepção elaborada por Lamarche (1997) que considera a exploração familiar como “... *uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família*” (p. 15).

Ciente da diversidade de situações existentes na agricultura familiar, esta definição genérica serve de referencial para analisar a produção familiar no município de Antônio Carlos (SC). Parte-se do pressuposto de que o segmento possui uma racionalidade interna, a produção é voltada principalmente para o mercado e o resultado destina-se ao atendimento das necessidades da família. Além disso, a lógica de trabalho é projetada para o futuro, por isso a organização das estratégias de reprodução e a tomada de decisões se processam segundo essa orientação. Mesmo assim, os produtores familiares locais não constituem um grupo social homogêneo. Contém eles próprios toda uma diversidade, diferenciando-se em função das condições de produção existentes, da situação financeira, do grau de mecanização, do nível técnico, da área disponível, dentre outras. O resultado da exploração se reflete na reprodução familiar, e isto sofre variações consideráveis. Neste sentido, os agricultores familiares encontram-se em estágios diferenciados de desenvolvimento.

As transformações operadas na agricultura familiar, decorrentes da especialização do processo produtivo, da modernização e da integração ao mercado não eliminaram seu caráter de organização interna. Ela preserva uma margem da autonomia, mesmo estando modernizada e integrada ao processo global de acumulação do capital. Como lembra Wanderley (1998, p. 42), “... *a produção familiar não pode ser percebida como um mero apêndice, passivo, dos ditames do capital e o produtor familiar não pode ser comparado a um trabalhador em domicílio, portanto, sem nenhuma autonomia...*”. Ao analisar a agricultura familiar moderna, a autora relembra que a integração ao mercado abre o “mundo rural” ao modo de vida urbano. O produtor tem acesso e passa a consumir um conjunto complexo de bens materiais e culturais. O processo se reflete na forma de organizar a produção, e isto conseqüentemente altera o funcionamento interno da unidade familiar.

⁴ Agricultura familiar e exploração familiar serão consideradas sinônimas para a análise do objeto de pesquisa, haja vista a falta de consenso entre os pesquisadores sobre a terminologia.

4 - Agricultura familiar em Antônio Carlos e a agroecologia como alternativa produtiva

Em Santa Catarina, a produção agroecológica é uma realidade, mesmo que incipiente e ainda pouco organizada. Os municípios envolvidos estão distribuídos nas diversas regiões do Estado e ainda não se tem um controle dos índices de produção. Quanto às normas para o controle da produção orgânica, o Estado é regido por determinações estabelecidas por órgãos como o Instituto Biodinâmico de São Paulo (IBD) e a Associação Orgânica de São Paulo, assim como pelo Ministério da Agricultura e pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura de Santa Catarina, cuja tarefa é executada pela Epagri. O selo de certificação dos produtos é fornecido pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado de Santa Catarina (FUNDAGRO).

Além das ONGs que atuam no Estado, a Epagri/SC vem se constituindo no maior difusor da produção agroecológica. No entanto, o apoio público ainda é considerado insatisfatório se for considerado o nível de exigências feitas aos produtores agroecológicos, através das diretrizes do Projeto de Produção Orgânica de Alimentos, elaborado em 1997, pela Secretaria da Agricultura e Epagri e certificadoras autônomas, com relação à garantia de produção, ou seja, isenção de insumos químicos. Este é um dos requisitos para que o produtor receba o selo de garantia (DAS/EPAGRI, 1997).

O desenvolvimento da agricultura em Antônio Carlos seguiu os passos comuns à agricultura familiar brasileira e, conforme já referido, esteve sujeita aos efeitos do processo de modernização tecnológica, especializando-se basicamente na produção intensiva de hortaliças em função das especificidades de suas condições climáticas, de solo, relevo, tradição na produção e da proximidade aos importantes centros consumidores do Estado. Mas o modelo de desenvolvimento agrícola adotado pelo país também proporcionou desequilíbrios sócio-econômicos e ambientais no município. O empobrecimento de produtores provocados pelos altos custos da modernização e, em contrapartida, os baixos preços do mercado, além dos riscos causados por desequilíbrios naturais do ambiente, vêm resultando em busca de alternativas fora do setor agrícola.

Nesse sentido, cabe aqui discutir um pouco as políticas públicas de incentivo à produção agrícola no país que, desde o seu princípio, com raras exceções em função do momento e de situações específicas, privilegiou a grande produção e a grande propriedade, inclusive setores privilegiados no processo de modernização da agricultura brasileira, sendo a pequena propriedade relegada a segundo plano. Para a agricultura familiar o acesso ao crédito sempre foi reduzido, quando não permeado por exigências e custos excessivamente altos.

Quando, em 1996, foi criado o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), este tinha por objetivo avançar em relação às políticas anteriores e promover o fortalecimento da agricultura familiar voltado para a demanda dos trabalhadores e sustentado em um modelo de gestão social em parceria com os agricultores familiares e suas organizações. Conforme o texto do PRONAF, o programa chama para si “*o desafio de construir um novo paradigma de desenvolvimento rural para o Brasil, sem os vícios do passado*” (CARNEIRO, 1997, p.70). Para a autora, o fato do programa ter sido elaborado a partir de referências de experiências européias (França, em particular), o coloca como excludente para a realidade agrícola brasileira, já que, no caso da França, a agricultura familiar foi eleita a forma de produção sobre a qual se implementou a modernização agrícola, diferente do Brasil que teve como base a grande produção e os grandes proprietários.

Dessa forma o PRONAF tem como critério para seleção do público-meta, aquele que se encontra no grupo chamado de *agricultura familiar de transição*, além de ter tido acesso às inovações tecnológicas e ao mercado, ou seja, aprofunda uma política produtivista, sustentada na tecnificação que lhe possibilite não apenas garantir a melhoria nos padrões de vida, mas também reembolsar os investimentos públicos (CARNEIRO, 1997, p.72).

A produção agrícola fomentada no município de Antônio Carlos, principalmente a partir da década de 1960, pode ser visto dentro daqueles *casos específicos* em que o crédito agrícola atingiu uma parcela considerável de pequenos agricultores brasileiros porque, ao governo, interessava criar um sistema de abastecimento interno de alimentos, no caso a produção de hortifrutis nos *cinturões verdes* a fim de atender aos mercados urbanos em plena expansão.

Essa realidade, no entanto, não perdurou entre os produtores de hortaliças do município que passaram a praticar outras formas de auxílio financeiro como poupanças ou empréstimos entre famílias, o que lhes permitiu dar continuidade às atividades agrícolas e, inclusive, se sobressaírem no cenário produtivo estadual, conforme pode ser visto na Tabela 1, onde estão representados os números de alguns dos produtos cultivados no município, em comparação com produção total do Estado.

Tabela 1 – Produção de hortaliças (t) para Santa Catarina e Antônio Carlos

Produto	Santa Catarina	Antônio Carlos
Abobrinha Verde	2.018.814	45.400
Acelga	95.893	45.730
Agrão	478.184	311.110
Berinjela	441.180	233.061
Beterraba	12.959.502	2.214.867
Brócolis	1.177.431	637.915
Cebolinha (folha)	934.154	396.248
Cenoura	19.146.655	3.373.892
Chuchu	9.943.049	1.184.136
Coentro	3.935	3.220
Couve	2.630.036	406.605
Espinafre	293.742	235.85
Pimentão	18.430.570	562.719

Fonte IBGE: Censo Agropecuário/1995-96

O sucesso produtivo do município mostra que os agricultores de Antônio Carlos não são privilegiados em relação aos demais agricultores familiares brasileiros no que diz respeito ao acesso aos incentivos públicos, como poderia se pensar num primeiro momento.

A forma encontrada para se manter competitivo no mercado e impulsionar o incremento da produção veio através da incorporação de atividades não agrícolas ao complemento da renda familiar. É o caso do turismo de lazer, quando alguns produtores rurais passaram a usar parte de suas terras na construção de parques aquáticos que servem como espaços de lazer para turistas de fim de semana. Neles, parte da família ou toda ela se dedica ao trabalho acessório, além de proporcionar alguns empregos, principalmente a filhos de outros agricultores. Esta atividade tem se difundido entre os agricultores mais capitalizados e vem, em alguns casos, substituindo totalmente a atividade agrícola.

Mas o uso da pluriatividade⁵, como forma complementar de renda, é tido como critério de exclusão no que se refere ao PRONAF. Este impõe que o “verdadeiro agricultor”, que é o que tem direito ao auxílio, deve ser aquele que tem capacidade de encontrar na atividade agrícola, pura e simples, a fonte única da renda familiar. Segundo Carneiro (1997)

“... instituir o “bom” agricultor como aquele que aufera a renda familiar quase que exclusivamente da atividade agrícola, implica excluir as possibilidades de combinar a agricultura com outras fontes de renda que, em alguns casos, são indispensáveis à continuidade da própria atividade agrícola e, portanto, fundamentais para retenção da mão-de-obra no campo” (p.79).

Derivada dessa capacidade do pequeno produtor em ampliar as atividades, criando alternativas à expansão da produção, vem se destacando no município a produção agroecológica de hortaliças. Esta atividade começou a se desenvolver a partir de 1997 através do incentivo da rede de supermercados Angeloni de Florianópolis, quando um agricultor iniciou a conversão da produção baseada na utilização intensiva de agrotóxicos para a agroecologia. Atualmente cerca de dez agricultores do município estão em processo de conversão e alguns já podem ser considerados produtores agroecológicos por atenderem as diretrizes estabelecidas pelos órgãos responsáveis pela fiscalização. Com a ampliação do mercado consumidor, na

⁵ “A prática de uma atividade econômica fora da agricultura, como uma forma de manutenção ou ampliação da renda familiar, tem sido criticada por alguns e apontada por outros como uma solução ao problema da superprodução agrícola e da preservação ambiental” (SCHNEIDER, 1994, p.110).

última década se constituiu no Brasil, com a produção agroecológica, um novo nicho comercial, despertando o interesse dos supermercados e também dos produtores. Para estes últimos, surgiu a possibilidade de recuperar a renda que vinha sendo reduzida nos últimos anos.

É claro que o percentual de produtores do município envolvidos nessa atividade ainda é muito pequeno se considerarmos os 715 estabelecimentos agrícolas (IBGE, 1995), mas o que deve ser levado em consideração é a forma como essa opção produtiva vem transformando a expectativa do produtor que vê, na produção orgânica, a forma de continuar inserido no mercado. Através da Tabela 2 pode-se ter idéia da gama de oferta dos produtos agroecológicos, cuja tendência tem sido de expansão da oferta.

Tabela 02 - Produtos orgânicos cultivados em Antônio Carlos/2001.

01	Abóbora	11	Coentro*	21	Mostarda
02	Acelga	12	Berinjela	22	Nabo
03	Agrião	13	Beterraba	23	Pepino
04	Aipim	14	Brócolis	24	Pimentão
05	Aipo/Salsão*	15	Cebolinha Verde	25	Rabanete
06	Alface	16	Couve Chinesa	26	Radiche
07	Alho Poro	17	Hortelã*	27	Rúcula
08	Batata doce	18	Jiló*	28	Salsa
09	Cenoura	19	Manjericão*		
10	Chicória	20	Milho Verde		

Fonte: Pesquisa de Campo/2001.

Contudo a transição da agricultura, assentada no padrão da revolução tecnológica, para a produção agroecológica, não é um processo simples e esta tem sido a maior dificuldade dos produtores. O agricultor é obrigado a retomar algumas práticas antigas, combinar práticas novas e preparar a família (principal fonte de mão-de-obra) para as mudanças,

ao mesmo tempo em que continua envolvido com os cultivos baseados em insumos químicos, praticados em áreas à parte. A transição não é rápida, demora em média três anos e o acesso ao selo de certificação que garante a qualidade da produção orgânica tem se tornado uma tarefa árdua. Para os mais capitalizados, esta tem sido uma dificuldade mais fácil de ser transposta, pois o investimento que, no princípio, é alto pode garantir mais rapidamente a inserção do produtor no mercado.

Com relação aos atores políticos envolvidos, ressalta-se, mais uma vez, que o Município carece de incentivos (principalmente os diretamente aplicados na produção orgânica), bem como da participação de estruturas não-governamentais que normalmente tem substituído o poder público estadual no desenvolvimento de alternativas da produção. Assim, fica praticamente a cargo do próprio produtor a iniciativa de encontrar alternativas e nelas investir com recursos próprios. Isto demonstra, mais uma vez, as condições em que se encontra a agricultura familiar no Brasil. Ela não está sendo contemplada ou está à mercê das péssimas políticas públicas, o que dificulta a continuidade da atividade e, conseqüentemente da reprodução familiar.

Vale salientar que, ao adotar a prática de produzir sem insumos químicos, o agricultor não o faz por ter a exata noção do que significa a agroecologia, mas sim porque esta surge como uma alternativa para contornar as dificuldades econômicas.

5 - Considerações finais

A lógica que predomina na sociedade atual é a de que os métodos utilizados pela revolução verde e agora pela revolução biotecnológica são os únicos capazes de resolver a questão da produção de alimentos no mundo.

A necessidade de se reverter os investimentos públicos e privados para a produção de alternativas tecnológicas carrega um forte caráter social. Neste sentido, deveria alcançar um número muito maior de produtores menos capitalizados e que não tem acesso à biotecnologia, mas que vê nesta forma de desenvolvimento uma nova possibilidade de reprodução enquanto unidade familiar.

Além disso, a ciência agroecológica, como muitos autores tem se referido, busca investir na possibilidade de se desenvolver agroecossistemas sustentáveis que possam dar aos produtores maior

autonomia sócio-econômica e contribuir para diminuir os desequilíbrios no meio ambiente.

Conforme Rousset (2001), não há sentido em tratar as questões ecológica e social de forma independente. Portanto, as aplicações dos princípios sustentáveis, via agroecologia, deve combinar estas duas exigências: de um lado, responder às necessidades sociais, seja com relação à problemática da produção de alimentos, seja para diminuir as desigualdades no campo; e de outro, contribuir para responder aos danos ecológicos, tanto os que foram criados no passado, como os que surgirão no futuro.

A construção teórica e a análise da produção agroecológica no município de Antônio Carlos podem contribuir para o esclarecimento de muitas questões que norteiam o debate acerca dos problemas que envolvem o campo brasileiro. O assunto não foi esgotado e requer novas pesquisas.

A agroecologia e o desenvolvimento sustentável, enquanto modelo de desenvolvimento, ainda encontra-se em construção, tanto no plano teórico como no plano prático, por isso mesmo, esta alternativa requer maior envolvimento da sociedade e apoio dos órgãos públicos em diferentes escalas. Porque, como diz Altieri (1989, p. 28), a agroecologia “... *foca não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção (...) e implica um número de fatores sobre sociedade e produção que estão além dos limites do campo da agricultura*”.

Referências bibliográficas

ALTIERI, M. A. *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989. 240p.

BRÜSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez, 1995, p. 29-40.

CAMPOS, G. L. R. de. Agricultura familiar, gerenciamento ambiental e agroecologia: algumas questões provocativas a serem pesquisadas. In: TEDESCO, J. C. (org.). *Agricultura familiar, realidades e perspectivas*. 2.ed. Passo Fundo: IDIUPF, 1999, p. 317-333.

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. *Revista Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 8, p.70-82, 1997.

EHLERS, E. *Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. São Paulo: Livros da Terra, 1996. 175p.

LAMARCHE, H. (coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional. Uma realidade multiforme*. Campinas: Editora da UNICAMP, v. 1, 1997. 334p.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: questões metodológicas. *Revista Reforma Agrária*, Campinas (SP), v.25, n. 2 e 3, p. 21-36, maio/dez. 1995.

RIBEIRO, G. L. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova ideologia / utopia do desenvolvimento. *Revista de Antropologia*, São Paulo (EDUSP), 1991, p.59-101.

RODRIGUES, A. M. Espaço, meio ambiente e desenvolvimento: releituras do território. *Revista Terra Livre*, AGB, São Paulo, n. 11-12, p. 77-90, 1996.

SACHS, I. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986. 204p.

SACHS, I. Rumo à segunda revolução verde? In: SIMPÓSIO NACIONAL: O SOL É NOSSO: PERSPECTIVAS DE ECODSENVOLVIMENTO PARA O BRASIL, I., 1994, Florianópolis. *Anais do Simpósio Nacional: o sol é nosso: perspectivas de ecodesenvolvimento para o Brasil*. Florianópolis (UFSC), 1994. p.21-25.

SALAMONI, G. *Produção familiar: possibilidades e restrições para o desenvolvimento sustentável - o exemplo de Santa Silvana – Pelotas (RS)*. Rio Claro (SP), 2000. 331p. Tese (Doutorado em Geografia) – Curso de Pós-Graduação em Geografia, UNESP/Rio Claro SP.

SDA/EPAGRI. *Diretrizes do projeto de produção orgânica de alimentos*. Florianópolis, set. 1997. (mimeo).

SCHNEIDER, S. O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países do capitalismo avançado: a pluriatividade. *Revista Reforma Agrária*, Campinas (SP), v.24, n. 3, p.106-131, 1994.

SILVA, C. A. da. La trayectoria del desarrollo rural sostenible en el Brasil. In: COLOQUIO DE GEOGRAFÍA RURAL, VIII., 1996, Jaca, *Anais do Coloquio de Geografía Rural*. Jaca (Universidade de Saragoza), 1996. p.765-776.

WANDERLEY, M. N. B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, A. D. D. & BRANDENBURG, A. *Para pensar outra agricultura* (org.) Curitiba: Editora da UFPR, 1998. 275p.

Agricultura familiar e agroecologia no município de Praia Grande (SC)*

Josane Moreira de Costa¹
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

Nos últimos anos acentuou-se a preocupação com a preservação do meio ambiente e com a qualidade de vida no planeta. Dessa preocupação surgiu o conceito de desenvolvimento sustentável, sendo que a agricultura incorporou esse termo. A agricultura familiar, imersa numa crise sócio econômica e ambiental decorrente da modernização tecnológica, tornou-se alvo do desenvolvimento sustentável e a agroecologia aparece como

Abstract

In the last years the concern about preservation of the environment and about quality of life on the planet has been growing. From this concern has emerged the concept of sustainable development which agriculture has incorporated. Since family agriculture has plunged into a socioeconomic and environmental crisis derived from technological modernization, it has become a target of sustainable development, and agroecology has turned up the main alternative

* Family agriculture and agroecology in the municipality of Praia Grande (SC).

¹ Bióloga. Mestre em Geografia/UFSC.

principal alternativa, com adeptos em vários lugares no território brasileiro, entre eles o município de Praia Grande, localizado no Sul de Santa Catarina. Esta pesquisa teve como objetivo analisar a organização da agricultura familiar no município de Praia Grande, focalizando a agroecologia como modelo alternativo de produção, associando-a ao conceito de desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Agroecologia, desenvolvimento sustentável, agricultura familiar.

with followers at several places in Brazil, among them the Municipality of Praia Grande, located in the Southern part of Santa Catarina. This research intends to analyse the organization of family agriculture in Praia Grande, in particular, focusing on agroecology as an alternative model of production, associated to the concept of sustainable development.

Keywords: Agroecology, sustainable development, family agriculture.

Introdução

Nas últimas décadas a sociedade mundial, em graus diversos, passou a preocupar-se com o desenvolvimento sustentável. Questão que ganhou força quando se firmou a consciência de que a degradação ambiental era provocada pelas atividades econômicas desenvolvidas pelo homem.

A partir daí os estudiosos começaram a discutir várias formas de desenvolvimento sustentável, associando indicadores econômicos, ambientais e sociais. Como a atividade agrícola mantém estreita relação com o meio ambiente, os efeitos negativos sobre este se tornaram comuns e o setor agropecuário, também, adotou o termo sustentável. Entende-se por agricultura sustentável um conjunto de técnicas produtivas consideradas “naturais”, ou seja, que prejudique o menos possível o ambiente para que este possa se reciclar e as gerações futuras, também, possam utilizá-lo.

A agroecologia se desenvolve com o apoio de métodos tradicionais, utiliza insumos químicos, que não prejudicam a natureza, vai ao encontro do que se espera da agricultura sustentável.

Portanto, estudar as práticas agroecológicas, associadas ao desenvolvimento sustentável, torna-se importante e oportuno tendo em vista as preocupações em torno da preservação ambiental. A sociedade capitalista incorporou a idéia de “lucro financeiro”, colocando a natureza num segundo plano. Se esta não for preservada, as próximas gerações estarão condenadas a enfrentar problemas vitais e sem soluções em face das alterações ambientais no planeta.

Na agricultura, a agroecologia surge como uma alternativa substitutiva da agricultura convencional, assentada no emprego de insumos químicos e mecânicos. As práticas agroecológicas visam o desenvolvimento sócio econômico da população, sem destruir o meio ambiente. É importante lembrar que a agroecológica não garante, necessariamente, o desenvolvimento sustentável de quem a pratica, mas ela expressa uma maneira diferente de ver a vida.

A escolha do município de Praia Grande (SC), como área de investigação empírica, ocorreu após conhecer os produtores ecológicos em feiras realizadas na cidade de Criciúma (SC). O sustentáculo econômico de Praia Grande é a atividade agrícola explorada predominantemente por produtores familiares. Como em outras regiões do país, naquela área, a modernização tecnológica da agricultura, também, provocou agravantes, destacando-se os sócio econômicos, resultando em exclusão social rural. Dos que persistiram na agricultura, alguns buscaram alternativas, adotando práticas agroecológicas.

A agroecologia, nas explorações familiares, torna-se importante em função de alguns fatores que serão explicitados: as práticas agroecológicas apoiam-se em técnicas tradicionais, utilizadas e transmitidas pelas gerações passadas; os custos são menores, condizentes com a realidade do produtor familiar contemporâneo; não prejudica o meio ambiente; por fim, requer mais mão de obra, possibilitando emprego a um número maior de pessoas.

Este trabalho teve como objetivo analisar a organização da agricultura familiar no município de Praia Grande, focalizando a agroecologia como modelo alternativo de produção, associando ao conceito de desenvolvimento sustentável.

Para alcançar os objetivos propostos, adotou-se os seguintes procedimentos metodológicos: na primeira fase, foi efetuado levantamento bibliográfico pertinente ao tema (agroecologia e desenvolvimento sustentável) e a área de pesquisa.

A segunda fase consistiu-se de trabalho de campo para colher informações sobre a atividade agroecológica no município de Praia Grande. Nessa etapa foram realizadas entrevistas com os produtores e com os técnicos da Empresa de Pesquisa e Assistência Agropecuária de Santa Catarina – EPAGRI, que os assessoram naquelas práticas, as quais foram gravadas e posteriormente transcritas.

As entrevistas com os técnicos da EPAGRI, Maria Bernadete Perius e Rogério Dal Pont, foram feitas em duas etapas: a primeira em outubro de 1999, para obter informações sobre a formação do grupo e da Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Manpituba - ACEVAM e sobre o trabalho desenvolvido na área; a segunda etapa em julho de 2000, para esclarecer dúvidas que surgiram no decorrer da redação do trabalho.

Das oito famílias que trabalham com agroecologia no Município, sete foram entrevistadas individualmente no período de janeiro a fevereiro de 2000. As perguntas, semi-estruturadas, versaram sobre: a) o porque da mudança para agroecologia; b) a formação da ACEVAM; c) a produção: práticas e formas de comercialização; d) o significado da agroecologia.

1. Agroecologia, agricultura familiar e desenvolvimento sustentável: algumas considerações

Nas últimas décadas, a relação homem/meio ambiente se tornou alvo de preocupação mundial e tem dado origem a debates, discussões e pesquisas.

As atividades econômicas alteram, de maneira muito rápida, o território e, conseqüentemente, também a paisagem. Rodrigues (1993, p. 80) coloca que a velocidade das mudanças afetam o conceito de “renovabilidade” dos recursos naturais:

“alguns recursos que até recentemente eram considerados “renováveis” como a água, o ar, vegetação e mesmo os solos, sofrem um processo irreversível de esgotamento, poluição, destruição, tornando-se hoje recursos “não renováveis”.

Com a expansão capitalista no meio rural, alterou-se o processo de produção e também o calendário agrícola. De acordo com Gonçalves (1992), não é mais o espaço vivido capaz de determinar o que vai ser feito nele mesmo, e sim a demanda de mercado. Com isso, altera-se a natureza, mas os agravantes só serão detectados ao longo do tempo. Nessa perspectiva, foi a partir da questão ambiental que o qualificativo de sustentável começou a ser associado ao de desenvolvimento. Ehlers (1996) diz que a expressão desenvolvimento sustentável traduz a esperança de um desenvolvimento que concilie, por muito tempo, o crescimento econômico e a conservação dos recursos naturais.

As preocupações com a “agricultura sustentável” decorrem da insatisfação com a agricultura industrial, praticada com base nos princípios da “Revolução Verde”. Nesse modelo “milagroso”, estavam embutidos pacotes tecnológicos caracterizados pelo emprego de maquinários, insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos), variedades geneticamente melhoradas de alto rendimento, sistemas de irrigação, dentre outros. Em meados da década de 60, com o apoio do Estado, difundiu-se o modelo da Revolução Verde no Brasil, mas foi a partir da década de 70, que se intensificou a modernização tecnológica na agricultura.

No processo, os agricultores que tinham recursos, principalmente terra e capital, inseriram-se no novo padrão tecnológico. Mas a modernização não foi homogênea e sim seletiva, privilegiou regiões, produtos e categorias de produtores. Nesse contexto, a maior parte dos produtores familiares foi marginalizada ou excluída. Assim, aqueles que não tinham condições financeiras para adquirir as novas tecnologias, tiveram que abandonar a terra e tentar uma nova vida, nem sempre com sucesso.

Ao comentar sobre essa questão, Altieri (1998) ressalta que vários problemas e impasses começaram gradualmente a ganhar forma, indicando crescentes dificuldades de manutenção do padrão produtivo, principalmente com o aparecimento de limites relacionados à sustentabilidade econômica, ambiental e social. A partir desses problemas, a agricultura incorporou o termo desenvolvimento sustentável, iniciando a busca de formas de exploração sustentável. Mas, Paschoal (1995) adverte que a agricultura industrial não pode ser um modelo de agricultura sustentável e que esta só pode estar relacionada com o uso racional dos recursos naturais.

Na operacionalização do conceito de agricultura sustentável, surgiram vários tipos de agricultura alternativa, cujas práticas agrícolas para Ehlers (1996) podem ser divididas em quatro grandes vertentes:

a biodinâmica, a orgânica, a biológica e a natural. Essas vertentes apresentam variantes ou denominações tais como: permancultura, agricultura ecológica, agricultura ecologicamente apropriada, agricultura regenerativa ou, ainda, agroecologia. Agroecologia, também chamada de agricultura orgânica, é um método que visa proteger o meio ambiente, dar retorno econômico aos agricultores, manter a equidade social e fornecer alimentos saudáveis aos consumidores.

Como relembra Altieri (1998), restaurar a “saúde ecológica” não é o único objetivo da agroecologia. A sustentabilidade, idéia central da agroecologia, só é possível com a preservação da diversidade cultural que nutre as agriculturas locais. Nesse sentido, o conhecimento do agricultor familiar sobre os ecossistemas torna-se muito valioso, podendo resultar em estratégias produtivas de uso da terra, que criam, embora com limites, a auto-suficiência alimentar das comunidades em determinadas regiões.

É oportuno salientar que, nos sistemas agrícolas tradicionais, os produtores familiares interagem com o meio ambiente, sem recorrer ao emprego de insumos químicos. De maneira criativa, usam o conhecimento acumulado e os recursos locais disponíveis, desenvolvendo sistemas agrários sustentáveis, nos moldes que se entende hoje como agroecologia. LAGES (1998) enfatiza que, com o processo de industrialização e urbanização, a agricultura familiar perdeu a identidade e o trabalho do produtor passou a ser pouco valorizado. No momento em que o pensamento ambientalista conquistou espaço, a agricultura familiar começou a ser “reconhecida”, pois além de cumprir função econômica, ela também pode desempenhar papel fundamental na preservação ambiental.

Pode-se concordar com Weid (1997, p.7), quando diz que “*um modelo sustentável deverá estar baseado no emprego da agroecologia e na agricultura familiar e que existe uma relação biunívoca entre uma e outra*”, mas coloca que vários fatores (entre eles, o econômico) interferem neste modelo e podem ou não contribuir para a sua sustentabilidade.

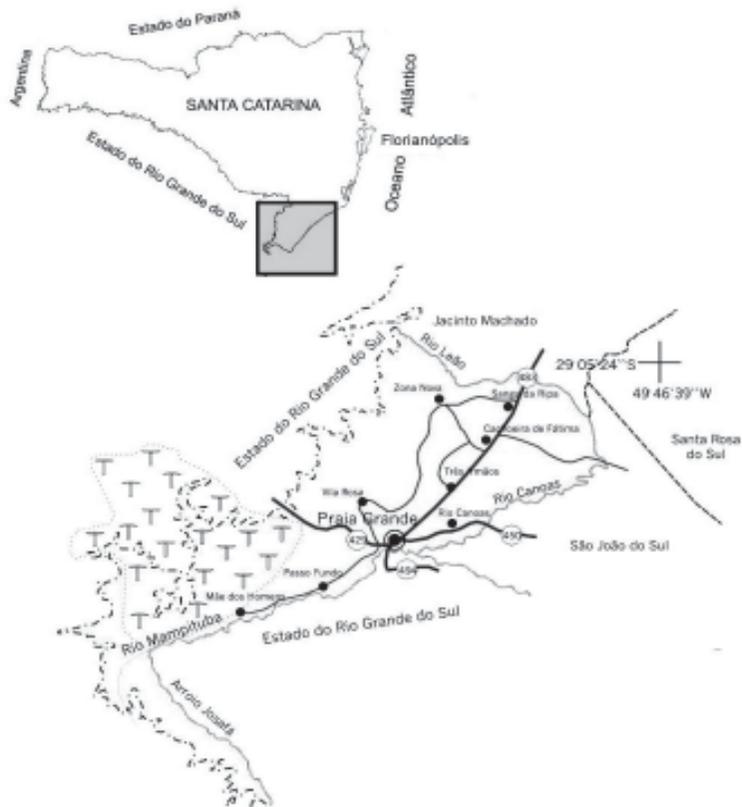
O uso de agrotóxicos reduz o trabalho na agricultura, possibilitando não só o extermínio das “pragas”, mas também o aumento da produtividade. Como o principal objetivo do agricultor é a produção, pois disso depende a sua subsistência, a visão dos danos causados ao meio ambiente, a saúde dos produtores e consumidores, pelos insumos químicos não é bem nítida ou é relegada a um plano secundário.

2. Gênese e significado da agroecologia para os produtores familiares em Praia Grande

O Município de Praia Grande está localizado no extremo sul catarinense (Figura 1), na microrregião que tem este mesmo nome, com área territorial de 295km², abrigando uma parte do Parque Nacional de Aparados da Serra, criado em 1959 pelo Governo Federal.

Figura 1

Localização geográfica do município de Praia Grande



Fonte: IBGE, Folha Praia Grande. Mapa Político do Estado de Santa Catarina, 1994.
Escala 1:500.000
Secretaria de Estado do Planejamento e Fazenda
Diretoria de Geografia, Cartografia e Estatística

Revista de Ciências Humanas, Florianópolis: EDUFSC, n.31, p.93-108, abril de 2002

A maior parte da área agrícola do município encontra-se situada na várzea onde o solo (terra roxa) apresenta aptidão para culturas de ciclo curto, possibilitando emprego de tecnologia. Nesse patamar o cultivo principal é o arroz irrigado.

Nas encostas, o relevo impõe limites ao uso de tecnologia e, nessas áreas, o principal cultivo é a banana.

A região do extremo sul catarinense, onde se localiza Praia Grande, apresenta clima subtropical úmido com verão quente. A precipitação total anual varia de 1500 a 1900mm. A temperatura no verão (janeiro) alcança a média de 24°C e a do inverno (julho) oscila entre 12°C a 14°C (GAPLAN, 1986).

Estas características do clima regional possibilitam o desenvolvimento de diversos cultivos, destacando-se a fruticultura de clima temperado, como pêssego, ameixa; e a de clima tropical, como maracujá, banana e abacaxi. Além disso, se sobressaem os cultivos de ciclo curto (trigo, milho, soja, feijão, mandioca, fumo e arroz). Estas atividades são exploradas em pequenas propriedades (com área de até 50 ha) com mão-de-obra familiar.

A rizicultura e a fumicultura são atividades especializadas que se expandiram nas últimas décadas, incorporaram pacotes tecnológicos e a produção destina-se ao mercado. No processo, o município de Praia Grande também sofreu os efeitos negativos da modernização agrícola e, alguns produtores familiares, insatisfeitos com aquele padrão, optaram pela agroecologia como modelo alternativo de produção.

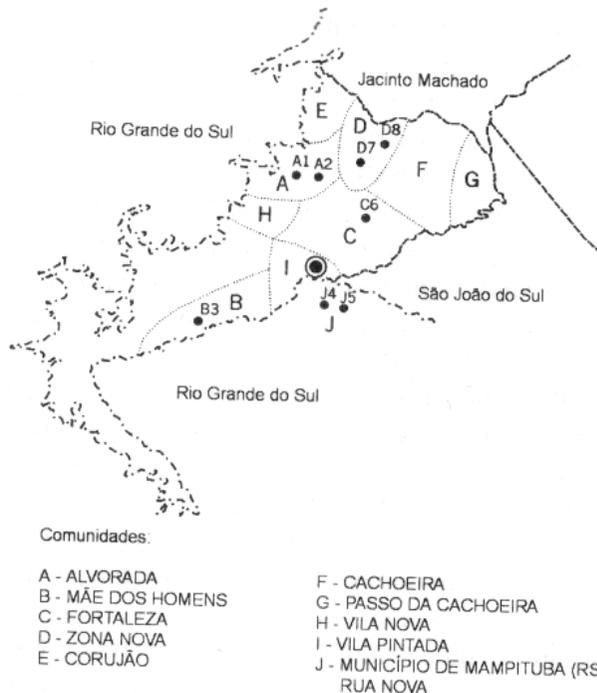
No começo dos anos 90, sob a liderança dos extensionistas Maria Bernadete Perius e Rogério Dal Pont (agrônomo), ambos vinculados a Empresa de Pesquisa Agropecuária – EPAGRI, teve início o trabalho agroecológico na área.

Os agricultores que integram o grupo de produtores agroecológicos de Praia Grande foram convidados a ingressar na atividade pela extensionista Maria Bernadete Perius. Alguns começaram a participar a convite de colegas que iniciaram um pouco antes e outros conheceram a proposta através da Igreja. A decisão de mudar as técnicas de produção, na maioria dos casos, foi tomada pelo núcleo familiar.

Com a organização dos agricultores, em 04/11/1994, constituiu-se a Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Mampituba – ACEVAM que, passou a ser um espaço de articulação e organização dos produtores ecológicos do município de Praia Grande, no extremo sul de Santa Catarina.

O grupo iniciou com aproximadamente vinte famílias e, hoje, encontra-se reduzido a oito (Figura 2). Os produtores apontam como principal causa da desistência, a enchente ocorrida no Natal de 1995, que destruiu praticamente toda a produção agrícola local. Segundo relatos, no momento em que os produtores agroecológicos solicitaram financiamento, esse só encontrava-se disponibilizado para “agricultura moderna”. Como muitos não tinham outra fonte de renda e nem a quem recorrer, a alternativa foi retornar à produção agrícola convencional. Outros atribuíram como causa da desistência, a dificuldade dos produtores em trabalhar com as técnicas agroecológicas.

Figura 2
Localização e identificação das propriedades familiares agroecológicas no município de Praia Grande.



Fonte: IBGE, Folha Praia Grande. Mapa Político do Estado de Santa Catarina, 1994.

Escala 1:500.000

Secretaria de Estado do Planejamento e Fazenda. Diretoria de Geografia, Cartografia e Estatística

Atualmente a ACEVAM recebe apoio da EPAGRI, do Centro Ecológico que é uma organização não governamental com sede em Ipê, município do Rio Grande do Sul, com quem troca informações e da Universidade Federal do Extremo Sul Catarinense.

A situação da ACEVAM hoje é crítica, e o seu principal problema é a falta de recursos financeiros. O número reduzido de agricultores no Grupo também deve repercutir na questão financeira. Além disso, segundo os entrevistados, muitos agricultores, que tinham algum recurso saíram do grupo quando perceberam que o processo agroecológico não daria, de início, um retorno econômico rápido, como a agricultura convencional. Dessa forma, “só ficou o pessoal mais fraco, descapitalizado” e isso, em parte, também explica o porque das desistências.

É importante esclarecer que no município de Praia Grande, a descapitalização não foi consequência da agricultura convencional. Constatou-se, nas entrevistas, que alguns produtores não possuíam recursos financeiros para investir na agricultura e, por isso, foram marginalizados da modernização tecnológica. No processo, ocorreu o êxodo rural, muitas famílias foram trabalhar na área urbana, em centros maiores ou, no meio rural, em outros estados da federação.

Aos problemas sociais, gerados pela modernização tecnológica da agricultura, agregaram-se outros, relacionados a saúde da população, que manuseia os insumos químicos e da que consome os produtos agropecuários. Mesmo assim, o principal fator que levou os produtores da Praia Grande e, de outras regiões do país, a adotar as práticas agroecológicas foi a possibilidade de melhorar a renda.

Os agricultores manifestam suas opiniões sobre os motivos que limitam a prosperidade da ACEVAM. O primeiro, já comentado, é a falta de dinheiro. Os outros são: falta de organização e um pouco de “afobação” no início dos trabalhos; distância geográfica dos centros urbanos, falta de apoio público e radicalismo inicial da própria ACEVAM. Ela não permitia que seus associados mantivessem um plantio convencional para obter renda enquanto trabalhavam a agroecologia e, por fim, também se apontou o clima como fator negativo na produção.

Para os produtores, ser associado da ACEVAM é muito importante. Ela contribui para o desenvolvimento das atividades nas propriedades por meio de troca de informações e de técnicas (produtores e técnicos), discutem questões como: plantio, desenvolvimento dos cultivos e

comercialização dos produtos. Além disso, constatou-se que, após a constituição da ACEVAM, aumentou a conscientização da população para conservar o meio ambiente. O trabalho da agroecologia passou a ser valorizado e respeitado; por fim, aumentou o consumo local de produtos agroecológicos, comercializados na feiras e nas propriedades.

Como fator principal para a mudança de técnicas, os produtores ressaltaram a disposição de não utilizar mais “veneno” na agricultura, demonstrando consciência dos danos que os agrotóxicos podem causar à saúde.

A partir dessas respostas, tentou-se apreender o significado da agroecologia para os produtores familiares, associando-a com a concepção de vida. Os produtores foram unânimes em dizer que a agroecologia representa a preservação do meio ambiente e o não uso de insumos químicos (principalmente agrotóxicos). Para os produtores, a agricultura é uma atividade econômica que depende diretamente dos recursos do meio ambiente; nesse sentido, demonstram uma notável preocupação em utilizar a natureza, respeitando-a e entendendo-a como parte fundamental na vida dos seres vivos. Para alguns produtores a agroecologia é uma forma diferente de se viver, pois há também mais união entre os membros da família. Além disso, para os associados da ACEVAM, a agroecologia não representa só uma atividade que visa lucro ou renda para as famílias. Embora o retorno econômico seja importante, as novas práticas agrícolas lhes possibilitam viver e visualizar a vida de maneira diferente, valorizando mais a natureza e o ser humano.

Embora os produtores estejam aparentemente conscientes dos malefícios do padrão agrícola convencional, por dificuldades financeiras a agroecologia não é a única atividade agrícola da propriedade e isso contradiz o discurso dos agricultores. A maior parte (6) dos entrevistados estão envolvidos com outras atividades agropecuárias exploradas com tecnologia, destacando-se a criação de animais (porcos, gado de leite e aves) e cultivos (feijão, milho e arroz) destinados à subsistência e ao mercado.

3. A produção agroecológica: práticas e comercialização.

Na produção agroecológica em Praia Grande são explorados dois tipos de cultivos: olerícolas e frutícolas e eles têm como finalidades subsistência e o comércio. Para desenvolver a produção, todos os produtores compram sementes (não agroecológicas) e esterco dos aviários,

no município de Araranguá, para adubação. Ao comentar sobre o uso de sementes e mudas Paschoal (1994) enfatiza que os órgãos fiscalizadores da agricultura ecológica recomendam que elas devam ser produzidas organicamente no próprio local, ou proceder de propriedades ou viveiros orgânicos certificados. As sementes e mudas não devem ter sido tratadas com agrotóxicos. Em Praia Grande, não se faz fiscalização quanto ao tipo de sementes utilizadas, mesmo porque não existem sementes agroecológicas na região.

Além do esterco e das sementes, alguns agricultores ainda compram cal, cobertura de canteiro, sal amargo, DIPEL (defensivo biológico para a lagarta), adubação verde, calcário, sulfato de cobre. O calcário é utilizado para a correção da acidez do solo. A cal, o sulfato de cobre e o sal amargo são empregados para fabricação de defensivos biológicos, como por exemplo, a calda bordalesa que tem ação de fungicida no combate às pragas.

Como na maior parte (6) das famílias os filhos ainda são pequenos, o trabalho na produção é realizado pelo casal. Não existe divisão das tarefas agrícolas; as mulheres, além de ajudar os maridos na lavoura, também são responsáveis pelos afazeres domésticos. Algumas também industrializam artesanalmente compotas e doces. Em épocas de plantio e colheita, que exigem mais mão-de-obra, é prática comum entre os produtores recorrer à “troca de favores” entre eles e, também, com seus familiares. Além disso, alguns membros recorrem ao trabalho assalariado fora da propriedade para complementar a renda e suprir as necessidades básicas do grupo familiar.

Algumas práticas são fundamentais para a produção agroecológica e devem ser seguidas. Uma delas é que a área de exploração deve ficar distante de fontes poluidoras. Os agricultores afirmaram que as áreas agroecológicas não eram anteriormente exploradas com agricultura convencional (eram ocupadas por pastagens ou culturas de subsistência onde não se utilizavam insumos químicos). Entretanto, pela proximidade das atividades agropecuárias que se desenvolvem com insumos químicos, pode-se inferir, mesmo sem ter sido realizado algum tipo de análise (solo, água) para comprovação, que as áreas usadas com agroecologia podem não atender ao padrão recomendado.

A irrigação das lavouras também deve ser realizada com água de fontes não contaminadas, tanto de superfície como subterrâneas.

Os produtores afirmaram que a água usada não é contaminada, entretanto, não mencionaram a ocorrência de inspeções para análise da qualidade da água.

Para a agroecologia também são recomendadas técnicas tais como plantio em curva de nível e com faixas de retenção, cobertura morta e/ou viva sobre solo para evitar sua exposição prolongadas ao sol e a chuva. Também se recomenda rotação e/ou consórcio de culturas, policulturas, tração animal, adubações orgânicas e verde. Essas técnicas são utilizadas pelos produtores agroecológicos de Praia Grande, de acordo com as especificidades de cada propriedade.

Associando as técnicas agroecológicas recomendadas e as práticas dos produtores entrevistados, percebe-se o avanço em relação às técnicas alternativas. Contudo, as dificuldades financeiras, a falta de apoio e de informações corretas sobre agroecologia são fatores limitantes à expansão daquela prática e ao desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

Quando inquiridos sobre financiamento, os produtores revelaram claramente as dificuldades. O único financiamento conseguido pela ACEVAM foi obtido no BESC, para a compra de uma Kombi que faz o transporte dos produtos das propriedades até o local da comercialização. No plano individual, somente um conseguiu financiamento do PRONAF. A dificuldade em obter financiamento é consequência da própria descapitalização do produtor familiar, sendo necessário uma renda mínima para obter crédito e isso se reflete na produção.

Quanto à comercialização, em 1994, teve início em Praia Grande, a feira ecológica dos associados da ACEVAM. Posteriormente, eles tentaram conquistar espaços de comercialização nas feiras de produtos agrícolas convencionais, em cidades próximas como: Criciúma, Sombrio e Araranguá. Mas enfrentaram dois obstáculos: a pouca variedade e pequeno volume de produtos, e a rivalidade dos concorrentes. Também já tentaram vender os produtos em supermercados, o que também não foi economicamente viável, devido às normas impostas pelos supermercados. A soma desses fatores fizeram que os produtores de Praia Grande desistissem daqueles espaços de comercialização, permanecendo somente no mercado local, onde a feira não é realizada de forma regular. Os produtos também são vendidos nas propriedades.

Os produtos são comercializados “*in natura*” ou industrializados artesanalmente, tipo “fundo de quintal” como: suco de maracujá, doces em pasta (figo, pêssego, banana), compotas (figo, pêssego, pepino, brócolis, beterraba), pão e bolo integral, granola, molho de tomate, ervas medicinais e sabonete e shampoo sem conservantes.

O mercado se organiza a partir da produção. A falta de infraestrutura, de planejamento da produção, de organização de Grupo e as dificuldades financeiras dos produtores refletem negativamente nos resultados da produção e na comercialização dos produtos agroecológicos de Praia Grande, podendo comprometer a permanência e manutenção da ACEVAM.

4. Considerações finais

Os conceitos de agroecologia e desenvolvimento sustentável são complexos, existindo divergências entre os estudiosos. Essa falta de consenso quanto aos aspectos teóricos conceituais, conseqüentemente, reflete-se nas práticas. A agroecologia apoia-se em práticas naturais complexas que não sejam agressivas à natureza, combinando recursos necessários à produção agrícola. Além de responder aos anseios da sociedade, ela deve significar um modo de vida, em que exista respeito e harmonia com a natureza e homens entre si.

A palavra sustentabilidade lembra sustento, suporte. Isto é, para uma atividade ser considerada sustentável, torna-se importante que todos os recursos necessários à sua prática possam ser obtidos na própria área.

A produção agroecológica de Praia Grande não vem apresentando sustentabilidade do ponto de vista cultural, social, econômico e ambiental. Mesmo assim, os extensionistas rurais tiveram importância fundamental na introdução e no desenvolvimento das práticas agroecológicas no município. Entre os associados da ACEVAM se formou uma consciência de preservação ambiental, a qual vem se propagando na população municipal. Entretanto, não se pode, por isso, afirmar que existe sustentabilidade cultural, a qual só é possível com a preservação da diversidade cultural que nutre a agricultura local. Nesse sentido, ainda há poucos (08) produtores envolvidos com a nova prática e também porque, nem sempre o que usam no processo de produção é legado de seus antepassados.

Em nível ambiental, também não se pode considerar a agroecologia sustentável, apesar das várias práticas adotadas. Sobre essa questão devem ser destacados: a proximidade da área agroecológicas com as atividades agropecuárias convencional, a não comprovação da pureza da água utilizada nas lavouras, a compra de sementes geneticamente modificadas e de esterco dos aviários da região.

É importante lembrar que estes fatores contrariam os preceitos da sustentabilidade ambiental e eles não ocorrem só no município de Praia Grande, mas devem ser práticas adotadas pelos produtores agroecológicos da região ou do país.

Em Praia Grande a agroecologia também não é sustentável em nível sócioeconômico, tendo em vista as dificuldades financeiras dos produtores, que se refletem diretamente na produção e na comercialização dos produtos. A renda insuficiente repercute no plano social (educação, cultura, lazer e saúde), acentuando as desigualdades.

As dificuldades enfrentadas pelos associados da ACEVAM para comercializar a produção indicam que o segmento necessita do apoio das ONGs e do Estado, não só financeiro, mas também no plano técnico, gerencial e na organização do mercado. Só com isso, a agroecologia poderá se tornar uma importante fonte de renda para a economia local e nacional.

Por fim, é importante ressaltar o papel da produção familiar na economia, na geração de trabalho e no abastecimento alimentar do país, cuja questão deve ser reconhecida e traduzida em políticas públicas. No caso específico dos associados da ACEVAM, sua permanência enquanto grupo só será assegurada se forem adotadas medidas para aprimorar a produção e comercialização. O desenvolvimento sustentável da agricultura familiar é questão desejável para a economia local, regional e nacional.

Referências bibliográficas

ALTIERI, M. *Agroecologia. A dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

EHLERS, E. *Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. São Paulo: Livro da Terra, 1996.

GONÇALVES, C. W. P. Geografia política e desenvolvimento sustentável. *Terra Livre*, São Paulo, n.11-12, p.9-76, 1992-93.

LAGES, V. N. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável: questões para o debate. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, XVI, 1998. Presidente Prudente (SP). Anais do Encontro Nacional de Geografia Agrária. 1998. Presidente Prudente (UNESP), 1998, p. 31-44.

PASCHOAL, A. D. Modelos sustentáveis de agricultura. *Revista Agricultura Sustentável*, Jaguariúna (EMBRAPA), n.2, p. 11-16, Jan/Jun, 1995.

PASCHOAL, A. D. *Produção orgânica de alimentos: agricultura sustentável para os séculos XX e XXI*. Piracicaba (SP): ESALQ, 1994.

RODRIGUES, A. M. Espaço, meio ambiente e desenvolvimento: releituras do território. *Terra Livre*, São Paulo, n. 11-12, p. 77-90, 1992-1993.

SANTA CATARINA (Estado). Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. Atlas de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Aero-foto Cruzeiro, 1986.

SANTA CATARINA (Estado). Secretaria de Estado de Coordenação Geral. Diagnóstico Municipal de Praia Grande. Florianópolis: SEBRAE, 1990.

WEID, J. M. von der. Entrevista. *Revista Agricultura Sustentável*, Jaguariúna (EMBRAPA), n.1-2, p.5-10, jan/dez, 1997.

A produção familiar e os desafios do mercado*

Walquíria Krüger Corrêa¹

Lúcia H. de O. Gerardi²

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

O cultivo de maçã constitui importante atividade econômica no Estado de Santa Catarina. Desenvolvida na região do planalto, a produção absorve tanto os agricultores familiares como as empresas com alto grau de verticalização. Os pequenos pomares são explorados pelos agricultores familiares, principalmente no planalto sul, onde se localiza o município de Urubici, usado como exemplo nesta pesquisa. Este trabalho teve por objetivo analisar a organização sócio-espacial da unidade familiar produ-

Abstract

The growing of apples is an important economic activity in the state of Santa Catarina. Concentrated within the or high plains region, production of this fruit is carried out on family-run farms as well as by highly vertical companies. The small apple orchards are tended by local farmers and their families mainly in the southern high plains where the municipality of Urubici, used as an example in this survey, is to be found. This report aims to analyse the role in society, both locally and in a more general sense, of those family units whose occupation is

* The familiar production and the challenges at market

¹ Doutora em Geografia. Professora do Departamento de Geociências da UFSC.

² Doutora em Geografia. Professora do Departamento de Planejamento Regional – IGCE – UNESP, Campus de Rio Claro.

tora de maçã e sua relação com o mercado. A produção fundamenta-se no padrão tecnológico industrial, sendo extremamente dependente dos fatores tecnológicos, financeiros e comerciais. Mesmo desenvolvendo outras atividades (agrícolas e não-agrícolas), a fragilidade econômica do produtor familiar é visível, indicando a necessidade de novas formas de organizar a produção e de inserção no mercado, podendo ser viabilizado através de políticas públicas que contemplem as diferenciações locais e regionais.

Palavras-chave: Produção familiar, maçã, políticas públicas

apple-growing, as well as to examine their relationship with the marketplace. Production is based on technological, industrial standards and is heavily dependent on commercial, financial and technological factors. Despite carrying out other agricultural and non-agricultural activities, the economic situation of these families is still evidently precarious and points to the need for new ways of organizing production and obtaining a foothold in the marketplace. Such readjustments could be aided by government policies that took into account local and regional differentiating factors.

Keywords: Family-run production, apple, and public policy.

Introdução

As transformações por que vem passando a agricultura familiar brasileira fazem parte de um conjunto de mudanças ocorridas no setor agropecuário, após meados da década de 1960, quando o Estado assumiu o planejamento e a execução de uma nova ordem territorial no espaço agrário. A prática de ordenamento do espaço agrário, respaldada por mecanismos normativos, financeiro-fiscal, produtivo e previdenciário, fundamentou-se na modernização tecnológica do setor agropecuário que se tornou, certamente, o fato histórico de maior expressão espacial e também de maior impacto sócio-econômico, ambiental e político, ocorrido no país.

O modelo de modernização agrícola, assentado nos princípios da Revolução Verde - insumos químicos e mecânicos -, viabilizado pelas políticas públicas, com destaque para o Sistema Nacional de Crédito

Rural, assumiu uma dimensão territorial, provocando significativas mudanças estruturais na agricultura nacional. Tal modelo foi apropriadamente chamado de modernização conservadora, em face dos objetivos a que se propunha, incorporando como instrumento de ação somente inovações técnicas. O resultado culminou, de um lado, com a integração do setor agropecuário à dinâmica do capital urbano industrial e, de outro, no aprofundamento das relações de troca com outros setores e agentes econômicos que operam no mercado.

Em áreas onde se desenvolve a agricultura familiar; o produtor passou a explorar atividades especializadas (alimentos e matérias primas), adotou pacotes tecnológicos, integrou-se a cadeias produtivas, subordinando-se ao setor urbano industrial. A mercantilização da produção, decorrente da articulação com os sistemas de comercialização e financiamento, provocou profundas transformações na lógica interna de reprodução familiar.

Se isto já não fosse suficiente, no início da década de 90, novos fatos incidiram no espaço rural, afetando negativamente a agricultura familiar. Neste sentido, destaca-se a reorganização da economia mundial, expressa na onda neoliberal, associada à crise fiscal do Estado, enquanto agente viabilizador das políticas públicas para a agricultura.

No processo, conformou-se um ambiente de reestruturação tecnológica e de competição entre as empresas privadas, tanto no âmbito nacional como no internacional, com reflexos em todos os elos das diferentes cadeias produtivas, alcançando a agricultura familiar. Os juros altos, a elevada carga tributária, a inexistência de uma política agrícola de reconversão³, a baixa competitividade de seus produtos no mercado, passou a comprometer a reprodução daquele segmento, historicamente marginalizado das políticas públicas.

Neste cenário o produtor familiar passou a enfrentar desafios e a problemática que se coloca abarca questões que giram em torno da permanência ou exclusão do segmento familiar no mercado e no meio rural. Destas reflexões surgiram os seguintes questionamentos: qual é lógica de funcionamento da unidade de produção familiar? Como ela se organiza internamente e quais os efeitos no espaço? Que estratégias estão viabilizando a permanência do produtor no mercado e no meio rural?

³ Segundo Mariano (1995, p.87), “a reconversão seria uma reestruturação de uma economia em busca de maior competitividade num determinado setor, ou num ramo de atividade ou ainda numa unidade de produção.”

Quais são as dificuldades enfrentadas? Para responder a essas perguntas, este trabalho se propõe a *analisar a organização sócio-espacial da unidade familiar produtora de maçã e sua relação com o mercado*.

No Estado de Santa Catarina predominam pequenas propriedades, exploradas com mão de obra familiar. Apesar das condições econômicas desfavoráveis, a produção agrícola catarinense é diversificada e a tendência à especialização torna-se cada vez mais nítida, tanto nos espaços regionais quanto nos espaços locais. Entre as várias especializações, destaca-se a fruticultura de clima temperado, particularmente a maçã, que encontrou no planalto catarinense as condições ambientais e de trabalho propícias para se desenvolver.

Segundo Hentschke (1994), em Santa Catarina as unidades produtoras de maçã são exploradas por pequenos e médios produtores bem como por grandes empresas, com alto grau de verticalização. Isto resulta em diferenciação no tamanho de áreas plantadas e nas formas de organizar a produção e o espaço.

Os pequenos pomares se desenvolvem principalmente no planalto sul, onde se localiza o município de Urubici. Nessa área predominam as explorações familiares, que se constituem no sustentáculo da economia local. À semelhança do que ocorreu em outras regiões do país, a expansão do mercado urbano industrial nacional se refletiu no espaço agrário urubiciense, onde se desenvolveram várias atividades especializadas - fumo, olericultura, leite e maçã -, destinadas ao abastecimento do mercado. Tal processo provocou transformações relevantes na organização da produção familiar.

Muito embora as características da agricultura familiar não possam ser generalizadas, para responder os questionamentos e alcançar o objetivo proposto, elegeu-se como espaço o município de Urubici, tendo como alvo os produtores familiares de maçã, que estão integrados de formas diferenciadas ao mercado. Como em outras áreas do país, este segmento vem contribuído decisivamente para o desenvolvimento econômico não só local, mas também regional e nacional.

Orientação teórico - metodológica

A agricultura familiar, enquanto *locus* de produção, tem uma importância muito grande no abastecimento alimentar do mercado nacional. Analisando a produção familiar contemporânea, constata-se a

existência de diferentes tipos de agricultores, os quais apresentam estratégias específicas de sobrevivência e de produção, resultando em múltiplas racionalidades econômicas.

Não constitui objetivo deste trabalho entrar no debate teórico-metodológico que cerca o tema, todavia torna-se necessário explicitar critérios que possibilitem identificar quem é o agricultor familiar. Neste sentido, os pressupostos teóricos de Chayanov (1974) e Lamarche (1993, 1998) fornecem subsídios que auxiliam na compreensão do objeto de estudo.

Inspirado em Chayanov (1974), Lamarche (1993) dá uma contribuição relevante: mostra lógicas de funcionamento das unidades de produção familiar usando como referência dois modelos teóricos: original (história) e ideal (futuro). Mas entre esses dois extremos, encontra-se uma diversidade de situações intermediárias, ou seja, o produtor pode passar por diferentes estágios, ascendendo naturalmente no contexto evolutivo de cada organização sócio-econômica e política em particular.

O agricultor familiar contemporâneo apresenta características diferentes do camponês analisado por Chayanov (1974). Ele está integrado sob formas diversas ao mercado e, por isso, sofre os efeitos do processo de reprodução do capital e da abertura do mundo rural ao modo de vida moderno.

Muito embora a produção permaneça familiar, as transformações tecnológicas associadas às mudanças de comportamento nas sociedades modernas, refletem-se na composição interna das famílias que, atualmente, são mais reduzidas e, no que diz respeito ao trabalho no estabelecimento, não há necessidade de envolver todos os membros na produção. Além disso, o consumo também sofre redefinição, ou seja, o agricultor participa da sociedade moderna e, por isso, aspira à conquista de todos os bens materiais e culturais disponíveis.

Em obra recente, Lamarche (1998) apresenta quatro modelos teóricos de funcionamento dos estabelecimentos: empresa, empresa familiar, agricultura familiar e de subsistência e agricultura familiar moderna, os quais foram definidos a partir das lógicas familiares e do grau de dependência do mercado.

É importante salientar que os modelos referidos anteriormente são virtuais e indicam tendências, pois modelo absoluto não existe. Mesmo assim essa contribuição do autor é mais flexível que a anterior e orientou a identificação e a abordagem empírica da produção familiar ligada ao

mercado, via agentes de comercialização. Para dar conta dessa realidade, foram considerados outros critérios que serão explicitadas a seguir:

1 - a unidade familiar é espaço de produção e de consumo; abriga um conjunto de práticas e de relações sociais específicas, assemelhando-se a uma empresa que possui dinâmica própria de funcionamento, distinta do modelo capitalista;

2 - a família possui o controle dos meios de produção - terra, instrumentos de trabalho e mão-de-obra - sendo ela a principal responsável pelo trabalho na unidade de produção;

3 - a exploração da terra é efetuada pelo proprietário com mão-de-obra familiar, não impedindo, porém que, em determinados períodos, o trabalho alugado auxilie nas tarefas da unidade produtiva, numa relação sem traços capitalistas;

4 - o grupo familiar mantém vínculos com o patrimônio fundiário, os sistemas de produção mercantil são diversificados e intensivos, apresentando grande dependência técnica, financeira e comercial;

5 - a família define estratégias de sobrevivência e elas se realizam tanto na própria unidade produtiva como fora dela, em outros estabelecimentos ou em atividades não-agrícolas;

6 - é uma unidade econômica dotada de organização interna e racionalidade específica, o grupo familiar não objetiva salário e nem lucro explícito. A renda conjunta destina-se à reprodução social, expressa na satisfação das necessidades da família, as quais podem ser tanto alimentares e de vestuário, como também outras, impostas socialmente pelo mercado.

Admite-se que na área pesquisada as unidades produtivas apresentam caracteres diferenciados em vários aspectos: naturais, sociais, culturais, econômicos, grau de inserção no mercado, dentre outros. As lógicas de funcionamento são distintas, mas possuem alguns elementos comuns, ou seja, *trabalho, terra e família estão inter-relacionados*, o que possibilita classificá-las, em termos gerais, como *empresa familiar*.

A pesquisa foi organizada em duas etapas: uma de gabinete e outra de campo. A primeira consistiu no levantamento bibliográfico pertinente à temática e à área de pesquisa, complementada com informações obtidas em fontes secundárias como o IBGE (Censo

Agropecuário de 1995/96) e no arquivo da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina- EPAGRI (escritório de Urubici).

Na segunda fase foram coletadas informações através de entrevistas (pesquisa de campo). Para identificar as propriedades, utilizou-se cadastro fornecido pela EPAGRI, com o nome do produtor, a área do pomar e a localidade. Optou-se pelos pomares com até três ha, por sua predominância, tanto no local estudado como no Estado; a seleção foi processada através de sorteio. As entrevistas foram realizadas em 15 unidades produtoras de maçã, o que corresponde a 10% do número total de pomares do município. As questões semi-estruturadas versaram sobre: estrutura fundiária, condição do produtor, uso da terra, sistemas de cultivo, relações de trabalho, tecnologia, assistência técnica, financiamentos e comercialização da produção.

A pesquisa procurou revelar a lógica de organização da produção familiar de maçã e, para isto, a amostra contemplou espacialmente diferentes comunidades rurais, distribuídas ao longo do vale do Rio Canoas, em Urubici.

O cultivo da maçã em Santa Catarina e o papel do Estado

O Brasil inseriu-se no cultivo de macieiras para fins comerciais há poucas décadas e, do ponto de vista espacial, a produção concentra-se predominantemente nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e em algumas áreas de São Paulo.

Em Santa Catarina o cultivo da maçã foi iniciado pelos colonizadores europeus e seus descendentes, que formaram pequenos pomares caseiros, chamados popularmente de “chácaras”. Os cultivares eram plantados extensivamente, com técnicas tradicionais para consumo familiar; os poucos excedentes eram comercializados.

Até a década de 70 o abastecimento do mercado interno no país era efetuado através da importação de maçãs argentinas, responsáveis por 90% do consumo nacional como demonstrou Hentschke (1994). Os elevados gastos com as importações, aliados à possibilidade de criar uma alternativa econômica para os agricultores com propriedades localizadas em áreas de altas altitudes e clima temperado, levaram o Ministério da Agricultura e o Governo de Santa Catarina, em 1968, a instituir uma política pública através da elaboração do Programa de Fruticultura de Clima Temperado - PROFIT.

A Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina – ACARESC, atualmente EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária, assumiu a execução do programa, que resultou na formação de pomares de maçã em escala comercial no território catarinense. O Estado disponibilizou linhas especiais de financiamento bancário para investimento na produção e custeio de safra, viabilizando a implementação do referido programa. Além do crédito, somaram-se outros benefícios, como incentivos fiscais e sucessivas pesquisas sobre diversos cultivares frutícolas, dos quais a maçã recebeu tratamento especial.

Com esses mecanismos, na década de 80, a maleicultura “conquistou” novos produtores, tornando-se a maçã uma alternativa econômica para os agricultores familiares e empresários urbanos. Ao comentar sobre o início da atividade, alguns produtores lembraram: *o governo estimulava, dava financiamento; tinha mercado pra vende a produção; o preço da maçã era muito bom, valia a pena plantá (pesquisa de campo).*

As características naturais do planalto catarinense, e particularmente o clima, favorecem a fruticultura de clima temperado. Segundo Hentschke (1994), no intervalo de 1982- 92, ocorreu progressiva expansão espacial da maleicultura em Santa Catarina, onde a área ampliou em 68% em relação à década anterior. Esta fase também foi marcada pela intensa renovação dos pomares: os cultivos pioneiros foram erradicados e substituídos por cultivares de maior valor comercial, sobressaindo-se as cultivares Fuji (do Japão) e Gala (da Nova Zelândia), que se adaptaram às condições naturais regionais.

No processo, modificou-se o perfil produtivo da maçã produzida em Santa Catarina. Ainda conforme o autor, a soma dos indicadores espaciais, econômicos, ambientais e genéticos, contribuiu para que, já no início da década de 90, Santa Catarina se tornasse o maior produtor de maçã no país, participando com aproximadamente 60% da produção nacional, situação que se mantém atualmente.

Considerando a exigência de temperatura inferior a 7,2° C no período de dormência (abril a outubro) e a precipitação pluviométrica anual superior a 1300mm, em Santa Catarina, as regiões produtoras de maçã estão situadas nas áreas de aptidão climática de cultivo preferencial e tolerado, conforme o zoneamento agroecológico para esta cultura (Boneti, J. da S. et al., 1999).

Assim, no território catarinense, os pomares de maçã foram formados em duas áreas distintas, com altitudes variando de 800 a 1400m. Uma na microrregião dos Campos de Lages, que possui as maiores altitudes, sobressaindo-se como principais produtores os municípios de São Joaquim, Bom Jardim da Serra e Urubici. A outra, com menores altitudes, no Alto Vale do Rio do Peixe, localizado na microrregião de Joaçaba, onde se destaca Fraiburgo, como principal produtor de maçã do Estado e do País. Na primeira região predominam pequenos pomares; na segunda, a exploração empresarial.

Em Santa Catarina existem 1410 unidades produtoras de maçã (Boneti et al. 1999). A atividade absorve pequenos e médios produtores, e também grandes empresas. Mas, independente da área cultivada, a produção requer conhecimento, mão-de-obra, tecnologia moderna (insumos químicos, maquinários e equipamentos), instalações, assistência técnica e elevadas somas de capital.

As transformações no espaço agrário do município de Urubici: uma caracterização

O município de Urubici localiza-se no planalto Sul catarinense (Figura 1) e integra a Microrregião dos Campos de Lages. O relevo da área é acidentado e os testemunhos da declividade estão presentes na paisagem sob a forma de serras, morros e vales encaixados com vertentes abruptas.

Na área, predominam pequenas unidades fundiárias exploradas com mão-de-obra familiar, distribuídas em diferentes pontos do município, ocupando principalmente o vale, onde o solo apresenta maior teor de matéria orgânica. Segundo dados do IBGE (1996), o espaço agrário urubiciense possui uma área de 76.579ha, a qual é partilhada entre 1119 estabelecimentos agropecuários. Destes, 83,29% possuem menos de 100 hectares, ocupando 24,81% da área total. Em contrapartida, 16,71% dos estabelecimentos com área superior a 100 ha detêm 71,19% da área total. Tais características denotam elevada concentração fundiária. Entretanto, no planalto sul catarinense, a dimensão física dos estabelecimentos deve ser relativizada: o relevo acidentado reduz significativamente as áreas favoráveis às práticas agrícolas, característica comum a grandes e pequenos estabelecimentos.

Figura 1



Fonte: Mapa Político do Estado de Santa Catarina
1997 – Escala 1:500.000
Secretaria de Estado de Desenvolvimento e da Integração ao Mercosul.
Diretoria de Geografia e Estatística.

Existem poucos registros sobre a colonização do vale do Rio Canoas. A história revela que, no início do Século XX, a notícia de terras férteis, propícias às práticas agropecuárias, chegou a colonos descendentes de imigrantes alemães e italianos, instalados nas encostas das serras costeiras de Santa Catarina. A partir da década de 20, famílias oriundas de Grão-Pará, Braço do Norte, Orleans e Urussanga instalaram-se em diferentes pontos do território urubiciense, onde surgiram vários povoados.

Devido à cobertura de mata fechada (floresta ombrófila mista), com destaque para a araucária, os colonizadores cultivavam sucessivamente, durante muitos anos, a mesma área de terra. A policultura (milho, feijão, trigo etc.) e a criação de animais garantiram a subsistência familiar nos primeiros tempos da colonização.

A indústria agrícola, praticamente, não teve expressão em Urubici, onde foram implantados apenas alguns engenhos artesanais de serrar madeira, torrefação de café e atafonas (tipo moinhos, movimentados a mão ou água para transformar o milho em farinha). Como relembra Rodrigues (s.d.p.10), as atafonas logo se transformaram em espaços comerciais. O agricultor levava o milho para ser processado e pagava o serviço com parte do produto. A partir daí, o tafoneiro passou a fazer troca de farinha por gêneros como, por exemplo, feijão e trigo, produzidos por outros colonos.

Com o aumento gradativo da população local, os excedentes agrícolas ampliaram, surgindo casas de comércio, onde o colono trocava charque e queijo, por bens de consumo, como sal, querosene, tecidos e utilidades domésticas.

Nos primeiros tempos não havia estradas. Apenas picadas de precárias condições ligavam Urubici com os maiores centros urbanos. Em função disso, grande parte dos colonos permaneceu atrelada aos poucos comerciantes locais, alguns dos quais proprietários de caminhões, que assumiram não só o controle comercial, mas também o de transporte das mercadorias produzidas na zona rural.

A partir da década de 40, a ampliação do mercado urbano no país refletiu-se na economia do planalto sul catarinense. A riqueza florestal (araucária) se tornou fator atrativo para instalação de numerosas serrarias. Elas dinamizaram temporariamente a economia regional, mas este tipo de indústria é transitório: com o desmatamento e conseqüente esgotamento da matéria prima, elas migram para outras áreas. Segundo Rodrigues (s. d . p. 27):

“a importância dessas indústrias para o local era que forneciam emprego para grande parte da população, e vieram muitas pessoas de fora (sobretudo gaúchos) para o lugar. Mas (...), com o fechamento das mesmas esses empregados foram obrigados a emigrar para cidades maiores em busca de empregos.

A expansão do mercado urbano também incidiu no espaço agrário. Como demonstrou Israel (1991), no momento em que os maiores centros consumidores do país passaram a impor sua demanda, no planalto sul de Santa Catarina e em Urubici, de modo particular, as atividades agropecuárias experimentaram transformações relevantes na estrutura e na organização da produção.

Segundo o autor, o tomate foi o primeiro cultivo comercial introduzido na área, no início da década de 50, seguido do fumo, difundido pela Souza Cruz. No final da década seguinte, significativa parcela do espaço já estava ocupado por outros cultivos, como batata inglesa, beterraba, cenoura, pimentão, vagem, couve-flor. Nos anos 70, a olericultura teve seu auge de expansão e Urubici passou a ser conhecido como a “*capital das hortaliças*”.

A criação de gado também está presente na paisagem agrária do município. A bovinocultura de corte, atividade tradicional, desenvolveu-se principalmente nos campos do altiplano, em grandes fazendas. O gado leiteiro é criado em propriedades familiares no vale do rio Canoas, para consumo e comércio. O leite também se configurou como atividade comercial desde os anos 80, sendo vendido a agroindústrias locais e regionais.

No final da década anterior, teve início o cultivo da maçã, cujas especificidades serão analisadas posteriormente.

Em Urubici, a diversificação de atividades agropecuárias para suprimento do mercado foi viabilizada por um conjunto de fatores. Neste sentido, merecem destaque: a tradição agrícola do município, a estrutura fundiária marcada pelo predomínio de pequenas propriedades exploradas por mão-de-obra familiar, a fertilidade natural dos solos no fundo do vale e o clima que, apesar das limitações, possibilita o cultivo de olerícolas e de maçãs, suprimindo a demanda do mercado no verão.

A essas características locais somaram-se a ampliação do mercado consumidor nacional, o bom preço das mercadorias e os mecanismos

criados pelo Estado, principalmente o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), carro chefe na difusão e na sustentação temporária da modernização tecnológica da agricultura nacional.

Não obstante a distância que separa a área produtora do mercado consumidor e a precariedade das estradas (posteriormente melhoradas), as atividades agrícolas especializadas absorveram tecnologia moderna, e os produtores familiares ampliaram os vínculos com o mercado, ora para comprar insumos e outros bens de consumo, ora para vender a produção. Assim, como observa Santos (2001), *afirma-se uma especialização dos lugares que, por sua vez alimenta a especialização do trabalho. É o império, no lugar, de um saber fazer ancorado num dado arranjo de objetos destinados à produção* (p. 135).

A olericultura, em particular, atraía grande número de compradores que buscavam mercadorias produzidas na zona rural para abastecer o mercado consumidor nacional. Entre eles, encontravam-se representantes das CEASAs de Porto Alegre, São Paulo, São José (SC) e atravessadores, oriundos da região da Grande Florianópolis. A movimentação de pessoas e o fluxo de veículos aparentemente dinamizavam a economia local. Desse modo, com a movimentação comercial dos produtos agrícolas, o comércio e os serviços urbanos também se desenvolveram (ISRAEL, 1991).

A agricultura familiar desempenha papel fundamental no desenvolvimento e na dinamização da economia, no âmbito local, regional e nacional. Além disso, é importante fonte no fornecimento de alimentos e matérias primas para suprimento do mercado. Mas como se sabe, os mecanismos criados pelo Estado para difundir a modernização tecnológica na agricultura, como, por exemplo, crédito rural subsidiado, garantia de preços, pesquisa e extensão rural, entre outros, não foram sustentados, provocando uma crise no setor agrícola. Se isto já não bastasse para criar dificuldades aos municípios que têm sua base econômica fundamentada na agricultura familiar, surgiram outros agravantes, como a abertura do mercado e o Plano Real.

As marcas desse processo foram registradas em Urubici: os produtores rurais se descapitalizaram, a movimentação comercial das mercadorias, oriundas da zona rural, reduziu os serviços e o comércio local perdeu dinamismo.

A organização sócio-espacial da produção familiar de maçã

De acordo com a EPAGRI (1999), em Urubici, a maçã ocupa uma área de 462 ha, distribuída em 145 pomares explorados por produtores familiares e empresários. A atividade se desenvolve em duas áreas distintas: uma no vale do Rio Canoas, onde se concentra a maior parte (86,1%) dos pomares; a outra, em área de campo, abriga menor proporção (13,9%).

As unidades amostradas estão distribuídas em várias comunidades rurais no vale do Rio Canoas, cuja área varia de 2 a 100 hectares, com terras agricultáveis restritas às várzeas, na sua maioria. Independente do tamanho da propriedade, os pomares possuem área de 1 a 3 ha, devido, principalmente, ao relevo acidentado conforme referido na caracterização do município.

Nas propriedades com área inferior a 20 hectares, a maçã e a olericultura constituem a principal fonte de renda familiar. Embora a área de produção seja restrita, o espaço de produção é partilhado com outras atividades para consumo familiar, como a criação de pequenos animais, gado bovino que lhes fornece carne, leite e derivados; cultivam também milho e feijão para consumo. As sobras são comercializadas, complementando as necessidades do grupo familiar. Sobre esta questão, um produtor assim se manifesta: *...essas coisa sempre nos safa quando estamos com dificuldade financeira.*

Mas aquelas situadas no estrato superior a 20 ha apresentam características diferentes. Nesta classe, 50% dos entrevistados têm gado de corte e/ou leite como principal fonte de renda. A maçã e a olericultura ocupam o segundo lugar no orçamento familiar. A criação de pequenos animais e o cultivo para consumo são menos diversificados. Em tais unidades, a criação de gado leiteiro se desenvolve associada ao cultivo de forragens (azevém, aveia, trevo) e milho, usados na fabricação de silagem para alimentação dos animais no inverno. O leite é tirado com ordenha mecânica, porém as instalações ainda são precárias e o produto é vendido *in-natura* para uma agroindústria local.

Os cultivos para suprimento do mercado ocupam pequenas áreas, mas são exigentes em tecnologia, destacando-se os insumos químicos, principalmente fertilizantes e defensivos e isto requer elevadas somas

de capital. Inquiridos sobre o uso de produtos químicos, os produtores elucidam seu relacionamento com tais insumos: *se não colocar veneno não dá nada; nós dependemo do adubo e dos veneno; o cára que produz maçã, tá de baixo do veneno o ano inteiro, só cruzá na frente do paiol (...) na beira da estrada você sente o cheiro do veneno, mais tem que usá...*. Estas afirmações denotam a inexistência de preocupação com os riscos negativos do uso de agrotóxicos para a saúde humana e para o meio ambiente.

Intempéries, como granizo, geada e excesso de precipitação configuram-se como fatores negativos ao desenvolvimento da olericultura e da fruticultura. Por serem cultivos sensíveis, qualquer adversidade climática se reflete na sua qualidade, na produtividade e muitas vezes até resulta em perda da produção.

Muito embora a queda de granizo nas macieiras possa ser controlada com a cobertura de telas, pelo sistema de foguetes antigranizo e por gerador de solo que lança iodeto de prata nas nuvens, essas tecnologias implicam elevados custos econômicos inviáveis aos produtores familiares que exploram pequenos pomares.

A falta de seguro agrícola é outro agravante que afeta o cultivo da maleicultura. Segundo um agrônomo, também produtor, o Programa de Garantia da Atividade Agrícola - PROAGRO cobria as perdas da produção de maçã provocadas pelas adversidades climáticas. Mas:

“em 1998, com o anúncio do El Niño, o governo federal cortou, saiu fora do processo e deixou os produtores a ver navios. Aí, vieram com a desculpa que foi falhas da EPAGRI, que não incluiu a maçã no Zoneamento Climático. Hoje, só têm PROAGRO os produtos incluídos naquele Zoneamento. Santa Catarina, dentro do Zoneamento, não é apropriada para produzir maçã. Foi um ato proposital.” (SIC).

As atividades agrícolas de mercado e a maçã, em particular, ocupam a mão-de-obra familiar em todas as fases do ciclo produtivo. Na produção, há divisão de tarefas entre os membros da família, a adubação e a aplicação de defensivos. São tarefas realizadas, normalmente, pelo pai ou pelos filhos homens mais velhos. Além do manejo comum, a

maçã requer poda e raleio⁴, atividades são manuais que exigem muita mão-de-obra. A mãe e as filhas mulheres ocupam-se dos afazeres domésticos, da horta, do leite e dos animais de pequeno porte, auxiliando também no raleio da maçã.

O período de safra da maçã e dos olerícolas coincide com o verão, época em que se intensifica o trabalho. A colheita, a classificação e o acondicionamento dos produtos em caixas para o mercado são realizados manualmente. Dessas atividades participam todos os membros da família, em jornada de trabalho que varia de 10 a 14 horas diárias. A superposição de atividades no calendário agrícola atesta a auto-exploração dos membros da família. Chayanov (1974) assim se manifesta: *o grau de auto-exploração da força de trabalho se estabelece pela relação entre a medida da satisfação das necessidades e a do peso do trabalho* (p. 84). As limitações para absorver todas as tarefas ao longo do ciclo agrícola, sobretudo nos períodos de pico (plantio, poda e colheita), levam os produtores a recorrer à contratação de trabalhadores eventuais, amenizando a penosidade do esforço familiar em momentos de intensa atividade.

Contudo, nas unidades que possuem área de até 20 ha, o reduzido espaço de produção se reflete na ocupação da mão-de-obra familiar e, conseqüentemente, também, na renda monetária. Por isso, é comum, principalmente no inverno, o assalariamento temporário de alguns membros (filhos homens) nas propriedades agrícolas maiores. O trabalho externo complementa o rendimento da unidade de produção e serve, também, para suprir as necessidades do grupo familiar. Além disso, a maior parte (60%) das unidades possui fontes de renda externas, originárias de atividades não-agrícolas, como comércio, construção civil, trabalho doméstico, aposentadoria, profissões liberais. Tais estratégias são fundamentais para assegurar a reprodução familiar.

Indagados sobre a assistência técnica, todos os produtores responderam que é deficitária. A visita do técnico à unidade de produção, e de modo particular aos pomares, não é periódica e, quando ocorre, como disse um produtor (G.L), *não adianta nada, nós sabemos mais que os técnico, nós temos a prática*. Do universo

⁴ Retirada do excesso de frutos, deixando os remanescentes bem distribuídos na planta para melhorar-lhes a qualidade.

amostrado, 1/3 dos produtores não recebeu nenhum tipo de assistência. Os demais receberam alguma orientação ou porque estão integrados a empresas de comercialização, ou porque fizeram projeto de financiamento bancário para custeio do pomar. Nesse caso, o pagamento das visitas do técnico agrícola já está incluso no pacote do financiamento. Mesmo assim, a assistência não é regular.

É oportuno ressaltar que o Estado criou mecanismos facilitadores, como assistência técnica e extensão rural para que os produtores familiares desenvolvessem atividades especializadas, como foi o caso do cultivo de maçã. Entretanto, isto não foi sustentado. No início dos anos 90, os serviços públicos, aí incluída a assistência técnica, passaram a ser de responsabilidade dos municípios, mas muitas prefeituras, como a de Urubici, encontravam-se em estado de “falência econômica”. A falta de condições de trabalho para os técnicos, aliados à não atualização profissional no ramo da fruticultura, desmotivou os técnicos públicos, afastando-os daquela atividade. O espaço deixado passou a ser ocupado por profissionais liberais.

Os agricultores familiares e, de modo especial, os produtores de maçã, ressentem-se da inexistência de uma política agrícola constante. O dinheiro está escasso, e os financiamentos, para aqueles que os conseguem, possibilitam apenas cobrir parcialmente os custos da produção de maçã. O depoimento de alguns produtores atesta as dificuldades dos agricultores familiares:

“o que nós temo prá vende é muito barato, e o que precisamos comprá é muito caro, precisamos trabalha muito prá sobrevivê ...; daqui a pouco vamo tê que empenha mulher e filhos prá se livra das dívida...; o banco tá nos levando pro o abismo...; não existe incentivo, temo terra mas não temo dinheiro, do jeito que tá, não podemo mais competi...”

As dificuldades enfrentadas se refletem na estrutura de produção da empresa familiar: equipamentos, maquinários e benfeitorias estão envelhecidos. A mesma situação foi observada na casa de moradia. Contudo, eles têm um projeto para o futuro se a situação financeira melhorar: comprar mais terra, investir no pomar e comprar camioneta para levar os produtos ao mercado.

Os desafios da produção familiar no mercado

Por se tratar de fruta perecível, após a colheita, parte da produção de maçã é encaminhada diretamente ao mercado consumidor e parte é estocada em câmaras frigoríficas, o que possibilita regularizar a oferta dos frutos no mercado durante o ano, proporcionando melhor preço ao produtor no período da entressafra.

Segundo informações obtidas no escritório da EPAGRI, atualmente a produção de maçã no município de Urubici é de aproximadamente 10.000 t. A infra-estrutura para estocagem é constituída de 16 câmaras frias, distribuídas em diferentes pontos na área produtora. As unidades de frigo-conservação são do tipo convencional, com instalações precárias, que servem para guardar o produto por tempo restrito (quatro meses). Elas pertencem a produtores individuais e sociedades particulares. A capacidade de armazenagem é diferenciada: varia de 50 a 700 t., mas o conjunto das instalações possibilita guardar apenas 3.010 t. de frutos.

Apesar da insuficiência e da precariedade, a maior parte das câmaras frigoríficas instaladas em Urubici apresenta características de pequeno porte, com capacidade para armazenar 50 a 240 t. Mesmo assim, muitas nem chegam a entrar em funcionamento, pois o pequeno volume de produção (40 a 50 toneladas) dos pomares familiares torna inviável o uso, em face dos elevados custos de manutenção provocados pelo consumo de energia elétrica.

A maior parte (75%) dos produtores vende a maçã para intermediários ou atravessadores, agentes tradicionais na área. Eles chegam até a porteira das propriedades e compram não só maçã, mas também a variedade de olerícolas. As mercadorias são comercializadas nas maiores cidades litorâneas de Santa Catarina.

A compra de maçã em Urubici absorve, em menor escala, outros intermediários do próprio lugar ou representantes das CEASAs de Florianópolis, São Paulo e de cidades do Nordeste e Norte do país.

A classificação dos frutos se processa nas propriedades. Os preços variam de acordo com a qualidade do produto, avaliado visualmente pelo comprador. O pagamento é efetuado com cheques pré-datados para 30 ou 40 dias. Esta modalidade de pagamento vem criando dificuldades para os produtores em função da inadimplência (cheques sem fundo) de muitos compradores.

Os maleicultores têm consciência dos riscos de vender a produção para intermediários, como se detecta em algumas expressões: *quem só produz maçã tá frito; a minha preocupação é ficá nas mãos desses cara, daqui a pouco dá um problema e você tá perdido...; tem que vendê rápido prá não perdê (...) estraga tudo....* .

Além dos intermediários, algumas empresas de grande porte (AGROPEL, Agrícola Fraiburgo), especializadas na produção e no comércio de frutas, sediadas em Fraiburgo, também compram maçã em Urubici, de duas formas: direta ou por consignação. Na modalidade consignada, também chamada de “parceria”, a empresa armazena os frutos até o momento da comercialização. De acordo com os maleicultores, as empresas prestam um leque de serviços para o produtor: concessão de empréstimos financeiros antecipados para custeio da produção; transporte na forma de frete; aluguel de máquinas para classificação dos frutos; aluguel de *bins* (caixas) e de câmaras frigoríficas para armazenar a produção. O preço de cada serviço é diferenciado. Os custos são descontados após a venda da maçã, na entressafra, por ocasião do acerto de contas. Na contabilidade, os serviços usados são resgatados como custos para os produtores. Essa modalidade de comercialização é uma forma de integração que apresenta as mesmas características dos sistemas praticados com fumo, aves e suínos.

A modalidade consignada é predominante em Urubici, mas até a safra de 96/97 participavam apenas os maleicultores com maior volume de produção (acima de 100 t.), porque as empresas não se interessavam por pequenas escalas. Na safra seguinte elas abriram espaço para todos os pomicultores.

O modelo de integração produtor/empresa usado no cultivo da maçã vem sendo difundido em outras áreas produtoras do planalto catarinense, fato que marca o avanço do capital comercial sobre mais uma atividade explorada pelo agricultor familiar.

É oportuno salientar que a abertura do mercado levou as empresas catarinenses, especializadas no comércio de frutas, atuar em novos espaços produtores de maçã, para abastecer o mercado interno e externo. Diante da concorrência com a produção de outros países do Cone Sul (Argentina e Chile), a qualidade do produto tornou-se “peça chave”. Um agrônomo comentou: *as empresas foram atraídas para Urubici, porque a nossa maçã, principalmente a Gala, é tida como a melhor*

maçã do mundo, em termos de qualidade; não só melhor que a de Fraiburgo, mas a do próprio país de origem, a Nova Zelândia.

As empresas de comercialização adotam tecnologia de ponta para fazer a seleção das maçãs (cor, peso e diâmetro). Além disso, elas possuem ampla e moderna infra-estrutura de armazenagem, como câmaras de atmosfera controlada, o que possibilita armazenar os frutos da safra até janeiro do ano seguinte. Comercializada com as marcas das grandes empresas, a maçã perde sua identidade de origem de produção.

Do universo amostrado, apenas 25% dos produtores de maçã inseriram-se no sistema de parceria com as empresas, o que explica a crescente descapitalização do produtor, mormente daqueles que têm a agricultura como fonte de renda básica. Por necessitar de retorno financeiro rápido, eles optam pela venda direta a atravessadores, não só para custear gastos com produção, mas também para assegurar a própria reprodução.

Outro motivo é o alto custo dos serviços cobrados pelas empresas. Os produtores temem “não haver sobras”, preferindo aguardar os resultados dos que se inseriram no sistema.

Muito embora a empresa familiar, produtora de maçã, detenha a propriedade da terra e dos outros meios de produção (força de trabalho, maquinaria) e mantenha autonomia sobre o processo produtivo, segundo Santos (1984), com a integração ao mercado se estabelece a subordinação formal, fundamentada em relações econômicas. Em outras palavras, desenvolve-se aí uma relação monetária entre um possuidor de mercadoria (intermediários e empresas de comercialização) que se apropria do sobretrabalho e, outro possuidor de mercadoria, o que fornece sobretrabalho (produtor familiar).

Questionados sobre os efeitos do MERCOSUL na maçã, os produtores reclamaram:

“não temos condição de competir; o preço da maçã baixou muito...; aqui ocorre chuva, geada e granizo fora de época, gastamos muito com insumos (...), o número de pomares aumentou (...), na safra a oferta de maçã brasileira é grande, vem mais da Argentina e o preço cai. Os compradores só querem fruto de boa qualidade (...). Estamos quase quebrados, a concorrência tá nos matando.”

Convém lembrar que, embora o Brasil tenha reduzido as importações, tornando-se também exportador de maçã, a globalização da economia, instalou um processo de competitividade. Hoje as forças do mercado ditam novas regras: qualidade, produtividade e preços baixos, o que exige mudanças na estrutura da cadeia produtiva, incluído aí o produtor familiar de maçã.

Considerações finais

A empresa familiar é uma unidade de produção e de consumo. No espaço agrícola, as atividades comerciais e de subsistência não são excludentes: a primeira pode ser considerada como estratégia para evitar riscos, tanto dos azares naturais como os do mercado. A segunda tem significado de economia, reduz os gastos com compras, daí serem complementares na satisfação das necessidades da família.

Os pressupostos teóricos usados como referência nesta abordagem se confirmam na área de pesquisa. Muito embora os produtores familiares tenham alcançado certa independência alimentar (poucas compras), eles são extremamente dependentes de fatores tecnológicos, financeiros e comerciais.

A maçã é atividade que requer muita especialização, emprego de tecnologias, correto manejo cultural pré e pós colheita, produtividade e qualidade. As empresas familiares enfrentam limites para inserir-se nesse padrão. A pequena escala de produção, os custos elevados dos insumos, a assistência técnica limitada e a pouca disponibilidade de crédito dificultam a competitividade da categoria.

Considerando que as empresas privadas especializadas na comercialização de frutas sinalizam interesse pela produção dos pequenos pomares, maior número de agricultores familiares tenderá a enfrentar os desafios da integração, já em curso no vale do Rio do Peixe. Nesta perspectiva, com a relação de parceria produtor/empresa, a unidade de produção familiar deverá acatar novas regras de produção que serão impostas pelo capital. Todavia, é bom lembrar que o controle empresarial na produção familiar, a eficiência tecnológica e a qualidade dos produtos definirão os limites de sua sobrevivência, em um mercado que tende a ser cada vez mais competitivo.

A empresa familiar produtora de maçã apresenta sinal de enfraquecimento econômico, o que ameaça a sua permanência no mercado e também no meio rural. Este é um forte indicativo de que o modelo agrícola, fundamentado no uso de tecnologia industrial está esgotado, fato comum em outras regiões de Santa Catarina e do país.

O cenário da empresa familiar indica que é necessário introduzir novas formas de organização da produção, oportunizando a inserção do segmento em mercados diferenciados. Isto só poderá concretizar com apoio e comprometimento institucional em diferentes instancias.

O espaço geográfico das empresas agrícolas familiares é base para a exploração de múltiplas atividades (agrícolas e não-agrícolas). Considerando a diversificação de cultivos e criações existentes, sugere-se a agroecologia como modelo alternativo de produção. As técnicas agroecológicas reduzem os gastos com insumos químicos e poderão não só dar maior retorno econômico, mas também preservar o meio ambiente.

Outras questões relacionadas à produção que requerem mudança: a base teórico-metodológica da orientação técnica pública precisa ser reordenada; ampliar o número de financiamentos e criação de linhas especiais para investimento; realizar cursos para formação e capacitação profissional dos agricultores e estimular iniciativas industriais caseiras para agregar valor à produção de maçã.

A comercialização da produção também deve contemplar algumas ações. A infra-estrutura de armazenagem requer modernização e ampliação. A base física de uma ex-cooperativa local, que abriga uma câmara de frigo-conservação de maçã, cuja infra-estrutura pertence ao Estado, é usada apenas pelos maiores (cerca de 30) produtores. O associativismo poderá ser estruturado para abrir espaço aos pequenos produtores.

O fortalecimento da empresa agrícola familiar trará benefícios não só à economia local, mas à regional e à nacional. Tende também a evitar a exclusão e, conseqüentemente, a ampliação dos problemas sociais, tão em evidência no país atualmente.

Referências bibliográficas

BONETI, I. S. *Cadeias produtivas do Estado de Santa Catarina: maçã*. Florianópolis: Epagri, 1999.

CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ed. Nueva Vision, 1974.

HENSTTSCHKE, R. *Maçã: estudo da situação catarinense frente ao Mercosul*. Florianópolis: EPAGRI, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo agropecuário*: Santa Catarina. 1995-96.

ISRAEL, C. J. *Aspectos da organização agrária e da produção familiar no município de Urubici: o caso das hortaliças*. Florianópolis, 1991. 189p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina.

LAMARCHE, H. (Coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

LAMARCHE, H. (Coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

MARIANO, K. L. P. P. Mercosul e a reconversão agrária. *Boletim de Geografia Teórica*, Rio Claro, v. 25, n. 49- 50, p. 67-91, 1995.

RODRIGUES, J. *Urubici e sua história*. [S.l.], [s.n.], [198-].

SANTA CATARINA (Estado). Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina. *Economia & Agricultura*, Florianópolis, 1998.

SANTA CATARINA (Estado). *Empresa de Pesquisa Agropecuária - EPAGRI*. Arquivo, 1997.

SANTOS, J. V. *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte*

Leomar Luiz Prezotto¹

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

A agroindústria rural de pequeno porte é apontada como uma das alternativas para a reversão das conseqüências sociais desfavoráveis no meio rural. Tendo no espaço rural não mais apenas atividades exclusivamente agrícolas, mas a pluriatividade, a pequena agroindústria, de característica familiar, pode impulsionar a geração, direta e indireta, de novos postos de trabalho e de renda aos agricultores familiares, promovendo a sua (re)inclusão social e econômica. Buscamos, aqui, discutir uma concepção de pequena agroindústria. O objetivo é levantar algumas características deste tipo de empre-

Abstract

The “small scale rural agroindustry” is presented as one of the alternatives to revert the unfavorable social consequences in the rural milieu. As the rural environment is no longer dedicated exclusively to agricultural activities, but pluriactivities, small scale agroindustry with familial characteristics can impel, direct and indirectly, the creation of new work and income positions for the familial farmers, promoting their social and economic (re)inclusion. Our goal here is to discuss a conception of small scale agroindustry and heighten a few characteristics of this kind of

* A concept of “small scale rural agroindustry”

¹ Engenheiro Agrônomo, Mestrado em Agroecossistemas.

endimento, para que, de fato, se constitua numa alternativa de inclusão sócio-econômica dos agricultores familiares e, ao mesmo tempo, seja viável dentro do modelo econômico atual. Esse debate se relaciona, também, com as ações e políticas públicas necessárias para impulsionar o referido modelo de agroindustrialização, com sustentabilidade e cidadania.

undertaking so that, it can become an alternative for the familial farmers social and economic inclusion and, at the same time, make the undertaking viable within the present economic model. This debate is also related to the necessary public politics and actions to impel this agroindustrialization model with sustainability and citizenship.

Palavras-chave: Agroindústria rural de pequeno porte, agricultura familiar, inclusão sócio-econômica.

Keywords: Small scale rural agroindustry; familial agricultural; social and economic inclusion.

Procuramos, neste artigo, discutir uma concepção de agroindústria de pequeno porte. Inicialmente apontamos algumas características sobre desenvolvimento e sustentabilidade, onde está inserido o debate da agroindustrialização em pequena escala. Em seguida, discutimos a pequena agroindústria. O objetivo é levantar algumas características deste tipo de empreendimento, importantes para que, de fato, se constitua numa alternativa de inclusão sócio-econômica dos agricultores familiares e, ao mesmo tempo, seja viável dentro deste modelo econômico e de mercado a que estamos submetidos. Não temos a pretensão de indicar um conceito pronto e acabado, antes disso, abrir o debate sobre este tema. Falamos, também, sobre a possibilidade de articulação entre diversas pequenas agroindústrias, constituindo uma espécie de rede. Com esse modelo de organização, as pequenas agroindústrias procuram aumentar seu poder de barganha e a escala de produtos para a inserção nos grandes mercados. Procuramos, por fim, assinalar, resumidamente, a necessidade de políticas e ações públicas sobre pontos que representam entraves para a concretização desse modelo de agroindustrialização descentralizado e de pequeno porte.

Desenvolvimento: de um modelo excludente à construção da sustentabilidade

A partir da década de 60 houve uma intensificação da modernização da agricultura brasileira, baseada em um processo de transformação na sua base técnica, principalmente com o uso de maquinários, de fertilizantes e agrotóxicos e da genética, visando o aumento da produtividade e da produção de alimentos.

É nesse contexto que fortaleceram as grandes agroindústrias integradoras (ou surgiram outras), impondo uma nova dinâmica ao processo produtivo. Essa dinâmica trouxe a exclusão de muitos agricultores, principalmente pelo seu caráter seletivo. A integração, com novos padrões tecnológicos, exigiu um aumento da produção (de maior escala) e dos índices de produtividade. Esse processo fez aumentar as diferenças sócio-econômicas, concentrando renda e diminuindo o número de pessoas envolvidas na produção. As agroindústrias integradoras embora, por um lado, tenham possibilitado uma estratégia de reprodução da pequena produção familiar, por outro, com seus padrões de produção crescentes, criaram uma dinâmica que vem excluindo aqueles agricultores que não atingem os padrões impostos (SILVESTRO, 1995, p. 327).

Pela dinâmica econômica em curso, aqueles agricultores excluídos do processo de integração ou que não chegaram a entrar nele vêm diminuir, cada vez mais, suas possibilidades de participar do mercado. Paulilo (1990, p. 174), por exemplo, destaca a dificuldade dos suinocultores do Sul de Santa Catarina, para permanecerem na atividade sem serem integrados a uma grande agroindústria. Desta forma, continua, eles não podem romper com os frigoríficos porque o mercado paralelo absorve apenas pequena parte da produção. Ainda, segundo a autora, outro aspecto que preocupa os suinocultores independentes (não integrados) é o nível tecnológico imposto pelo modelo de produção moderno, que traz um nível de competição difícil de ser suportado. Esse processo vem implicando em custos sociais e ambientais elevados, o que já justificaria uma mudança do modelo de desenvolvimento vigente.

Esse modelo atual de desenvolvimento rural, do qual faz parte a agroindustrialização convencional (grande escala) tem como eixo central o crescimento econômico. Isto vem implicando problemas sociais e ambientais, como a falta de oportunidade de trabalho, a concentração de

renda e aumento da pobreza, a migração desordenada da população, em geral para os centros urbanos, o desequilíbrio ambiental, o crescimento da violência e a diminuição da qualidade de vida da população rural e, também, urbana.

Os debates sobre este tema indicam a construção de um novo desenvolvimento que seja sustentável. Autores, como Almeida (1998, p. 42-44), no entanto, falam da dificuldade em definir sustentabilidade, por ser este um tema polêmico, com diferentes definições ainda pouco precisas². Segundo Carmo (1998, p. 217), a dificuldade em operacionalizar a sustentabilidade do desenvolvimento está nos “interesses econômicos e classes sociais envolvidas e na necessidade de compatibilizar o que deve sustentar-se com o que deve desenvolver-se”. Ainda segundo a autora, o termo ‘sustentável’ está, de certo modo, voltado para a “imutabilidade no tempo e no espaço”, ao inverso de ‘desenvolvimento’. Outro aspecto para o qual a autora chama atenção é sobre uma certa “banalização dos termos ‘sustentabilidade, meio ambiente e ecologia’”, podendo “mascarar a seriedade necessária ao manuseio e operacionalidade dessas terminologias”.

Diante da dificuldade em definir “sustentabilidade” indicamos, aqui, alguns princípios que norteiam esse debate. O desenvolvimento sustentável, entendemos, deve permear uma condição de equilíbrio entre os aspectos social, cultural, ambiental e econômico. A sustentabilidade está, ainda, associada à viabilidade e à longevidade. Incorpora, neste caso, a idéia de um processo dinâmico e durável e, além do crescimento econômico, um caráter de justiça social, de preservação das culturas locais e de recuperação e preservação ambiental. Dentro de uma harmonia homem-natureza, o desenvolvimento sustentável deve, ao mesmo tempo, oportunizar, em cada local, o crescimento da economia a curto, médio e longo prazos, a geração de postos de trabalho com distribuição mais equitativa de renda, respeitando as culturas locais e reconstruindo e/ou preservando o equilíbrio ambiental. Com base na diversidade de situações e de soluções, o desenvolvimento toma um teor próprio em cada realidade local. Conforme aponta Almeida (1998, p. 52-53), o novo modelo de desenvolvimento seria rico em alternativas e em novas soluções e poderia transformar, “via participação política, excluídos e marginalizados em cidadãos”.

² Ver, ainda, Veiga (1998) e Guzmán (1998).

Outro aspecto que merece atenção nesse debate é o entendimento sobre o rural. Do ponto de vista econômico, é cada vez menos importante a visão do rural apenas como espaço de produção de matérias-primas ou, até mesmo, como local de atividades apenas agrícolas, pois as atividades econômicas não agrícolas vêm se constituindo em alternativas importantes de desenvolvimento do meio rural. Como propõe Da Silva (1999), o rural vem se caracterizando como um espaço de pluriatividade, ligado ao turismo e ao lazer, à prestação de serviços, à moradia e à agroindustrialização. Isto caracteriza a articulação de uma série de atividades, muitas delas tipicamente urbanas, que visam garantir a sustentabilidade (MATTEI, 1998). Neste novo papel, de pluriatividade ou de várias funções, a criação de pequenas agroindústrias pode ser apontada como uma das alternativas econômicas para a permanência da agricultura familiar e para a construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, que pensa o rural como um todo e não mais apenas ligado à produção agrícola.

É nessa visão que se insere a proposta da agroindústria rural de pequeno porte – ARPP³.

A agroindústria rural de pequeno porte

A pequena agroindústria, nessa perspectiva, se torna uma importante alternativa para promover a participação dos agricultores familiares no processo produtivo. Para eles, a industrialização dos produtos agropecuários não se constitui em uma novidade. Isto já faz parte da sua própria história e da sua cultura, tendo como objetivo atender o consumo da família e, em menor grau, abastecer o mercado local com o excedente. Como exemplo, podemos citar a transformação de frutas em doces e bebidas, a elaboração de conservas em geral e a fabricação de queijos, embutidos e defumados de carne. Entendemos, aqui, como agroindustrialização, o beneficiamento dos produtos agropecuários (secagem, classificação, limpeza) e/ou a transformação de matérias-primas gerando novos produtos, de origem animal ou vegetal como, por exemplo, leite em queijo e frutas em doces e bebidas.

³ Outras denominações usadas para identificar o modelo de agroindustrialização descentralizado e de pequeno porte: pequena agroindústria, agroindústria familiar, pequena unidade industrial, pequeno estabelecimento industrial, estabelecimento industrial de pequena escala, agroindústria de pequena escala, agroindústria caseira, agroindústria artesanal e agroindústria de produtos coloniais.

No momento em que se discute um novo papel para o meio rural, não mais apenas de atividades exclusivamente agrícolas, mas de pluriatividade, o modelo de agroindustrialização descentralizado de pequeno porte, de característica familiar, é visto como uma das alternativas capaz de impulsionar uma distribuição de renda mais equitativa. Ou seja, pode proporcionar uma importante forma de (re) inclusão social para os agricultores, através da renda obtida pelo seu trabalho (e produção), melhorando a sua qualidade de vida. Para essas pessoas pode representar o (re) início da construção de cidadania, bem como uma oportunidade de resgate de valores sociais e culturais, que vai muito além do que usualmente é confundido com cidadania, mas que não passa, muitas vezes, da obtenção de documentos de identificação pessoal. Cidadania, aqui, pode ser entendida principalmente como oportunidade de trabalho e, em consequência, de obtenção de renda suficiente para viver com qualidade.

Segundo dados obtidos junto a Apaco/Desenvolver⁴ - Pólos 1, 2 e 3 no Oeste Catarinense, em 130 projetos de pequenas agroindústrias (implantadas, em fase de implantação ou de obtenção de financiamento), com 650 agricultores participantes, são gerados 1.040 postos de trabalhos diretos e 2.600 indiretos, com um custo médio por posto direto de R\$ 4.200,00 em investimentos. O incremento de renda média de cada associado é de R\$ 300,00 por mês.

Citamos, como exemplo, o caso da Associação de Agricultores Monte Alegre de Coronel Freitas⁵, proprietária da “Indústria de Alimentos e Frigorífico Agrado” (em funcionamento). A Associação conta com sete associados e uma população total de 29 pessoas. Esta agroindústria abate 700 suínos por ano (média de 58/mês), equivalente a 70.000 kg/ano de matéria-prima. Os principais produtos resultantes da industrialização são: carne em cortes, salame, lingüiça, banha, torresmo, queijo de porco e ossos, totalizando a produção de 48.576 kg. A renda bruta é de R\$ 142.333,34 e o custo total (fixo + variável) é de R\$ 97.568,72, resultando uma renda líquida de R\$ 44.764,62 por ano

⁴ Apaco- Associação dos Pequenos Agricultores da Colonização Oeste. Desenvolver - Projeto de fomento à verticalização da produção da agricultura familiar catarinense, do qual fazem parte a Fundação de Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - Funcitec, o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo - Cepagro, a Apaco, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri, Prefeituras de Blumenau e Joinville e outras entidades.

⁵ Dados Apaco/Desenvolver - Pólos 1, 2 e 3.

(dados referentes apenas ao Frigorífico). A renda líquida média mensal, neste caso, corresponde a R\$ 532,91 por associado ou, ainda, R\$ 355,27 por pessoa envolvida no trabalho da agroindústria (10,5 pessoas).

Em suma, este tipo de industrialização⁶ oferece possibilidades de descentralização regional da produção, ao aproximar as agroindústrias da produção da matéria-prima; de redução do custo de transporte; de ampliação e descentralização das oportunidades de ocupação e remuneração da mão-de-obra; de utilização adequada dos dejetos e resíduos (reduzindo o poder poluente); e de diminuição das migrações desordenadas. Essa visão de desenvolvimento valoriza o meio rural, proporcionando uma melhor utilização do espaço territorial, e de busca da recuperação e preservação ambiental. Esse processo pode favorecer, ainda, um desenvolvimento local e regional mais equilibrado, com o aumento da arrecadação de impostos⁷, especialmente nos pequenos municípios. Nestes locais, o estímulo para a melhoria de sua economia está condicionado ao surgimento de iniciativas que favoreçam o aumento, a permanência e a (re) aplicação da renda da agricultura no próprio município e arredores. Uma consequência imediata é o surgimento e/ou fortalecimento do comércio local, estimulado pelo aumento do consumo de alimentos, de vestuário e calçados, de eletrodomésticos, de pequenos equipamentos, ferramentas e materiais de construção e de outros insumos usados na produção e na industrialização agropecuária.

Esse potencial da ARPP se torna mais evidente quando articulado com outras iniciativas próprias de cada local ou de cada região como, por exemplo, o agroturismo. É necessário dizer, entretanto, que este modelo de agroindustrialização descentralizado não representa a solução de todos os problemas ou necessidades dos agricultores familiares ou do espaço rural. Ele deve ser entendido e trabalhado como parte de um conjunto de ações e de outras atividades, articuladas entre si, que busquem construir um desenvolvimento local sustentável nos aspectos social, ambiental, cultural e econômico, tendo por base a agricultura familiar.

⁶ Alguns autores destacam a importância deste tipo de empreendimento. Ver mais em TESTA et. al. (1996), por exemplo.

⁷ Considera-se, aqui, o ICMS gerado pela venda dos produtos das ARPPs e de outros tipos de comércio local, estimulados pelo aumento da renda dos agricultores, como, por exemplo, a aquisição de bens de consumo e de equipamentos e insumos agropecuários.

Caracterização da agroindústria rural de pequeno porte

Essa caracterização tem por objetivo propor um “modelo” possível de agroindústria rural de pequeno porte, com uma maneira própria de funcionamento e viável dentro do atual momento econômico e de mercado. Este tipo de agroindústria, por ser de pequeno porte, não tem os ganhos da economia de grande escala. Isto implica que ela deverá ser constituída em uma outra lógica, ou seja, de um outro jeito próprio, diferente da agroindústria convencional, que tem na sua grande escala o eixo principal para a viabilidade econômica. A idéia é descrever, a partir de nossa vivência com esse tema⁸, um “tipo ideal”, apontando “princípios” de como deveria ser uma pequena agroindústria, ou seja, do que é fundamental para seu bom funcionamento e, muitas vezes, decisivo para a sua viabilidade.

A definição de ARPP se relaciona, portanto, a diversos aspectos, quantitativos e qualitativos, como: o número e o tipo de público associado ou proprietário da agroindústria; os tipos de tecnologia; o tamanho dos equipamentos e instalações; a origem da matéria-prima principal utilizada; a qualidade e a quantidade de cada produto; o número de pessoas que trabalham na agroindústria e a localização do empreendimento. O comportamento e as variações deste conjunto de aspectos dependem de cada realidade, o que torna difícil a construção de um conceito de pequena agroindústria, único e definitivo. A seguir, procuramos descrever os aspectos mais relevantes de nossa conceituação.

a) Propriedade e gestão

A agroindústria de pequeno porte é de propriedade dos agricultores familiares. Ou seja, com a implantação da agroindústria, os agricultores passam a atuar em duas importantes etapas da cadeia

⁸ Como coordenador do programa “Agroindústria de Pequeno Porte” junto ao Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo – Cepagro (1994-99) e como consultor (a partir de 1999), desenvolvemos diversas ações de assessoria para a elaboração de projetos e para a implantação e gestão de pequenas agroindústrias. Desenvolvemos, ainda, atividades de assessoria a programas de pequena agroindústria, de implantação de legislação sanitária e de capacitação de técnicos e agricultores (Departamento de Agroindústria, Cooperação e Comercialização – DACC/SAA/RS, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto de Terras de São Paulo – Itesp/SP, Associação de Apoio à Verticalização da Pequena Produção Familiar – Aprove/Brasília/DF e outras Organizações).

produtiva, os setores primário e secundário. Aqui começa a se caracterizar a idéia de mudança de papel da agricultura familiar, não mais apenas de produção de matéria-prima mas, além disso, de industrialização da sua própria produção agropecuária.

A posse e a gestão do empreendimento pode ser individual ou, em geral, de um pequeno grupo de agricultores. A organização de pequenos grupos de agricultores (associação, cooperativa, condomínio, sociedade comercial) favorece uma otimização da estrutura disponível nas propriedades e a racionalização dos recursos investidos na implantação da unidade industrial. A cooperação⁹ se constitui, neste caso, num importante instrumento para a viabilização da ARPP, pois a otimização dos investimentos (utilização total e adequada da estrutura) pode representar uma diminuição do custo de produção. A gestão das pequenas agroindústrias também é desenvolvida pelos agricultores familiares associados. Para isso, devem contar com a assessoria de técnicos, com uma programação bem articulada (e racional) de capacitação e com instrumentos adaptados à sua realidade, possibilitando uma boa administração de tudo o que se relaciona ao empreendimento. O importante na gestão é que toda a tomada de decisão cabe aos agricultores. Isto deve ocorrer de maneira que todas as pessoas envolvidas sempre tenham acesso a todas as informações em torno dos temas em pauta. A instalação das pequenas agroindústrias próxima das propriedades dos agricultores associados facilita o desenvolvimento de uma gestão transparente e participativa dos proprietários. Estes, assim como outros princípios da cooperação, são imprescindíveis para o bom funcionamento de uma organização e da própria agroindústria.

b) Matéria-prima

A matéria-prima principal utilizada na agroindústria é produzida pelos agricultores associados. Eventualmente é adquirida uma pequena parte de terceiros, em geral de outros agricultores próximos. É na utilização da matéria-prima produzida pelos próprios agricultores proprietários da agroindústria que se caracteriza a agregação de valor aos produtos

⁹ No caso do Oeste Catarinense, segundo dados da Apaco/Desenvolver - Pólos 1, 2 e 3, em 130 projetos tem-se 650 agricultores associados, com uma média de cinco agricultores por agroindústria.

agropecuários. Ao contrário de vender os produtos primários, muitas vezes em condições desfavoráveis de preços e prazos, a agroindustrialização possibilita adição de valores relativos à venda de um produto mais acabado e, em geral, pronto para o consumo.

Do ponto de vista da viabilidade do empreendimento, o domínio dos setores primário e secundário favorece um planejamento mais racional das atividades, diminuindo os riscos, embora possa implicar em preocupação aos agricultores, pois é mais uma atividade para ser gerenciada. A matéria-prima própria confere uma certa autonomia, com a disponibilidade em quantidades precisas e em cada momento específico, com qualidade adequada e custo baixo. Isto porque a venda dos produtos segue, corriqueiramente, um cronograma, com qualidade e quantidades exatas e em intervalos pré-estabelecidos, geralmente impostos pelo mercado. A formação de estoques de produtos prontos, caso da agroindústria convencional, é uma forma de diminuir a irregularidade de oferta. Meta esta, entretanto, de difícil alcance para a produção em pequena escala, pois implicaria na necessidade de grande volume de capital de giro, o que poderia significar um investimento de mais de dois ou três meses do total das receitas da agroindústria.

Caso dependesse de matéria-prima externa, haveria a necessidade mensal de receitas no fluxo de caixa da agroindústria para a aquisição junto a terceiros, como destacamos anteriormente. Ao contrário disso, no caso da agroindústria utilizar a matéria-prima própria, boa parte das receitas que seriam utilizadas como capital de giro se transformam em renda aos associados. Relembre-se que a falta de capital de giro é apontada como uma das principais causas de falência, principalmente de pequenas empresas, problema que, desta forma, a ARPP pode resolver em boa parte.

Outro ponto, ainda, é a disposição da matéria-prima a um custo compatível. A proximidade das pequenas agroindústrias das propriedades rurais dos agricultores associados facilita o aproveitamento da matéria-prima a menores custos. Acrescente-se, também, que o uso de matéria-prima do próprio grupo possibilita a garantia da sua qualidade. Destaque-se, aqui, a importância do uso de uma boa matéria-prima para a obtenção de produtos de alta qualidade¹⁰.

¹⁰ Brito (1999) aponta a importância de uma matéria-prima de boa qualidade, tomando como exemplo o leite para a obtenção de alimentos sadios e com maior vida útil.

A autonomia que a auto-suficiência de matéria-prima confere é imprescindível para a viabilização das pequenas agroindústrias, seja pela qualidade, seja pelo aspecto econômico, ou, principalmente, pelo social.

c) Mão-de-obra

Neste tipo de empreendimento a mão-de-obra familiar é utilizada nos dois setores da cadeia produtiva, primário e secundário, podendo contar, complementarmente, com outros agricultores próximos. A quantidade de mão-de-obra envolvida nas pequenas unidades agroindustriais está relacionada, principalmente, à quantidade de alimentos produzidos, ao tipo de tecnologia adotado e ao grau de automatização dos equipamentos. Em geral, as pequenas agroindústrias, por utilizarem equipamentos mais simples, envolvem, proporcionalmente à escala de produção, um maior número de pessoas no trabalho¹¹.

No caso das agroindústrias do Oeste Catarinense, segundo a Apaco/Desenvolver, começa a faltar mão-de-obra nos grupos de agricultores após a implantação da agroindústria. Voltamos ao exemplo da “Associação de Agricultores Monte Alegre” de Coronel Freitas, proprietária da Indústria de Alimentos e Frigorífico Agrado. Esta Associação, formada por sete associados e com o total de 29 pessoas, anteriormente utilizava a mão-de-obra de oito pessoas, envolvidas na produção de fumo, milho, leite, suínos e outras atividades (apenas setor primário). Após a implantação do Frigorífico, o conjunto das atividades (setores primário e secundário) passou a ocupar a mão-de-obra de 19 pessoas¹², que representa o total da população economicamente ativa da Associação, já sentindo a necessidade de mais trabalhadores. Essa mesma tendência é verificada na maioria das 40 ARPPs em funcionamento, ligadas a Apaco/Desenvolver, no Oeste Catarinense.

Este é um aspecto importante, pois a remuneração da mão-de-obra representa um aumento do total da renda familiar dos associados. A renda oriunda da mão-de-obra, destaque-se, é um dos importantes componentes de viabilidade da agricultura familiar. Neste caso, mais ainda,

¹¹ Nos projetos acompanhados pela Apaco/Desenvolver - Pólos 1, 2 e 3, Oeste de Santa Catarina, a média de ocupação (direta) de mão-de-obra é de 8,7 pessoas por agroindústria.

¹² A mão-de-obra está assim distribuída: 8,5 pessoas na produção primária, 8,5 pessoas na industrialização e 2 pessoas na comercialização.

pois ela soma-se à renda oriunda da venda dos alimentos industrializados e da matéria-prima¹³. Percebe-se que, ao contrário de dispor de quantidades significativas de recursos em caixa (capital de giro) para adquirir a matéria-prima, o que estaria remunerando a mão-de-obra de terceiros, esse volume de dinheiro passa a ser importante incremento na renda das famílias associadas.

d) Tecnologia

O nível de sofisticação dos equipamentos utilizados, como já apontamos, geralmente não é muito elevado, com baixo nível de automatização. Um importante aspecto a ser observado na tomada de decisão sobre os equipamentos e o modelo tecnológico é a sua compatibilidade com a quantidade de produção prevista, com a quantidade de mão-de-obra disponível para trabalhar na agroindústria, com a viabilidade econômica da unidade e com a qualidade dos produtos. Quanto mais esses pontos estiverem ajustados um ao outro, maior a possibilidade de obter um custo final unitário menor, sem perder de vista a qualidade desejada do produto.

Destaque-se, aqui, o aparecimento recente de novas tecnologias e equipamentos industriais, que ampliam as possibilidades de competitividade das pequenas agroindústrias. Wilkinson (1996, p. 180-1) acredita que esse é um dos importantes fatores favoráveis à implantação de pequenas agroindústrias. A miniaturização que vem ocorrendo em alguns tipos de equipamentos, caso do leite, por exemplo, está favorecendo a descentralização da agroindustrialização, com todo o rigor na qualidade dos produtos. Mesmo com a necessidade de mais pesquisa para gerar ou recuperar e adaptar tecnologias, já é possível desenvolvermos pequenas plantas industriais.

e) Escala

A compatibilização que falamos acima se relaciona também à quantidade de produção da unidade. Não existe uma pré-definição de quanto deve ser a produção de cada agroindústria. O princípio está em um

¹³ Ainda no caso das agroindústrias do Oeste Catarinense, no caso de uma família associada com duas pessoas envolvidas no trabalho, sua renda aproximada é de R\$ 400,00 ou cerca US\$ 150,00 (um salário mínimo por pessoa), mais R\$ 300,00 (cerca de US\$ 112,00) da renda da agroindústria, totalizando R\$ 700,00 (US\$ 421,00) por mês. A este valor deve-se acrescentar, ainda, a renda oriunda da matéria-prima que cada associado coloca na agroindústria (dados Apaco/Desenvolver – Pólos 1,2 e 3).

permanente e bem ajustado arranjo entre a escala de produção, o número de pessoas que trabalham e o tamanho dos equipamentos e das instalações. Isto porque a quantidade de produção prevista, neste caso pequena, deverá justificar, entenda-se remunerar, todos os custos e investimentos da unidade.

Diferentemente, a agroindústria convencional tem o chamado ganho de escala. Nela, todos os investimentos são divididos por uma grande quantidade de produtos, resultando um menor custo unitário. Na agroindústria convencional com uma pequena margem de lucro unitário, multiplicado por uma grande quantidade de produtos, resulta um grande lucro final e, também, uma capacidade maior de variação da escala de produção com riscos menores.

A quantidade de produção da ARPP, portanto, é específica para cada caso e deve ser estabelecida de acordo com o contexto local e de cada tipo de agroindústria, considerados os aspectos acima. Ou seja, deve-se fazer um bom estudo de viabilidade e elaborar um projeto adequado antes de iniciar a construção da unidade. Se o investimento¹⁴ for exageradamente alto para uma produção pequena, ter-se-á um alto custo final dos produtos. Em consequência, o preço dos produtos também deverá ser maior, o que poderá implicar em restrições na sua comercialização. Ao contrário, um bom planejamento e gestão poderão propiciar a utilização do máximo da capacidade produtiva instalada, resultando menor custo unitário de produção, aumentando a competitividade dos produtos no mercado.

f) Localização

A instalação da pequena agroindústria no meio rural favorece o aproveitamento da mão-de-obra familiar e da matéria prima, com baixo custo de transporte. Nesse espaço, possibilita o reaproveitamento dos resíduos da industrialização reincorporando-os no processo produtivo, seja como adubo, seja como alimento dos animais, ou pode ainda, dependendo de cada caso, receber tratamento adequado, sem poluir o ambiente (ar, água, solo etc). A proximidade da unidade industrial em

¹⁴ Ainda no Oeste Catarinense são investidos, em média, R\$ 33.226,00 para a implantação de uma agroindústria (dados Apaco/Desenvolver - Pólos 1, 2 e 3). Este valor dividido pelo número médio de cinco associados por agroindústria, representa R\$ 6.645,00 de investimento por agricultor.

relação às propriedades dos agricultores também propicia a gestão do empreendimento pelos agricultores, oportunizando o acompanhamento de todo o processo para a tomada de decisão. Isto também define um desenvolvimento descentralizado.

g) Diferenciação dos produtos

Vem sendo destacada a importância da diferenciação dos produtos da pequena agroindústria, principalmente pela sua qualidade, daqueles da agroindústria convencional. Procuramos, aqui, levantar em que aspectos podem ocorrer esta diferenciação.

Para alguns autores como, por exemplo, Lagrange (1995, p. 72-73), existem vários critérios e indicadores que implicam em diferentes qualidades de um produto ou de um serviço. Este autor considera que a qualidade ótima para o consumidor deve ser a síntese destas várias qualidades. Dentre elas, destaca a qualidade sanitária (ou higiênica) quando um alimento não é nocivo à saúde; a nutricional, em função da satisfação das necessidades fisiológicas; a organoléptica, que proporciona prazer ao consumidor; a facilidade de uso, ligada à comodidade; e a regulamentar, por respeitar as diversas normas. Esta visão considera os principais aspectos técnicos da qualidade. Estes aspectos são importantes em relação à saúde dos consumidores, em especial pela incorporação do aspecto nutricional.

Do ponto de vista nutricional, qualquer produto, mesmo que seja bem apresentado, com boa estratégia de marketing, mas que não incorpore características e valores nutricionais não passa, na verdade, de um “volumoso” ou um “enchimento”. No caso do aspecto sanitário, a análise dos produtos apenas para constatar se representam riscos de contaminações e doenças tem sido o principal enfoque, a partir de meados do século XIX¹⁵. Associar os alimentos à saúde, no entanto, pode representar uma nova visão de qualidade.

Essa visão de “qualidade ótima”, apontada por Lagrange (1995), entretanto, não responde à expectativa da população em relação a quem produz os alimentos e como o faz. É necessário considerar outros elementos neste debate, principalmente aqueles relacionados

¹⁵ Ver mais em Prezotto (1999).

aos aspectos social, cultural, ecológico e de aparência, não contemplados aqui e que podem contribuir para o desenvolvimento mais equitativo da sociedade e o respeito ao meio ambiente. Aubert (1981), autor francês que estuda a agricultura biológica, levanta a necessidade de rever o uso dos agrotóxicos na produção de alimentos e os métodos de controle. Ele aponta que o uso dos adubos de origem sintética e dos agrotóxicos pode modificar a composição das plantas e, por consequência, significar uma ação desfavorável para a qualidade biológica dos alimentos e para a saúde do consumidor.

Uma importante referência para os produtos da ARPP é o que chamamos de qualidade ampla. Neste conceito acrescentamos outros aspectos àqueles levantados por Lagrange, como:

Ecológico: refere-se às características do processo de produção da matéria-prima e sua industrialização, buscando consequências mais favoráveis para a saúde dos consumidores e para o meio ambiente. Na produção primária podem ocorrer contaminações da água, do ar ou do solo, ocasionadas por dejetos¹⁶ e/ou por resíduos de agrotóxicos e fertilizantes de origem sintética. Na industrialização acentua-se o problema pelo uso dos conservantes e de outro conjunto de aditivos sintéticos. Isto implica, por consequência, em degradação ambiental irreparável e pode afetar a saúde das pessoas, também através dos alimentos.

Social: os alimentos, aqui, estão relacionados com a construção de um modelo de desenvolvimento que busque a inclusão e a participação das pessoas em todo o processo produtivo (como protagonistas). No caso dos consumidores, a questão que deve ser colocada é a de dispor de alimentos de qualidade a preços (considerado o seu custo de produção) condizentes com a realidade sócio-econômica da população. Um produto de qualidade ampla deve, portanto, contemplar esse caráter de desenvolvimento e de inclusão social, contribuindo para a construção da cidadania.

Cultural: as mudanças que vêm ocorrendo, de ordem econômica e tecnológica (associadas também ao êxodo rural), têm contribuído para um progressivo esvaziamento das tradições culturais do meio rural, especialmente às ligadas aos hábitos alimentares. Percebe-se, também, a influência dos produtos convencionais, industrializados em larga escala,

¹⁶ Sobre a poluição ambiental ver mais em GUIVANT (1997).

na alimentação da população rural. Em contrapartida, por parte dos consumidores urbanos, parece haver o início de uma busca por produtos “coloniais”¹⁷, ou seja, aqueles produzidos pelos agricultores, em pequena escala e oriundos de pequenas agroindústrias. Isto pode representar uma inclinação da população na busca de alimentos associados aos valores culturais típicos do meio rural e da agricultura familiar e a uma grande diversidade.

Aparência: a aparência é a qualidade mais fácil de ser avaliada. É a qualidade que se vê e a que o consumidor é mais sensível. A beleza do produto e/ou da embalagem não devem, entretanto, excluir os outros aspectos da qualidade. A embalagem, por exemplo, mais do que só bonita, deve representar segurança para a conservação dos alimentos e não poluir o ambiente após o uso.

Enfim, a qualidade diferenciada dos produtos, que chamamos aqui de qualidade ampla, pode se caracterizar como um importante instrumento para a inserção e permanência das pequenas agroindústrias no mercado formal. Propomos acima, um conjunto de características que pode ser incorporado aos alimentos e, assim, materializar a propalada diferenciação dos produtos da ARPP.

A incorporação da qualidade ampla nos produtos e no processo produtivo, entretanto, não é suficiente. É necessária a promoção de uma estratégia de “diálogo educativo” da ARPP com os consumidores sobre os seus produtos. Este processo de comunicação sobre a qualidade dos produtos pode se dar diretamente entre produtores e consumidores ou através de um mecanismo de sinalização nas embalagens dos produtos. Um conjunto de sinais passíveis de compreensão, ou na forma de uma pequena mensagem, poderia ser um canal de informação dos aspectos qualitativos de cada alimento. Esta comunicação teria base em um “conceito referencial” de qualidade, com uma categorização dos produtos. Isto pode representar o início de um processo de consolidação de uma nova visão de qualidade dos alimentos, associada à saúde e à qualidade

¹⁷ Segundo uma pesquisa realizada junto a consumidoras de Santa Catarina (OLIVEIRA et al, 1999), os alimentos produzidos nas pequenas agroindústrias rurais apresentam uma imagem bastante favorável sobre a sua qualidade. Das entrevistadas, 86,5% deram notas superiores a 7 para a sua qualidade, numa escala de um (péssima) à dez (ótima), demonstrando um julgamento positivo sobre as variáveis qualitativas dos produtos da pequena agroindústria. Sobre o hábito de consumo, 63% das consumidoras declararam que costumam consumir este tipo de produto.

de vida. A qualidade, assim, pode representar também uma contribuição para um processo de (re) educação dos hábitos de consumo e a ampliação do espaço da agroindústria familiar no mercado.

A organização das pequenas agroindústrias em redes

Um outro ponto que merece destaque é a organização entre as pequenas agroindústrias, formando uma espécie de rede. Isto significa que cada agroindústria se articula com outras, para que juntas possam resolver problemas, os quais, individualmente, seriam de difícil superação. Com isso, as pequenas agroindústrias, ao invés de concorrerem entre si, formam uma espécie de bloco, em torno de uma Unidade Central de Apoio Gerencial. O principal objetivo desta Unidade Central, que representa mais uma forma de organização dos agricultores familiares, é prestar um conjunto de serviços às agroindústrias, ou seja, o apoio técnico (com técnicos contratados ou de órgãos públicos) para a produção da matéria-prima, a industrialização e o planejamento e gestão. A rede de agroindústrias pode representar, ainda, uma forma de mediação com órgãos governamentais em relação às políticas e serviços públicos, com o mercado e com os fornecedores. É um instrumento, também, para facilitar o transporte dos produtos e para gerir a qualidade e a apresentação dos alimentos.

Essa organização das ARPPs representa uma forma de aumentar o seu poder de intervenção e permanência no mercado formal. Através da rede as pequenas agroindústrias conseguem oferecer uma “cesta” com vários tipos de produtos, em escala compatível, e negociá-la em condições mais favoráveis junto aos mercados local, regional e em médias e grandes redes de varejistas e atacadistas.

No caso do Oeste de Santa Catarina, que vimos anteriormente, a rede é representada pela Unidade Central de Apoio das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense – UCAF, legalizada em uma forma de associação regional. Da UCAF, fundada em 16/11/1999, fazem parte, até o momento, sete cooperativas microrregionais: Cooperativa dos Produtores de Leite de Irati - Cooperleitti, Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar de Seara – Cooparfás, Cooperativa dos Agricultores Familiares de Quilombo – Coesta, Cooperativa dos Agricultores Familiares de Dionísio Cerqueira; Cooperativa dos Agricultores Familiares de Chapecó e Região – Cooperfamiliar; Cooperativa dos Produtores

Familiares de Concórdia – Cooparfac e Cooperativa Alternativa e Agroecológica dos Grupos de Agricultura Familiar de Campo Erê e Região - Cooperfamiliar. Outras duas cooperativas estão em fase final de constituição em Guaraciaba e em São Miguel do Oeste. As cooperativas microrregionais congregam os agricultores proprietários das pequenas agroindústrias (em forma de associações, condomínios ou microempresas) de quatro ou cinco municípios próximos. O modelo organizacional que está sendo implantado é: agricultor familiar \neq grupo de agricultores proprietários das ARPPs (associação, condomínio ou microempresa) \neq cooperativa microrregional \neq associação regional (Ucaf). A estrutura física da UCAF é a mínima possível (uma pequena sede) se aproximando de um modelo organizacional virtual, que busca o máximo de mediação e prestação de serviços aos agricultores.

A importância da UCAF já está sendo sentida pelos agricultores associados. Através da organização foi possível obter a legalização dos empreendimentos junto ao serviço de inspeção sanitária e a formalização jurídica/tributária, sem perder a condição de agricultor familiar junto a Previdência Social, que representavam entraves de difícil solução às pequenas agroindústrias. Facilitou, ainda, a diferenciação da qualidade e a melhoria da apresentação dos produtos, do marketing, da elaboração dos rótulos e da articulação com os mercados. Estes serviços são obtidos com menores custos, pois são dissolvidos em várias agroindústrias e/ou em maior volume de produtos.

Chama atenção, também, a possibilidade de aumentar a credibilidade dos produtos, principalmente junto aos consumidores. Através da rede pode-se estabelecer um canal de comunicação entre o produtor e o consumidor. Pode ocorrer uma espécie de “pacto” entre as agroindústrias, representada na sua rede, e organizações de consumidores (associações, cooperativas de consumo ou de moradores ou de bairros), ou atacadistas e varejistas, estabelecendo maior confiança entre quem produz (a rede de ARPPs) e quem consome. Neste caso, a qualidade dos produtos é interpretada também através da avaliação dos produtores e de suas organizações. Este tipo de comunicação entre produtores e consumidores, que pode ser promissor para a realidade brasileira, já acontece em outros países como, por exemplo, a França, onde existem produtores organizados para este fim¹⁸.

¹⁸ Sobre isso, ver Wilkinson (1999) em “A contribuição da teoria francesa das convenções para os estudos agroalimentares”.

Considerações finais

Vimos, aqui, que a pequena agroindústria pode representar um instrumento de desenvolvimento da agricultura familiar. A mudança no modelo de desenvolvimento passa essencialmente pela construção da cidadania. Para isso, quanto mais esse instrumento estiver articulado com outros, maiores as possibilidades de mudança, fazendo do espaço rural um lugar oportuno para se viver com qualidade. A pequena agroindústria, portanto, não pode ser constituída apenas levando-se em conta o caráter econômico, sob pena de estar repetindo o modelo convencional, promotor de exclusão. Por esta razão, deve-se pensar um novo jeito próprio para implantar e fazer funcionar este tipo de empreendimento. Para isso, discutimos, neste espaço, uma caracterização, sugerindo um conjunto de elementos que podem ajudar a construir uma agroindústria adaptada a cada local, sustentável e articulada com a lógica da agricultura familiar.

A efetivação dessa concepção de agroindustrialização de pequeno porte depende, entretanto, do apoio de programas federal, estadual e municipal, que incorporem um conjunto de ações e serviços públicos. Dentre estas ações destaque-se, principalmente, a assistência e capacitação técnica em todas as etapas da cadeia produtiva, na organização social e na gestão do empreendimento; o resgate e geração de tecnologias adaptadas e adequadas às pequenas agroindústrias; estudos de mercado e mecanismos de apoio à comercialização, considerando, também, os mercados institucionais (merenda escolar, hospitais etc); o crédito adequado e acessível; a implantação e/ou a adequação da legislação e do serviço de inspeção sanitária¹⁹ e de legislações em outras áreas, como a tributária e a ambiental, de acordo com a realidade da ARPP e da agricultura familiar. Esses mesmos pontos, por significarem importantes entraves para a ARPP, merecem novos estudos e pesquisas que possam subsidiar tomadas de decisão e orientar os serviços e políticas públicas.

Deve ser considerada, ainda, a articulação entre esses programas e os respectivos órgãos públicos envolvidos, havendo uma complementaridade entre eles. Isto pode contribuir para a constituição

¹⁹ A legislação sanitária é considerada um dos principais entraves para a implantação de pequenas agroindústrias, principalmente pela sua exigência de grandes instalações e equipamentos, elevando o valor de investimento. Sobre este tema ver mais em Prezotto (1999).

de um ambiente institucional favorável à implantação e à consolidação das pequenas agroindústrias no meio rural, superando as atuais restrições, principalmente as de ordem legal. Esse conjunto de ações públicas é um passo importante para a efetivação do potencial das ARPPs e para a consolidação de um desenvolvimento sustentável, com a participação da agricultura familiar.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA e NAVARRO (org.) *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável*. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998, p. 33-55.

AUBERT, C. *L'agriculture biologique*. Le courrier du livre. Nouvelle édition (4º). Paris, 1981.

BRITO, J. R. F. Qualidade de leite se faz com compromisso. *Balde Branco*, São Paulo, ano XXXV, n. 412, fev. 1999, p. 9-12. Entrevista.

DA SILVA, J. G. *O novo rural brasileiro*. 2. ed. rev. Campinas (SP): UNICAMP (IE), 1999. Coleção Pesquisa, n.1. 151p.

CARMO, M. S. do. A produção familiar como *locus* ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA e BRANDENBURG (org.) *Para pensar: outra agricultura*. Curitiba: Ed. UFPR, 1998, p. 215-238.

GUIVANT, J. S. *Suinocultura e poluição: os desafios de implementar uma política de controle ambiental*. Cadernos de Pesquisa, n. 12. Florianópolis: UFSC, 1997. 28p.

GUZMÁN, E. S. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA e NAVARRO (org.) *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável*. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998, p. 19-32.

LAGRANGE, L. *La commercialisation des produits agricoles et alimentaires*. Collection agriculture d'aujourd'hui. Paris: Editora Tec & Doc., 2º édition, 1995.

MATTEI, L. A pluriatividade no contexto do desenvolvimento rural catarinense. *Idéias & Ações*, Florianópolis, v. 2, n.4, abr.1998.

OLIVEIRA, J. A. V.; SCHMIDT, W.; TURNES, V. A.; SCHMIDT, V. D. B.; GUZZATTI, T.; MACIEL, S.; VOIGT, L. *Avaliação do potencial da indústria rural de pequeno porte (IRPP) em Santa Catarina*. Florianópolis: Cepagro, 1999. 51 p.

PAULILO, M. I. S. *Produtor e agroindústria: consensos e dissensos*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990. 184p.

PREZOTTO, L. L. *A agroindústria rural de pequeno porte e o seu ambiente institucional relativo à legislação sanitária*. Florianópolis, 1999. 143f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Curso de Pós Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina.

SILVESTRO, M. L. *Transformações da agricultura familiar e estratégias de reprodução: o caso do oeste catarinense*. Rio de Janeiro, 1995. 349f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

TESTA, V. M.; NADAL, R. de; MIOR, L. C.; BALDISSERA, I. T.; CORTINA, N. *O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense* (Proposta para discussão). EPAGRI, Florianópolis, 1996. 247p.

VEIGA, J. E. da. A transição agroambiental nos Estados Unidos. In: ALMEIDA e NAVARRO (org.) *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável*. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998. p. 129-148.

WILKINSON, J. A contribuição da teoria francesa das convenções para os estudos agroalimentares: algumas considerações iniciais. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, n. 2, p. 64-80, 1999.

Agroecologia: um processo que favorece ou desfavorece a legitimação do saber tradicional?*

Janine Moreira¹

Universidade do Extremo Sul Catarinense

Resumo

A dimensão educativa da Extensão Rural (ER) foi caracterizada por valores de dominação do saber moderno do técnico sobre o saber tradicional do agricultor. A exclusão social de uma camada de agricultores do processo de modernização agrícola teve como vertente cultural a exclusão de seu conhecimento. A agroecologia representa uma forma de produção que traz em si uma resistência ao modelo excludente moderno, permeada por valores de participação,

Abstract

The educative dimension of Rural Extension (RE) has been featured by values which emphasize the domination of the modern knowledge of the technician over the traditional knowledge of the peasant. The social exclusion of the peasants' stratum from modern agriculture practices culturally resulted in the exclusion of their knowledge. Thus ecoagriculture represents a way of production that involves resistance to the modern model of exclusion, permeated by values of participation,

* Agroecology: does it favor or disfavor legitimation of traditional knowledge?

¹ Psicóloga. Doutora Psicopedagogia pela Universidade de Córdoba, Espanha. Professora na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), em Criciúma.

descentralização, diversidade, trazendo como um de seus pressupostos a valorização do conhecimento do agricultor. Essa nova relação entre os saberes requer uma nova relação entre técnicos e agricultores. Várias experiências em agroecologia estão se constituindo atualmente. Será que estas realidades estão, de fato, se constituindo de mediações para a construção dos valores presentes na agroecologia? Este artigo traz algumas considerações a esse respeito.

Palavras-chave: Saberes, agricultor, extensionista, agroecologia.

decentralization, diversity and presenting as a presupposition the valuation of the peasant's knowledge. This new relation between the two kinds of knowledges demands a new relationship between technicians and peasants. Actually, several experiences about ecoagriculture are being developed. However, are these realities indeed mediating the construction of the values which appear in ecoagriculture? This article presents some considerations about this issue.

Keywords: Different kinds of knowledge, peasant, extensionist, ecoagriculture.

Introdução

A era moderna validou o saber científico nas culturas ocidentais. A partir do Renascimento e, mais propriamente, dos ideais iluministas revolucionários, coube à ciência - naquela época compreendida sob a lógica positivista² - fazer a leitura da realidade e indicar a solução para os problemas advindos de uma forma de vida que então se legitimava. A ciência passou a se imbuir do papel de dar respostas às contradições próprias do sistema capitalista de produção e de vida.

Falar aqui de “sistema capitalista de produção” não é fazer sua crítica e nem a apologia de suas possíveis alternativas. O que queremos é aceitar o ponto de vista de que, concomitantemente a um sistema

² Por “lógica positivista” entende-se a concepção de que só é ciência o que pode ser objetivamente quantificado e de que cabe à ciência fornecer as respostas “objetivas” para os fenômenos, tanto naturais como sociais, na perspectiva de que a solução para os problemas está pautada na ciência considerada neutra, desconectada das decisões políticas. Para o aprofundamento deste tema sugere-se ler Aron, 1982 (capítulo sobre Auguste Comte) e Bock, 1999.

produtivo, se estrutura uma forma de vida permeada por valores que irão mediar a formação de subjetividades. E assim como não existe um projeto homogêneo, unilinear, de um modo produtivo, também não existe uma construção unilinear de subjetividades. Afinal, se assim não fosse, as diversidades estariam impossibilitadas de ocorrerem. Mas então, como explicaríamos as descontinuidades construídas no bojo das resistências a uma lógica que tenta impor-se como dominante ou, ao menos, como hegemônica?

Na agricultura, mais especificamente no serviço de Extensão Rural (ER), direcionado à pequena produção familiar no estado de Santa Catarina, o saber produzido pelo extensionismo foi um poderoso instrumento de consolidação da agricultura “moderna”, advinda de uma lógica excludente daqueles que “não conseguiam acompanhar o progresso”. A matriz socioeconômica excludente só poderia estabelecer-se acompanhada de uma lógica excludente também dos saberes classificados como impróprios aos objetivos modernizadores. O teor “educativo” da ER se construiu na legitimação de uns saberes em detrimento de outros.

Para ilustrar essa afirmativa, pode-se recordar que anteriormente ao surgimento das grandes indústrias de beneficiamento de carnes, o produtor criava a “galinha caipira” de forma tradicional, ou seja, com alimentação e cuidados integrados ao cotidiano da unidade rural. Com a vinda destas indústrias, modificou-se drasticamente o sistema de criação de pintos, agora totalmente “científico”, em termos de alimentação e tempo de criação (ração específica, temperatura adequada nos aviários, tempo certo para abate). O que antes era um processo natural – e também científico, visto dar-se de acordo com a realidade empírica observada – tornou-se um processo artificial na lógica da indústria. O produtor rural teve que aprender as novas técnicas de manejo e “esquecer” suas técnicas, a partir de então consideradas “antiquadas”.

A construção de experiências em agricultura ecológica traz a crítica a esta lógica excludente e se coloca como uma resistência a ela, projetando a inclusão de agricultores marginalizados do processo produtivo. A inserção econômico-social destes agricultores só pode efetuar-se na medida da valorização de seus saberes em seu fazer diário. Assim, a agroecologia traz como pressupostos básicos a inclusão social, econômica, política e cultural de pequenos agricultores. É, portanto, uma resistência à lógica hegemônica.

A questão que se coloca aqui para reflexão é o quanto se pode estabelecer uma “continuidade” ou uma “descontinuidade” da lógica hegemônica, no seio de propostas que nascem para “resistir” a ela. Estamos focando nossas lentes na relação que se está construindo entre o saber “moderno” - historicamente legitimado pela ciência - e o saber “tradicional” - historicamente deslegitimado por ela - em experiências de agricultura ecológica. Mais especificamente, estamos focando nossa compreensão na relação entre extensionistas rurais, representantes do saber moderno, e agricultores, representantes do saber tradicional.

Nossas reflexões constituíram-se no objeto de estudo de tese doutoral³, cujo estudo empírico se deu a partir de três experiências agroecológicas em Santa Catarina, duas das quais estaremos utilizando aqui como ilustrações: a do município de Praia Grande e a do município de Santa Rosa de Lima.

O objetivo do presente texto é refletir acerca das relações de dominação ou de complementaridade entre os saberes tradicional e moderno, na construção da agroecologia. Nossa pergunta é: estas relações estarão constituindo-se em mediações na construção de uma lógica de resistência à, hoje, hegemônica?

Da diversidade para a homogeneidade: o processo de deslegitimação do saber tradicional

A idéia de educação que deu base à extensão rural desde seu nascimento foi a de levar o conhecimento moderno ao agricultor, na busca da elevação de sua produção e, em conseqüência, de seu padrão de vida. Essas idéias chegaram ao agricultor na medida em que seus próprios conhecimentos e sua prática foram desvalorizados. O significado de “extensão” se fez em sua totalidade: “estender” o conhecimento desde o pólo do saber até o pólo da ignorância, como aponta Freire (1975 e 1985). Na subordinação do saber tradicional pela vertente educativa da ER - trazendo o moderno culto à ciência e ao progresso - se fez a subordinação do “atrasado” campo ao novo (moderno) modelo de desenvolvimento. A invasão do capital se fez necessariamente em concomitância à invasão cultural definida por Freire.

³ Moreira, 1999.

À idéia de que o agricultor era “carente” dos conhecimentos necessários para implementar as modernas práticas produtivas se passou à desqualificação dos conhecimentos que historicamente permitiu-lhe sobreviver, cujas técnicas agora seriam consideradas “tradicionais”, atrasadas. O porquê do agricultor não adotar as novas tecnologias foi explicado mediante sua incapacidade para compreender sua eficácia, devido sua ignorância e “falta de cultura”, compreendida como falta de escolaridade. À obscuridade da ignorância do agricultor se deveria contrapor a luz do conhecimento científico moderno, como única forma de salvar o campo do atraso e, assim, não prejudicar o modelo desenvolvimentista nacional, baseado na industrialização e na exportação dos produtos agrícolas.

Como a “causa” da não adoção tecnológica moderna no campo estava no agricultor, o trabalho educativo extensionista deveria centrar-se em convencê-lo a adotá-la, ou seja, em “vencer sua resistência” em mudar de modelo produtivo, resistência apoiada em sua ignorância. O extensionista rural se revestiu de um messianismo moderno, sendo chamado de “agente de desenvolvimento”, desenvolvimento compreendido no projeto nacional neoliberal. Silva (1992) assinala que crescia a necessidade de uma ação educativa junto ao homem rural, para melhorar as condições de vida de sua família, na medida em que a dinâmica do sistema capitalista colocava a necessidade de um enfoque empresarial do rural.

Fonseca (1985) destaca a noção do homem rural para o serviço de extensão como “retraído e desconfiado”, que deseja alcançar o progresso, mas que não sabe como fazê-lo. Por isso, *“há a necessidade de substituir a maneira tradicional, porém primitiva, da família rural de viver e trabalhar, por métodos modernos e práticos, que são dificilmente absorvidos pelo agricultor e sua esposa, cujo nível de instrução quase nunca vai além da escola primária”*⁴. A autora destaca que esta maneira de atribuir os problemas do homem rural aos agricultores mesmos, a seu baixo nível cultural, e não à estrutura produtiva exportadora, dissimulava as contradições intrínsecas ao modo capitalista de produção. Assim se justificava sua dominação, uma vez que a situação do agricultor não era devida à estrutura social, mas à falta de acesso às inovações técnico-científicas do mundo urbano-industrial.

⁴ Fonseca, 1985, p.92.

Segundo Fonseca, esse raciocínio leva à idéia de que, apesar de todas estas carências, o agricultor deseja “progredir”, mas lhe falta “saber como fazê-lo”. Desta forma, seu saber é negado, justificando os programas educativos como instrumento redentor de suas carências, colocando-o como consumidor de tecnologias modernas, no bojo do modelo difusionista de extensão rural.

Por isto é comum hoje compreender a ER como havendo desconsiderado o saber do agricultor e sua visão de mundo. Lohn (1997), baseando-se em categorias de Foucault⁵ e Bourdieu⁶, assim compreende este aspecto da prática extensionista:

“O discurso extensionista procurou fazer-se ouvir, adquirindo a competência para produzir efeitos de verdade e constituir-se como um poder simbólico, capaz de qualificar determinados sujeitos sociais por intermédio da identificação dos “incompetentes”, daqueles agricultores tomados como incapazes para a convivência com a modernização. O agricultor foi tomado como o “outro”, portador de uma cultura que obstaculizava o desenvolvimento e a modernização, devendo ser objeto de intervenções modernizadoras. (...) O aumento da produção agrícola e a expansão do capitalismo no campo passavam pela necessidade de desqualificar o saber costumeiro dos pequenos agricultores, de modo a adestrá-los e discipliná-los segundo a lógica do capital. Tratava-se de difundir o modelo capitalista de pensar e produzir, segundo as necessidades da expansão do capital, através de práticas discursivas que pretendiam controlar o saber e impor normas de trabalho e padrões de conduta a pequenos agricultores”. (p.3)

Lohn toca na questão da alteridade, ao apontar que o agricultor foi considerado “o outro”, portador de uma cultura que obstaculizava a, digamos, “cultura do progresso”, ou seja, o “outro da civilização”, como se costuma identificar a todos aqueles que, de alguma forma,

⁵ Para uma leitura de Foucault recomendamos: Foucault, 2000a; Foucault, 2000b; Foucault, 1992.

⁶ Para uma leitura de Bourdieu recomendamos: Ortiz, 1983.

se marginalizam do caminho “evolutivo” do progresso. E é aqui que podemos encontrar nossa questão principal: toda vez que se olha o outro e se deslegitima sua forma de pensar, tentando trazê-lo para “a” legitimidade, se está acabando com a possibilidade de uma alteridade, na exata medida em que se hierarquiza as diferenças. É a concretização de um projeto de unidade/homogeneidade, não de diversidade/heterogeneidade. E sabemos quanto os projetos unificadores neste sentido podem ser totalitários. É por isto que, para construir a diversidade, é necessário encarar o outro no sentido de “permitir-lhe a existência”, e não de cooptá-lo, deslegitimá-lo.

A perspectiva agroecológica

Mas por que se diz que a agroecologia⁷ representa uma resistência ao modelo de produção capitalista e, portanto, a inclusão de saberes tradicionais?

Para Guzmán e Molina (1993a), a agroecologia considera que a conservação e reprodução dos sistemas agrários estão centralmente ligadas às relações que se estabelecem entre os distintos grupos sociais. A agricultura industrializada tem sua origem na subordinação da natureza ao capital, fazendo com que a natureza não obedeça ao seu ciclo natural de regeneração, uma vez que a regeneração do capital se faz premente, causando a crise ecológica. Isso porque a base da expansão da capacidade produtiva destes agroecossistemas⁸ é a crescente extração de recursos naturais:

“Tan fuerte artificialización de la arquitectura ecosistémica crea en el hombre la falsa ilusión de que cada vez depende menos de la naturaleza. Sin embargo, el continuo forzar de las condiciones

⁷ Entendemos por agroecologia a produção agrícola mais próxima possível dos processos naturais e da biodiversidade, otimizando os recursos da unidade agrícola e utilizando a agricultura orgânica; esta, por sua vez, consiste na substituição de insumos sintéticos por insumos de base orgânica na produção agrícola; desta forma, a agroecologia é mais ampla do que a agricultura orgânica, utilizando-se desta. Os aspectos sociais e políticos que caracterizam a agroecologia estarão colocados neste item. Para o aprofundamento desta questão, sugere-se Ehlers, 1996.

⁸ Agroecossistema é a artificialização produzida pelo homem nos ecossistemas. Esta transformação, entretanto, deve se dar em harmonia com as leis ecológicas, para que não ocorra um “forzamiento ecológico” que, a longo prazo, pode dificultar a renovabilidade dos recursos naturais. Esta seria a situação da agricultura industrializada. (Sevilla Guzmán y González de Molina. In: Sevilla Guzmán y González de Molina, 1993b, p.10).

naturales para lograr el incremento en la productividad, constituye un proceso creciente de sometimiento de los agroecosistemas a los ciclos de rotación y acumulación del capital que atenta de manera irreversible contra su renovabilidad.”⁹ (p.11)

É porque a natureza está submetida à racionalidade capitalista de acumulação que se pode dizer que a raiz da deteriorização da natureza é a mesma que a crescente degradação a que a sociedade se vê submetida¹⁰:

“El desarrollo del capitalismo en la agricultura supone, pues, un proceso de sometimiento de la naturaleza a los ciclos de rotación y acumulación de capital que corre paralelo al sometimiento que unos grupos humanos imponen sobre otros, generando distintas formas de desigualdad. El libre juego del mercado va, poco a poco, orientando la producción hacia lo más rentable, convirtiendo a enormes sectores de la naturaleza y de la sociedad en proveedores de productos requeridos por aquellos sectores de elevados ingresos y, globalmente, por los países centrales, industrializados. El fenómeno de transferencia de valor de pobres a ricos o de la periferia al centro, se corresponde, palmo a palmo, con el fenómeno de transferencia de energía de los ecosistemas a los agroecosistemas industrializados, fenómeno por el cual se deteriora y, finalmente, se destruye el equilibrio ecológico de la naturaleza.”¹¹ (p.13)

Daí a afirmação dos autores de que as desigualdades sociais devem ser abordadas como uma enfermidade ecossistêmica, uma vez que a conservação e a reprodução dos agroecossistemas fazem parte das relações sociais, pressuposto da agroecologia.

⁹ Sevilla Guzmán y González de Molina. In: Sevilla Guzmán y González de Molina, 1993b, p.11.

¹⁰ González de Molina y Sevilla Guzmán, 1992, y Sevilla Guzmán y González de Molina, 1993a.

¹¹ Sevilla Guzmán y González de Molina. In: Sevilla Guzmán y González de Molina, 1993b, p.13.

Outro pressuposto da agroecologia é que as culturas rurais tradicionais desenvolvem formas de manejo dos recursos naturais muito mais ecológicas que a agricultura capitalista. Esta “economia moral” – que Guzmán e Molina (1993a) já identificavam no pensamento de Chayanov (1981) – está no centro da relação camponesa homem-natureza. Nela desempenha um papel fundamental o conhecimento do pequeno agricultor “*como generador de la cultura que en siglos de adaptación simbiótica ha desarrollado los mecanismos de captación del potencial agrícola de los sistemas biológicos, estimulando y regulando las bases de sustentabilidad y reproducción*”¹² (p.14).

Altieri (1995) salienta a aplicação da agroecologia em projetos de desenvolvimento rural:

“La agroecología ha surgido como un enfoque nuevo al desarrollo agrícola más sensible a las complejidades de las agriculturas locales, al ampliar los objetivos y criterios agrícolas para abarcar propiedades de sustentabilidad, seguridad alimentaria, estabilidad biológica, conservación de los recursos y equidad, junto con el objetivo de una mayor producción. El objetivo es promover tecnologías de producción estable y de alta adaptabilidad ambiental .” (p.174-175)

Considerando conjuntamente a agroecologia e o desenvolvimento sustentável, Altieri (1995) afirma que, ainda que existam várias definições deste último, se podem conceber, na maioria deles, estes objetivos comuns:

- Produção estável e eficiente de recursos produtivos;
- Segurança e auto-suficiência alimentar;
- Uso de práticas agroecológicas ou tradicionais de manejo;
- Preservação da cultura local e da pequena propriedade;
- Assistência dos mais pobres através de um processo de autogestão;
- Alto nível de participação da comunidade em decidir a direção de seu próprio desenvolvimento agrícola;
- Conservação e regeneração dos recursos naturais (p.167).

¹² Sevilla Guzmán y González de Molina. In: Sevilla Guzmán y González de Molina, 1993b, p.14.

Neste sentido, Altieri afirma que o sistema agroecológico é atrativo para aqueles agricultores mais marginalizados, porque não é necessário o emprego de muitos insumos devido ao aproveitamento do potencial da unidade rural; por outro lado, os agricultores já incluídos no sistema produtivo se regem mais pela agricultura moderna, o que causa custos sociais e ambientais.

Yurjevic (1995) assinala que, ao enfatizar a regeneração da base dos recursos agrícolas, a agroecologia permite recolocar-se o desafio da produtividade da pequena produção rural, aumentando o número de agricultores incorporados à linha de produtores viáveis: “*las tecnologías que se derivan de los principios agroecológicos, tienen una alta probabilidad de recibir un alto grado de aceptación debido a que respetan la lógica campesina, sin sacrificar su consistencia científica.*” (p. 247)

Para Toledo (1993), as características que fornecem o caráter ecologicamente eficiente à agricultura tradicional estão ligadas à sua condição de “camponês”.¹³ Para o autor, a produção camponesa sempre implica na combinação de valores de uso e de troca, sendo o resultado tanto de processos naturais como de forças de mercado, que atuam sobre o agricultor duplamente: como produtor e consumidor.

A racionalidade camponesa, orientada para a subsistência, faz com que se tenha que reduzir ao máximo os riscos e aumentar ao máximo a variedade de seu meio, uma vez que são mais dependentes dele

¹³ Como características da economia camponesa, o autor estabelece:

- a. (...) su relativamente alto grado de autosuficiencia. Las familias campesinas (la unidad de producción campesina) consume una parte substancial de su propia producción y, concomitantemente, producen casi todos los bienes que necesitan. (...) en la producción campesina hay un predominio relativo de valores de uso (bienes consumidos por la unidad de producción) sobre valores de cambio (bienes no autoconsumidos sino que circulan como mercancías fuera de la unidad de producción).
- b. Los campesinos están comprometidos en un proceso de producción predominantemente basado en el trabajo de la familia con un mínimo número de inputs externos. La fuerza humana y animal, más que los combustibles fósiles, son las principales fuentes de energía. La familia, consecuentemente, funciona a la vez como una unidad de producción, consumo y reproducción.
- c. La producción combinada de valores de uso y mercancías no busca el lucro sino la reproducción simple de la unidad doméstica campesina.
- d. Los campesinos, generalmente, son pequeños propietarios de tierra, debido a razones tecnológicas y frecuentemente también a la escasez y/o desigual distribución de tierra.
- e. Aunque la agricultura tienda a ser la actividad principal de la familia campesina, la subsistencia campesina está basada en una combinación de prácticas, que incluyen la recolección agrícola, cuidado del ganado doméstico, artesanía, pesca, caza y trabajos fuera de la explotación en tiempo parcial, estacionales o intermitentes. (Toledo, 1993, p.199-200).

para prover suas necessidades. A lógica da diversidade do camponês – tanto de preservar a diversidade natural como a produtiva – entra em oposição à lógica da agricultura moderna, baseada na especialização¹⁴. Toledo (1993) salienta também que ambientes diversificados são mais eficientes ecologicamente que ambientes especializados:

“(...) la variedad en términos geográficos, ecológicos, biológicos e, incluso, genéricos es, por consiguiente, el principal rasgo de la producción campesina, porque la variedad en sí misma es un mecanismo para reducir el riesgo. Esta estrategia multiuso a través de la cual los campesinos mantienen y reproducen sus sistemas productivos constituye una característica ecológicamente valiosa que tiende a conservar los recursos naturales, manteniendo la diversidad medioambiental y biológica. La aclamada y, de alguna manera, enigmática racionalidad ecológica del campesino y del productor tradicional no es sólo una estrategia de subsistencia desarrollada en un sistema de producción no orientado a la mercancía. Es una consecuencia directa del proceso de apropiación de la naturaleza en una economía predominantemente dirigida a la población para el uso.” (p. 210-211)

Destacando a eficiência ecológica da produção camponesa, Toledo (1993) salienta a necessidade de que os conhecimentos e contribuições dos camponeses sejam garantidos em uma nova concepção de modernização:

“En primer lugar, el simple hecho de reconocer una racionalidad ecológica en la producción campesina reta los paradigmas centrales de la modernización rural porque revalúa el significado y potencialidad de las culturas campesinas, normalmente consideradas como un sector arcaico o tradicional, sin importancia para la modernidad.” (p.215)

¹⁴ Alier (1995, p.111) aponta que a diversidade agrícola está associada à diversidade etnocultural.

É por isso que Alier (1993) afirma que o movimento por uma agricultura ecológica pode se converter em uma ideologia política se os camponeses se convencerem de que têm praticado tradicionalmente uma agricultura ecológica, uma antiga “superioridade técnica” em termos ecológicos, em comparação com a agricultura moderna.

Unindo as dimensões de mesclar técnicas tradicionais e modernas à necessidade do mercado local, Altieri (1995) enfatiza que o conhecimento dos caracteres culturais e ecológicos locais da agricultura tradicional – a capacidade de evitar riscos, as taxonomias biológicas populares, as eficiências de produção das mesclas de cultivos simbióticos, o uso de plantas locais para o controle de pragas, etc. - é indispensável para se conhecer as reais necessidades da comunidade e assim orientar os projetos de desenvolvimento. Por isso fala de um enfoque agroecológico-etnoecológico de muitas ONGs:

“La idea es que la investigación y el desarrollo agrícola debieran operar sobre la base de un enfoque desde abajo, comenzando con lo que ya está ahí: la gente del lugar, sus necesidades y aspiraciones, sus conocimientos de agricultura y sus recursos naturales autóctonos”. (...) “Está claro que la preservación de agroecosistemas tradicionales no se puede lograr aislada del mantenimiento de la etnociencia y de la organización sociocultural de la comunidad local.” (p.178).

O conhecimento do agricultor é ressaltado por Yurjevic (1995) na matriz de seu Desenvolvimento Rural Humano e Agroecológico (DRHA): *“es importante mencionar que uno de los hechos que explica la importancia y viabilidad del paradigma agroecológico es la conciencia que se va despertando sobre el valor que tiene el conocimiento de los agricultores locales acerca del ambiente, las plantas, suelos y procesos ecológicos”* (p.247). Assim, esta proposta de desenvolvimento trata, simultaneamente, da máxima utilização dos recursos internos e sua rentabilidade, tanto da produção como da casa rural, com o fortalecimento da identidade cultural da comunidade, uma vez que são valorizados seus insumos internos e sua visão de mundo.

Um ponto importante que ressalta o autor é que as inovações são absorvidas de forma gradual, por isso a necessidade de coexistência de práticas convencionais e agroecológicas por um longo período de tempo. Para um aumento da velocidade do processo, o autor recomenda que os agricultores separem um pequeno pedaço de terra para uma pesquisa-ação em termos agroecológicos, para que eles mesmos avaliem os riscos e ganhos que poderiam obter.

A agroecologia significa, dessa forma, uma resistência ao modelo excludente hegemônico de produção que, para “incluir” o agricultor no sistema produtivo, necessita incluir seus conhecimentos acerca de sua atividade no rol dos saberes legitimados.

Construindo de fato

As duas experiências com que vamos ilustrar nossos apontamentos apresentam características diferenciadas.

Em Praia Grande, a produção ecológica¹⁵ iniciou-se em 1993, levada por uma economista doméstica e por um técnico agropecuário da EPAGRI local. O que motivou os técnicos a iniciar este trabalho foram princípios de uma “produção limpa”. O que levou os agricultores a aderirem foi a baixa do preço do fumo, seu principal produto, a insatisfação de trabalharem para o intermediário e as altas doses de agrotóxico que o produto exige.

Com o objetivo de viabilizar projetos para financiamentos da produção, os agricultores fundaram a Associação dos Colonos do Vale do Mampituba (ACEVAM), em outubro de 1994, produzindo verduras e frutas. A ACEVAM chegou a contar com 25 famílias associadas e atualmente está com oito, devido a várias adversidades econômicas sofridas neste íterim. Pode-se dizer que estes agricultores enfrentam grandes dificuldades de inserção no mercado, devido, principalmente, à falta de recursos, impossibilitando uma produção regular (oferta regular de produtos),

¹⁵ Esclarecemos que, embora tenha sido utilizado o referencial teórico da agroecologia, as situações vistas em campo não chegam a ser agroecológicas, ainda que se deseje chegar a este objetivo. No concreto, tanto em Praia Grande como em Santa Rosa de Lima, o que se faz é não utilizar insumos químicos nos cultivos, e fazer o controle biológico das pragas. Mesmo assim, vamos nos referir a elas como experiências agroecológicas por dois motivos: porque é desta forma como são conhecidas nos locais, e porque seus integrantes objetivam chegar à agroecologia em todo seu sentido.

bem como a manutenção das despesas com o transporte dos produtos até as cidades vizinhas para a comercialização em feiras; a colocação dos produtos em supermercados, segundo os produtores, não lhes favorecia, uma vez que tinham que arcar com as “quebras”. Esta ausência no mercado, aliada às adversidades climáticas típicas de uma região de *canyons*, assim como a dificuldade de obtenção de financiamentos para produção ecológica, confere uma situação econômica de instabilidade e uma ameaça constante de manutenção na atividade. A assistência técnica é oferecida agora pela EPAGRI local, com assessoria do Centro Agroecológico da cidade de Ipê, no Rio Grande do Sul.

Bem diferente é a situação dos agricultores da Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO), de Santa Rosa de Lima, fundada em dezembro de 1996. A idéia da produção foi levada por um supermercadista do município, dono de uma rede de supermercados na capital, Florianópolis. Tendo visto o crescente mercado de produtos ecológicos em países desenvolvidos, levou a proposta a um grupo de agricultores, de começarem a produção dos mesmos, sob a garantia de sua colocação em seus supermercados. Esta proposta estaria inserida em uma discussão mais ampliada, em torno de um Conselho de Desenvolvimento criado no município para se pensar as possibilidades de desenvolvimento local. Daquela proposta original, houve a aceitação de 12 famílias agricultoras, obtendo a assessoria de professores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO) e da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina (EPAGRI). A AGRECO, então, foi criada por estes agricultores em conjunto com outros de municípios vizinhos. Em 1998, a associação contava com aproximadamente 200 associados, divididos em mais de 50 famílias. Em dezembro do mesmo ano, este número se elevou, de uma única vez, a aproximadamente 500 associados, divididos em 211 famílias, de Santa Rosa de Lima e municípios vizinhos. Este abrupto crescimento foi motivado pela necessidade de elaboração do Projeto Intermunicipal de Agroindústrias Modulares em Rede, coordenado pelo CEPAGRO, com financiamento do Projeto de Financiamento da Agricultura Familiar (PRONAF), mais especificamente PRONAF- Agroindústria, um programa do governo federal.

O projeto de agroindústrias em rede teria como objetivo “*alavancar um amplo processo de desenvolvimento solidário na região, pela agregação de valor baseada em agroindústrias rurais de pequeno porte e pela geração de oportunidades de trabalho e de renda*”.¹⁶

O motivo que levou os agricultores a aderirem à proposta foi a insatisfação com o cultivo de tabaco, um dos principais produtos da região, devido à queda do preço, excesso de uso de agrotóxicos e de se constituir em um cultivo mais trabalhoso do que hortaliças, principal cultivo da AGRECO. Atualmente o mercado para seus produtos é disseminado em sete municípios do estado. A assistência técnica é oferecida pela AGRECO e pelo município.

Não objetivamos aqui discutir estas experiências como estudos de casos. Este trabalho já foi realizado em nossa tese de doutorado. Disponibilizamos somente informações suficientes para caracterizar brevemente as duas experiências, que serão utilizadas apenas como ilustrações de nossos pontos de reflexão acerca da possibilidade ou não de se construir uma lógica de integração entre os saberes tradicional e moderno na busca da construção da agroecologia. Por isto, iremos centrar nossa discussão em um aspecto de nossa pesquisa: a avaliação de técnicos¹⁷ e agricultores sobre a relação entre ambos em seu trabalho conjunto.

Um dos primeiros pontos a destacar no caminho difícil de construção de novas relações é a cultura em que vivemos, impregnada de valores hierárquicos entre os saberes. É nessa cultura que se insere a própria formação acadêmica dos técnicos, de cunho tradicional:

“É a mentalidade que nós precisamos mudar, nós estamos tentando mudar, mas ainda somos muito tradicionalistas, daquela assistência técnica tradicional, mas estamos buscando mudar isto. O interessante é que é muito fácil para ti discutires a organização com os agricultores, dizes ‘se

¹⁶ Cardoso *et.al*, 1999, p. 02.

¹⁷ Aqui estamos utilizando a palavra “técnico” de forma generalizada, indicando tanto extensionistas como pesquisadores e professores universitários que fizeram parte de nossa amostra. No entanto, quando reproduzimos suas falas, diferenciamos os extensionistas dos técnicos não extensionistas (ligados à universidades, ao CEPAGRO, à EPAGRI mas não exercendo função extensionista). Quando o técnico em questão estava vinculado a alguma das duas experiências em pauta, a indicamos, quando não, somente utilizamos a palavra “técnico” em nota de rodapé.

organizem desta maneira...’, se nós não estamos organizados. Então nós também estamos tentando nos organizar. Como vamos exigir a organização do agricultor se nós mesmos não estamos organizados? ‘Faz o que eu digo, mas não faz o que eu faço...’ Esta questão da organização nós também estamos buscando, porque também estamos acostumados a fazer nossos próprios planejamentos sozinhos e agora temos que fazer juntos. Isto faz com que se estreite nossa relação interpessoal, a solidariedade... estamos tentando... de vez em quando temos umas brigas internas, mas é porque faz parte.”¹⁸

O técnico assinala um ponto importante: pedir aos agricultores o que nem eles estão acostumados a fazer. A questão da organização dentro de uma lógica participativa é um exemplo, mas também se pode destacar a questão geral do estabelecimento de relações não hierárquicas entre os saberes em uma sociedade que “desconfia” do que não é por ela legitimado. Se quisermos que o agricultor participe de fato, que esteja junto ao extensionista, também temos que legitimá-lo. No convencimento de que os técnicos nem sempre têm esta atitude, é necessário que nos estejam presentes as dificuldades mediadoras para que isto ocorra, e assim poder constatar que o caminho não é linear:

“Agora, quando falamos de mudança, dizemos que o projeto não pode mais ser do agrônomo, é preciso um projeto do agricultor. O que o técnico tem que fazer é, normalmente... o agricultor tem uma visão não muito definida do projeto: ‘eu quero mudar de vida, quero sair do tabaco, quero fazer outra coisa... este negócio sem agrotóxico, talvez eu aceite, é bom, então eu quero produzir verdura’. (...) Então, tu podes colher esta demanda do agricultor, sentar em teu escritório, elaborar o projeto, e depois voltar e dizer a ele: ‘aqui está o

¹⁸ Extensionista de Santa Rosa de Lima.

projeto'. E este projeto, provavelmente, será mais teu do que dele. Então, o que se fala muito é da possibilidade de amadurecer junto com ele. (...) Eu diria assim, neste projeto (das agroindústrias em Santa Rosa de Lima), com relação ao ritmo que teve, isto não foi muito bem feito, acabou sendo... o que aconteceu foi... eles mais ou menos definiram o que queriam e mais ou menos o valor, o volume de recursos que estavam dispostos a pagar e então nós (os técnicos) elaboramos o projeto e depois voltamos para discuti-lo.”¹⁹

É, neste sentido, que até nas propostas de mudança se reproduz o “velho” sistema de pensar “pelo agricultor”, na deslegitimação de seu saber, por variáveis sociais como as exigências que são conferidas a um projeto para fins de financiamento.

Thompson e Scoones (1997) tocam neste ponto, ao fazerem a crítica à abordagem “agricultores em primeiro lugar” onde, mesmo procurando-se a participação do agricultor e tê-lo como parceiro, são os agentes externos os “coletadores de informações” e os “documentadores de seu conhecimento”, assim como os “planificadores e administradores de intervenções”, ocorrendo o envolvimento ativo das populações locais em alguns casos e sem ela em outros. Isto seria a separação entre os conhecimentos “científico” e “prático”, o que criticam os autores, uma vez que o conhecimento é, ao mesmo tempo, uma construção teórico-prática, o que seria a *práxis* de Freire (1985). No lugar do consenso da incorporação de um saber por outro, há que se buscar a heterogeneidade de suas diferenças, construindo o todo.

Assim que um técnico reconhece que os conhecimentos do agricultor devem ser considerados no momento de desenvolver os projetos:

“... porque ele (o agricultor) tem alguns conhecimentos técnicos também; não é porque o agricultor não os domina formalmente que este conhecimento não é técnico, é tão técnico como o outro, e é tão científico como o outro. Só que, talvez, muitos destes agricultores não saibam sistematizar

¹⁹ Técnico – Santa Rosa de Lima.

*no caderninho, ou no papel, ou no computador... esta é a diferença. Ou talvez não estudou em um laboratório, ou em um grande centro de pesquisa... ele obteve estes conhecimentos através da experiência prática”.*²⁰

As relações diferenciadas entre técnicos e agricultores também são dificultadas por toda a herança deixada pelo modelo tradicional de ER. Assim, principalmente em relação a agricultores não associados nos projetos de agricultura ecológica:

*“... esta relação é complicada hoje, é complicada. Grande parte dos agricultores quer que nós sejamos aquele extensionista que traga aquele conhecimento, que traga a solução para seus problemas. E nós estamos tentando dizer o contrário, e não estamos sendo aceitos. Por que? Porque eles estão inseridos naquele sistema, então o agricultor também tem dificuldades para sair daquilo, de entender que aquele momento se acabou, ele não está entendendo. Para a maioria... para alguns agricultores ainda o modelo serve, para alguns agricultores, para as agroindústrias, para as indústrias químicas, para as indústrias de máquinas, este modelo ainda serve, mas para a agricultura familiar não serve mais. Mas o agricultor não está entendendo desta forma. É uma das razões pelas quais nós não estamos conseguindo levar este projeto de agroecologia adiante, como gostaríamos.”*²¹

Diante das exigências de desempenho dos papéis formais de cada categoria social, existe toda uma dificuldade em frustrar as expectativas e legitimar-se em outra lógica. A questão que se coloca aqui é a consciência de que o sistema agroecológico exige relações diferenciadas para construir-se, mas que “esbarram” no sistema produtivo moderno, que trazia relações hierarquizadas entre os saberes.

²⁰ Técnico – Santa Rosa de Lima.

²¹ Extensionista de Praia Grande.

E se a agroecologia privilegia a produção tradicional, qual a necessidade de assistência técnica aos agricultores antigos, que já eram acostumados a produzir desta forma antes da modernização?

*“Uma boa parte de nós sabe de tudo. Só que às vezes, quando aparece alguma coisa diferente, uma doença diferente, então é bom que eles (os técnicos) venham, mas, se não, de plantar de tudo nós sabemos bastante. Porque nós crescemos com isto aqui.”*²²

*“Para mim a novidade é ver bastante gente interessada nisso, isto sim que é novidade; mas para mim não é, minha mãe sempre plantou milho, feijão, mandioca, batata, em tudo o que ela plantava nunca colocava nenhum veneno; então, para mim, não é novidade”.*²³

*“... não serve levar-lhes nossos estudos, eles vão ensinar mais a nós do que nós a eles, porque os antigos agricultores guardam aqueles conhecimentos de trabalhar a terra sem o uso de defensivos, sem o uso de adubo químico.”*²⁴

Se a agroecologia guarda semelhanças com o cultivo tradicional, também apresenta novidades, principalmente nas técnicas biológicas de prevenção de enfermidades das plantas, técnicas de manejo de terra buscando recuperá-la em um intervalo menor de tempo, na busca por produzir bem em pequena área.

Uma questão mereceu destaque por parte de alguns técnicos e que consideramos adequada para uma chamada à reflexão: o direcionamento da produção para “nichos de mercado”, tendo a agroecologia uma lógica que deveria, justamente, romper com a lógica de mercado da produção capitalista. É como assinalava um técnico: *“Como produzir com uma nova lógica na lógica do mercado? (...)*

²² Agricultora de Santa Rosa de Lima.

²³ Agricultor de Praia Grande.

²⁴ Extensionista de Santa Rosa de Lima.

Muda o sistema , o mundo em que vivemos para construir um modelo novo, ou se constrói o modelo novo para mudar o mundo, mudar a lógica?” E ele mesmo responde: *“Nós construímos o todo, construindo as partes”*. Neste sentido, convém refletir sobre a fala de outro técnico:

“A questão do ‘nicho de mercado’ é uma coisa muito perigosa (...) que a agricultura seja vista como uma possibilidade de ‘nicho de mercado’, ou seja, ‘vou fazer uma produção agroecológica para vender em (nome do supermercado) para exportar para a França, porque ali eles podem pagar...’ Se a agroecologia e o desenvolvimento sustentável têm outras dimensões, mais além da econômica, nós temos que repensar bem isto, não podemos produzir para uma determinada elite, temos que pensar na produção ecológica para alimentar a população que vive aqui.(...) É um equívoco conceitual da agroecologia que nós pensemos nela como um instrumento de maximização de lucro. (...) Ver a agroecologia com uma ótica de maximizar o lucro e trabalhar com o nicho de mercado é contrariar a dimensão social da agroecologia e do desenvolvimento sustentável, a dimensão da partilha do produto com a sociedade (...) é elitizar uma forma de produção.”²⁵

Esta discussão se faz importante, uma vez que, dependendo da inserção dos agricultores no mercado, sua intenção no mercado, resulta sua lógica de organização, constituindo-se ou não em uma mediação para o estabelecimento de novas relações entre técnicos e agricultores. Os interesses que contextualizaram a ER foram os do capital, na lógica de mercado da modernização da agricultura. A agroecologia significa uma resistência a esta lógica, dando espaço à valorização dos conhecimentos tradicionais do agricultor, justamente porque significa uma diversidade que resistiria ao caminho unilinear do progresso capitalista. As relações subjetivas não vêm separadas das relações objetivas, ainda que as opções políticas não venham coladas, inequivocamente, às teorias.

²⁵ Técnico.

Por isso é preocupante, para projetos que se pretendem alternativos ao hegemônico, entrar na lógica do mercado sem, ao menos, analisar estas questões.

Esta situação faz-se mais presente em Santa Rosa de Lima, cuja experiência é maior e já nasceu para o mercado, do que em Praia Grande, que mal conseguiu ainda colocar-se no mercado. É importante lembrar que a lógica do mercado tem sido a mesma do desenvolvimento moderno, e não uma resistência a ela. Isto significa mais que dizer que o modelo de modernização da agricultura, com os pacotes tecnológicos, subordinou os ritmos da natureza ao ritmo do capital, assim como subordinou o agricultor à indústria e ao capital financeiro. Significa também dizer que implementou a lógica da especialização, da concorrência, do individualismo, das relações verticais, da deslegitimação de alguns saberes na legitimação de outros, polarizados em certas categorias de pessoas. O enfrentamento, a resistência a esta lógica homogeneizadora, não se faz apenas na negação da utilização dos insumos modernos na agricultura, na busca por uma agricultura que esteja de acordo com o ritmo da natureza. Esta busca, se não estiver permeada por valores que rompam com a especialização, a concorrência, o individualismo, a deslegitimação, pouco pode fazer para um projeto de desenvolvimento que seja alternativo ao que temos, que o citado técnico chamou de desenvolvimento sustentável.

Outro ponto fundamental a se considerar é a busca de “cooperação” entre os agricultores em projetos agroecológicos. Na medida em que a produção agroecológica une os agricultores em grupos produtivos, uns dependem dos outros. Embora também alguns se sintam prejudicados pelos outros caso eles não produzam tanto, uma vez que nos grupos as perdas são repartidas.

Em Praia Grande se percebe um forte sentimento de cooperação dentro do pequeno grupo dos “ecológicos”. Neste grupo, um passa informação para o outro...

“... no cultivo convencional, se eles descobrem um veneno que mata uma praga, o guardam, o outro que está tendo prejuízo que se ajeite, é um egoísmo, é só para si. Na ecologia já é diferente, já se buscam mais informações para passá-las aos outros. Hoje a ecologia é uma família, tanto a ACEVAM como os outros grupos se tornam uma

*família, toda unida, todos acompanham o trabalho e quando alguém descobre alguma coisa que é boa para produzir determinada coisa, a passa para outro, este passa para outro, a informação gira sempre, cada um que tem uma novidade vai passando”.*²⁶

Em contrapartida se percebe uma linha divisória acentuada, no olhar dos agricultores ecológicos, entre eles e os “convencionais”, como um julgamento de valor por estes não desejarem participar do projeto, não se conscientizarem da importância de se preservar a natureza. Assim, se reproduz o olhar excludente do outro, não entre técnicos e agricultores, que parecem conseguir relações horizontais, mas entre agricultores ecológicos em relação aos convencionais. Mas “inverter a seta”, no sentido de que o olhar hierárquico agora parte dos próprios agricultores, não significa romper com valores que estruturam uma lógica de exclusão. O rompimento se dá na efetiva convivência com a diversidade, sem hierarquizações. Em Praia Grande, a visão de “família” dos “ecológicos” cumpre a função de acabar com as diversidades, utilizando-se da “cooperação” como homogeneidade, o que uniria estes agricultores e os diferenciaria dos demais.

Ainda sobre a cooperação, se percebe em Santa Rosa de Lima um sentimento de desconfiança de uns agricultores em relação aos outros “*não quererem trabalhar tanto como nós para conseguirem uma boa produção*”. Este valor dado ao trabalho, pode-se dizer, ao “culto ao trabalho” é típico das sociedades modernas, que joga os êxitos na meritocracia individual. Nesta lógica, os outros são vistos mais como possíveis impedidores de seu êxito, do que como aliados para um objetivo comum. E levantamos a questão: levando-se em conta que em uma única assembléia se passou de 20 para 200 famílias associadas na Agreco, como construir relações cooperativas com esse aumento abrupto? Se esse aumento foi devido aos projetos de agroindústrias - tanto porque os agricultores viram neles a possibilidade de vantagens, como também os técnicos viram no aumento de associados maiores possibilidades de se obter aprovação destes projetos - como conseguir construir uma lógica alternativa de desenvolvimento se o crescimento do número de associados está em consonância com o movimento ditado pelo mercado, na mesma lógica “acelerada” de desenvolvimento moderno? Como construir subjetividades diferenciadas neste ritmo?

²⁶ Agricultor de Praia Grande.

Da mesma forma, em Santa Rosa de Lima, não se verificou conflito em relação à valorização do conhecimento dos agricultores por parte dos técnicos. Ao nosso ver, estes conflitos não apareceram porque as relações estabelecidas entre os saberes “cabem” na estrutura vigente, que não é de rompimento. Em nossa pesquisa, constatamos diferenças entre o que foi “ouvido” nas entrevistas e o que foi “visto” nas visitas dos técnicos às unidades rurais para reuniões com grupos de agricultores. Nestas visitas, ainda que se respeitasse um tempo de diálogo com os agricultores, o tempo era muito mais utilizado pelos técnicos para dizer a eles porque sua produção estava ou não tendo bons resultados. Os espaços de abertura aos agricultores para que se manifestassem eram pouco utilizados por eles. Talvez porque ouvir o técnico falar do que é melhor em sua propriedade, afirmando coisas muito mais do que questionando com eles, ou mesmo deixar os técnicos fazerem um projeto que é de interesse de todos, é algo já “conhecido” pelo agricultor, em que seu saber é colocado como secundário. O desejo de mudar esta situação só poderia aparecer em uma estrutura que questionasse, que buscasse o rompimento desta lógica. Esta intenção existe nos técnicos, é verdade, mas existe também uma grande dificuldade em romper com o tradicional.

Podemos dizer que este rompimento é difícil, uma vez que a própria estrutura da experiência em agroecologia no município está inserida no “mesmo”. Assim, a intenção pode ser a de romper, mas uma relação de apropriação do saber popular pelo saber legitimado só poderia romper-se se a estrutura de inserção desta relação fosse nesta direção. Mas se não há o questionamento desta estrutura, a antiga “funciona” muito bem, não havendo necessidade concreta de mudá-la. Desta forma, a necessidade de mudança não é criada, não é construída. Se a estrutura é de continuidade, e se esta não está em questão, é difícil que surjam valores que a rompam. As relações estabelecidas entre técnicos e agricultores que, a despeito do que desejam os técnicos, reproduzem a verticalização do saber legitimado, não aparecem como problemas para os agricultores. Ou seja, de fato não existe nenhum conflito desta ordem sendo vivenciado por eles. E não é algo que “esteja escondido”, é algo que realmente não existe como concretude nestas relações assim estabelecidas. Na história que ali está sendo construída, pode ser que nunca haja este conflito.

Ressaltamos que os valores de cooperação interna ao grupo dos ecológicos que vimos em Praia Grande, na ACEVAM, vêm acompanhados por uma grande dificuldade financeira. Será que estes valores permanecerão caso a ACEVAM venha a inserir-se efetivamente no mercado? Será que a solidariedade e a lógica da cooperação que parece estar presente agora, nos tempos difíceis, se manterá quando se estiver mais exposto à lógica da concorrência individual, à sensação de um estar prejudicando o outro? Poderão os agricultores manter e concretizar esta “outra” lógica quando estiverem inseridos no mercado, neste mercado com esta “mesma” lógica? Será que a agroecologia representa uma forma diferente de pensar seu mundo próximo, não só voltado até a máxima produtividade?²⁷

Quisemos refletir aqui sobre as relações estabelecidas entre os saberes tradicional e moderno, representados nas figuras do agricultor e técnico, na construção de projetos agroecológicos, entendida a agroecologia como um caminho para a construção de novos valores. Mas a construção de novos valores apresenta algumas “armadilhas”, quais sejam os valores próprios da lógica moderna de produção e os problemas da convivência entre as pessoas e entre os saberes. A agroecologia irá sendo construída de fato quando as mediações objetivas (situações concretas de organização, por exemplo) e subjetivas (valores) forem em direção à ruptura dos valores dominadores da lógica moderna. A legitimação do saber tradicional requer muito mais do que aparato teórico de seu reconhecimento, requer efetiva construção de mudanças de valores, nem sempre fácil de ser concretizada.

Ressaltamos que, por serem experiências recentes em agroecologia, as evidências encontradas e aqui discutidas ainda não sugerem conclusões “definitivas” quanto ao favorecimento ou não da legitimação do saber do agricultor. As duas experiências estão em construção, e se pode dizer que ainda convivem o “velho” e o “novo” entre técnicos e agricultores. Assim, a pergunta formulada no título deste texto está ainda a ser respondida por novas pesquisas. O que fica aqui são considerações que tencionam chamar a atenção para certos direcionamentos que podem não estar apontando para onde se deseja chegar e, neste sentido, esta “chamada de atenção” cumpre o papel de uma reflexão que possibilite re-orientações no percurso.

²⁷ Este foi o objeto de estudo da dissertação de mestrado em Geografia de Josane Moreira de Costa, cujo artigo presente nesta coletânea apresenta algumas considerações.

Referências bibliográficas

- ALIER, J. M. Hacia una historia socio-ecológica: algunos ejemplos andinos. In: SEVILHA GUZMÁN, E. y GONZÁLEZ DE MOLINA, M. (Orgs.). *Ecología, campesinado e historia*. Madrid: Piqueta, 1993, p.219-253.
- ALIER, J. M. *De la economía ecológica al ecologismo popular*. 3. ed. Montevideo: Nordan Comunidad/Icaria, 1995.
- ALTIERI, M. A. El “estado del arte” de la agroecología y su contribución al desarrollo rural en América Latina. In: CADENAS M. A. (Coord.). *Agricultura y desarrollo sostenible*. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, 1995, p.151- 203.
- ARON, R. *As etapas do pensamento sociológico*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1982.
- BOCK, A. M. B. *Aventuras do Barão de Münchhausen na psicologia*. São Paulo: EDUC; Cortez, 1999, p. 35-61.
- CARDOSO, A. M., SCHMIDT, L., SCHMIDT, W., SCHMIDT, W. (Feijão) e SCHMIDT, V. B. *Agroecologia, solidariedade e cidadania: a experiência de Santa Rosa de Lima e municípios vizinhos*. Santa Rosa de Lima, maio, 1999. Material não editado.
- CHAYANOV, A. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G. da. & STOLKE, V. (org.). *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.133-163.
- EHLERS, E. *Agricultura sustentável: origem e perspectivas de um novo paradigma*. São Paulo: Livros da Terra, 1996.
- FONSECA, M. T. L. *A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Loyola, 1985.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2000a.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000b.

FOUCAULT, M. *Genealogía del racismo: de la guerra de las razas al racismo de Estado*. Madrid: La Piqueta, 1992.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GONZÁLEZ DE MOLINA, M. y SEVILLA G. E. Una propuesta de diálogo entre socialismo y ecología: el neopopulismo ecológico. *Ecología Política*, Barcelona, n.3, p.121-135, 1992.

LOHN, R. L. *Campos do atraso, campos modernos: discursos da extensão rural em Santa Catarina (1956-1975)*. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

MOREIRA, J. *La dimensión educativa de la extensión rural en el contexto de la agroecología: las relaciones entre los saberes tradicional y moderno*. Córdoba/Espanha, 1999. Tese (Doutorado em Psicopedagogia) – Faculdade de Ciências da Educação, Universidade de Córdoba.

ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1993. (Coleção Sociologia).

SEVILHA GUZMÁN, E. y GONZÁLEZ DE MOLINA, M. Ecología, campesinado e historia. Para una reinterpretación del desarrollo del capitalismo en la agricultura. In: SEVILLA, G. E. y GONZÁLEZ DE MOLINA, M. (Orgs.). *Ecología, campesinado e historia*. Madrid: Piqueta, 1993a, p.23-129.

SEVILHA GUZMÁN, E. y GONZÁLEZ DE MOLINA, M. Introducción general. In: SEVILLA, G. E. y GONZÁLEZ DE MOLINA, M. *Ecología, campesinado e historia*. Madrid: Piqueta, 1993b, p.9-20.

SILVA, A. A. da. *Concepções de processo educativo no âmbito da extensão rural e suas repercussões na prática dos extensionistas: um estudo através da EMATER-RS*. Santa Maria, 1992. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria.

THOMPSON, J. y SCOONES, I. Desafiando a perspectiva populista: sabedoria popular rural, pesquisa agrícola e prática extensionista. *Atualização em Agroecologia*, Rio de Janeiro, n. 31-32, p. 32-50, out. 1997.

TOLEDO, V. M. La racionalidad ecológica de la producción campesina. In: SEVILLA, G. E. y GONZÁLEZ DE MOLINA, M. (org.). *Ecología, campesinado e historia*. Madrid: Piqueta, 1993, p.197-218.

YURJEVIC, A. Un desarrollo rural humano y agroecológico. In: CADENAS, M. A. (Coord.). *Agricultura y desarrollo sostenible*. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, 1995. p. 239-279.

A pluriatividade como fator de desenvolvimento do espaço rural do Médio Vale do Itajaí*

Sérgio Roberto Maestrelli¹

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

O trabalho evidencia os aspectos históricos da pluriatividade, a sua presença desde o início da colonização. Analisa o momento atual e as tendências futuras deste processo no meio rural do Vale do Itajaí, bem como a sua importância para o desenvolvimento da família rural. Conclui que a agricultura de tempo parcial fortalece a agricultura familiar na medida em que reduz a sua vulnerabilidade econômica, evitando a perda da identidade cultural e projeta-se como um futuro cenário cada vez maior nas áreas rurais. O espaço rural não contempla mais somente a sua

Abstract

The work points out the historical aspects of pluriactivity from the beginning of colonization period. It considers the present and future trends of this process in the rural area of Itajaí River Valley, as well as its importance for the socio-economical and cultural development of the rural family. It concludes that part-time agriculture strengthens family farming in terms of reducing its economical vulnerability and avoiding the loss of cultural identity; it is spreading quickly as a future scenario in the rural areas. Besides, the pluriactivities open new horizons and offer new choices for the professional development of rural youth. The Rural Area does not

* Pluriactivity as a development factor in Rural Area of Itajaí River Valley

¹ Engenheiro Agrônomo, mestre em Agroecossistemas pelo PPGAGR/CCA/UFSC

dimensão agrícola. É o que se constata no Vale do Itajaí. *comprise only its agricultural dimension any more. This is what was observed in Itajaí River Valley.*

Palavras-chave: Pluriatividade, agricultor de tempo parcial, Vale do Itajaí. **Keywords:** Pluriactivity, part-time, Itajaí River Valley.

1. A descrição do cenário

1.1. Introdução

A pluriatividade no meio rural é um tema, cuja abordagem vem despertando cada vez mais o interesse do mundo acadêmico, devido principalmente a sua velocidade de propagação a partir dos anos 80, em determinadas regiões rurais do país onde a diferença entre o rural e o urbano, se torna cada vez menos perceptível.

As áreas rurais estão cada vez mais associadas ao desenvolvimento de atividades de natureza não agrícola. Face às mudanças que se vislumbram, a população rural é compelida a empregar diversas estratégias de sobrevivência, entre elas a de realizar novas tarefas produtivas.

O meio rural, sob o ponto de vista econômico, não pode ser mais identificado apenas como áreas específicas de produção agrícola. Sob o ponto de vista social, a organização do trabalho se parece cada vez mais com o da cidade, e sob o ponto de vista espacial, está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano.

As funções tradicionais da agricultura brasileira, como abastecimento de produtos a baixo custo, geração de divisas para o país, servir de mercado para a indústria emergente, liberar mão-de-obra para os demais setores da economia, financiar o desenvolvimento nacional, gerar energia, cedeu parte deste espaço para o estabelecimento de novas funções que passaram a significar fonte de emprego, de renda e de ocupação para as pessoas residentes no meio rural.

São as atividades como: eco-turismo, turismo rural, preservação ambiental, reflorestamento, hipismo, indústria artesanal de alimentos, atuação de profissionais liberais, restaurantes típicos, artesanato, pesque-pagues, pousadas, sítios, chácaras de finais de semana, residências, produção de flores e plantas ornamentais, hotéis fazendas, pequenos empreendimentos industriais e comerciais, spas e recantos.

O mundo rural rapidamente se transforma num território de atividades econômicas diversificadas, agregando agricultura, indústria, comércio, além de um aumento sensível na área de prestação de serviços. Determinadas áreas rurais como por exemplo, o Médio Vale do Itajaí, está cada vez mais associado a atividades de natureza não agrícola.

Graziano da Silva (1996), afirma que, *“já não se pode falar em meio rural, identificando-o exclusivamente com agricultura”*. Tal afirmação se torna mais evidente em regiões com predominância da agricultura familiar, onde a pluriatividade passou a ser uma meta a ser alcançada, como fator preponderante na elevação da renda rural. O agricultor de tempo parcial, anteriormente visto como um homem rural com “um pé na estrada rumo à cidade”, é um conceito que precisa ser revisto. Este processo não representa uma descaracterização da agricultura familiar e sim fortalecimento pois confere a este modelo econômico, uma maior estabilidade e melhoria nas condições de vida. A pluriatividade poderá permitir inclusive, uma redistribuição populacional nos territórios, cuja tendência atual converge para uma concentração nos médios e grandes centros.

A incapacidade da agricultura familiar em remunerar de modo satisfatório a mão-de-obra e conseqüentemente as necessidades, aspirações e anseios da família rural é que têm levado à diversificação das fontes de rendimento ou seja, a busca por atividades não agrícolas. No período colonizatório do Vale do Itajaí, como pode ser observado detalhadamente neste artigo, a busca por atividades não agrícolas por parte dos agricultores familiares constitui fator preponderante no contexto-sócio-econômico de suas propriedades, e se verificou em parte também devido à falta de profissionais em muitas dessas áreas. A própria revolução verde que provocou a exclusão de milhares de famílias do processo produtivo agrícola, forçou a intensificação pela busca do trabalho não agrícola.

Para a família rural, as atividades de natureza não agrícola, além de abrir espaços para muitos filhos sem condições de se tornarem proprietários rurais, porém com a opção de residência no meio rural, constitui uma forma de se evitar o abandono definitivo do campo. O desenvolvimento destas atividades constituem iniciativas que nem sempre requerem altos investimentos e representam para muitos a obtenção da independência econômica em relação aos demais membros da família. Vem a se constituir também num mecanismo de elevação de renda da propriedade.

Permanecer no campo e ao mesmo tempo poder usufruir do bem estar e conforto do meio urbano, possibilitar a criação de pequenos animais, poder produzir para o auto-consumo e eventuais vendas, fugir do aluguel e de outros encargos tipicamente urbanos, são estratégias que a população rural busca para assegurar um bom padrão de vida. Assim, cada vez mais pessoas residentes no meio rural conciliam o desempenho de atividades agrícolas agregadas a atividades não agrícolas. Longe de representar uma ameaça à propriedade rural, a ida parcial para a cidade ou para outras atividades, não diminui a importância da propriedade rural para a família e sim confere a ela estabilidade, estabilidade esta constantemente abalada pela alta de insumos e queda dos preços dos produtos agrícolas. A terra continua tendo para o agricultor de tempo parcial um forte conteúdo econômico e também cultural.

1.2. Do conceito

Num conceito amplo, a pluriatividade pode ser definida como sendo o desenvolvimento pelos agricultores, de atividades de caráter não agrícola no meio rural, dentro ou fora da propriedade rural, como profissionais autônomos ou como assalariados, temporários ou permanentes combinando ou não com atividades agrícolas.

1.3. Das origens

As atividades não agrícolas de bases artesanais constituem um aspecto do processo produtivo do estilo de vida camponês que remonta à velha Europa da idade média, cujos aspectos se acentuaram muito a partir do sec XIX.

Já nesta época, de acordo com Seyferth (1974), a partilha das propriedades subdividiu de tal forma as terras que os camponeses se viam obrigados a intensificar a busca por novas ocupações. O artesanato, bem como o estabelecimento de pequenos comércios, venda de mão-de-obra, são algumas das estratégias que permitiam à família camponesa, o aumento de ingressos econômicos e que contribuíam para a própria reprodução do camponês.

Neste cenário, com a chegada do rigoroso inverno europeu, quando os trabalhos agrícolas se interrompiam, os camponeses se dedicavam ao trabalho assalariado do corte e transporte de lenha das florestas, ou exerciam a função de assalariados nas minas de carvão.

1. 4. Das causas da pluriatividade

As causas que motivaram a busca de rendas não propriamente agrícolas pelos imigrantes que se estabeleceram no Vale do Itajaí foram praticamente as mesmas de seus antepassados: dívidas, aspectos culturais e a falta de recursos em dinheiro. No caso dos imigrantes, as dívidas eram aquelas contraídas junto à Administração Central da Colônia para o pagamento das terras e com os vendeiros no período inicial que antecedia a primeira colheita. Na fase atual, o desempenho de atividades não agrícolas, proporciona uma complementação de renda cada vez mais necessária em virtude da baixa remuneração dos produtos agrícolas.

Buscar as origens, as causas, rever os aspectos históricos e evidenciar a pluriatividade no processo econômico das propriedades rurais do Médio Vale do Itajaí, além de discutir o comportamento e a atitude do profissional da extensão rural neste contexto, são os objetivos propostos.

2. Dos aspectos históricos da pluriatividade no vale do Itajaí

Em virtude da inexistência de caminhos, os primeiros colonos foram incumbidos da abertura de picadas. Sentindo a necessidade de aumentar a renda familiar, eles aderiram em massa aos trabalhos de abertura de picadas principais acompanhando o curso dos rios e, a partir deles, se promoveu a abertura de picadas secundárias que se estendiam em direção ao fundo do vale.

O processo de colonização adotado pelo Dr. Blumenau que priorizava a formação de inúmeros povoados e vilas, ampliou os contratos de abertura e construção de estradas, cujos colonos aderiram em massa. Ao trabalhar nas estradas, os colonos recebiam do governo, pagamento em dinheiro e/ou em terras devolutas. Com esses recursos, muitos colonos procuravam abater parte de suas dívidas, contraídas junto à Administração da Colônia. Posteriormente surgiram também os trabalhos ligados à construção das estradas de ferro.

Uma outra atividade muito comum nas primeiras décadas de colonização foi a função exercida pelos puxadores de madeira para as serrarias, os chamados “*Zu puschen*”¹, cujo produto era obtido na derrubada da mata para a abertura de estradas.

Nos primórdios da colonização, a unidade de exploração familiar estava impossibilitada de obter apoio comunitário e sem as mínimas condições de empregabilidade de mão-de-obra estranha à família. O número de pessoas que se dedicavam a afazeres não agrícolas era reduzido. Porém o grupamento doméstico também se envolvia em trabalhos artesanais, fabricação de produtos derivados da agropecuária e mesmo alguns inovavam com pequenas fabriquetas ou comércio de pequeno porte.

Um outro aspecto que deve ser mencionado no processo de colonização do vale do Itajaí, é a constatação de que alguns membros das famílias rurais, por circunstâncias diversas, optaram por aderir aos trabalhos complementares fora da propriedade rural. Eram os colonos artífices. Esses aprendizes, geralmente filhos de colonos, ao iniciarem a vida profissional em atividades não agrícolas, trabalhavam um determinado período sem remuneração. Recebiam apenas pensão e uma gratificação.

Por outro lado, a pluriatividade se evidencia também em outras atividades econômicas desenvolvidas no meio rural, muitas delas não possuindo relação direta com a produção agropecuária propriamente dita. Cita-se como exemplo as atividades praticadas pelos colonos em olarias, ferrarias, serrarias, produção de carvão vegetal, extração de óleo sassafrás, extração de areia, cervejarias, trabalhos em engenhos de açúcar, de farinha de mandioca, alambiques, produção de farinha de milho, produção de vinhos, derivados de leite, doce de frutas, fabricação de banha, que era o “ouro branco” dos colonos.

Nesse período de expansão de tais atividades, a montagem de engenhos movidos por força animal ou por rodas d’água revela todo o potencial artesanal. Surgem então a carpintaria e a ferraria que se constituiriam em dois novos trabalhos de caráter não agrícola, para diversos membros das famílias rurais. Aparecem então os colonos-carpinteiros e os colonos-ferreiros. A importância sócio-econômica desempenhada pelos engenhos e atafonas no período colonizatório pode ser claramente percebido pelo grande número dessas unidades instaladas em praticamente todos os recantos do vale do Itajaí.

² Agricultores especializados no transporte de madeira no período inicial da colonização.

A carpintaria inicialmente era considerada um trabalho secundário e feito apenas nas horas disponíveis ou em dias impróprios para o trabalho agrícola. Com o decorrer dos anos, esta atividade artesanal de caráter não agrícola evoluiu bastante, passando a ser uma atividade praticamente exclusiva, porém ainda desenvolvida no âmbito familiar. Com um grande número de riachos, o Vale do Itajaí proporcionou o aproveitamento da energia hidráulica, permitindo a montagem de serrarias, engenhos e atafonas. Deste modo, a carpintaria ganha corpo e se constitui num determinado período da colonização em outra fonte de renda não agrícola para a família rural. Esses profissionais detinham excelente remuneração e enorme prestígio junto às comunidades onde atuavam.

Embora existentes em grande número nas colônias do vale, os engenhos e atafonas não constituíam prerrogativa de todas as propriedades. Assim sendo, aqueles que não os possuíam, eram obrigados a recorrer aos vendeiros e/ou vizinhos que se dedicavam à prestação de tais serviços, constituindo-se numa nova modalidade de trabalho acessório para o meio rural.

Por outro lado, uma outra figura, comum em todo o Vale do Itajaí no século XIX também viria a se constituir numa fonte de renda não agrícola exercida por alguns colonos. Era a figura do “pombeiro”. Esta personagem era quase sempre um colono que, dispondo de carroça, em determinados dias do mês recolhia as mercadorias que seus vizinhos podiam dispor para a venda

Uma outra faceta da imigração no Vale do Itajaí era a presença das “vendas”, cujos comerciantes eram quase sempre os colonos. Muitas dessas casas comerciais surgiam dentro da própria propriedade rural, explorando ao mesmo tempo comércio e atividades agrícolas. Essas vendas, e a Igreja, detinham o monopólio da vida social do meio rural, realidade que ainda hoje persiste fortemente em muitas localidades.

A atividade de músico atuando individualmente ou como membro de bandas típicas, muito comuns no Vale, constituíam um outro trabalho classificado como sendo de natureza acessória. Esta atividade ainda persiste, pois inúmeros agricultores participam de bandas típicas alemãs que animam bailes, casamentos, festas de Rei, e outros eventos durante todo o ano, principalmente nas Festas de Outubro. *“Quando eu era jovem, além de me dedicar à lavoura e ao gado leiteiro, eu era músico. Chegava a ganhar o equivalente a 250 litros de leite por*

final de semana. Eu exercia a atividade de agricultor, músico e era também puxador de leite na comunidade. Com carroça puxei muito leite para os laticínios. Como músico eu animava uma festa sozinho”, afirma Luiz Butzke, agricultor da Comunidade de Cedro margem esquerda, município de Timbó.

Acrescenta-se às atividades já citadas, outras prestadoras de serviços como o colono-motorista, o colono-funcionário público, o puxador de leite das comunidades rurais, a figura do colono que alugava arados, arrendava roças, pastagens, animais de tração e reprodutores.

Já inúmeras agroindústrias de abrangência regional (laticínios, fecularias, frigoríficos, engenhos de arroz), mantinham em seus quadros um grande contingente de empregados-agricultores. Frederico Lorenz, industrial timboense relata que:

“ a Empresa Fritz Lorenz S/A, fundada em 1890 ou simplesmente “Firma Lorenz”, na linguagem dos agricultores, operava no ramo de frigorífico, laticínios, conservas , fábrica de sabão, engenho de arroz, com dezenas de empregados-agricultores. O mesmo ocorria com a Companhia Jensen em Blumenau, a Weege em Pomerode, a Gumz em Jaraguá do Sul, a Schroeder em Indaial. Teve também a indústria de fêcula com início em 1911 através de seu fundador Hans Lorenz. Essas fábricas e agroindústrias serviam de fonte do segundo trabalho para muitos agricultores da região.”

A educação, por parte dos colonos se constituiu numa preocupação anterior à própria preocupação governamental. Lecionar em escolas em alemão e italiano, era prerrogativa dos colonos que detinham a melhor instrução. Selecionado pela própria comunidade, o colono ao lecionar não abandonava as atividades agrícolas em sua propriedade. A baixa remuneração não permitia tal atitude e a prática era vista como mais um trabalho acessório.

O comércio dos vendeiros se transformou numa fonte de acumulação de capital, permitindo o desenvolvimento da indústria têxtil, aspecto este facilitado pela presença da mão-de-obra de agricultores. Com o surgimento da indústria têxtil, muitos agricultores passaram a trabalhar

parte do tempo nas fábricas dos comerciantes e parte do tempo nas lavouras. A nascente indústria têxtil se anunciava como a fonte mais provável e promissora de trabalho não agrícola para as famílias rurais. As pequenas indústrias têxteis recém-montadas, em virtude da carência de transportes da época, instalam suas seções de modo descentralizado por toda a colônia com o objetivo de aproveitar a mão-de-obra que se dedicava à agricultura. Filhos de agricultores começam a atuar em massa nas fábricas e malharias da região. Os colonos se transformam então em colonos-operários. São personagens que mesmo trabalhando em fábricas, não abandonam a atividade agrícola, não abandonam a sua casa, a sua propriedade e mantêm vínculos com a comunidade rural.

Quanto a este aspecto, BRUMER (1995), enfatiza que a terra para o agricultor familiar possui uma dimensão real e uma dimensão simbólica.

“A dimensão real se refere às suas possibilidades como moradia e meio de obtenção de subsistência. A dimensão simbólica diz respeito à determinação de sua identidade, de sua relação com a natureza, com os mitos e valores a ela conectados. A terra significa além da produção, segurança.”

Dentre as pessoas que exerciam atividades agrícolas e não agrícolas, pode-se citar o seu personagem mais famoso: Fritz Müller, homem de ciência, estudioso da fauna e da flora, manteve intensa correspondência com Charles Darwin, de quem recebeu o título de “Príncipe dos Observadores”, ele também era detentor de uma propriedade rural onde trabalhava como colono. Daí a expressão “cientista-colono”. Um outro personagem denominado de colono-pesquisador foi o Dr. Giovanni Rossi, que dirigiu a Estação Agronômica de Rio dos Cedros, fundada em 1895 no governo de Hercílio Luz, primeira instituição criada pelo poder público para atuar na pesquisa agrícola.

A propriedade agrícola de mão-de-obra familiar, a produção diversificada para o auto-abastecimento, o pequeno excedente para o mercado, o artesanato, somando-se a uma busca constante por atividades não agrícolas, moldou o desenvolvimento sócio-econômico e cultural do meio rural do Vale do Itajaí.

3. O momento atual da pluriatividade no meio rural do Vale

As transformações do trabalho e das relações sociais no mundo rural, a ação dos meios de comunicação de massa, estão fazendo com que o urbano e o rural em muitas regiões, não correspondam mais a realidades tão distintas do ponto de vista econômico, social e cultural como existiam no passado.

CARNEIRO (1997), comenta que:

“... uma das contribuições do agricultor familiar na formulação de respostas à crise do modelo produtivista, reside na pluriatividade, uma forma alternativa de se explorar a agricultura e que não implica necessariamente na descaracterização da cultura local”.

No meio rural catarinense, notadamente nas regiões de pequenas e médias propriedades, é cada vez visível o fenômeno da pluriatividade. Está ocorrendo uma significativa expansão de um conjunto de serviços que se configuram como atividades exercidas no meio rural, porém de natureza não agrícola. Tal realidade, evidencia a importância que a pluriatividade adquire no contexto do meio rural catarinense, principalmente no Vale do Itajaí.

Nas décadas de 70 e 80, em muitos municípios do Vale, a facilidade de transporte e deslocamento entre o meio rural e urbano, através de ônibus e kombis mantidos pela própria indústria, aliado ao uso intensivo de bicicletas, uma paisagem muito típica do Vale, permitiu a expansão da figura do operário-agricultor. Em muitas propriedades rurais, ocorreu neste período uma inversão. O trabalho agrícola antes principal, vira acessório. A agricultura se transformou em fonte de renda complementar. As cidades periféricas pertencentes ao Médio Vale como Doutor Pedrinho, Benedito Novo, Rio dos Cedros, Apiúna, Ascurra, Guabiruba, Botuverá, com um parque industrial menos desenvolvido, forneciam mão-de-obra a municípios como Indaial, Timbó, Blumenau, Brusque na figura do operário-agricultor.

A globalização inserida nos anos 90 trouxe consigo a recessão econômica e estabeleceu uma nova realidade. No município de Blumenau, maior pólo industrial do Vale do Itajaí, ocorreu uma sensível queda no

nível de emprego com reflexos em todos os municípios do Vale. Muitos agricultores de meio período tiveram que largar seus postos de trabalho na indústria e apostaram este período vago em atividades não agrícolas no meio rural. A perda do emprego industrial do operário agricultor, o transforma em agricultor empreendedor.

Esta volta não significou necessariamente um retorno à atividade essencialmente agrícola, mas a uma diversificação ainda maior das atividades no meio rural da região. O crescimento das atividades não agrícolas no meio rural se intensificou e se diversificou englobando pequenas unidades de industrialização artesanal de frutas, hortaliças, derivados de carne suína, derivados de leite, que tiveram um grande impulso com os cursos profissionalizantes disponibilizados pela extensão rural. A este espaço rural agregam-se outras funções não agrícolas como, pequenas malharias, micro-usinas de leite, artesanato em vime, olarias, produção de grama, produção de flores, propriedades adaptadas ao lazer, turismo ecológico, turismo rural, pesque-pagues, restaurantes típicos, pousadas, além de um crescimento muito grande na prestação de serviços por profissionais liberais. O turismo, que atinge o seu ápice nas festas de outubro, também abriu grandes perspectivas para os agricultores do Médio Vale.

O meio rural do Vale também apresenta fortes indícios de urbanização e se consolida cada vez mais como um espaço para o lazer e para domicílio de um grande número de pessoas que desempenham atividades urbanas. Em vários pontos, o visitante sente dificuldades em separar o que é urbano, do que é rural, se é que ainda se pode falar na dicotomia rural-urbano. Residências, fábricas, plantações e criação de animais se confundem ao longo das estradas. São milhares de propriedades rurais e milhares de indústrias. É a região do equilíbrio cidade-campo por excelência. Alguns municípios de porte médio como Brusque, Indaial, Timbó e Pomerode, expandiram seus respectivos perímetros urbanos, ficando um percentual significativo da população dita urbana, com características rurais. Muitos migrantes se instalaram em áreas na zona rural e buscaram emprego na cidade. A forte interação com o urbano e a disponibilidade de trabalho em áreas próximas à propriedade rural, possibilita que um grande número de jovens permaneça nas propriedades de seus pais, evitando em parte o envelhecimento da população rural.

Toma-se por exemplo o personagem Bruno Klitke Filho, de manhã agricultor, e que à tarde transforma-se em operário. Num

período “patrão de si mesmo” na comunidade de Cedro Margem Direita, num outro período de trabalho é operário especializado numa indústria têxtil no município de Timbó

É assim o modo de vida de milhares de pessoas do Vale do Itajaí. Da propriedade agrícola, obtém excedentes para a venda e grande parte da alimentação; e do salário da indústria, os recursos para as demais necessidades. A pluriatividade é uma característica do desenvolvimento do meio rural do Vale do Itajaí. É um fenômeno que se apresenta visível desde o início do processo de colonização do Vale e se intensifica cada vez mais. Constitui um fator para o processo de sustentabilidade das famílias rurais. Desde o início da colonização, originou-se na região uma classe de agricultores que possuíam dupla ocupação, ficando assim evidenciada a agricultura desenvolvida em tempo parcial. O meio rural do Vale do Itajaí tem seu dinamismo econômico alicerçado na agricultura familiar, caracterizada por um forte processo de integração sócio-econômico com o meio urbano. A relação “agricultura-indústria” se estabeleceu desde o marco inicial da imigração, ocorrido em 1850.

Esta dupla ocupação do agricultor que ora se revela de modo permanente, ora de caráter temporário, de modo assalariado ou autônomo, dentro ou fora da propriedade rural se expande rapidamente.

É comum observar em todo o Vale do Itajaí pessoas que exercem atividades urbanas, porém nas horas de folga, dedicam-se ao cultivo de produtos agrícolas e à criação de animais, mesmo no perímetro urbano. O inverso também ocorre, ou seja, o agricultor com o tempo parcialmente ocupado por atividades de caráter não agrícola. Frederico Lorenz, industrial timboense é da opinião de que:

“... a atividade agrícola deve conviver lado a lado com a fábrica e que esta deva ser explorada como sendo também um reduto de garantia contra períodos de crise. Sempre dei prioridade para os empregados de minha empresa que em regime de tempo parcial, continuavam a explorar a propriedade. Em certas épocas até facilitava o horário de trabalho deles. Era bom para a empresa, era bom para eles, era bom para o município. Pode-se viver com um pé na colônia e outro na cidade. Os agricultores-operários trazem benefícios para toda a região.”

Em parte se explica essa preferência pelo agricultor, devido a sua resistência física, disciplina, e a cultura do trabalho, que são atributos desta mão-de-obra intensamente disputada. As propriedades rurais se utilizam de mão-de-obra familiar com maior intensidade em determinados períodos do ano e gera uma certa ociosidade nos demais períodos. É a chamada sazonalidade da mão-de-obra da família rural. Esta característica sempre que possível foi aproveitada e é respeitada pelos empresários da região.

Na opinião de Henry Paul, ex- prefeito do município de Timbó:

“ o minifúndio requer um rendimento máximo. Para sobreviver os agricultores usam de várias estratégias. Uma foi a de se ocuparem com atividades não agrícolas. Desta forma eles obtém uma renda que se agrega à propriedade rural. No passado dirigiam-se às indústrias a pé ou a cavalo. Hoje dirigem-se a elas, de moto ou bicicleta”.

O que diferencia esses operários-agricultores do operário propriamente dito, é que essas pessoas mesmo atuando em fábricas, indústrias e no comércio local, ou como profissionais autônomos, conservam uma característica fundamental: Mantêm-se física e espiritualmente integradas às propriedades rurais e as suas respectivas comunidades de origem, mantendo a cultura, usos, costumes e tradições. Não há o desenvolvimento de uma cultura de cunho proletário.

“Extensionistas, e agricultores conseguiram desenvolver muitas propriedades que hoje vivem em harmonia e lado a lado com a indústria”.

Arthur Hoccheim, comerciante

3.1. A pluriatividade no universo pesquisado

Visando complementar os baixos rendimentos da agricultura e aumentar o seu padrão de vida, a própria Família Rural desenvolveu estratégias para aumentar os seus ingressos econômicos. Num grupo de trinta famílias, capacitadas pela Epagri através de cursos profissionalizantes, as principais fontes de renda de natureza não agrícola de seus membros,

ficaram assim distribuídas: Indústria e Comércio (14), Comerciantes de produtos artesanais em feiras livres (5) Prestadores de Serviços (5), Poder Público (1) venda de mão-de-obra (1)

As atividades desenvolvidas na indústria e comércio se concentram no ramo têxtil e metalúrgico. Como prestadores de serviços se destacam as profissões de pedreiro, eletricista, carpinteiro e mecânico. No poder público, figura um tratorista e a venda de mão-de-obra parcial ocorre numa propriedade leiteira.

Citado à parte, as aposentadorias e pensões (12) representam outra fonte de renda significativa para algumas famílias rurais.

“O dinheiro da oma (avó) também ajuda muito, isto quando não precisa de remédio e chapa (raio x). É sempre um dinheiro que vem no dia certo”.

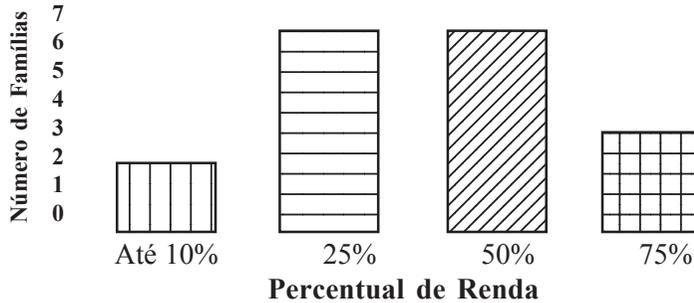
Comentário de um agricultor

O meio rural do Médio Vale do Itajaí tem sido alvo de um êxodo agrícola, porém não de um êxodo rural. A população rural tem se mantido praticamente constante nas últimas três décadas. Tal fato se deve em parte às atividades pluriativas. A tabela 1 mostra o grau de intensidade das atividades não agrícolas nas propriedades familiares pesquisadas, enquanto que a figura 1, o percentual da renda não agrícola na composição da renda total dessas famílias.

Tabela 1. Número de membros da família rural que se dedicam a atividades não agrícolas.

Especificação	Número
Famílias exclusivamente com atividades agrícolas	13
Famílias com 1 membro em atividades não agrícolas	10
Famílias com 2 membros em atividades não agrícolas	5
Famílias com 3 membros em atividades não agrícolas	2

Figura 1. Percentual da renda não agrícola na composição da renda total da família rural.



Dos 26 membros ligados a atividades não agrícolas, apenas 1 dispunha de capacitação profissionalizante na área onde atuava, tendo efetuado um curso de torneador e mecânico no SENAI. Demonstra-se assim a grande deficiência de capacitação dos membros da família rural nas atividades não agrícolas. Quanto ao interesse dos membros da família rural por cursos não agrícolas, as áreas mais mencionadas foram: computação; carpintaria; mecânico; arte culinária; corte e costura; merenda escolar; flores e jardins; meio ambiente; saúde; educação; turismo rural; artesanato em vime; pedreiro; pintor e electricista.

“Eu não vou sair daqui. Gosto do trabalho da agricultura. Mas um curso de costureira ia me ajudar bastante. Posso trabalhar para a Sul Fabril em casa, como a vizinha”.

Comentário de uma mulher agricultora

4. Dentro deste contexto, como operacionalizar a profissionalização ou capacitação deste ator social?

A extensão rural, outrora com ações essencialmente agrícolas no espaço rural precisa ser revista e redirecionada para este novo cenário, devendo atuar nesses novos projetos que estão inseridos no fenômeno da pluriatividade no meio rural.

O programa de profissionalização da família rural, leia-se capacitação profissional, deve contemplar em seus cursos essas novas atividades formadoras de renda e possibilitar que inúmeras famílias

tenham acesso a elas. Esta capacitação em atividades de natureza não agrícola pode ser realizada mediante o estabelecimento de parcerias da extensão rural com órgãos e entidades afins

Outra argumentação consistente em favor da participação da extensão rural na capacitação de agricultores em atividades não agrícolas, reside na constatação de que a própria visão do Governo e da Sociedade Brasileira para com o setor rural, outrora negativa e até mesmo pejorativa, começa a emitir sinais de mudanças. Amplia-se na sociedade brasileira a implementação da idéia de desenvolvimento rural em oposição à idéia de desenvolvimento agrícola

A visão puramente agrícola do meio rural pode ter tido suas razões no passado, porém é preciso entender que o meio rural hoje vai além da produção do “feijão com arroz”. É preciso que se produza sociedade, cidadania e não apenas alimentos. Entende-se que o crescimento agrícola é necessário, mas por si só não constitui condição suficiente para o desenvolvimento rural. É preciso que se reconheçam as limitações de uma proposta de desenvolvimento unicamente produtivista na sociedade atual.

Hoje o espaço rural se transforma rapidamente num local de atividades diversificadas, gerando um outro tipo de riqueza que está baseada nas atividades não agrícolas e na prestação de serviços. O mundo rural passa a conter o espaço vital de um grande contingente populacional e assim deve ser focado, e não mais apenas como espaço de produção agropecuária.

Os técnicos da pesquisa, extensão rural vinculadas ao Governo, bem como demais órgãos e entidades com atuação no mundo rural devem ter a sensibilidade para captar tais mudanças. É na falta de uma visão global dos problemas da família rural, que reside o fracasso de muitos projetos e ações voltados para o homem do campo.

Baseando-se nas referências bibliográficas e principalmente apoiado nas pesquisas de campo efetuadas pode-se concluir que:

1. Os jovens rurais estão à espera de capacitação que os transformem em agricultores com novas idéias e projetos que permitam escolher o campo como um espaço de realizações. Os projetos pluriativos podem se transformar em projetos de vida para esses jovens, que optaram pelo espaço rural;

2. O surgimento de famílias rurais pluriativas se intensificam cada vez mais no meio rural. A pluriatividade garante a busca de maior renda, sem haver necessidade de abandono da área rural;
3. A incapacidade (histórica) da agricultura familiar em remunerar de modo satisfatório a mão-de-obra e conseqüentemente as necessidades e aspirações da Família Rural se constitui num dos fatores para a diversificação das fontes de rendimento e da busca por atividades não agrícolas;
4. Um outro fator responsável pela busca por fontes de rendimentos não agrícolas é de ordem subjetiva e reside no aspecto cultural do agricultor do Vale do Itajaí, que busca constantemente a melhoria de sua qualidade de vida;
5. A pluriatividade no meio rural se constitui num um fator de opção consciente de permanência de pessoas no espaço rural. Este componente não pode ser excluído na formulação um projeto de desenvolvimento rural sustentável;
6. Vislumbra-se no horizonte muitas outras maneiras de se exercer a profissão de agricultor, ultrapassando o modelo atual normatizado de mero produtor de alimentos e matérias-primas. O agricultor não está renunciando ao seu papel, mas mudando de perfil;
7. A importância das rendas provenientes do desenvolvimento de atividades não agrícolas por parte dos agricultores cresce em ritmo acelerado. É cada vez maior o seu percentual na composição da renda agrícola total. Este processo longe de representar uma ameaça à manutenção do modelo de agricultura familiar, confere a ela, estabilidade e melhoria no nível de ingressos econômicos;
8. O papel econômico atribuído à agricultura tende a declinar um pouco mais, porém o trabalho rural não agrícola tende a se valorizar. Na região, o êxodo rural vem sendo gradativamente substituído por um pequeno êxodo agrícola, pois a população rural do Vale permanece praticamente a mesma;
9. As atividades não agrícolas associadas às atividades agrícolas tradicionais representam grandes perspectivas ocupacionais, principalmente para a juventude rural, afastando um cenário relativamente próximo de agricultores idosos e sem sucessores. A combinação de atividades agrícolas e não agrícolas também contribui para a permanência da juventude no campo, permitindo que se amplie o leque da realização profissional entre os jovens no meio rural;

10. O Vale do Itajaí se constitui num misto de rural e urbano de difícil delimitação. É formado por um ambiente mesclado de produção e moradia; de lazer e proteção ambiental; de equilíbrio populacional e de preservação da identidade cultural;

11. A integração das atividades agrícolas e não agrícolas abre grandes perspectivas para a agricultura familiar e a intensificação deste processo contribui para o processo de cidadania no campo e a redução das desigualdades sociais;

12. As atividades não agrícolas no meio rural têm também revitalizado algumas atividades agrícolas tradicionais principalmente aquelas relacionadas com a indústria artesanal de alimentos;

13. A exploração da propriedade agrícola de base familiar, a produção diversificada para o próprio consumo, o pequeno excedente para o mercado, o artesanato, a indústria caseira de alimentos, somando-se a uma constante busca por atividades não agrícolas, moldou o desenvolvimento do meio rural do Vale do Itajaí;

Diante do exposto em que se concebe o espaço rural como sendo um local que se transforma rapidamente em áreas de atividades econômicas diversificadas e que o meio rural hoje, vai muito além da produção de alimentos e matérias-primas, recomenda-se aos técnicos que atuam junto à família rural que:

1. Seja promovido cursos que contemplem atividades não agrícolas, muitas das quais já inseridas no espaço rural da região, ampliando-se deste modo o seu alcance sócio-econômico;

2. A operacionalização da capacitação da família rural em atividades não agrícolas desenvolvidas nas propriedades ou nas comunidades rurais, pode ser alcançada mediante o estabelecimento de parcerias entre a extensão rural e órgãos como fundações, universidades e outras instituições afins;

3. Um programa de capacitação em atividades não agrícolas abre novos horizontes e pode assegurar as opções de realização profissional das jovens e dos jovens no meio rural. Tais atividades podem promover também o interesse da mulher por uma opção de buscar o seu futuro no próprio espaço rural. Uma vez que capacitada para o desempenho de tais atividades, ela estaria liberada da necessidade de visualizar o futuro apenas na condição de mulher exclusivamente agricultora.

5. Considerações Finais

A agricultura de tempo parcial fortalece a agricultura familiar na medida em que reduz a sua vulnerabilidade econômica, evita a perda da identidade cultural e projeta-se como um futuro cenário nas áreas rurais. O espaço rural não contempla mais somente a sua dimensão agrícola. É o que se constata no Vale do Itajaí.

Referências bibliográficas

BRUMER, A. Terra e produção: estratégias desenvolvidas por pequenos produtores modernizados face aos limites da escassez de terra. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, Porto Alegre, v-25, p 58- 1995.

CARNEIRO, J. M.. Ruralidade: novas identidades em construção. In: X CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35.,1997, Natal. Anais do X Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Natal, 1997.

DESER . *Diagnóstico do desenvolvimento rural de Blumenau: subsídios e propostas para a elaboração do plano de desenvolvimento rural sustentável*. Curitiba, PR, 1997. 47p.

MAESTRELLI, S. R.; BECKER, C. M.; HOLDERBAUM, V. *A extensão rural na história de Timbó*. Florianópolis: ACARESC, 1988. 184p. il.

MAESTRELLI, S. R.. *Fatos e imagens do meio rural de Timbó*. Timbó, SC: Tipotil, 1992. 184p.

MARSDEN, T. *Beyond agriculture? Requeating the new rural space*. London: 1995.

SEYFERTH, G. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre, RS: Editora Movimento/SAB, 1974. 159p.

SEYFERTH, G. Camponeses ou operários ? O significado da categoria colono numa situação de mudança. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v.29. p. 33, 1983/84.

SILVA, J.G. da. *O novo rural brasileiro*. Campinas, SP: Unicamp, 1996.28 p.

Revista de Ciências Humanas, Florianópolis: EDUFSC, n.31, p.183-201, abril de 2002

A modernização da Agricultura familiar e as transformações no espaço agrário em Turvo(SC)*

João Marcos Minatto

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

O trabalho analisa as transformações ocorridas no espaço agrário de Turvo, a partir da intensificação das relações capitalistas de produção, bem como os resultados na agricultura familiar. A área de estudo localiza-se no Sul de Santa Catarina e tem sua base econômica fundamentada nas atividades agropecuárias, exploradas em pequenas unidades fundiárias com mão-de-obra familiar. Com a difusão da modernização tecnológica na agricultura, ocorreram significativas transformações no uso da terra, nas técnicas de produção e nas relações de trabalho. A base produtiva foi alte-

Abstract

This work analyzes transformation at Turvo's agrarian field, from intensification of production's capitalist relations, as well as results at family's agriculture. The studied area is at South Santa Catarina and its economic base is farming activity, accomplished in little lots with family's work. Together with diffusion of agriculture's technological modernization, there were important transformations at earth use, production techniques and work relations. The productive base was changed and farming activities were

* Modernization of family's agriculture and transformations at agrarian field in Turvo (SC) – Brazil.

¹ Geógrafo. Mestre em Geografia/UFSC.

rada e se desenvolveram atividades agrícolas especializadas para o suprimento do mercado. No processo, Turvo se tornou espaço para a realização ampliada do capital. As explorações familiares absorveram pacotes tecnológicos e isso redefiniu as relações internas e externas das unidades de produção. O processo foi comandado por dois agentes: cooperativa e agroindústrias que atuam no local, mas os mecanismos financeiros foram propiciados pelo Estado. No final dos anos 90, estavam consolidadas várias especializações: arroz irrigado, milho, fumo, suínos e aves, exploradas com insumos industriais.

Palavras-chave: Agricultura familiar, modernização tecnológica, espaço agrário.

specially developed for market supplying. In this process, Turvo became field for extended capital's realization. Family's lots assumed technological plans and this redefined internal and external relations of production units. Two agents guided process: cooperative association and agriculture-industries operating in situ, but financial mechanisms were facilitated by State. Ending 90's decade, several specialization processes were consolidated: irrigated rice, tobacco, fowls and pigs exploited with industrial production factors.

Keywords: Family's agriculture, technological modernization, and agrarian field.

Introdução

As transformações recentes que se processaram no espaço agrário brasileiro estão relacionadas com a modernização tecnológica difundida na agricultura, a partir da década de 1960. No processo, as atividades agrícolas se especializaram, e passaram a fazer uso de equipamentos, insumos químicos, sementes geneticamente modificadas, sistemas de irrigação e drenagem, raças de alta linhagem, rações e produtos veterinários, dentre outros. Esses fatores provocaram uma mudança radical na estrutura de produção agropecuária.

Nos termos de Martine e Beskov (1987), com a difusão da modernização, as atividades agropecuárias passaram a exercer uma função importante, não apenas como produtoras de matérias-primas e alimentos,

mas também como mercado para o parque industrial, no que se refere às máquinas e, posteriormente, de outros insumos agrícolas.

A participação do Estado foi fundamental na viabilização do processo de modernização das atividades agropecuárias. A abertura de linhas de financiamento subsidiado por intermédio do Sistema Nacional de Crédito Rural (1965), favoreceu determinadas regiões, produtos e classes de proprietários rurais, e também interesses industriais, aí incluídas as agroindústrias e as cooperativas.

A modernização tecnológica da agricultura brasileira, também alcançou o município de Turvo localizado no Sul de Santa Catarina. As características naturais da área, conjugadas aos aspectos da estrutura agrária – pequenas unidades fundiárias e mão-de-obra familiar – possibilitaram o desenvolvimento das atividades especializadas para suprimento do mercado, destacando-se os cultivos de arroz irrigado, fumo e milho. Na criação se sobressaíram aves e suínos. A lavoura do arroz recebeu atenção especial do Estado, a partir de 1981, através do Programa Nacional para Aproveitamento de Várzeas Irrigáveis – PROVARZEAS, que passou a financiar a produção.

Ao se especializar, o produtor familiar de Turvo rompeu a auto-suficiência e intensificou suas relações com o capital urbano-industrial, tornando-se cada vez mais dependente e atrelado aos mecanismos estruturais do mercado. Esse fato se configurou nas diferentes regiões do país, e as mudanças ocorridas na produção familiar podem ser observadas em vários aspectos lembrados com propriedade por Graziano da Silva (1982), *na obtenção dos meios de vida, na compra de insumos para produção, nos instrumentos de trabalho e na venda crescente das mercadorias*.

Objetivando analisar as transformações estruturais ocorridas no espaço agrário a partir da modernização da agricultura e os resultados na organização sócioespacial da produção familiar, elegeu-se o município de Turvo, como espaço de análise, porque ele apresenta significativas mudanças na base técnica da produção agropecuária.

O relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e à Agricultura/FAO e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA (1996) delimita a agricultura familiar com base em três

características:

1. A gerência da propriedade é realizada pela família;
2. A maior parcela do trabalho é fornecida pelos membros do grupo familiar e,
3. A propriedade dos meios de produção (às vezes, com exceção da terra) pertence à família.

Estes aspectos são encontrados na agricultura familiar do município de Turvo. Assim, portanto, eles servem como referência para a agricultura familiar, objeto deste estudo.

Para alcançar o objetivo proposto, efetuou-se, num primeiro momento, levantamento e análise bibliográfica sobre as temáticas modernização: agricultura familiar e sobre a área de pesquisa. O segundo constituiu-se na coleta de dados e informações junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, sobre: estrutura fundiária, uso da terra, tecnologia de produção e relações de trabalho. Nesta etapa, também levantou-se informações sobre o espaço agrário, na Cooperativa Regional Agropecuária Sul Catarinense Ltda (sediada em Turvo), na EPAGRI/local, na Secretaria Municipal da Agricultura e no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural-PMDR. Por último, foram realizadas 24 entrevistas (1º semestre de 2000) com os agricultores em duas comunidades rurais do município, que foram eleitas pela diversidade de especializações: rizicultura, fomicultura, avicultura e pecuária. As entrevistas foram conduzidas tendo por base um roteiro de perguntas semi-estruturadas. Para a escolha dos produtores a serem entrevistados, fez-se uma amostragem aleatória, adotando como referencial teórico os critérios da FAO/IN CRA(1996).

A modernização tecnológica na agricultura brasileira

No processo desenvolvimentista da economia brasileira, a partir da década de 1960, foram instaladas no Brasil as fábricas de máquinas e insumos agrícolas, como por exemplo, as indústrias de tratores e equipamentos agrícolas, fertilizantes químicos, rações, medicamentos veterinários, dentre outros. Até aquele momento, a demanda de maquinarias agrícolas era suprida pelas importações. Após a implantação da indústria pesada no país (1950), tais como, a petroquímica e a siderurgia, instalaram-se as indústrias produtoras de bens para a agricultura.

Como relembra Delgado (1985), a modernização da agropecuária brasileira intensificou-se a partir de meados da década de 60, e mais especificamente na década de 70, quando elevaram-se os índices de tratorização e o consumo de nitrogênio, fósforo e potássio (NPK). Através de mecanismos criados pelo Estado, destacando-se o Sistema Nacional de Crédito Rural, que passou a conceder empréstimos a juros altamente subsidiados, incentivando a aquisição de máquinas, equipamentos e insumos – da indústria para a agricultura –, acelerando-se desta forma, a difusão de pacotes tecnológicos modernos na agricultura nacional.

Para implementar a política de modernização da agricultura brasileira, o Estado criou o Programa Estratégico de Desenvolvimento - PED, o qual tinha por objetivo transformar a agricultura tradicional via modernização tecnológica e romper as barreiras de abastecimento, solucionando os principais problemas ligados à estrutura e funcionamento da comercialização de alimentos. No que se refere ao setor agropecuário, o aumento da produção, bem como a ampliação dos índices de produtividade estavam condicionados à transformação da agricultura tradicional a ser obtida através da mudança nos processos produtivos e no maior uso dos chamados insumos modernos, isto é, fertilizantes, corretivos, defensivos, sementes melhoradas, máquinas e outros implementos industriais.

Como relembra Aguiar (1986) o PED apresentava um conjunto de ações para o meio rural: 1. desenvolvimento da pesquisa agrícola; 2. programa nacional de sementes; 3. política de fertilizantes e corretivos; 4. política nacional de mecanização; 5. política nacional de irrigação; 6. programa de eletrificação rural, e; 7. desenvolvimento da extensão rural. Essas ações integradas, visavam promover o desenvolvimento das indústrias produtoras de máquinas, equipamentos e demais insumos industriais via modernização das atividades agropecuárias, sem alterar a estrutura fundiária do país.

Com a intensificação, na década de 70, consolidou-se um “novo padrão” de desenvolvimento na agricultura, marcado por mudanças nas relações indústria-agricultura e pela integração da agricultura a outros setores da economia, cujo processo resultou na constituição do Complexo Agro-Industrial - CAI. Nos termos de Müller (1989), o CAI pode ser definido como um conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários.

Atividades como a geração destes produtos, seu beneficiamento, transformação e a produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas, bem como financiamento, a pesquisa e a assistência técnica.

As mudanças nas relações indústria-agricultura imprimiram uma nova dinâmica no processo de produção agropecuário, e isso se refletiu também na organização do espaço. Em áreas onde predominava a agricultura familiar, as atividades de subsistência cederam espaço para a produção de mercado. Na expressão de Müller (1989, p.86), “*a policultura foi encurralada*”, seu lugar foi ocupado pela produção mercantil especializada.

Oliveira (1991), com base nos dados do IBGE/1985, ressaltou a importância da agricultura familiar na década de 80: as propriedades com área inferior a 100 ha eram responsáveis por 50,7% do valor da produção agropecuária do país. Mesmo assim, o segmento encontrava-se a margem da política de financiamentos, apenas 3% dos recursos agrícolas chegaram aos estabelecimentos de menos de 10 ha, 28% aos de 10 a 100 ha. O restante (69%) foi abarcado pelos produtores com mais de 1.000 ha.

Na década de 90, teve continuidade o “*modo industrial*” de produzir na agricultura brasileira. Segundo Oliveira (1995, p.95) “*a industrialização da agricultura... vem sendo feita no interior do processo de internacionalização da economia brasileira, ou seja, a lógica contraditória do desenvolvimento capitalista na agricultura se faz e se faz, no seio de um capitalismo mundializado*”.

Os agricultores familiares enfrentam dificuldades para se reestruturarem e acompanhar a nova dinâmica de produção. Em função disso, muitos são excluídos do processo produtivo e do mercado, o que também vem ocorrendo em Turvo.

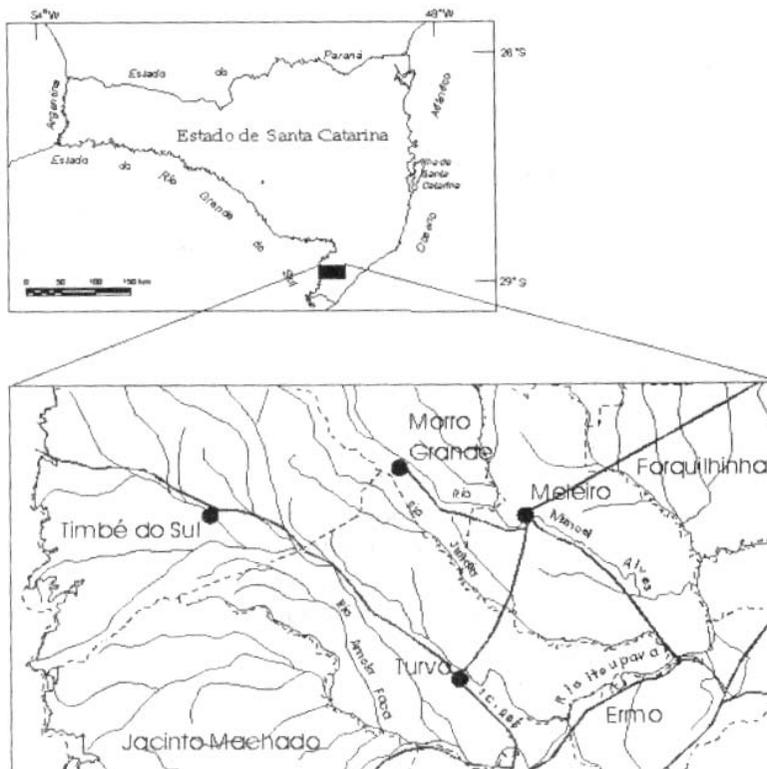
Comentando as conseqüências socioeconômicas do padrão dominante de desenvolvimento agrícola, Almeida (1999), considerou que esse modelo ocasionou a destruição das práticas tradicionais, tais como a policultura, a rotação de cultura/pecuária, o recuo da produção de subsistência, o abandono da prática de recuperação do solo através da fertilização orgânica, bem como a crescente subordinação da pequena produção familiar às agroindústrias e o conseqüente endividamento. O autor salienta que a conjugação desses fatores fornece argumentos para

uma reflexão dos efeitos do processo de modernização sobre as unidades de produção familiar.

Turvo: da colonização às mudanças na economia local

O município de Turvo possui uma área de 360 Km², localiza-se no Sul de Santa Catarina, e integra a microrregião do Extremo Sul Catarinense (figura 1). Segundo Colodel (1987, p.13), o povoamento iniciou por intermédio de uma empresa particular organizada por Marcos Rovaris: “...em 1913, o Sr. Ângelo Rovaris, considerado um dos fundadores de Turvo, antes mesmo de trazer a família, fez a primeira desmatada...”.

Figura 1



A terra adquirida pelo Sr. Marcos Rovaris era devoluta, e foi vendida, inicialmente, para as famílias de colonos italianos, Rovaris, Bez Batti e Manenti. Posteriormente, instalaram-se no município, outras famílias, descendentes da primeira geração. O pagamento da terra foi efetuado em dinheiro e/ou por serviços prestados ao Estado, mediante abertura e conservação de estradas e construção de pontes.

As características naturais favoreceram a ocupação de Turvo. O relevo do município é constituído predominantemente por áreas planas (80%) e pequenas elevações. Neste patamar, os solos férteis favoreceram as explorações das atividades agropecuárias. Além disso, diversos rios passam pelo município, desempenhando papel fundamental na irrigação das lavouras. Essas características conjugadas – relevo, solo e hidrografia – possibilitaram o desenvolvimento dos cultivos temporários e permanentes, inclusive, permitindo, em algumas lavouras, a prática de dois cultivos anuais, como por exemplo, milho e feijão.

No processo, os colonos imigrantes italianos dedicaram-se ao cultivo diversificado e à criação de pequenos animais. A produção diversificada tinha o propósito de suprir as necessidades básicas de alimentação do grupo doméstico.

Colodel (1987), ao pesquisar o povoamento de Turvo, bem como a influência dos colonos italianos nas atividades agropecuárias, observou, que os primeiros povoadores tinham uma mentalidade essencialmente agrícola, determinada pelo meio de onde emigraram. Na bagagem, levaram algumas ferramentas agrícolas: um machado para derrubar as matas, uma picareta para abrir valos de drenagem ou arrancar as raízes das árvores, uma enxada para revolver o solo e uma foice para segar o grão maduro.

Nas entrevistas realizadas com alguns colonizadores, constatou-se que, dentre os principais produtos encontravam-se o milho, feijão, mandioca, arroz, abóbora, batata-doce, cana-de-açúcar, trigo, café, videira, cebola, tomate, cenoura e repolho. Quanto à pecuária, destacavam-se as criações bovina, eqüina, ovina e suína, além de várias espécies de aves, tais como, galinhas, gansos, perus e marrecos. Os bois e os cavalos eram utilizados para cultivar o solo, transportar os produtos agrícolas e ainda como força motriz em engenhos de cana-de-açúcar, nos quais produzia-se o açúcar, o melado, a rapadura e a aguardente. Além disso, os dejetos de animais também eram aproveitados para recuperar a fertilidade do solo.

Ainda, em relação à pecuária, destaca-se a criação de gado leiteiro, o leite era consumido ‘in natura’ ou na forma de queijos e manteiga. O queijo associado à polenta constituía-se na alimentação preferida dos colonizadores. Os suínos, eram criados à base de milho, batata-doce, mandioca e abóbora, além de outros produtos cultivados na propriedade. Esses, proporcionavam carne, toucinho, torresmo e banha. As aves eram criadas nos arredores das casas, nas proximidades dos silos ou mesmo nas capoeiras. Serviam quase que exclusivamente para alimentar a família. Forneciam carne e ovos.

É importante notar que, durante as primeiras décadas do povoamento, a quantidade de carne suína, toucinho, banha, farinha de mandioca e de milho, açúcar mascavo e aguardente, além de outros produtos, excedia na quantidade necessária a ser consumida pela família, fazendo com que essa parcela fosse destinada ao comércio. O excedente da produção era comercializado principalmente nos municípios de Araranguá e Criciúma.

O mercado consumidor, local e regional, era incipiente e não absorvia o excedente agrícola produzido em Turvo, fato comum em Santa Catarina e no país. A inexistência de um grande mercado consumidor nacional aliada à precariedade das estradas e ao rudimentar sistema de comercialização, constitui-se num entrave para a expansão da produção agropecuária no início do processo de colonização.

Com o aumento da produção agropecuária nas colônias, os imigrantes construíam as agroindústrias artesanais: atafonas, engenhos de cana-de-açúcar e mandioca, alambiques e descascadores de arroz, fabriquetas de banha e torrefação de café, para processar a produção. Estas atividades, embora tenham sido muito importantes nos primeiros tempos, entram em decadência, a partir da década de 60, diminuindo significativamente. Não existem registros sobre o número de atafonas e engenhos que funcionavam em Turvo nos primeiros tempos da colonização. Contudo, a pesquisa indica que eles eram numericamente significativos.

Com o rápido processo de urbanização, a partir da década de 70, ampliou-se o mercado consumidor nacional, possibilitando o aumento da produção de gêneros alimentícios e matérias-primas para o suprimento dos grandes centros urbanos. Esse processo se refletiu em Santa Catarina e no município de Turvo em particular, oportunizando aos agricultores aumentarem a produção. Com isso, modificou-se a economia local, cuja marca inicial foi a expansão do cultivo do arroz para abastecer o mercado.

A BR-101, ligando o Norte ao Sul do país, concluída na década de 70, favoreceu o rápido escoamento da produção agropecuária para os grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo.

As mudanças na economia local estão expressas na distribuição da população e isto pode ser comprovado na tabela 1. A maioria da população de Turvo ainda reside no meio rural. Entretanto, no período de 1960-1995/96, verifica-se uma redução gradativa no percentual da população rural, e ampliação da população urbana, fato comum não só em Santa Catarina, mas no Brasil como um todo.

Tabela 1: Distribuição da população em Turvo/SC

Ano	1960	1970	1980	1995/96
Urbana	17,04	20,57	25,44	39,50
Rural	82,96	79,43	74,56	60,50

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de SC- 1960, 1970 e 1980. Contagem da população - 1995/96

Dois fatos justificam a urbanização do município. De um lado, associa-se ao êxodo rural provocado pelo modelo agrícola: intensivo em capital e poupador em mão-de-obra. De outro, no município, a urbanização está relacionada, sobretudo, a partir da instalação de agências bancárias, ampliação do comércio, agroindústrias e cooperativa (processamento e comercialização do arroz), bem como outras atividades relacionadas à prestação de serviços públicos. Além disso, outros fatores também contribuíram: instalação de um hospital, postos de saúde pública, rede escolar: municipal e estadual, com ensino fundamental e médio.

As transformações recentes no espaço agrário

Distribuição e uso da terra

A distribuição inicial de terras teve como característica lotes de 25 a 30 hectares, entretanto, isto não se manteve. Em 1995/96, conforme dados do IBGE – Censo Agropecuário, o município possuía 62,70% dos estabele-

cimentos rurais com menos de 20 hectares. Dentre os fatores que contribuem para explicar o predomínio de pequenos estabelecimentos, destacam-se o processo de ocupação do espaço e a partilha – resultado da sucessão hereditária entre os membros do grupo familiar. Nas entrevistas, constatou-se o interesse do grupo familiar em permanecer na unidade agrícola, isso indica a continuidade do processo da divisão das propriedades.

Prado Jr. (1978), ao analisar a estrutura fundiária brasileira, especificamente no que se refere aos pequenos estabelecimentos agropecuários, considerou que a pequena propriedade se multiplica, mas à custa de seu fracionamento. Ao contrário da grande, ela não oferece nenhuma resistência à partilha sucessória. Por isso, sua área vai se reduzindo até atingir um limite extremamente baixo, o que é comum em tantos lugares.

Na tabela 2 constata-se que no intervalo de 1970 para 95/96, ocorreram notáveis mudanças no uso da terra em Turvo. Neste sentido, é destaque a área de lavouras temporárias, cujo percentual aumentou significativamente (47,4% para 68,84%).

Tabela 2: Uso da terra em Turvo (%): 1970-1995/96

Utilização	Ano		
	1970	1980	1995/96
Lavouras temporárias	47,4	54,95	68,84
Lavouras permanentes	2,04	1,93	1,89
Pastagens naturais	17,4	21,73	13,12
Pastagens artificiais	6,29	0,98	0,74
Matas naturais	14,23	9,11	7,59
Matas plantadas	0,88	3,6	5,88
Terras em descanso e produtivas não utilizadas	11,76	7,7	1,94

Fonte: IBGE – Censos agropecuários – 1970, 1980 e 1995/96

Revista de Ciências Humanas, Florianópolis: EDUFSC, n.31, p.203-223, abril de 2002

A área de matas naturais sofreu redução significativa, indicando a ocorrência de desmatamento. Na lavoura permanente, o principal cultivo é a banana, que se desenvolve em terrenos acidentados, impróprios para a exploração com cultivos anuais.

As terras em descanso e produtivas não utilizadas apresentam uma progressiva redução de área. Isto evidencia o elevado grau de aproveitamento da terra no município e, decorre da mudança na base tecnológica da agricultura. Assim, terras ácidas ou aquelas que devido ao manuseio exaustivo perderam a fertilidade, estão sendo recuperadas à base de calcário e adubação química. Além disso, os terrenos alagadiços, tornam-se adequados à agricultura, através de utilização de novas técnicas de irrigação e drenagem. Como relembra Delgado (1985, p.65), o progresso tecnológico tornou a agricultura menos dependente do “*laboratório natural da terra*”, e da aptidão do trabalhador rural.

A tabela mostra, também, que a área de pastagens naturais sofreu variações ascendentes e descendentes. A década de 80, foi o período do “boom” do gado em função da alta inflacionária. Isto justifica a expansão das pastagens e conseqüentemente do efetivo bovino. Revela ainda a evolução decrescente das pastagens artificiais.

Em relação ao uso da terra no Brasil, Graziano da Silva (1981) observou que a porcentagem de área utilizada em relação à área total é maior nos menores imóveis, mas diminui à medida que aumenta a área. O elevado índice de aproveitamento da terra nos pequenos estabelecimentos decorre da necessidade de reprodução do grupo familiar, pois, para a maioria dos casos, a terra é a única fonte de renda. Em contrapartida, os grandes estabelecimentos subutilizam a terra, não explorando suas potencialidades, muitos proprietários são capitalistas, possuem outras fontes de renda e têm a exploração agropecuária como um “*modo de vida e não um meio*”, como é o caso das explorações familiares.

A tabela 3 mostra a evolução dos principais produtos cultivados. Verifica-se que o arroz, principal cultivo comercial do município, no intervalo de 1970-95/96, teve uma ampliação significativa na área, apresentando também o maior volume de produção. Estes aspectos evidenciam um crescente grau de mercantilização da agricultura, e no caso específico da rizicultura, pode-se dizer que sua expansão e o elevado volume de produção não podem ser dissociados dos benefícios creditícios recebidos das políticas públicas.

Cabe salientar que todos os rizicultores entrevistados declararam terem sido beneficiados pelo crédito agrícola (PROVARZEAS). Neste sentido, percebe-se uma vinculação entre crédito e a mudança na base técnica de produção. Eles adquiriram maquinarias agrícolas, além de utilizar sementes selecionadas, fertilizantes, corretivos, defensivos químicos, sistemas de irrigação e drenagem. Estas inovações tecnológicas, em conjunto, produziram efeitos na ocupação da mão-de-obra no campo.

Tabela 3: Principais produtos cultivados: área (ha) e produção (t.) em Turvo: 1970 - 1995/96

Produtos	1970		1980		1995/96	
	Área	Prod.	Área	Prod.	Área	Prod.
Arroz	4.882	7.685	5.905	13.555	10.500	57.750
Milho	2.626	3.987	3.880	10.062	3.000	13.464
Fumo	1.120	1.394	3.028	4.858	1.149	2.162
Feijão	340	141	294	171	540	482
Banana	235	-	227	-	440	-
Cana	68	922	34	697	180	5.400
Mandioca	1.505	12.454	318	3.131	150	2.250
Outros produtos	138	-	65	-	58	-

(-) Dados inexistentes

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários: Santa Catarina - 1970, 1980 e 1995/96

No intervalo de 1980-1996, a expansão da área cultivada com o arroz se explica pela redução da área explorada com cultivos de autoconsumo e pela diminuição da lavoura fumageira. Com isso, pode-se dizer que o arroz possui um papel fundamental na transformação da paisagem rural de Turvo.

Em relação à lavoura do fumo, esta alcançou o auge nos anos 80. A partir daí a área cultivada diminuiu bruscamente, isto é atribuído ao pouco retorno econômico. Também contribui, o fato do fumo ser um

cultivo sensível, apresenta baixa resistência e sofre os efeitos do clima: chuva em excesso, estiagem prolongada, precipitação de granizo, ocasionando, muitas vezes, a perda parcial ou total da produção.

Outra questão a destacar é o uso do sistema de rotação de cultivos, comum em unidades voltadas à exploração fumageira. Após retirar o fumo, planta-se o feijão ou o milho. Como diz Beskow (1980, p.117), *“... há uma preocupação da agroindústria em especializar o pequeno produtor na produção de uma determinada matéria-prima, mas sem desestimular o seu cultivo de subsistência – na medida em que parte da reprodução da força de trabalho familiar é feita através do cultivo de subsistência, o preço pago ao produtor pela indústria pode ser mais baixo”*

Quanto ao milho, no período de 1970-80, a área de cultivo foi ampliada em 32,32%, reduzindo para 22,69% em 1995/96. Mesmo assim, apesar da importância na alimentação humana e animal, considerando-se a área ocupada, o mesmo não é representativo. O feijão é cultivado para o autoconsumo e uma pequena parcela é destinada ao mercado.

A mandioca, no período em análise, mostra uma gradativa redução da área de cultivo. Até a década de 70, ela era transformada em farinha, nos engenhos artesanais. A redução dos engenhos explica a diminuição da área cultivada com mandioca. Além do consumo humano ela é usada também como alimento para os animais. A banana se desenvolve nas encostas, onde a declividade é acentuada e tendencialmente a área de cultivo deverá se manter. A produção tem como finalidade principal suprir o mercado, e vem sendo comercializada nos grandes centros consumidores, como Florianópolis e Porto Alegre. A cana-de-açúcar não apresenta expressividade de área cultivada, sendo usada na alimentação dos animais, e na fabricação de açúcar mascavo.

No final dos anos 90, além destas atividades, os agricultores familiares lançaram mão de outras estratégias para permanecer no meio rural. Merece destaque o cultivo de arroz orgânico (atualmente em expansão) através da rizipiscicultura – sistema de cultivo do arroz associado à criação de peixes. Esta atividade diminuiu o emprego de defensivos químicos; os peixes alimentam-se das larvas de insetos, que são as causas dos danos na lavoura do arroz. Além disso, tal prática, também dispensa o uso constante de aragens, pois os peixes também revolvem a camada superficial do solo. Esse sistema reduziu os custos de produção. A

rizipiscicultura vem se configurando como uma alternativa para o pequeno agricultor: além dos ganhos obtidos com a safra anual do arroz, ele comercializa o peixe durante o ano.

É importante mencionar que o mecanismo responsável pela expansão e consolidação do arroz orgânico – proveniente da rizipiscicultura –, foi a cooperativa local (984 associados no ano 2000), a qual representa uma âncora para os pequenos agricultores. A cooperativa além de garantir o beneficiamento e a comercialização da produção, elimina os intermediários especulativos, fazendo com que os eventuais ganhos obtidos com o processamento e comercialização, seja repassado aos agricultores.

Mas, de modo geral, a principal estratégia utilizada pelos agricultores para adaptarem-se às demandas de mercado é a diversificação e a combinação de atividades produtivas na unidade agrícola de produção (lavouras e criação de animais). A diversificação de cultivos e criação representa uma estratégia de viabilização para a reprodução social dos agricultores familiares de Turvo. Constatou-se a existência de um cultivo moderno associado à prática da agricultura tradicional, como por exemplo, a especialização da rizicultura associada à “pecuária rústica”, ou mesmo com duas atividades especializadas, como pode ser o caso da criação de frangos e/ou suínos associados ao cultivo do milho e de arroz. No primeiro exemplo a pecuária fornece carne, leite, queijo e manteiga para a alimentação do grupo familiar e excedentes para o mercado. Os recursos financeiros obtidos com a venda da produção são destinados ao pagamento de supermercado, luz elétrica, farmácia, ou mesmo à manutenção de maquinarias agrícolas e combustível, ou ainda podendo ter outro destino, conforme as necessidades da família. Em contrapartida, o outro arranjo de atividades especializadas – suínos, frangos e lavouras –, além do retorno econômico resulta em aproveitamento dos dejetos na recuperação e fertilização do solo, podendo ser eventualmente comercializado.

Desse modo, portanto, observou-se que tanto a diversificação de atividades na unidade produtiva, quanto à produção orgânica, assumem grande importância na renda do produtor familiar. Comentando a realidade da agricultura contemporânea, Bergamasco e Bueno (1998) esclarecem: a agricultura familiar usa estratégias, não apenas para se manter enquanto unidade produtiva, mas para asse-

gurar a reprodução e a integração aos circuitos mercantis, demonstrando capacidade em criar mecanismos que se adaptem ao mercado, objetivando a reprodução da unidade.

Tecnologia de produção

No município de Turvo, além da extensão rural, a Cooperativa Agropecuária Sul Catarinense e as agroindústrias se constituíram como agentes difusores do projeto governamental de modernização tecnológica na agricultura familiar. Os produtores rurais familiares, por estarem integrados às agroindústrias ou associados à cooperativa, usufruíram de financiamentos bancários e incorporaram pacotes tecnológicos.

A tabela 4, mostra o número de tratores segundo a potência. O trator representa um indicador importante no estudo do processo da modernização da agricultura, uma vez que viabiliza a utilização de vários implementos: arados, grades, semeadeiras, e pulverizadores. Conforme dados do IBGE, Turvo possuía, em 1995/96, 812 tratores, além de 1272 máquinas agrícolas de tração mecânica.

No ano de 1970 havia 281 tratores em Turvo. No período subsequente a ampliação foi significativa, sendo o maior aumento registrado no intervalo de 80 a 96, no qual se constata o percentual de 185,81%. A explicação para isto foram as facilidades em obter financiamentos bancários com incentivos governamentais, destacando-se o PROVARZEAS.

**Tabela 4: Turvo - número de tratores de quatro rodas:
1970 - 1995/96**

Ano	Total	Menos de 10CV	10 - 50 CV	50 CV e mais
1970	281	27	164	90
1980	437	15	65	357
1995/96	812	13	128	671

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários: Santa Catarina – 1970, 1980 e 1995/96

Outro aspecto que merece destaque é o elevado número de tratores de alta potência (50 CV e mais). Assim, no período 70-96, enquanto os tratores de pequeno porte (< 50 CV) diminuíram 73,82%, os de grande porte (50 CV e mais) aumentaram em 745,55%.

O elevado número de tratores no município, principalmente os de alta potência, tornou-se motivo de preocupação para os profissionais ligados à agropecuária, constatação evidenciada no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural/PMDR. Um dos problemas relacionados com a mecanização da agricultura é o *“super dimensionamento de máquinas e equipamentos tem elevado o custo de produção (custo fixo). A solução para os minifúndios é a aquisição de máquinas em grupo (associações) ou terceirização dos serviços de máquinas”*.

No que se refere à utilização dos tratores, a grande maioria (66,66%), dos entrevistados informaram que há ociosidade em relação às máquinas disponíveis na unidade agrícola. De acordo com os entrevistados, com a maquinaria que possuem, poderiam explorar uma área agrícola maior.

Sobre essa questão, Gonçalves (1987), manifesta-se dizendo que, os bancos condicionam o agricultor a usar uma determinada máquina, fertilizante, corretivo ou defensivo. Desse modo, as grandes indústrias garantem o mercado para seus produtos, através dos bancos que, por sua vez, ao viabilizarem as indústrias, se viabilizam na medida em que as indústrias dependem dos bancos para terem seu capital de giro, financiamento da produção e crédito ao produtor rural para comprar seus produtos.

As relações sociais de trabalho

Em relação à mão-de-obra ocupada nas atividades agropecuárias, constatou-se (tabela 5) a predominância do trabalho familiar, independentemente do tamanho da propriedade, do tipo de atividade praticada e do grau de tecnificação da produção.

Tabela 5 – Turvo: distribuição da mão-de-obra ocupada no setor agropecuário(%): 1970-1995/96

Período	Familiar	Empregados permanentes	Empregados temporários	Parceiros
1970	86,25	2,64	11,05	0,06
1980	87,32	1,63	10,78	0,27
1995/96	87,88	4,12	7,84	0,16

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários: Santa Catarina – 1970, 1980 e 1995/96

É importante relacionar a ocupação da mão-de-obra em Turvo, com a cultura do arroz, tendo em vista que as mudanças no sistema de produção deste cereal alteraram profundamente as relações de trabalho na agricultura. Antes da mecanização da cultura do arroz, o solo era cultivado com o auxílio de tração animal. A colheita era efetuada manualmente, ocupando muita mão-de-obra, o que justifica o elevado percentual de empregados temporários. A partir da década de 70, com a intensificação da modernização tecnológica na agricultura, e no cultivo do arroz, em particular, foi reduzido o número de trabalhadores temporários. Entretanto, cabe ressaltar que, apesar da mecanização, o arroz ainda absorve mão-de-obra contratada, sobretudo para o plantio.

O mesmo se pode dizer sobre o fumo, que emprega trabalhadores assalariados durante a colheita, reduzindo a penosidade de trabalho do grupo familiar. Este fato também explica a presença dos empregados temporários, tendo em vista que os agricultores preferem pagar tão somente os dias de trabalho efetivo, ao invés de mantê-los durante o ano inteiro em sua propriedade.

A partir da década de 80, a substituição de uma parcela da área do fumo pela rizicultura também se refletiu nas relações de trabalho, considerando-se que a fumicultura absorvia mais mão-de-obra. Isto justifica a tendência da redução no percentual dos empregados temporários.

De modo geral, a mecanização e o uso de defensivos (sobretudo os herbicidas) reduziram drasticamente a demanda por mão-de-obra nos cultivos de mercado, em todas as fases do ciclo produtivo. Mas, apesar da difusão da modernização tecnológica na agricultura, no município de Turvo, o trabalho familiar ainda é predominante e ele desempenha papel fundamental na exploração das pequenas unidades de produção.

Considerações finais

As transformações ocorridas no espaço agrário e os reflexos na organização sócio-espacial da produção familiar em Turvo, só podem ser compreendidas se associadas ao processo de mudanças ocorridas na economia nacional e internacional.

O projeto estatal para transformar a estrutura de produção agrícola tradicional no Brasil, a partir dos anos 60, envolvia uma série de interesses políticos e econômicos: a meta era tecnificar a produção agrícola – que passaria a demandar insumos industriais –, privilegiando a expansão do parque industrial no país, além de aumentar a produtividade dos alimentícios e matérias-primas, sem alterar a estrutura fundiária.

As explorações familiares articularam-se ao capital industrial, e isto provocou mudanças na estrutura da produção agrícola em Turvo, onde se desenvolveram atividades agrícolas especializadas: fumo, milho, arroz, aves e suínos para abastecer o mercado. Para isso, foram impostas especificações técnicas de produção e o agricultor viu-se obrigado a tecnificar a produção, incrementando a utilização de insumos industriais. No processo, a necessidade de recorrer a financiamentos tornou-se obrigatória para que o produtor pudesse continuar produzindo.

Ainda, sobre o sistema modernizante adotado, pode-se dizer que o uso de maquinarias com elevada potência, sobretudo os tratores, é inadequado a uma estrutura fundiária constituída por pequenas propriedades, como é o caso de Turvo. O uso ou a ociosidade de maquinarias não compatíveis com as especificidades agrárias de Turvo, além de aumentar significativamente o custo de aquisição e manutenção, alterou a escala de produção. Os agricultores foram “forçados” a produzir mais para se manter na atividade. Esses fatores conjugados, criaram dificuldades para a reprodução social do segmento familiar.

Apesar das dificuldades – no município de Turvo –, o segmento familiar emprega um considerável contingente de famílias que produzem alimentos e matérias-primas, evidenciando a função social da terra. Além das 1.300 famílias que trabalham no meio rural, a produção agropecuária gera inúmeros empregos urbanos, no que se refere à industrialização, comercialização e transporte.

Não obstante os problemas mencionados, considerou-se que apesar das transformações estruturais ocorridas nas atividades agropecuárias

pela política de modernização, as pequenas unidades agrícolas adaptaram-se à lógica de produção contemporânea, mantendo a característica familiar de produção: a propriedade fundiária continua pertencendo à família, a qual utiliza os membros do grupo para a exploração agrícola, visando atender suas necessidades básicas.

Finalmente, é oportuno salientar que a viabilização das explorações agrícolas familiares poderá se concretizar com: diversificação de cultivos, aumento da produção de subsistência, emprego da mão-de-obra familiar, revitalização da agroindústria caseira e uso de práticas orgânicas de fertilização do solo. Tais estratégias poderão desempenhar função vital no fortalecimento e continuidade das pequenas unidades de produção familiar.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, J. *A Construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no Sul do Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. 214 p.

AGUIAR, R. C. *Abrindo o pacote tecnológico: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil*. Brasília: Polis, CNPq, 1986. 155p.

BERGAMASCO, S. M. P.; BUENO, O. C. Agricultura familiar e poder local: um exercício de cidadania. In: *Para pensar outra agricultura*. FERREIRA, A. D. D. e BRANDENBURG, A. (orgs). Curitiba, Paraná: UFPR, 1998. p.103-129.

BESKOW, P. R. *Agricultura e capitalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Encontros com a Civilização Brasileira, 1980. 216p.

COLODEL, J. *Turvo, terra e gente*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, SC, 1987. 119p.

DELGADO, G. C. da. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. São Paulo: UNICAMP, 1985. 239 p.

FAO/INCRA. *Perfil da agricultura familiar brasileira*, 1996. 24p.

GRAZIANO DA SILVA, J. *Progresso técnico e relação de trabalho na agricultura*. São Paulo: Hucitec, 1981. 210p.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 192p.

GONÇALVES, C. W. P. *Paixão da terra: ensaios críticos de ecologia e geografia*. Rio de Janeiro: ROCO, 1987. 160p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo agropecuário de Santa Catarina, 1970, 1980 e 1995/96*. Rio de Janeiro.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. 1960,1970,1980. *Censos demográficos – SC*. Rio de Janeiro.

MARTINE, G.; BESKOW, P. R. O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola. In: *Os impactos sociais da modernização agrícola*. MARTINE, G. e GARCIA, R. C. (org) São Paulo: Caetes, 1987. p.19-39.

MÜLLER, G. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: Hucitec/EDUC, 1989. 149p.

OLIVEIRA, A. U. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1991. 164p.

OLIVEIRA, A. U. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 1. 1995, [s.l.]. *Anais do XII Encontro Nacional de Geografia Agrária*, 1995. p.17-58.

PRADO JR. C. *A questão agrária*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1978. 188p.

“Agricultura familiar: desequilíbrio ambiental e riscos sociais no município de São Ludgero(SC)”*

*Maurício Alves*¹

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

O modelo de modernização tecnológica difundido na agricultura vem produzindo muitos agravantes sócio-ambientais no espaço rural brasileiro. O estudo proposto foi direcionado para a investigação das transformações que se processaram no espaço agrário de São Ludgero, analisando a relação: produção agropecuária x saúde dos produtores rurais x conservação dos recursos naturais. Neste município a estrutura agrária caracteriza-se por pequenas unidades fundiárias, onde são desenvolvidas atividades especializadas para suprimento do mercado. Constatou-se, que a produção familiar também incorporou os pacotes tecnológicos

Abstract

Technologic modernization model divulged in agriculture is producing several social-environmental problems at Brazilian rural field. The study was directed to investigation of transformations that occurred in São Ludgero agrarian field, in order to analyze relation: farm production - rural producers' health - natural resources conservation. In this area, the agrarian structure is represented by little lots. The families develop specialized activities to supply market. The São Ludgero agrarian units also

* Familiar agriculture: environmental disorders and social risk in São Ludgero (SC)

¹ Geógrafo, Mestre em Geografia / UFSC

e à semelhança do que ocorreu em outras áreas, os agricultores não receberam do Estado a orientação e o acompanhamento técnico adequado. O des-caso neste processo vem deixando em seu lastro desequilíbrios ambientais, tais como: desaparecimento de espécies vegetais e animais, proliferação de pragas, degradação dos solos e poluição dos rios. Além disso, foram evidenciados problemas relativos à saúde da população. A permanecer o desinteresse político em buscar alternativas ao modelo agrícola vigente, a tendência será a continuidade e o agravamento dos problemas sócio-ambientais do espaço rural brasileiro.

Palavras-chave: Agricultura familiar, meio ambiente e degradação ambiental.

adopted national technologic plans. However, as happened in other areas, farmers did not receive specific technical orientation. This indifference is causing several environmental disorders: vegetal and animal species disappearing, plagues proliferating, soil degradation and rivers pollution, and damaging people's health. If political indifference to look for alternatives to actual agrarian model persists, tendency will be to continue and to aggravate social-environmental problems at Brazilian rural field.

Keywords: Family's agriculture, technological modernization, and agrarian field.

1. Introdução

As inovações tecnológicas introduzidas nas últimas décadas nas atividades agropecuárias brasileira provocaram uma profunda transformação no modo de vida da população rural, repercutindo diretamente no setor de produção agrícola familiar.

Esse processo ganha impulso na década de 60 – quando o Estado mudou a política de importação de insumos, máquinas e equipamentos destinados ao setor agropecuário, priorizando o desenvolvimento dessas indústrias no território nacional – e intensificaram-se em 1970, com a adoção em larga escala dos preceitos de produção agropecuária estabelecidos pela *Revolução Verde*.

A Revolução Verde fundamentou-se em um conjunto de tecnologias que deveriam ser aplicadas simultaneamente nas lavou-

ras, objetivando a melhoria da produtividade agrícola. Isso implicava necessariamente em alterar o sistema de cultivo tradicional e na adoção de práticas tecnológicas, que incluíam: emprego de variedades vegetais geneticamente melhoradas; utilização de fertilizantes químicos de alta solubilidade; uso de agrotóxicos com maior poder biocida; estruturação de um sistema para irrigação das lavouras e a motomecanização das atividades produtivas. Tal conjunto de tecnologias ficou conhecido como *pacote tecnológico*.

Esse padrão de produção, quando associado ao aumento de produtividade das lavouras, apresentou resultados significativos. Entretanto, na mesma proporção em que eleva os índices de produtividade agrícola, tal sistema tem provocado a degradação do meio ambiente. Este fato levou a comunidade internacional (principalmente os órgãos públicos e privados que atuam na preservação ambiental) a levantar questionamentos relacionados tanto aos impactos sócio-ambientais quanto à viabilidade energética daquele modelo. Os efeitos negativos advindos pelo uso do pacote tecnológico são muitos, como pode detectar-se no seguinte relato:

A tendência à homogeneização das práticas produtivas e do meio natural, induzida pela Revolução Verde através da utilização intensiva da motomecanização, fertilizantes inorgânicos, agrotóxicos, equipamentos pesados de irrigação e da expansão das monoculturas, traduziu-se em brutais índices de erosão e degradação dos solos agrícolas, no comprometimento da qualidade e da quantidade de recursos hídricos para a agricultura, na devastação sistemática de florestas e campos nativos, no empobrecimento da diversidade genética dos cultivares, plantas e animais, e na contaminação dos alimentos consumidos pela população.²

Apesar da constatação de que o uso indiscriminado de agrotóxicos nas lavouras tornou-se um dos principais fatores de agressão ao meio ambiente, tais defensivos continuam sendo produzidos e comercializados

² *Meio ambiente e o desenvolvimento da agricultura*. Grupo de trabalho agricultura e meio ambiente do fórum de ONGs brasileiras, preparatório para a conferência/92 da sociedade civil. In. Revista Reforma Agrária. Vol. 23, jan/abr. 1993, p. 82.

em larga escala. A explicação mais plausível para o sucesso obtido pelas indústrias produtoras de insumos químicos, é o fato de muitas delas terem transferido suas fábricas para os países do Terceiro Mundo – incluindo-se aí o Brasil –, onde as leis ambientais são menos rígidas, a fiscalização é ineficiente e, não raro, são concedidos incentivos governamentais para a produção.³

Via de regra, os agricultores desses países (cujos governos estimularam a adoção desse padrão agrário, na esperança de resolverem os problemas que os impediam de aumentar o nível na produção de alimentos) tiveram que assimilar as novas tecnologias, sem contudo receberem uma orientação técnica adequada sobre as mesmas. Este foi um dos motivos para que os produtores rurais passassem a utilizar insumos químicos de forma indiscriminada, aplicando nas lavouras dosagens acima do recomendado, o que provocou profundas alterações nos ecossistemas. Sobre este assunto, Luiz Fernando F. Amstalden faz um comentário pertinente:

*“... o despreparo do agricultor não é desinteressante para as indústrias de agrotóxicos, uma vez que ele em muitas ocasiões aumenta as vendas. Se um lavrador não respeita doses estabelecidas e aplica mais inseticida do que o necessário, por exemplo, então a empresa em questão terá vendido mais. A falta de um controle eficiente por parte do Estado favorece esse tipo de acontecimento.”*⁴

³ Medidas adotadas pelo Governo Federal isentaram as indústrias produtoras de agrotóxicos até 1985 de taxas de importação para produtos formulados e matéria-prima, fator que contribuiu para a manutenção dos preços dos produtos químicos em níveis compatíveis ao incremento de seu consumo. A política de redução de importações do governo brasileiro instituiu, a partir de 1975, o Plano Nacional de Defensivos Agrícolas – PNDA, visando acelerar o desenvolvimento da indústria no território nacional e assim diminuir a dependência externa, uma vez que as importações de produtos agrotóxicos chegaram naquele ano a 170 milhões de dólares. Deste modo, concedeu-se isenção de Imposto de Circulação de Mercadoria e Imposto sobre Produtos Industrializados, para a aquisição de produtos, máquinas e equipamentos destinados à instalação de novas fábricas e ampliação das já existentes. (RÜEGG, E. F. *et al.* Impacto dos agrotóxicos. *Sobre o ambiente, a saúde e a sociedade*. São Paulo/SP: Ícone Editora Ltda, 1991, p. 27)

⁴ AMSTALDEN, L. F. F. *Os custos sócio-ambientais da modernização agrícola brasileira*. Campinas: IFCH/Unicamp, Ano I, no 1, 1991, p. 18.

Mas o pacote tecnológico aos poucos foi perdendo a eficácia, impondo um aumento gradativo no uso de insumos químicos, de forma a manter-se os mesmos níveis produtivos por área explorada. Assim, o que a princípio era visto como uma solução para aumentar a produtividade dos cultivos, com o passar do tempo tornou-se um grave problema. O modelo de modernização tecnológica empobreceu os solos, exigindo a utilização de grandes quantidades de fertilizantes químicos. Do mesmo modo, as pragas passaram a desenvolver resistência aos agrotóxicos, obrigando os agricultores a aplicá-los com mais frequência e em dosagens cada vez maiores sobre as lavouras, fato que não só acentuou a agressão ao meio ambiente mas também elevou os custos de produção.

No Brasil, os agricultores foram pressionados a aderirem ao padrão agrícola moderno, seja por meio da intensa propaganda desencadeada pelas indústrias agroquímicas, ou mediante as políticas governamentais, que passaram a vincular o crédito agrícola à adoção do referido pacote tecnológico. Dentre os vários efeitos negativos advindos desse processo, destaca-se a crescente dilapidação dos recursos naturais e a poluição do meio ambiente com substâncias químicas, o que tem levado a desestruturação dos ecossistemas rurais no país.

Além disso, constata-se que as agroindústrias gradativamente vêm consolidando-se como o principal elo entre o produtor rural e o mercado consumidor e têm interferido diretamente nas várias etapas do processo produtivo, seja determinando o tipo de cultivo a ser explorado ou as tecnologias que devem ser utilizadas na produção agropecuária. Dessa forma as agroindústrias retiraram dos produtores rurais a autonomia que possuíam em relação ao processo produtivo e, mais do que isso, estão levando à perda do conhecimento das técnicas tradicionais de trabalho.

Percebe-se, pois, que existe uma brutal dependência da agricultura familiar em relação as agroindústrias, sendo raros os gêneros alimentícios que chegam ao mercado em sua forma original, ou seja, que não sofrem qualquer tipo de processamento para a agregação de valor. Esta dependência se manifesta ainda nos mais diversos níveis do processo produtivo, que vai desde a aquisição de equipamentos básicos de trabalhos (enxada, foices, machados), passando pelas máquinas agrícolas (tratores, colheitadeiras, picadores de trato, motobombas) e culminando com a aquisição dos insumos químicos (fertilizantes, agrotóxicos, rações, vacinas).

2. Agricultura familiar: desequilíbrio ambiental e riscos sociais no município de São Ludgero

2.1. Área de pesquisa

A ciência geográfica nos ensina que cada área tem uma formação sócio-econômica singular e é no espaço local que os fenômenos estão evidenciados. Para analisar a realidade sócio-ambiental do espaço rural, escolheu-se o município de São Ludgero localizado no Sul de Santa Catarina (figura 01). Na área em questão, a estrutura agrária caracteriza-se pela presença de pequenas unidades fundiárias⁵, exploradas com mão-de-obra familiar. Organizadas de formas diversas, nelas são desenvolvidas atividades especializadas para suprimento do mercado. Os principais cultivos são: fumo, olericultura e fruticultura. Na criação é destaque: avicultura, suinocultura e gado leiteiro.

O povoamento de São Ludgero teve início em 1873, com a chegada de 40 famílias de alemães westfalianos que foram transferidas da Colônia de Therezópolis (atual município de Águas Mornas) para o Vale do Rio Braço do Norte, onde havia terras férteis disponíveis e sendo o relevo mais propício para o manejo do solo.

O espaço em que inicialmente os colonos se fixaram, compreendia os territórios ocupados pelos atuais municípios São Ludgero e Braço do Norte e, até 1955, pertencia ao município de Tubarão. A emancipação política do município de São Ludgero ocorreu no dia 12 de junho de 1962. Possui uma extensão territorial de 120,2 km², a qual é resultado do desmembramento das terras pertencentes a Orleans e Braço do Norte.

Segundo informações da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. - EPAGRI, em 1998 a população de São Ludgero totalizava 7.501 habitantes. Destes, 68,27% residia no espaço urbano e apenas 31,73% no espaço rural. A população rural está distribuída em 489 unidades produtivas, constituindo 15 comunidades agrícolas, que ocupam uma extensão territorial de 8.952,4 ha.

⁵ Das 489 propriedades que compõem a estrutura agrária, 463 possuem área inferior a 50 ha, sendo que 76 destas têm área inferior a 2 ha. A área média das propriedades rurais do município é de apenas 18,3 ha.

Figura 1



A organização interna das propriedades rurais de São Ludgero teve forte influência das tradições germânicas, destacando-se o fato de que ali foram reproduzidos os mesmos costumes que os westfalianos mantinham na Alemanha, tais como a construção de pocilgas, currais e aviários praticamente unidos à casa sede. Assim, embora estruturalmente organizadas para facilitar o cotidiano das famílias, a forma como estão distribuídas as benfeitorias nas propriedades rurais não é a mais adequada se associada a salubridade, uma vez que colocam em risco a saúde dos moradores.

Nas primeiras décadas, a exploração agropecuária teve como principal finalidade apenas suprir as necessidades alimentares do núcleo familiar, porque as precárias condições de tráfego e a longa distância que separava os colonos dos centros consumidores dificultava a comercialização da produção. Nessas condições, as relações comerciais eram esporádicas e, quando possíveis, realizadas principalmente com base no escambo.

A diversificação das atividades na colônia e a ajuda mútua que existia entre os agricultores foram fatores essenciais para que, durante muitos anos, pudessem superar os obstáculos enfrentados no dia a dia, produzindo o suficiente para suprir suas necessidades básicas. À medida que o número de habitantes da colônia foi aumentando, simultaneamente ocorreu a ampliação no consumo de produtos manufaturados, estimulando a ampliação e a diversificação das atividades.

Assim, de forma semelhante ao ocorrido em outras regiões agrícolas do país nas últimas décadas, o produtor familiar de São Ludgero passou a desenvolver atividades agrícolas especializadas para suprimento do mercado. No processo, ele também incorporou pacotes tecnológicos, reorganizou a produção e isto vem contribuindo para o surgimento de doenças na população, bem como provocado conseqüências negativas ao meio ambiente, cuja repercussão não se restringe apenas ao espaço local, mas também incidem na escala regional e global.

Em função disso, assumiu-se o desafio de aprofundar a discussão em torno dos reflexos negativos provocados pelas atividades agrícolas no meio ambiente rural, de modo a encontrar-se respostas para questionamentos, tais como: quais são os fatores responsáveis pela degradação ambiental no espaço rural? As casas de venda dos produtos agropecuários configuram-se como agentes co-responsáveis pela degradação ambiental? Qual o papel exercido pelos Órgãos públicos na fiscalização e no controle da atividade agrícola?

Para orientar a busca das respostas aos questionamentos levantados, a pesquisa foi direcionada para encontrar indicadores que permitissem a análise da relação: produção agropecuária x saúde dos produtores rurais x conservação dos recursos naturais.

Marco teórico-metodológico

A agricultura familiar não é um segmento homogêneo. No período contemporâneo ela apresenta uma diversidade de características e isto tem suscitado um amplo debate entre os estudiosos da questão agrária, sendo vários os critérios utilizados para defini-la enquanto unidade de produção. Não obstante a falta de consenso no plano teórico e metodológico, torna-se importante explicitar o que se considera como *produção familiar*, objeto de investigação no presente estudo. Neste sentido, tomou-se emprestado as palavras de Hugues Lamarche, que concebe por exploração familiar toda *unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família*.⁶ Cabe esclarecer, no entanto, que o termo “propriedade” foi empregado de forma genérica e não implicou, necessariamente, que o produtor tivesse que ter a posse legal das terras, mas que o uso desta lhe foi facultado para o trabalho familiar, seja por arrendamento, parceria, ou qualquer outra forma de acesso.

O desenvolvimento deste trabalho se deu em três etapas. Na primeira, foi efetuado um levantamento bibliográfico acerca de estudos que tratam do desenvolvimento da agricultura brasileira, com destaque para a agricultura familiar, selecionando-se o material de apoio teórico à análise pretendida.

A segunda consistiu no levantamento de informações para caracterizar a área de pesquisa. Nesta etapa o acesso ao diagnóstico rural de São Ludgero, elaborado pela Secretaria Municipal da Agricultura e EPAGRI (outubro/97 a agosto/98) foi fator preponderante para que pudéssemos ter uma noção bastante abrangente da forma como está estruturado o setor agrário do município pesquisado.

A última etapa constituiu-se no contato direto com os produtores rurais. A abordagem junto aos agricultores foi efetuada através da observação do seu cotidiano, bem como através de entrevistas. Nesta fase procuramos obter uma idéia geral sobre a percepção que os agricultores possuem sobre os problemas relativos a atividade que desempenham, com ênfase para as questões relativas ao uso indiscriminado de agrotóxicos e os problemas decorrentes da degradação ambiental local.

⁶ LAMARCHE, H. *A agricultura familiar*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, p. 15.

Como “problemas”, foram consideradas as questões que estão influenciando negativamente à saúde dos habitantes do município bem como as que estão prejudicando o meio ambiente. É importante também salientar que não foram realizados testes laboratoriais que pudessem quantificar a intensidade de poluição ambiental (tipo análise química da água, do solo e dos gêneros agrícolas produzidos). Todavia, isso não comprometeu os resultados qualitativos.

Diante da impossibilidade de abranger-se todos os sujeitos de interesse para a pesquisa, uma vez que o tempo disponível para a coleta de dados não permitiu a cobertura de todo o universo em estudo, as entrevistas foram realizadas utilizando-se a técnica de amostragem aleatória. Cabe esclarecer, no entanto, que escolheu-se uma das comunidades do meio rural do Município de São Ludgero para, num primeiro momento, servir como campo intensivo de pesquisa. Elegeu-se a comunidade de Morro do Cruzeiro, e a escolha deveu-se basicamente a três motivos: o primeiro é que ela é representativa da diversidade de características dos produtores familiares, visto abranger as mais variadas especializações agrícolas, tais como: suinocultura, avicultura, olericultura, criação de gado leiteiro, plantação de fumo, etc. O segundo foi o fato de já se conhecer grande parte dos agricultores locais, o que facilitaria o contato para as entrevistas; por último, foi também levado em consideração o nosso conhecimento empírico dessa comunidade, uma vez que, por mais de duas décadas, vimos acompanhando o desenvolvimento das transformações sócio-econômicas e espaciais ali ocorridas.

Elaborou-se um rol das famílias que residem no Morro do Cruzeiro, a partir do qual foram sendo sorteadas as que deveriam ser entrevistadas. Dessa forma, das 30 famílias que compõem aquela comunidade, 13 foram visitadas. Interrompeu-se as entrevistas a partir do momento em que se sentiu que as respostas passaram a ser repetitivas no seu conteúdo. As entrevistas foram gravadas. Há de se ressaltar, porém, que muitas informações foram obtidas após desligar-se o gravador, momento em que o entrevistado pareciam estar mais a vontade para conversar, sobretudo quando o assunto envolvia autoridades do município ou os vizinhos.

Adotando-se os mesmos procedimentos utilizados nas entrevistas realizadas no Morro do Cruzeiro, também foram efetuadas mais 18 entrevistas com famílias residentes em outras localidades rurais do município, de modo a verificar-se se a situação encontrada naquela comunidade era re-

representativa do setor agrário como um todo. Do mesmo modo, encerrou-se as entrevistas a partir do momento em que se sentiu que as respostas dadas pelos agricultores não acrescentavam mais nenhum dado novo.

O tempo médio gasto com cada entrevista foi duas horas e estas foram, na maior parte, realizadas à noite. Em alguns casos, tivemos que retornar à propriedade dos entrevistados para complementar informações ou sanar dúvidas sobre determinadas questões que não haviam sido devidamente entendidas no primeiro contato e que só surgiram no momento da transcrição da conversa gravada.

Também circulou-se pelo interior do município, fez-se observações e nessas ocasiões teve-se a oportunidade de conversar informalmente com dezenas de trabalhadores rurais sobre assuntos pertinentes à pesquisa. As informações obtidas nestas conversas foram significativas, ampliando os horizontes para a análise pretendida. Da mesma forma, foram realizadas algumas conversas com os habitantes do núcleo urbano, com o objetivo de verificar-se qual era a visão que esses tinham sobre a degradação ambiental do município.

2.2. Os efeitos do desmatamento no espaço de produção

A derrubada da cobertura florestal que existia no vale do Rio Braço do Norte, onde se localiza o município de São Ludgero, iniciou com a colonização. Sabe-se que, desde o momento em que se instalaram na área, os colonos passaram a utilizar os recursos naturais encontrados na mata para suprir suas necessidades. Além dos diversos frutos comestíveis e abundante caça que abrigava (e que eram consumidos regularmente pelos colonizadores), a mata também passou a ser utilizada na construção das casas e demais benfeitorias (galpões, paióis, estábulos, cercas). Da mesma forma, era da mata que provinha a madeira utilizada como fonte combustível nos fogões e fornos à lenha, tanto domésticos como nos engenhos de açúcar e de farinha de mandioca. Simultaneamente, clareiras foram abertas na floresta para viabilizar o cultivo de produtos agrícolas e o plantio de pastagem. Dispor de um espaço para o plantio de pastagem constituía-se numa questão de fundamental importância para os colonos, pois só dessa maneira poderiam possuir e alimentar as criações (bovinos, eqüinos, ovinos, suínos e aves domésticas – galinhas, patos, gansos, perus, marrecos), que eram de extrema importância para a sua subsistência.

A derrubada da cobertura florestal se acelerou nas décadas seguintes com a instalação de indústrias madeireiras na região e com a expansão da cultura fumageira no município. Originariamente constituída por espécies características da mata atlântica, atualmente o que restou da mata virgem está restrita a pequenos nichos, dispersos no cenário rural.

Os efeitos advindos de mais de um século de exploração da mata nativa estão hoje se refletindo de forma negativa na população do município, afetando de modo particular os moradores da área rural.

O solo desprovido da cobertura florestal tornou-se mais suscetível ao processo erosivo, fato que é agravado pela inobservância de alguns produtores em cultivar as lavouras em curvas de níveis. A perda da camada fértil do solo tem imposto, por sua vez, o uso de grandes quantidades de fertilizantes químicos, o que acaba encarecendo o custo de produção agrícola⁷. Uma outra conseqüência é que como nem mesmo as matas ciliares foram (e continuam não sendo) poupadas dessa devastação, as nascentes estão secando e muitos agricultores já estão sentindo o problema de falta d'água. A opção em utilizar o eucalipto no processo de reflorestamento só serviu para agravar esse problema, visto ser uma espécie vegetal que utiliza muita água em suas funções metabólicas.

2.3. O uso desmedido de agrotóxicos

Dentre os fatores responsáveis pela contaminação do meio ambiente rural de São Ludgero destaca-se o excessivo volume de insumos químicos aplicados nas lavouras, situação que reflete a falta de uma fiscalização e de acompanhamento técnico por parte do poder público sobre a atividade agropecuária.

Nesse sentido os próprios agricultores têm reclamado que não estão recebendo uma assistência técnica que atenda as suas necessidades. Os representantes do poder público municipal, por sua vez, justificam-se alegando que a Prefeitura não dispõe de profissionais habilitados em número suficiente para circular pelas comunidades agrícolas de forma a oferecer uma assistência técnica condizente com as necessidades dos agricultores. Por essa razão os órgãos públicos têm atuado apenas como “central de apoio”.

⁷ Informações fornecidas pelo proprietário da Agropecuária Beltrame, de São Ludgero, dão conta que somente naquele estabelecimento comercial são vendidos uma média de 10.000 sacos de 50 quilos de fertilizantes por ano.

O fato de não disporem de uma orientação técnica adequada leva os agricultores a tomarem algumas iniciativas por conta própria, visando otimizar o processo produtivo ou diminuir os custos na atividade agrícola. Ocorre, porém, que as experiências realizadas pelos mesmos nem sempre produzem o resultado esperado, sendo que na maioria das vezes trazem mais prejuízos do que benefícios.

Aproveitando-se da lacuna deixada pelo poder público, as indústrias agro-químicas assumiram o papel de orientar o agricultor, indicando a dosagem, forma de aplicação e o tipo de insumo químico a ser utilizado como prevenção às pragas que destroem as lavouras.

Todos os entrevistados, sem exceção, informaram que existe uma facilidade muito grande para a compra de produtos agrotóxicos nas casas agropecuárias. Além de não manterem um agrônomo responsável no local, para fornecer orientações técnicas aos agricultores, com seria o recomendável, constatou-se que estes estabelecimentos comerciais vendem aleatoriamente produtos agrotóxicos que só poderiam ser comercializados com a devida apresentação do receituário agrônômico pelo comprador.

2.4. A poluição dos cursos d'água

Os produtos agrotóxicos são, sem dúvida, um dos elementos mais ativos e nocivos no processo poluente dos cursos d'água presentes na área rural do município. Porém não são os únicos.

Nas entrevistas realizadas junto à população rural, chamou à atenção o fato de que muitas residências não têm o sistema de fossas sépticas e sumidouros, resultando que não só os dejetos humanos, mas também todos os demais resíduos que caem ou são jogados na rede de esgoto doméstico, tenham como destino final os córregos e rios.

Além desta questão, os agricultores – que também são consumidores de produtos industrializados, os quais vêm acondicionados em embalagens fabricadas com material inorgânico (latas, plásticos, vidros) – jogam este tipo de lixo em locais menos acessíveis aos membros da família, seja dentro ou fora da propriedade. Por isso, é comum encontrar-se lixos amontoados nas beiras de estradas das áreas rurais, os quais muitas vezes acabam indo parar dentro do leito dos rios.

O grande volume de dejetos dos animais criados em regime de confinamento, também contribuí para a poluição dos rios. Percebe-se que, até como forma de facilitar o trabalho de limpeza, a maioria das granjas de porcos tem suas instalações edificadas estrategicamente ao lado de um córrego. E como a fiscalização é ineficiente no combate a esta prática ocorre fatos como: *É só dar uma chuvinha, que os proprietários das granjas de porcos jogam todo o esterco dos animais no rio. Aí fica mais difícil de perceber, porque a água já vem toda suja lá da serra, né.* , comenta um agricultor entrevistado

A principal evidência do elevado grau de poluição de um rio é a diminuição do número de peixes. E, levando-se em consideração apenas este aspecto, pode-se dizer que os rios do município estão extremamente poluídos. *Você hoje pode pegar uma vara de pescar e ficar o dia todo subindo e descendo este rio atrás de peixe. Você não vai pegar nada. O que você vai pegar é um monte de borrachudo chupando o teu sangue. Antigamente era até lindo de se ver a quantidade de peixes que existia aí nesse rio,* destaca outro agricultor.

A poluição dos rios do município está provocando várias conseqüências, tais como: a morte dos peixes, facilitando a proliferação dos borrachudos; transmissão de doenças (tipo micose) às crianças e adultos que porventura tomem banho nestas águas; tornaram-se inadequados como fonte de abastecimento para irrigação das lavouras, devido os riscos de contaminação dos alimentos irrigados pela água contaminada; podem prejudicar a fauna que utiliza esta água para beber, além de inviabilizar a sua utilização para o consumo humano.

2.5. *O desequilíbrio ecológico: algumas evidências*

O desequilíbrio ecológico verificado atualmente no ambiente rural de São Ludgero é facilmente observável tanto pelo desaparecimento de algumas espécies animais como pela multiplicação de outras. Assim, o uso indiscriminado de agrotóxicos aliado a derrubada e queima das matas reduziram drasticamente as variedades de sapos e peixes que povoavam os córregos e rios, bem como afugentaram diversas espécies de pássaros e demais animais silvestres que viviam na área. Com a redução (ou eliminação) dos predadores naturais, ocorreu o aumento significativo no número de insetos danosos às plantações e ao próprio agricultor, fi-

cando evidenciado que houve rompimento de equilíbrio no ecossistema.

Entre os problemas enfrentados atualmente pelos habitantes do município, destaca-se o borrachudo, o qual tornou-se uma “praga”, principalmente na zona rural. A disseminação desse inseto é um claro reflexo da degradação ambiental local. Os rios estão poluídos com matéria orgânica, tornando-se um ambiente propício ao desenvolvimento das larvas daquele inseto, as quais necessitam de tais elementos para se alimentarem. Em contrapartida, não existem mais peixes em quantidade suficiente para comerem as larvas e nem tampouco sapos para comerem os insetos adultos.

Um outro inseto que também tornou-se uma “praga”, mas que parece já estar incorporado ao cotidiano dos agricultores, é a mosca. Salvo algumas exceções, não há maiores reclamações por parte da população rural em relação a este problema, embora qualquer observador possa perceber que a situação é muito grave.

Os agricultores de São Ludgero já estão sentindo os efeitos provocados pelo desaparecimento (ou redução no número de indivíduos) de algumas espécies da fauna. Uma das principais reclamações é o maior gasto com agrotóxicos para eliminar as pragas que atacam as lavouras, muitas vezes sem sucesso.

2.6. *Os riscos dos agrotóxicos à saúde da população rural e o caso do poder público.*⁸

A produção agropecuária de São Ludgero está calcada no uso intenso de produtos agrotóxicos. Não bastasse os problemas que vem ocasionando ao meio ambiente, percebe-se que esta prática também afeta a saúde dos trabalhadores rurais envolvidos no processo e isto ficou bem caracterizado na pesquisa de campo. Foram muitos os depoimentos em que os entrevistados admitiram já terem sido acometidos, em maior ou menor grau, pelos sintomas de intoxicação provocados por defensivos agrícolas.

⁸ RÜEGG, E. F. *et al.*, *op. cit.*, pp. 82-3, ao abordar os riscos dos agrotóxicos para a população rural diz que *os trabalhadores agrícolas que manipulam os agrotóxicos não são treinados para trabalhar com produtos tóxicos, nem recebem em geral as mínimas advertências sobre os perigos a que se expõem. Por outro lado, também não acreditam que os agrotóxicos, em contato com a pele, sem queimá-la ou irritá-la, possam ser absorvidos em quantidades mortais. Em consequência, as intoxicações agudas são frequentes.* Esta questão elucida claramente o que ocorre na população rural de São Ludgero.

São vários os sintomas que servem como indicativo para determinar-se uma possível intoxicação por produtos agrotóxicos. Os mais comuns são: dor de cabeça, náusea, dor abdominal, vômito, moleza nas pernas, diarreia e enjôo. Verifica-se, no entanto, que nem sempre os agricultores conseguem correlacionar os distúrbios físicos com o uso de agrotóxicos e, quando procuram socorro médico, muitas vezes a intoxicação química é tratada como se fosse um outro problema.

Considerando que em São Ludgero não há hospital, estendeu-se o campo de pesquisa aos Hospitais de Braço do Norte e Orleans (que são os dois municípios mais próximos), de forma a verificar se havia algum registro de atendimento à agricultores intoxicados por agrotóxicos.

No Hospital Santa Terezinha, de Braço do Norte, obteve-se informação de que não há registros de intoxicação por agrotóxicos naquela casa de saúde, embora alguns casos de intoxicação atendidos pudessem estar relacionados ao uso daqueles insumos.

Já na Fundação Hospitalar Santa Otília, do município de Orleans, soube-se que não existem dados estatísticos de internações ou atendimentos devido a intoxicações por agrotóxicos. No entanto, reconhecem que o hospital realiza este tipo de atendimento, principalmente durante e após a safra do fumo, quando os agricultores procuram os médicos para se tratarem.

Nesse contexto, fica evidente que não existe qualquer comprometimento institucional em relação ao acompanhamento estatístico dos casos que envolvem intoxicação por uso de agrotóxicos no município. A impressão que fica é que por terem consciência que estão falhando na fiscalização da comercialização e do uso de produtos agrotóxicos nas lavouras – seja por omissão ou por falta de condições administrativas – os órgãos públicos considerem que tais registros somente iriam depor contra a sua inércia.

3. Considerações finais

De início é importante dizer-se que, muito embora o tema em estudo tenha sido limitado ao espaço agrário de São Ludgero, não invalida que os resultados possam ser utilizados como referencial para os demais municípios de Santa Catarina e do Brasil, principalmente no que diz respeito às causas da degradação ambiental e à falta de assistência da administração pública aos produtores familiares.

A pesquisa confirmou, em alguns aspectos, o que já foi exaustivamente publicado por vários autores: que a agricultura familiar, apesar da sua importância sócio-econômica, não vem recebendo dos órgãos governamentais um efetivo apoio para o seu fortalecimento e expansão; que não existe uma assistência técnica institucional capaz de atender as necessidades dos agricultores; que a inserção do produtor agrícola no modelo de produção agrário instituído pela Revolução Verde foi coercitiva, pois a liberação de créditos agrícolas estava condicionada ao uso de insumos químicos nas lavouras; que a falta de assistência técnica leva os agricultores adotarem práticas que colocam em risco a saúde humana e a preservação do meio ambiente; que os insumos químicos são utilizados indiscriminadamente na produção agropecuária, tornando-se um dos principais fatores de degradação ambiental; que existe uma omissão dos órgãos de saúde pública em relação aos registros dos casos de intoxicação de agricultores por produtos agrotóxicos, o que acaba inibindo o desenvolvimento de programas que tenha por objetivo orientá-los sobre as doenças que podem adquirir pelo uso inadequado desses insumos. Estes fatos constatados na atividade agropecuária de São Ludgero, certamente não diferem muito do vivenciado nos demais municípios brasileiros.

As causas geradoras dos problemas sócio-ambientais, identificados nas áreas rurais do município estudado, são abrangentes. Merece destaque a própria cultura dos colonizadores, cujos descendentes, embora de um lado estejam utilizando as “técnicas modernas” de produção, por outro, continuam reproduzindo até os dias atuais os costumes trazidos da Alemanha, como por exemplo a construção das casas junto aos aviários, currais e pocilgas, além de promoverem a devastação das matas que circundavam as residências, não respeitando nem mesmo as matas ciliares. Não obstante o fato de ter-se detectado que os agravantes ambientais variam de uma propriedade para outra, tanto na forma quanto na intensidade, entende-se que é o somatório dos problemas existentes em cada uma delas que resultam na degradação do meio ambiente rural. Nesse sentido, a “responsabilidade” pelo atual quadro de degradação ambiental verificada no interior do município recai sobre a população rural como um todo.

Tomando-se por base as informações que foram passadas durante as entrevistas realizadas junto a população local e considerando que estas sejam representativas do universo em pesquisa, pode-se afirmar que

a maioria dos produtores rurais do município têm noção de que estão adotando práticas agrícolas inadequadas e que delas resultam os problemas ambientais. Essa constatação colabora para desfazer a idéia, geralmente apresentada, de que a degradação ambiental é meramente fruto da falta de esclarecimento dos envolvidos no processo. Pelo menos em São Ludgero, os agricultores sabem que estão degradando o meio ambiente.

Pelo exposto, torna-se inevitável a associação do produtor familiar com a degradação ambiental do espaço rural, inclusive sendo ele, em determinados locais, o principal agente nesse processo. Com isto não se quer dizer que a produção agrícola familiar possa ser caracterizada como uma atividade que tenha por princípio, ou que lhe seja peculiar, a degradação da Natureza. Há de se ponderar que a forma como vem sendo desenvolvida a atividade agrícola no município está diretamente relacionada à falta de ações políticas governamentais que estimulem e viabilizem a conciliação entre a produção agrícola e a preservação ambiental. Deve-se levar em conta que os produtores familiares estão inseridos num sistema em que o principal objetivo é a produtividade, mesmo que isso signifique o comprometimento da qualidade dos gêneros alimentícios, do meio ambiente, da saúde dos agricultores e dos consumidores dos alimentos por eles produzidos. Ao dar grande destaque todas as vezes em que ocorre uma quebra no recorde de produção agrícola nacional, o próprio governo brasileiro sinaliza qual é o modelo de produção agrário vigente no país, no qual o fundamental é a quantidade e não a qualidade.

Nesse contexto, percebe-se que os agricultores estão apenas utilizando os mecanismos que dispõem para continuarem tendo as mínimas possibilidades de incluírem-se num mercado altamente competitivo, onde os que não conseguem satisfazer os preceitos estabelecidos pela competição, dificilmente apresentam condições para permanecerem no circuito mercantil. Há de se considerar ainda toda a pressão que existe sobre estes agricultores pelo capital agroindustrial para que utilizem altas dosagens de insumos químicos no processo produtivo, situação que é respaldada e até incentivada pelos órgãos governamentais afetos aos setor agropecuário.

A pesquisa demonstrou que existem agricultores que não têm, ou negligenciam, o devido conhecimento sobre os reais efeitos biocidas dos produtos químicos que utilizam nas lavouras. Entre esses estão aqueles que abrem recipientes de produtos tóxicos com a boca, que misturam

tais defensivos com as mãos e que os utilizam sem o equipamento de proteção necessário. Portanto, não é de esperar-se que essas pessoas, que não atentam para os cuidados com a própria saúde, possam ter qualquer preocupação com a questão ambiental.

Em relação ao papel desempenhado pelos órgãos governamentais, percebeu-se que ao mesmo tempo que não fornecem crédito agrícola e assistência técnica condizentes com as necessidades dos produtores familiares de São Ludgero, também não estão cumprindo com suas funções institucionais no que diz respeito ao acompanhamento e fiscalização das atividades agropecuárias. Isso tem servido como estímulo à adoção de práticas irregulares, visto que há uma tendência dos agricultores em procurarem alternativas que possibilitem a diminuição dos recursos financeiros empregados no processo produtivo. Um exemplo negativo que a falta de fiscalização gera é o fato dos agricultores lançarem tanto o esgoto doméstico quanto os dejetos de animais diretamente nos rios, evitando, dessa forma, gastos “desnecessários” com a construção de fossas sépticas, bem como de esterqueiras e de lagoas de decantação para o tratamento dos dejetos de animais.

A alegação dos órgãos públicos municipais para justificar tal omissão foi, em geral, a falta de condições estruturais para o trabalho: número reduzido ou a desqualificação técnica do quadro de pessoal disponível; inexistência ou insuficiência de veículos para o deslocamento dos fiscais nos trabalhos externo; falta de equipamentos para as atividades internas e indisponibilidade de verbas para o funcionamento, dentre outros. Por ficarem restritos as atividades internas, a visão dos dirigentes públicos em relação a questão de degradação ambiental é limitada. Entre estes, houve quem mencionasse não existir problemas dessa natureza no município, o que denota a falta de conhecimento da realidade local.

Não restam dúvidas de que os produtores familiares serão cada vez mais pressionados pela dinâmica imposta por um mercado altamente inovador e a tendência será o acirramento da luta para continuarem sobrevivendo como tais. Por isso, enquanto não houver a vontade política dos dirigentes dos órgãos governamentais no sentido de promover uma política que contemple a valorização da produção agropecuária em consonância com a preservação do meio ambiente, concedendo aos produtores familiares uma assistência técnica e financeira proporcional a importância que têm para a economia como um todo, eles mesmos

continuarão procurando novas formas de acelerar o processo produtivo, o que nem sempre é feito dentro dos parâmetros estabelecidos em lei.

Portanto, a permanecer o descaso do poder público em relação ao acompanhamento e busca de soluções para os problemas decorrentes da atividade agropecuária, não será difícil prever-se qual será a escolha que os produtores rurais continuarão fazendo, entre adotar práticas que lhes garantam o “sucesso” de uma safra e a conservação ambiental.

Referências bibliográficas

AMSTALDEN, L. F. F. *Os custos sócio-ambientais da modernização agrícola brasileira*. Campinas : IFCH/Unicamp, Ano I, n. 1, 1991.

LAMARCHE, H. *A agricultura familiar*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA. Grupo de trabalho agricultura e meio ambiente do fórum de ONG's brasileiras. preparatório para a conferência/92 da sociedade civil. *Revista Reforma Agrária*, v. 23, jan/abr. 1993, pp. 81-86.

RÜEGG, E. F. *et al.* Impacto dos agrotóxicos. In: *Sobre o ambiente, a saúde e a sociedade*. São Paulo/SP: Ícone Editora Ltda, 1991.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A Revista de Ciências Humanas (RCH), um periódico interdisciplinar, publica artigos inéditos, em especial aqueles relativos a resultados de pesquisa de caráter teórico e/ou empírico, revisões da literatura de pesquisa e reflexões críticas sobre experiências realizadas nas diferentes áreas das Ciências Humanas.

É indexada internacionalmente por Sociological Abstracts - AS; Linguistics & Language Behavior Abstracts - LLBA; Social Planning / Policy & Development Abstracts - PODA; Public Affairs Information Service, Inc. - PAIS; e, Nisc Pennsylvania Abstracts, Inc. - NISC.

A RCH não aceita trabalhos encaminhados simultaneamente para publicação em livros ou em outros periódicos, quer seja no país ou no exterior. Os manuscritos podem ser apresentados em português ou espanhol. Eventuais modificações sugeridas serão efetuadas em consenso com o autor. No segundo fascículo de cada ano serão publicados os nomes dos pareceristas que contribuíram para a edição daquele volume. Com periodicidade semestral, publica, também, um número temático anual relativo a uma das áreas das humanidades. Todos os manuscritos devem seguir as Normas da ABNT (NBR 6023 / 2000).

Para submeter um manuscrito

1. Os originais deverão ser encaminhados por correio, em 3 (três) vias, digitadas em espaço duplo, com 20 a 25 páginas, incluindo figuras, tabelas, fotos e bibliografia. Cada página deverá ter 20 linhas com 80 caracteres. Somente a versão final deverá ser encaminhada em disquete, em processador de texto Word ou compatível.
2. Todos os manuscritos devem ser acompanhados de uma carta de encaminhamento, assinada por todos os autores.
3. O processo de revisão editorial só terá início se o encaminhamento do manuscrito obedecer às condições acima. Caso contrário, será devolvido para adequação às normas.
4. Os autores serão comunicados, imediatamente, sobre o recebimento do manuscrito pelo Editor.
5. Os manuscritos deverão seguir a seguinte ordem:

Folha de rosto identificada

1. Título em português e em inglês (máximo de 15 palavras)
2. Sugestão de título abreviado para cabeçalho (com cinco palavras, no máximo).
3. Nome de cada autor, seguido por vínculo institucional.

4. Endereço do(s) autor(es) e a quem a correspondência deve ser enviada, com o endereço completo, incluindo CEP, telefone, fax e E-mail.

5. Notas dos autores e agradecimentos (pessoas ou instituições financiadoras caso o artigo tenha se originado de projetos de pesquisa).

NOTA: como a revisão dos manuscritos é cega (*blind review*) quanto à identidade dos autores, esta página deve ser o único local onde a autoria aparece. É responsabilidade dos autores verificar se não existem elementos capazes de identificá-los. Esta folha não será encaminhada aos consultores ad hoc.

Folha de rosto sem identificação

1. Título em português e em inglês (máximo de 15 palavras).
2. Título abreviado para cabeçalho (com cinco palavras, no máximo).

Resumos

1. Resumo, em português, com, no máximo, 150 palavras, ressaltando o tema, objetivo, método, resultados e conclusões do trabalho.
2. Palavras-chave, em português, com, no mínimo, 3 e, no máximo, 5.
3. Abstract, em inglês, compatível com o texto em português.
4. Keywords, em inglês, compatíveis com as palavras-chave.

Texto

O texto começa na página três (3) com o título centrado. Cada página subsequente deve estar numerada. Não inicie páginas novas a cada subtítulo, porém dê um espaço antes de iniciar o próximo.

Quando o manuscrito for um relato de pesquisa, o texto deverá apresentar, além das páginas de rosto e Resumos, Introdução, Método, Resultados, Discussão e Referências Bibliográficas. Se necessário, outros subtítulos podem ser acrescentados. Em alguns casos pode ser conveniente apresentar Resultados e Discussão juntos, embora essa estratégia não seja recomendável.

Utilize o mínimo possível as notas de rodapé. Quando existirem, deverão ser colocadas no rodapé, ordenadas por algarismos arábicos e deverão aparecer imediatamente após o segmento do texto ao qual se refere a nota.

Os locais sugeridos para inserção de Figuras e Tabelas deverão ser indicados no texto.

Anexos, quando contiverem informação original importante, ou detalhamento indispensável para a compreensão de alguma seção do trabalho, deverão acompanhar o texto, porém colocados no final.

Acrescente, no final do texto, após as Referências Bibliográficas, a data em que o manuscrito foi submetido.

Citações no corpo do texto (ABNT / NBR 10520)

Todos os nomes de autores cujos trabalhos forem citados devem ser seguidos da data de publicação na primeira vez em que aparecerem. Evite fazer citações indiretas quando o original pode ser recuperado com facilidade. Neste último caso, deve-se citar nas Referências Bibliográficas apenas a obra consultada e, no corpo do texto, indicar autores e datas dos dois artigos, conforme o exemplo:

Piaget (1932, apud Flavell, 1996).

Quando o autor ou instituição responsável estiver incluído na sentença, indica-se o autor em caixa baixa, exceto a primeira letra e a data e página entre parênteses:

Segundo Morais (1955, p.32) assinala “[...] a presença de concreções de bauxita no Rio Cricon”.

Em Teatro Aberto (1963, p.79) relata-se a emergência do teatro do absurdo.

Quando o autor estiver entre parênteses, deve vir em maiúsculas, seguido por ano e página:

Apesar das aparências, a desconstrução do logocentrismo não é uma psicanálise da filosofia”. (DERRIDA, 1967, p. 293).

Especificar no texto a página, volume, tomo ou seção da fonte consultada, se houver:

A produção de lítio começa em Searles Lake, Califórnia, em 1928 (MUMFORD, 1949, p. 513).

Oliveira e Leonardos (1943, p. 146) dizem que a “relação da série São Roque com os granitos porfiróides pequenos é muito clara”.

Freud (1974, v.21, p. 81-171) define a dualidade [...].

As transcrições no texto de até três linhas devem estar encerradas entre aspas duplas. As aspas simples são utilizadas para indicar citação no interior da citação:

Barbour (1971, p. 35) descreve: “o estudo da morfologia dos terrenos [...] ativos”.
ou

“Não se mova, faça de conta que está morta” (CLARAC; BONNIN, 1985, p.72).

Segundo Pereira de Sá (1995, p. 27): [...] “por meio da mesma ‘arte da conversação’ que abrange tão extensa e significativa parte de nossa existência cotidiana”.

As transcrições no texto com mais de três linhas devem ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra menor que a do texto utilizado e sem aspas:

A teleconferência permite ao indivíduo participar de um encontro nacional ou regional sem a necessidade de deixar seu local de origem. Tipos comuns de teleconferência incluem o uso da televisão, telefone, e computador. Através de audio conferência, utilizando a companhia local de telefone, um sinal de rádio pode ser emitido em um salão de qualquer dimensão (NICHOLS, 1993, p.181).

Quando se tratar de comunicações pessoais (cartas, palestras, debates, comunicações conversas telefônicas ou pessoais – mensagens, etc.) não devem ser incluídas nas Referências Bibliográficas; nesses casos, indicar entre parênteses a expressão “informação verbal”, mencionando-se os dados disponíveis, somente em nota de rodapé:

Tricart constatou que na bacia do Resende, no Vale do Paraíba, há indícios de cones de dejeção (informação verbal).

Para enfatizar trechos da citação, deve-se destacá-los indicando esta alteração com a expressão *grifo nosso* entre parênteses, após a idealização da citação.

[...] para que não tenha lugar a produção de degenerados, quer físicos quer moraes, misérias, verdadeiras ameaças à sociedade (SOUTO, 1916, p. 46, grifo nosso).

Caso o destaque seja do autor consultado, usa-se a expressão grifo do autor.

Na primeira citação de um artigo deve-se mencionar do nome de todos os autores e a respectiva data.

Nas subseqüentes citações do mesmo artigo devem-se mencionar o primeiro autor, seguido da expressão “et al.”.

Deve-se usar, quando for o caso, expressões latinas no corpo do texto.

Exemplos:

Apud (citado por, conforme, segundo): Segundo Silva (apud ABREU, 1999, p.3) diz ser [...].

Idem ou Id. (mesmo autor): ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1989, p.9.

Id., 2000, p.19.

Ibidem ou Ibid. (na mesma obra): Durkeim, 1925, p. 176.

Ibid., p.190

Opus citatum, opere citato ou op.cit. (obra citada): Adorno, 1996, p.38.

Adorno, op. cit., p.40

Loco citato ou loc. cit. (no lugar citado): Tomaselli; Porter, 1992, p.33-46.

Tomaselli; Porter, 1992, loc. cit.

Cf. (confira, confronto): Cf. Caldeira, 1992.

Sequentia ou et seq. (seguinte ou que se segue): Foucault, 1994, p.17 et seq.

Referências bibliográficas

Inicie uma nova página para a seção de Referências Bibliográficas que devem ser digitadas, usando espaço simples entre as linhas e espaço duplo para separá-las.

A palavra da segunda linha de cada referência inicia-se embaixo da primeira letra da palavra da linha superior, não sendo, portanto, mais deslocada.

O sinal, na forma de travessão, colocado em uma referência cujo autor seja o mesmo da anterior, não deve mais ser colocado.

As Referências Bibliográficas devem ser colocadas em ordem alfabética e, em ordem crescente de data, para referenciar dois ou mais artigos de um mesmo autor.

Exemplos de Referências bibliográficas

Livros

HARVEY, D. *The condition of postmodernity*. Oxford : Brasil Blackwell, 1989. 378 p.

Capítulos de livros

CLAVAL, P. Réseaux territoriaux anracinement. In: DUPUY, G. (org.) *Réseaux territoriaux*. Caen : Paradigme, 1988, p.17-161.

Artigos em periódicos

MOURA, A. S. de. Direito de habitação às classes de baixa renda. *Ciências & Trópico*, Recife, v. 11, n.1, p.71-78, jan./jun. 1983.

Artigos em jornais

COUTINHO, W. O paço da cidade retorna ao seu brilho barroco. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 mar. 1985. Caderno B, p.6.

Arquivos em disquete

KRAEMER, L.L.B. Apostila.doc. Curitiba, 13 de maio de 1995. 1 arquivo (605 bytes). Disquete 3 ½. Word for windows 6.0.

Base de dados em CD-Rom

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IBICT. Bases de dados em Ciência e Tecnologia. Brasília: IBICT, n.1, 1996. CD-ROM.

E-mail

MARINO, A. M. TOEFL brienfieng number [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por medeiros@mbox1.ufsc.br em 12 de maio de 2000.

FTP

BRAGA, H. Deus não se agradou dele e de sua oferta. Disponível em: Evangelicos-1@summer.com.br em: 22 de maio de 2000.

Artigos de periódicos (on-line)

MALOFF, J. A internet e o valor da “internetização”. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 26, n.3, 1997. Disponível em: <http://www.ibict.br/cionline/>. Acesso em: 18 maio 1998.

Trabalhos em eventos

CONGRESSO INTERNACIONAL DE FONOAUDIOLOGIA, 4.; ENCONTRO IBERO-AMERICANO DE FONOAUDIOLOGIA, 3., 1999, São Paulo. *Anais...* São Paulo: [s.n.], 1999. 562 p.

BRAYNER, A. R. A.; MEDEIROS, C. B. Incorporação do tempo em SGBD orientado a objetos. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE BANCO DE DADOS, 9., 1994, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 1994. p. 16-29.

ANDRADE, C. R. F.; SASSI, F. C. Eletromiografia e gagueira: tensão mínima e máxima para produção do som /p/. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE FONOAUDIOLOGIA, 8., 2000, Recife.

Resumos... São Paulo: [s.n.], 2000. p.85.

ANDRADE, C. R. F. Avaliação das gagueiras: diagnóstico diferencial das disfluências infantis. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE FONOAUDIOLOGIA, 4.; ENCONTRO IBERO AMERICANO DE FONOAUDIOLOGIA, 3., 1999, São Paulo. *Anais...* São Paulo [s.n.], 1999. p.470. Mesa redonda.

Dissertações e Teses

AMBONI, N. F. *Estratégias organizacionais: um estudo de multicasos em sistemas universitários federais das capitais da região do sul do país*. Florianópolis, 1995. 143 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina.

LOPES, H. S. *Analogia e aprendizado evolucionário: aplicação em diagnóstico clínico*. Florianópolis, 1996. 179f. Tese (Doutorado em Engenharia Elétrica) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica, Universidade Federal de Santa Catarina.

Figuras e Tabelas

Figuras e Tabelas devem ser apresentadas com as respectivas legendas e títulos, uma em cada página. Títulos de Figuras devem ser colocados na parte inferior e Títulos de Tabelas devem ser colocados na parte superior das mesmas.

Abreviaturas mais comumente utilizadas (ABNT / NBR 10522):

janeiro	jan.	jan./fev.	capítulo	cap.	ibidem	ibid.
fevereiro	fev.		citação, citado	cit.	isto é	i.e.
março	mar.		co-edição	co-ed.	nota do autor	N.A.
abril	abr.		co-editor	co-ed.	nota do editor	N. Ed.
maio	maio	maio/dez.	colaborador	colab.	número	n.
junho	jun.		confira	cf.	obra citada	op.cit.
julho	jul.		e outros	el al.	organizad- or	org
agosto	ago.		e seguintes	et seq.	página	p.
setembro	set.		edição, editor	ed.	sem data	s.d.
outubro	out.		exemplo	ex.	tabela (s)	tab.
novembro	nov.		por exemplo	p.ex.	tomo	t.
dezembro	dez.		fascículo	fasc.	veja também	v. tb.
			Idem	id.	volume (s)	v. Vol.(*)

(*) Usar no início de uma indicação e antes de algarismos romanos.

Apreciação pela Comissão Editorial / Conselho Editorial

Os trabalhos serão, primeiramente, apreciados pelo Editor / Comissão Editorial que solicitará pareceres de Consultores ad-hoc, cujos nomes serão mantidos em sigilo. Para esses, os manuscritos serão encaminhados sem identificação. Os autores serão notificados da aceitação ou recusa de seus manuscritos.

tos, sendo-lhes enviadas cópias do conteúdo dos pareceres. Os originais, mesmo quando não aproveitados, não serão devolvidos.

Pequenas modificações no manuscrito poderão ser feitas pelo Editor / Comissão Editorial da Revista. Quando forem necessárias modificações substanciais, o autor será notificado e encarregado de realizá-las, devolvendo o trabalho reformulado no prazo máximo de 10 dias, sendo duas cópias em papel e uma em disquete, com carta de encaminhamento informando sobre as reformulações realizadas. Caso os autores tenham decidido não realizar algumas das modificações sugeridas, devem justificar essa decisão. Esta carta e o manuscrito reformulado serão encaminhados a um dos Conselheiros Editoriais, juntamente com os pareceres iniciais dos consultores ad hoc e a versão inicial do manuscrito para uma análise final. Nesta etapa do procedimento, o Conselheiro Editorial terá conhecimento das identidades dos autores e dos consultores.

Antes de enviar os manuscritos para impressão, o Editor enviará uma prova para a revisão dos autores. Esta revisão deverá ser feita em cinco dias úteis e devolvida à revista. Caso os autores não devolvam indicando correções, o manuscrito será publicado conforme a prova.

A decisão final acerca da publicação ou não do manuscrito é sempre da Comissão Editorial.

Direitos autorais

Os direitos autorais das matérias publicadas são da Revista de Ciências Humanas. A reprodução total ou parcial (mais de 500 palavras do artigo) requererá autorização por escrito do Editor.

Os autores da matéria receberão, cada um, dois exemplares da edição em que esta foi publicada.

**Endereço para encaminhamento de artigos e
formulário de assinaturas:**

Para a Revista:

Revista de Ciências Humanas
Universidade Federal de Santa Catarina
Campus Universitário - CFH
Caixa Postal 476
CEP: 88040-900 - Trindade - Fpolis/SC
E-mail: revista@cfh.ufsc.br
Valor unitário de cada número: R\$10,00

Para o Editor

José Gonçalves Medeiros - E-mail: medeiros@mbox1.ufsc.br
Editor responsável pela Revista de Ciências Humanas

Caixa Postal 5060
88040-970 - FLORIANÓPOLIS, SC
Telefones:
Trab.: (048) 331-9457
Cel. : (048) 9972-4042
Fax. : (048) 331-9751

Apoio:
Livros & Livros

Especializada em Ciências Humanas e Sociais

Loja 1 - Rua: Deodoro, 191 - Sala 02 - Sobreloja - Centro
Fone: (48) 222.1244 - Caixa Postal, 3177

Loja 2 - Hall do CFH - UFSC (Campus Universitário)
Fone: (48) 233-4096
CEP (88.010-970) Florianópolis - SC



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
EDITORA DA UFSC

Campus Universitário - Trindade - Caixa Postal 476
 Cep. 88010-970 - Florianópolis - SC

SOLICITAÇÃO DE ASSINATURA

() Nova assinatura () Renovação

NOME DA REVISTA SOLICITADA:

- | | |
|-----------------------------|----------------------|
| () BIOTEMAS | () ILHA DO DESTERRO |
| () CIÊNCIAS DA SAÚDE | () PERSPECTIVA |
| () Ciências HUMANAS | () SEQÜÊNCIA |
| () FRAGMENTOS | () TRAVESSIA |
| () GEOSUL | () GRAF & TEC |
| () PRINCIPIA | |

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cep: _____

Cidade: _____ UF: ____ Fone: _____

() ASSINATURA - Válida por 04 (quatro) números a ser editado.

Preço: R\$ 35,00 (trinta e cinco reais).

() Nº AVULSO - Preço por unidade: R\$ 10,00 (dez reais).

Nº desejados _____

**ANEXAR CHEQUE NOMINAL À EDITORA DA UFSC,
 NO VALOR DA AQUISIÇÃO**

 Assinatura

____/____/____
 Data

